

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE de EDUCAÇÃO  
TESE de DOUTORADO

**A PARTICIPAÇÃO DAS SABs (SOCIEDADES AMIGOS DE  
BAIRRO) NA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO**

**JANE SHIRLEY ESCODRO**

CAMPINAS – SP  
2000

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE de EDUCAÇÃO  
TESE de DOUTORADO

**A PARTICIPAÇÃO DAS SABs (SOCIEDADES AMIGOS DE  
BAIRRO) NA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO**

**JANE SHIRLEY ESCODRO**  
**ORIENTADORA: MARIA LÚCIA ROCHA DUARTE CARVALHO**

Este exemplar corresponde à redação final da  
tese de Doutorado defendida por Jane Shirley  
Escodro e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: \_\_/\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura: \_\_\_\_\_  
(orientador)

**COMISSÃO JULGADORA:**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

CAMPINAS – SP  
2000

**“Estudar um movimento, colocá-lo no contexto geral das contradições sociais, exige uma série de operações de pesquisa que são difíceis de realizar na atividade regular e orgânica do movimento. Ao mesmo tempo essa pesquisa é irrealizável sem estar diretamente articulada com o movimento de seus dirigentes”.**

**Manuel Castells**

**"A importância política da educação reside na sua função de socialização do conhecimento. É pois, realizando-se na sua especificidade que lhe é própria, que a educação cumpre sua função política"**

**Dermeval Saviani**

**"Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou modificar a adequação dos discursos com os saberes e os poderes que eles carregam consigo".**

**Michel Foucault**

**“Quando se fala em participação deve-se analisar todo o complexo individual envolvido. Porque até hoje, o cidadão não se preocupou tanto com as formas como se processou o desenvolvimento político, econômico e ou social de sua cidade, pois o mais importante, principalmente para um pai de família é realmente avançar o mês com sua família comendo e vivendo bem.**

**E é praticamente impossível pretender-se que a reação fosse outra, afinal foram 20 anos em que nunca se cogitou em propor ao cidadão, em qualquer nível, uma co-responsabilidade para que ele se conscientize da importância de se fazer presente na evolução histórica (...)**”

**Pedro Ragazzi**

## SUMÁRIO

<b>DEDICATÓRIA</b> .....	009
<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	010
<b>RESUMO</b> .....	011
<b>ABSTRACT</b> .....	012
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	013
<b>CAPÍTULO I:</b>	
<b>O ESTADO CAPITALISTA BRASILEIRO:</b>	
A sociedade em movimento e o potencial das SABs tendo em vista a Educação e a Cidadania mediante a participação .....	017
Movimentos Sociais: Conceituação e Características .....	029
SABs: O processo educativo na participação do indivíduo em busca da identidade coletiva – uma questão de cidadania .....	033
<b>CAPÍTULO II:</b>	
<b>AS FORÇAS DO ESTADO CAPITALISTA:</b>	
O cenário burocrático e o vislumbre de consciência política na luta pela Escola .....	043
<b>CAPÍTULO III:</b>	
<b>AS SOCIEDADES AMIGOS DE BAIRRO (SABs):</b>	
Aspectos históricos .....	055
Características das SABs .....	063
<b>CAPÍTULO IV:</b>	
<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS:</b>	
Desenvolvimento do Trabalho (1ª. fase – 1989 à 1992) .....	071
Desenvolvimento do Trabalho (2ª. fase – 1993 à 1998) .....	076
<b>ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS:</b>	
A participação das SABs na Educação do Município, formas de atuação, obstáculos e facilidades encontradas .....	081

<b>TRATAMENTO DE DADOS</b> .....	116
<b>OS SEMINÁRIOS</b> .....	129
<b>CONCLUSÃO</b> .....	135
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	151
<b>BIBLIOGRAFIA CONSULTADA</b> .....	157
<b>ANEXOS:</b>	
1 - Questionário 1992 .....	162
2 - Questionário 1995 .....	172
3 - Questionário 1998 .....	175
4 - Tabela de equivalência entre os questionários .....	181
5 - Entrevista 1995 .....	184
6 - Entrevista 1996 .....	192
7 - Entrevista 1998 .....	203
8 - Objetivos das questões do questionário da 1ª. fase da pesquisa .....	210
9 - Objetivos das questões dos questionários da 2ª. fase da pesquisa .....	212
10 - Relação das SABs respondentes .....	216
11 - Relação dos entrevistados .....	218
12 - Histogramas .....	220
13 - Gráficos .....	223

Este trabalho é dedicado às razões de minha vida: minhas filhas, Trícya e Taryn.

Ao meu pai, Ulderico, que me transmitiu o sentido da responsabilidade, do dever e do trabalho.

À memória de minha mãe, Therezinha, com quem dividi minhas inquietações e em quem encontrei apoio.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado de uma relação entremeada por muitas mentes. Veio de encontro à nossa crença de que a interdependência, a co-gestão, a participação é muito mais importante que a independência, a solidão e o individualismo.

Enquanto idéia, teve seu início no começo da década de 90, quando ainda estávamos concluindo a dissertação de Mestrado.

Enquanto trabalho sistemático de pesquisa foi iniciado em 1992, quando estávamos garimpando mais de 50 anos de literatura voltada para o trabalho comunitário.

Agradecemos aos senhores prefeitos de Indaiatuba e aos demais colegas das administrações municipais, que nos propiciaram acesso, estímulo e encorajamento para o trabalho.

Às SABs pesquisadas, que com autenticidade e simplicidade nos passaram suas experiências para que pudéssemos atingir vagarosamente todos os elementos que delas fazem parte. A chave verdadeira para essa compreensão dependeu sem dúvida, da relação e da vivência sensível e profunda entre nós.

Agradecemos a muitos teóricos pelas raízes da Sabedoria, aos professores Charles Richard Lyndaker, James Patrick Maher, José Camilo dos Santos Filho, Salvador Sandoval, Cleiton de Oliveira, Maria da Glória Ghön, Sônia Giubilei e em especial à Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Maria Lúcia Rocha Duarte Carvalho pelo acompanhamento carinhoso, por seu real envolvimento com o material e por sua capacidade e sensibilidade ao lidar com esta orientanda.

Aos colegas do curso de Doutorado, que com suas contribuições e críticas, muito ajudaram na construção desta tese.

À Universidade Estadual de Campinas, pela oportunidade que nos ofereceram para a realização do curso.

À Lia Gobbi, que sacrificando seus finais de semana, digitou grande parte do referencial teórico inicial deste trabalho.

À Rosemeire Maria Pereira e à Patricia Madeira do Amaral pela continuidade, eficiência e presteza na resolução das tarefas do dia-a-dia.

Ao Rodrigo Silvestre Neman pelo grande apoio no trabalho estatístico. Ao amigo Luiz Carlos Batista de Moura, hoje presente em outra dimensão, por suas múltiplas sugestões que nos ajudaram atentar quanto às diferenças entre o falar e o escrever.

À Evani Aparecida Perez pela dedicação em realizar a primeira revisão ortográfica deste projeto.

A Ivana Perini Zoppi, nossa Assessora na SEME, aos diretores dos Departamentos e funcionários que na última fase deste trabalho, redobram seus esforços ao dividirem conosco o labor da Secretaria Municipal de Educação de Indaiatuba.

A todos aqueles, que, de alguma forma, contribuíram na construção deste trabalho.

## RESUMO

O presente estudo apresenta num primeiro momento, um esforço em detectar como as SABs – Sociedades Amigos de Bairro, participam da Administração da Educação no Município, quais os obstáculos e os facilitadores encontrados por elas para efetivação dessa participação.

Pesquisamos o desenvolvimento desse movimento social que inclui sua organização, registrando de modo especial o aspecto da **execução**. Foram englobadas SABs de oito municípios (Campinas, Cotia, Indaiatuba, Itu, Monte-Mor, Salto, São Paulo, Votorantim) do Estado de São Paulo, escolhidas aleatoriamente.

Para tanto, tivemos a preocupação de observar o Estado capitalista brasileiro que elabora teorias e normas fundamentais nos seus interesses e que tenta universalizá-las através de um discurso homogêneo, ideológico, da negação da exploração e divisão de classes. Buscamos ver as SABs em seus aspectos históricos, suas origens e suas principais características no cenário contraditório em que são inseridas.

Num segundo momento, priorizamos estudar as SABs em sua relação com o cotidiano e o potencial que têm para desenvolver o processo educativo e a cidadania através da **participação**.

## ABSTRACT

The present study shows in the first moment an effort to detect how the SABs – Sociedades Amigos de Bairro, participate in the Education Administration of the city, what are the obstacles and the facilities met by them to achieve that participation.

We searched the development of this social movement that includes its organization giving special attention to the **execution**. A group chosen randomly, were formed by eight SABs (Campinas, Cotia, Indaiatuba, Itu, Monte-Mor, Salto, São Paulo, Votorantim) from municipal district of the State of São Paulo.

Therefore, we had the concern to observe the Brazilian Capitalist State which elaborates fundamental theories and rules according to its interests and tries to universalize them, through a uniform and ideological speech that refuses the exploration and the division of social groups. We attempted to the historical aspects of the SABs, its origins and main characteristics in the contradictory scenery that they are inserted.

In the second moment, we prioritize the study of the SABs in its relation with the daily and the potential that they have to develop the educative process and the citizenship through their **participation**.

## **INTRODUÇÃO:**

Nesta parte do trabalho, o contexto da pesquisa é situado e os propósitos do estudo explicitados.

## INTRODUÇÃO

As contradições geradas no desenvolvimento do capitalismo brasileiro resultou em demandas que provocaram novas formas de participação social e política dos setores das classes populares urbanas, decorrentes da própria percepção dos atores conscientes de suas necessidades e de seus interesses. Frequentemente essa percepção foi causa geradora de ações coletivas objetivando solução de problemas imediatos nos bairros que culminaram em agrupamentos de cidadãos = as SABs – Sociedades Amigos de Bairros.

A incapacidade do Estado em suprir as necessidades dos serviços de consumo coletivo, criou condições para que as classes populares, entre elas os grupos das SABs, reivindicassem os serviços sociais urbanos.

Inicialmente em nossa pesquisa, fomos levados pelo interesse em examinar as contradições sociais cuja emergência colocava o Estado no centro de suas atenções. Ao mesmo tempo em que se fazia necessário considerar o papel do Estado na manutenção dos interesses do capitalismo, também nos motivávamos a pesquisar como essa intervenção se dava de forma a manter a coesão social e garantir o investimento nas condições gerais das demandas por serviços públicos de infra-estrutura, transportes coletivos, saúde, segurança e particularmente na área de educação, o ponto que mais nos interessava.

Assim, a opção por esta pesquisa nasceu a partir de nossas relações e envolvimento com moradores de periferia da cidade de Indaiatuba, em função de nosso trabalho como educadora na Secretaria Municipal de Educação.

Começamos a sentir que precisávamos dar vida àquilo que pensávamos sobre Educação e talvez procurar as respostas na dinâmica, nos problemas e caminhos encontrados pelos diversos grupos que compunham as Sociedades Amigos de Bairro.

Inicialmente mantivemos inúmeros contactos com as SABs de nosso município, Indaiatuba. Num segundo momento, buscamos respostas na interação, análise e reflexão da realidade, com SABs de outras sete cidades do Estado de São Paulo, escolhidas aleatoriamente.

Determinamos para o desenvolvimento da pesquisa, duas fases específicas e complementares.

Na primeira fase pretendíamos detectar a participação das SABs na Administração da Educação do Município. Aqui enfatizamos a mediação administrativa do Poder Público expressa nas ações e expressões internas e externas; as relações recíprocas entre o Poder e as SABs que facilitavam ou dificultavam a efetivação da participação na Administração da Educação. O resultado dessa primeira fase da pesquisa aponta o **Estado voltado de costas à população**. Mas a luta que o poder engendra não se pode travar de outro lugar senão de dentro da própria rede do poder. Este está sempre presente e se exerce e funciona como uma multiplicidade de relações de força (Foucault: 1984), que criam riquezas estratégicas que possibilitam ao homem construir conhecimentos, conscientizar-se, gerir suas vidas, otimizar suas potencialidades ao máximo, aperfeiçoando suas capacidades.

Essa crença nos motivou à segunda fase da pesquisa. **Procuraríamos aquilatar o verdadeiro processo educativo engendrado no interior das SABs**, que poderiam subsidiar mais tarde o enfrentamento ou a real participação com os órgãos da Administração Pública.

Inúmeras questões foram sendo despertadas numa caminhada de aproximadamente oito anos que compreenderam encontros, espaços e inúmeras oportunidades para avaliações e respostas encontradas pelos próprios integrantes das SABs que paulatinamente foram construindo seus conhecimentos, exercendo sua cidadania.

Acreditamos que o processo não está acabado e que foi de grande ajuda nosso olhar de pesquisador, nossa reflexão, análise e registro que auxiliaram os integrantes das SABs a organizarem suas próprias metodologias para refletirem sobre a liderança, sobre as potencialidades e obstáculos à participação presentes tanto na comunidade quanto no interior da própria Associação, resultantes de determinações econômicas, sociais e políticas, as divisões dentro dos grupos, a omissão dos grupos, a omissão do Estado, a passividade, a importância da comunicação, as dificuldades de relacionamento e participação com o Poder Público, a política partidária e outros.

Um dos aspectos relevantes deste trabalho foi o de observar a concepção de sociedade que é marcada pelos moradores dos bairros. Ao defenderem seus interesses pelo bairro, o fazem defendendo a socialização, o civismo, a solidariedade, o fortalecimento da família, a colaboração e muitas vezes a dependência com as autoridades locais. A participação política quando se dá inicialmente, aparece como um amálgama entremeado pelos moldes estabelecidos pelo Poder. Não exaltam os conflitos, mas idealizam a participação em âmbito local para a solução de seus principais problemas. Aos poucos vão adquirindo consciência de que os possíveis avanços que se derem no sentido da democratização das relações da Sociedade com o Poder Público, serão em função das lutas que se fizerem em toda a sociedade civil.

Procuramos expor os resultados da pesquisa, dando importância à apresentação dos **anexos** de modo a exibir ao mesmo tempo, dados brutos que somados às interpretações, possibilitassem ao leitor a consideração de interpretações alternativas às nossas.

Nesse sentido este estudo deseja contribuir para o empenho dos educadores que não se limitam a transmitir conhecimentos por meio de um trabalho de utilidade pessoal ou pública, mas para aqueles, que queiram partilhar das dificuldades e carências do cidadão de hoje, em especial na construção de um processo educativo que propicie a vivência em cidadania.

Portanto, esse trabalho é o resultado de um estudo que fizemos e passamos a descrever.

No primeiro capítulo apresentamos “O Estado Capitalista Brasileiro”, os aspectos constitutivos e contraditórios de seu cotidiano que traz em seu seio os movimentos reivindicatórios de grupos que desejam melhores condições de vida – as SABs – Sociedades Amigos de Bairros. Apresentamos a conceituação e características dos Movimentos Sociais. Apontamos o processo educativo na participação do indivíduo em busca da identidade coletiva e conquista da cidadania.

No segundo capítulo: “As forças do Estado Capitalista”, apresentamos o cenário burocrático do Estado e o vislumbre de consciência política na luta pela escola.

No terceiro capítulo, apresentamos as “Sociedades Amigos de Bairros, sua história e suas características”.

No quarto capítulo, “Procedimentos Metodológicos” apresentamos as duas fases da pesquisa, os questionários, a análise e o tratamento dos dados, as entrevistas e os seminários.

Nas últimas folhas deste trabalho apresentamos a Bibliografia e os Anexos n.º 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13.

## **CAPÍTULO I:**

Neste capítulo apresentamos “O Estado Capitalista Brasileiro”, a Sociedade em movimento, os movimentos sociais, a participação do indivíduo em busca da cidadania.

## CAPÍTULO I

### O ESTADO CAPITALISTA BRASILEIRO

#### **A Sociedade em movimento e o potencial das SABs tendo em vista a Educação e a Cidadania mediante a participação.**

O Estado burguês é um Estado de classe e, portanto, o conteúdo de suas regras democráticas é determinado pelas condições estruturais do desenvolvimento capitalista, que age como elemento de **separação** e de **alienação** do poder em relação às massas.

A classe trabalhadora só emprestará conteúdo democrático às instituições, mediante luta e movimentos. O poder não acarretará mudanças por si mesmo, pois não considera tais expectativas, a menos que estas sejam oriundas da organização das forças populares (\*). Mudanças na Educação só poderão ocorrer, se houver mudanças nas instituições da parte de outras, de ordem totalmente diferente das que hoje existem. À luz dessas afirmações, algumas questões merecem ser levantadas: Quais os pressupostos do Estado? Que entende o Estado por Educação? Que faz nesse sentido? Por que o faz??

Há dois pontos que merecem ser analisados:

1º. – com relação à Educação institucionalizada – a Escola coloca-se como **mediadora** das contradições na base, a serviço do Estado capitalista e burguês.

Bowlis e Gintis (1984:67) mostram que a Escola Pública destaca-se como **mediadora** nas contradições de produção, o que reduz seu potencial como instrumento para conscientização e recurso para acentuação de conflitos. Os trabalhos dos autores indicam também:

*“que é muito menos vantajoso lutar no aparelho ideológico do que na base”.*

Assim, a Educação pública é parte ainda da tentativa do Estado no sentido de reproduzir a divisão classista do trabalho. O Estado confere à educação o papel de manter a esperança da mobilidade social, do “status”, da melhoria de vida. Inculca nos jovens a convicção de que vivem em uma sociedade democrática, justa, econômica e politicamente organizada.

2º. – com relação à realidade da Escola – Esta é contraditória e antidemocrática. A vivência, nela, no cotidiano, deixa claro aos jovens essa situação. A democracia tão decantada é uma abstração, um simbolismo, que se sustenta por meio de mitos, os quais é do interesse da burguesia promover. Lembremo-nos do mito da democratização do ensino que permite ao sistema oficial apresentar-se à população como processo neutro, eficiente e voltado à democratização das oportunidades educacionais, embora, na prática, não o seja. Diga-se, de passagem, que a mera expansão dos serviços educacionais não é suficiente para resolver o problema da Educação.

---

(\*) Ilustra essa idéia a questão da Entrevista 1998, n.º 1 e 2 (Anexo n.º 7).

Por outro lado, enquanto persistir tal ideologia, um simbolismo da democracia, também persistirá a **exigência de mais educação** por parte da classe trabalhadora, a qual, por sua vez, promove a ideologia dos direitos sociais e individuais.

Para Carnoy (1984:82), essa idéia, difundida na população comunitária, pode representar:

*“perigo para a hegemonia burguesa, tanto para a reprodução das relações de produção, como para o Estado”.*

Como nos ensina Poulantzas, dentro do referido contexto e em se tratando da economia capitalista, a classe trabalhadora pode incentivar o desenvolvimento de algumas alternativas contrárias aos interesses fiéis do capital, até mesmo dentro dos aparelhos de Estado, como, por exemplo, a escola e os órgãos da administração pública, não funcionando necessariamente apenas para a reprodução do sistema.

Dada a importância do tema e a relevância desse pensamento, Carnoy (1984:82) sugere que se investigue a abrangência do fenômeno, bem como seus efeitos no processo reprodutivo do fato de se manter um grande grupo homogêneo de

*“jovens numa mesma instituição, e por isso, promover o desenvolvimento de uma cultura jovem que pode ser incompatível com a reprodução social”.*

Se, por um lado, a Escola carrega o potencial de reforço para o capital, por outro, também traz em seu cerne o potencial de contribuição para a posição do trabalho na luta de classe. Ao mesmo tempo, na própria base, poderá haver lugar para uma parte da reprodução e para a luta. O mesmo se percebe fora da instituição pública, nas organizações da comunidade. Inúmeros fenômenos ocorrem aí, como, por exemplo, a cooptação dos líderes comunitários pelos políticos, a estrutura das recompensas e “benesses” por parte do poder público; o “esquecimento” propositado e acintoso da oposição.

Pelo conteúdo das entrevistas (\*), podemos ressaltar que as SABs se utilizam da multiparticipação, isto é, fazem o jogo de se deixar arrebatado pelos políticos, e, outras vezes, negam tal situação, intermitentemente, possibilitando a sua sobrevivência. É interessante notar que, desde que seja atendida uma reivindicação, o apoio das SABs aos políticos oscila em relação ao peso de tal atendimento.

Esse comportamento do homem do bairro pode ser muito mais resultante da forma de pensar o mundo da política, caracterizada esta por uma concretidade de pensamento fragmentária e permeada de inconsistências interpretativas e factuais (atitude pouco condizente com a reflexão mais racional e crítica das intermediações sociais e políticas) do que da tão apregoada dominação ideológica (**stricto-sensu**), bem como da falsa consciência entre os membros das classes subalternas. Verificamos que a participação da população comunitária é determinada inúmeras vezes pelos acordos partidários, correlação de forças políticas, alianças, ou por incidentes geradores de situações emergenciais no bairro.

---

(\*) Questão n.º 5 da entrevista 1995 (Anexo n.º 5) e n.º 7 em 1996 (Anexo n.º 6).

O cotidiano dos moradores dos bairros e integrados nas SABs acontece sob a dinâmica dos interesses políticos, partidários e, inúmeras vezes, eleitoreiros.

Nesta perspectiva, a trajetória das SABs, por vezes, caminha movida pelas lutas dos objetivos mais imediatos, não se envolvendo com as grandes questões nacionais. O processo participativo não transcende as atitudes espontâneas de um trabalho comunitário para seus integrantes.

Por vezes, a liderança política de determinados bairros abre espaços para organizar várias entidades, ao mesmo tempo que organiza seus diretórios. Pressupõe-se que os membros das SABs, sem vinculações político-partidárias, estão “atrasados” politicamente. Para os militantes dos partidos a preocupação é fornecer cores políticas aos movimentos, para que ocorram avanços na sociedade valendo-se da “politização das lutas” e não que se vinculem às demandas pontuais e específicas de cada bairro.

No discurso dos integrantes das SABs (transcrito adiante), pudemos obter idéias que nos permitem refletir sobre os militantes dos partidos políticos os quais, muitas vezes, superestimam o potencial político das organizações que defendem. Na medida em que são recebidos com desconfiança pela população, acabam, por conseguinte, fomentando um nível de descontentamento que reforça, em grande medida, a dificuldade de extrapolar, na luta, a gestão da democracia.

Percebemos que as SABs, apesar de se declararem formalmente apolíticas (nos Estatutos) e nas falas, suas práticas reivindicatórias abrem um espaço político de participação popular e se desenvolvem por intermédio da política.

Para Göhn (1982):

*“Descaracterizá-la (SAB) como entidade apolítica seria desconhecer a política de classe, que se desenvolveu para o controle e cooptação das classes populares”*

No bairro, as conseqüências das lutas e oposições aos poderes constituídos desencadeiam o medo de o bairro “ficar no esquecimento”, tema de conversas comuns nas Associações Comunitárias. Esse é o cenário. Nele se representam os dispositivos reais, ideológicos, repressivos da reprodução capitalista, na relação – burguesia dominante (política ou econômica) / moradores da comunidade. Esse mecanismo, do qual se valem largamente os representantes da classe política dirigente, pune aqueles que não se conformam e recompensa os que agem de acordo com as premissas do Estado.

Neste contexto, os trabalhadores sofrem em condições concretas e não apenas por meio de idéias, conceitos. Este sistema tem servido para garantir que a comunidade encare esse “jogo de controle” como o procedimento único para conseguir qualquer tipo de atendimento às reivindicações e, portanto, submetendo-se ao interesse do Estado.

As ações das SABs são quase sempre homogêneas em virtude de seus próprios objetivos estarem circunscritos à obtenção de benefícios imediatos e não pelo fato de algumas bandeiras serem assumidas conjuntamente.

Para Gustavo Ferretti, Presidente da SAB Casa do Sol – Indaiatuba – SP,

*“Sempre existe o interesse do político sobre a Sociedade Amigos de Bairro, sempre existiu e nunca vai acabar por aí, porque uma sociedade,*

*você veja bem, ela movimenta, por exemplo a nossa, ela movimenta uma média de 500 pessoas por final de semana. E o político, ele vai lá, por que ele quer o voto dele (...). O interesse político existe, é isso aí, por que num local que aglomera 500 pessoas, o político se interessa, você entendeu? Mas isso é em época de eleição, por que passou as eleições, acabou (...).*

*Ele trabalha no sentido de mostrar a sua imagem, de mostrar a sua pessoa. Conversa com as pessoas, entende, mas na, realidade, o político não dá nada pra Sociedade. Agora, o poder político, (...) às vezes a gente consegue, coisa pequena, a gente consegue. Por exemplo, eu posso dizer que aquele ginásio, nós conseguimos através do trabalho da Sociedade Amigos de Bairro, através da representação, daqui fomos a São Paulo, na época conseguimos lá por esse motivo. Numa época de campanha política (1984/1985), aqui (Indaiatuba) nós já sabíamos que existiam problemas, porque (o Prefeito nos dizia que) existiam outros bairros mais antigos que não tinham escola, mas como era época política, então a gente aproveitou a oportunidade e fomos (à CONESP) até conseguir isso”*

Nesse sistema, as realizações comunitárias até poderiam promover, vez ou outra, a melhoria das condições de vida para a comunidade. No entanto, podemos afirmar que nenhuma comunidade, individualmente, é capaz de equacionar suas forças de ação em face do Estado, para sanar os maiores problemas enfrentados pelos moradores dos bairros, em especial os da periferia.

Está descartada a noção de que a organização comunitária e os movimentos sociais, por si sós, (embora acreditando que possam, até certo grau independe da reprodução capitalista, conforme manifestou Gramsci, pela tendência em produzir maior conscientização da população, ou até em produzir intelectuais orgânicos), possam servir sozinhos, num regime capitalista, aos interesses da democracia participativa, da igualdade e emancipação do ser humano.

Acreditamos que só em pontos de confluência, muitas vezes produtos de conflitos entre Estado e os interesses da comunidade organizada, podem emergir em atendimento na área Social.

Para Perez (1986:55),

*“não há avanço possível nem estabilidade da educação(...) sem o apoio conseqüente das organizações políticas e de massas”.*

No Brasil, dentro do contexto de uma economia capitalista, a possibilidade de conferir à Educação seu real papel, (de um serviço que cria cidadãos conscientes, participativos politicamente para a melhoria da comunidade) não se fará por iniciativa dos dirigentes do Estado com base nas circunstâncias atuais, mas, como resultado das contradições e conflitos decorrentes das condições sociais vigentes no Brasil. Assim, os atores dos movimentos sociais acreditam que somente por meio das ações coletivas das comunidades, de seus movimentos e pressões a favor da expansão dos direitos e das oportunidades é que surgirá uma Escola mais democrática.

Prenunciam tais movimentos sociais que, na ausência da conscientização para a mudança, preservar-se-ão as relações sociais existentes. Daí a produção do conhecimento, a determinação e a reflexão serem elementos importantes para cercear o reprodutivismo; sustentado pelo poder em suas múltiplas facetas. A clareza de que a “escola única” não pode ser “única” numa sociedade capitalista e discriminatória, num Estado com autonomia relativa, que presta serviços mais ou menos dissimulados às classes dominantes; a certeza de que tudo o que se passa na Escola é atravessado pela divisão dessa sociedade capitalista, na qual os fins da Educação não são apenas diferentes, mas opostos e contraditórios, enfim, toda essa situação deve ser proclamada.

No Brasil, as condições sócio-econômicas desfavoráveis de certos segmentos da população são o fator responsável, em grande parte, pelo insucesso escolar em que, os alunos, apesar de conseguirem freqüentar a série inicial, não conseguem prosseguir os estudos. Essa realidade se contrapõe aos princípios de unidade e democracia proclamados pelo Estado ao oferecer “Educação para Todos”. No entanto, a Educação nunca é priorizada, resultando em um serviço insuficiente e excludente, em condições adversas e está muito longe da universalidade.

É preciso que a comunidade procure fora dos portões da escola, a Escola que o Estado oferece a seus filhos, pois na sociedade capitalista tudo o que ocorre dentro é de fato determinado pelo que ocorre fora dela, ou seja, nas indústrias, em suas pretensões para a produção de contingente de mão-de-obra (operários, funcionários do comércio, dos escritórios, pessoal de serviços), mais ou menos qualificada para o mercado de trabalho.

A comunidade precisa refletir sobre a escola oferecida pelo Estado: local de dominação e reprodução, mas com alguns prováveis espaços de resistências e de oportunidades, se minimizados por seus integrantes os efeitos que reproduzem os interesses e os valores dominantes.

Embora encontremos na sociedade entidades estabelecidas, como: sindicatos, diretórios políticos, organizações de profissionais, sabemos que estes organismos quase não se voltam ao trabalho comunitário. A falta dessa convicção fragiliza a iniciativa sobre o que se deve fazer e, por conseguinte, não há formação de resistência à situação ou luta pela transformação, pela mudança, como também não há exigência sobre o que deve permanecer como fator positivo.

Com base nessas oportunidades, defendemos a idéia da existência de algumas esferas públicas alternativas, nas quais particularmente os grupos de fora da Escola, uma vez organizados, possam ter voz, contribuindo para se difundirem novas práticas sociais solidárias e democráticas, dando as condições para o surgimento de novos conjuntos de ações coletivas (\*). Esta é uma utopia de que trataremos mais adiante: - Administração Pública, Escola e Comunidade organizada caminhando juntas.

O educador deve reconhecer o conflito de classes presente na sociedade capitalista e reproduzido na Escola. Daí a necessidade do envolvimento do aparelho público na formação de cidadãos críticos e participantes da mudança social. O educador, cidadão interessado na Educação e na emancipação do povo, seja na Escola, seja fora

---

(\*) Ver entrevistas: questão n.º 04/1996 (Anexo n.º 6); questão n.º 03/1995 (Anexo n.º 5), questão n.º 05/1998 (Anexos n.º 7).

dela, como, por exemplo, nas Associações de Bairros, tem como tarefa esclarecer a verdade sobre a dinâmica social, conhecimento este, que deve ser socializado, a fim de contribuir para a formação da consciência crítica. A incorporação clara desse direito fundamental propiciar-lhe-á autonomia intelectual e maior capacidade para intervir na realidade.

Os mecanismos necessários à vida social contemporânea devem ser apreendidos pelo morador em sua comunidade. Por isso, a Educação deve ser considerada no seu teor universal e não parcial, numa visão ampliada e não localizada.

É no cotidiano da vida das pessoas que se localizam as oportunidades para que os conhecimentos sejam processados, decodificados e combinados com o interesse de cada grupo. A oportunidade para a participação na transformação social, no pensamento crítico, deve se dar no cotidiano da vida das pessoas nas escolas, nas associações diversas, nos templos e nas igrejas, nos clubes, no varejo, com a participação permanente do povo.

O Estado e a comunidade devem encontrar, juntos, formas adequadas e necessárias ao atendimento de suas necessidades. Esse esforço passa pela aquisição de outros processos.

Alguns indivíduos usam a idéia de cooperação com o Estado, para dissimular a inoperância deste e, portanto, disfarçar seus compromissos de classe. É esse o problema do Brasil. O sistema não funciona porque o Estado está muito ocupado no atendimento à burguesia (ex.: construção de estradas).

Gatti (1994:18) nos propõe que:

*“As alianças e parcerias devem ser ampliadas ao setor privado, às comunidades locais, aos sindicatos, grupos religiosos, organizações não-governamentais de modo geral, associações diversas. É preciso conjugar todos os esforços e recursos possíveis para atender aos novos desafios, tendo presente que os recursos e as iniciativas do Estado são insuficientes.*

*Estas parcerias podem e devem ser acionadas em um caminho de dupla via, sendo que as instâncias extragoverno podem assumir iniciativas importantes nesta direção”.*

Respostas obtidas em entrevista (\*) também corroboram essa idéia. Mas esta afirmação de Gatti faz-nos refletir sobre a “insuficiência dos recursos e iniciativas do Estado”.

É fato que a grande maioria da população enfrenta diuturnamente carências no setor social. Devemos avaliar o seguinte: os recursos são insuficientes porque o Estado não tem? ou porque é incompetente e administra mal o dinheiro público?

Não seria demais lembrarmos-nos de que o Estado é, antes de mais nada, o guardião e o protetor de interesses econômicos que, na sociedade capitalista, como no Brasil, os interesses de certas classes são dominantes.

Não podemos nos esquecer que a crise do Estado também se deve ao seu envolvimento excessivo com as classes altas, com projetos faraônicos, com a corrupção,

---

(\*) Questão n.º 3 – Entrevista 1996 (Anexo n.º 6).

com a má administração dos bens públicos, como o resultado da cobrança do I.P.M.F., causando a ineficiência financeira para as obras de cunho social.

Não obstante, o Estado tem sido amplamente apresentado e aceito como servidor da sociedade, ignorando seus vínculos com interesses econômicos dominantes.

Com base nessas afirmações, propomos novamente uma reflexão a respeito do caráter contraditório dos Movimentos Sociais: às vezes estes se apresentam como beneficiários das demandas sociais, com fortes características clientelistas; outras vezes são os **atores** que estão melhor equipados para pressionarem o Estado. Nesse sentido, poderíamos considerá-los “atores-cidadãos”.

Isto se explica, talvez, em função de ser um Estado de classes, na qual as sociedades são atravessadas por instituições de interesse corporativista. Às vezes, essas organizações são decisivas para a emergência ou manutenção dos chamados **direitos sociais**. Por outro lado, esse corporativismo provoca distorções na própria democracia. Observamos que, quer sejam instituições corporativistas do capital, ou do trabalho, as mais fortes são priorizadas, em detrimento da parcela da sociedade invariavelmente excluída, ou sem organização. O Estado, teria o papel de fazer prevalecer os interesses universais da grande maioria da sociedade, sobre os interesses particulares. Isto deveria transparecer nas reformas constitucionais e na própria ação concreta do Governo.

Como constataremos em nosso trabalho, por via de regra os movimentos Sociais reagem em razão das preocupações imediatas e particulares dos grupos não atendidos e tendem a caminhar do particular para o geral, no que diz respeito às suas buscas. Isto porque, na grande maioria das vezes, há um pequeno número de pessoas que se esmeram para alcançar benefícios que lhes importam pessoalmente, mas que acabam por beneficiar o bairro como um todo.

Tal situação ocorre, quando alguns integrantes das SABs se beneficiam de um **bem coletivo**. Não há possibilidade de se excluírem pessoas de seu usufruto ou distribuir os bens diferencialmente entre munícipes conforme a parcela do esforço individual empregado para a consecução do objeto coletivo.

A luta por saneamento básico num bairro de periferia seria um **bem coletivo** do qual todos os moradores se beneficiariam, apesar de só alguns membros da comunidade efetivamente participarem do movimento reivindicatório.

Nesse sentido, surge-nos esta pergunta: se, por um lado, as SABs podem ser grupos auxiliares nas reivindicações materiais e políticas e nas denúncias e pressões a favor de melhorias concretas nas áreas das políticas públicas (que, por definição, são geralmente excluídas) por outro lado, poderiam, embora não intencionalmente, ser agentes esvaziadores de mobilização de pressão política consciente, de fora para dentro do governo?

Freqüentemente, como “representantes” do bairro (em número mínimo, às vezes sem lastro), suas atividades têm absorvido ou impedido iniciativas políticas de grupos maiores que poderiam emergencialmente organizar-se em vez de deixarem os “problemas do bairro” para as SABs.

Esta tendência de “absorção dos problemas” na entidade, pode prejudicar o processo de erradicação e impedir a pressão política de fora do governo. Este está sempre, evidentemente, propenso a cooptar suas reivindicações, para que se incorporem aos objetivos “maiores” do regime político vigente.

O processo parece circular, sem grandes avanços, na medida em que podemos observar que o comportamento das SABs e entidades é especialmente reivindicatório e decorrente das necessidades materiais dos bairros, particularmente de infra-estrutura e, portanto, à mercê do atendimento do Estado, facilmente cooptáveis.

É curioso registrar que na medida em que as mulheres vão se projetando na sociedade, mais facilmente são proclamadas as suas necessidades como mães e donas-de-casa, mormente nos bairros periféricos. E a procura pela mulher nas SABs vem aumentando gradativamente, como local de reivindicações ao poder público.

Assim, o próprio Estado, valendo-se de seus vários mecanismos políticos (na situação, ou com a oposição), vai expandindo seus serviços estatais, o que contribui para o surgimento de novos movimentos reivindicatórios.

Do contato pessoal com os membros das SABs, é curioso constatar que o Poder Municipal, consegue infiltrar-se nas lideranças populares, integrantes dos seus quadros, até então vistos como opositoristas às reivindicações populares. Apesar de fazerem coro às demais reivindicações não é novidade que esse processo, ao mesmo tempo que obscurece o caráter conservador do governo, colabora para que as mudanças ocorram sem grande euforia, de forma mais moderada. Temos a percepção de que o papel do funcionário público nas SABs garante a possibilidade de conciliação entre a Sociedade de Bairro e a Administração Municipal, quando da elaboração de projetos necessários ao bairro, que nem sempre se enquadram nos “modelos prontos” do setor público, mas que também não se contrapõem aos interesses dominantes. Muitas vezes esses órgãos se complementam, e os serviços podem se dar em barganha da oferta de bases políticas para a ampliação do contingente de integrantes nas legendas partidárias.

Acreditamos que tais ações detêm os constantes movimentos organizados em torno dos canais institucionais de representação, pressupondo mecanismos de cooptação importantes na efetivação de projetos oficiais.

A combinação entre os elementos, ditos oficiais, aglutinadores e os “sem vínculos” com a Administração influem no perfil das posições políticas e na ambigüidade das prioridades em torno das reivindicações. Não é raro percebermos as pressões, censuras sutis ou adaptações, que modificam os interesses populares de acordo com a “vocação do administrador público”.

Em inúmeras oportunidades, alguns entrevistados apresentaram tal consciência, embora justificassem que os ganhos sociais à população não eram totalmente anulados. Não ignoram todavia, que, vez ou outra, em nome da preservação da ordem, as elites dominantes abram algumas concessões.

Nesse aspecto, Pereira (1994:13) assim se manifesta:

*“As elites dominantes ou as classes dominantes procuraram, ao longo deste século até os dias atuais, manter o controle de todo tipo de processo ou projeto de mudança e o fizeram com bastante “eficiência”. O uso da força ou da conciliação foi uma constante na história brasileira. A força foi usada para destruir os movimentos que não podiam ser cooptados ou as lideranças que não aceitavam a conciliação. Este talvez possa ser considerado o instrumento mais eficiente do processo”*

Continua o autor, dizendo o seguinte:

*“(...) quando os movimentos populares não foram massacrados, foram tratados paternalmente, como fonte legitimadora das ações do poder”.*  
pág. 14

Ainda ressalta o autor:

*“As elites souberam, sim, aliar-se ou não a setores populares, retirá-los ou não de cena, sempre em conformidade com seus interesses e com a possibilidade da ação repressiva, pacífica ou violenta. Pode-se afirmar, portanto, que, se houve conquistas populares ao longo da história, ocorreram contra a vontade dos homens do poder ou para evitar um “mal maior”.* pág. 16

Nesse cenário, a área da Educação tem sido um terreno fértil para concretizar interesses governamentais.

Exemplifica essa afirmação a fala do Sr. Elson Ernandes, membro da SAB 24 de Maio, Indaiatuba – São Paulo:

*“A gente não tinha pré-escola ou escola de 1.º grau no Jardim Morada do Sol. Todo mundo na SAB se debatia com isso. O prefeito queria primeiro a FIEC (2º grau) e não abria mão. Nós, até no fim concordamos em levar o povo junto com essa idéia porque percebemos que a EMEI e a Escola de 1.º grau, só viriam depois da FIEC. Como veio. dois anos depois ...”*

Os acordos efetivados são, portanto, os caminhos mais fáceis para conter as pressões sociais organizadas, visto que a realidade não se desfaz ou se constrói apenas por leis ou discursos, não se modifica em cima de palanques.

Demerval Saviani (1987:147,148) afirma- nos que é preciso distinguir, numa lei, os objetivos proclamados dos objetivos reais.

*“Os objetivos proclamados indicam as finalidades gerais e amplas, as intenções últimas. Estabelecem, pois, um horizonte de possibilidade situando-se num plano ideal onde o consenso, a identidade de aspirações e interesses é sempre possível. Os objetivos reais, em contrapartida, indicam os alvos concretos da ação, aqueles aspectos dos objetivos proclamados em que efetivamente está empenhada a sociedade, enfim, a definição daquilo que está buscando preservar e/ou mudar. Diferentemente dos objetivos proclamados, os objetivos reais situam-se num plano onde se defrontam interesses divergentes e, por sua vez, antagônicos determinando no curso da ação as forças que controlam o processo. Nesse quadro, os objetivos reais podem se configurar como concretizações parciais dos objetivos proclamados, mas apenas podem também se opor a eles, o que ocorre com bastante frequência. Neste caso, os objetivos proclamados tendem a mascarar os reais”.*

Embora promessas de palanques sejam capazes de permitir respostas eficazes para as lacunas educacionais, as ações administrativas são deficientes na área de educação, haja vista a baixa escolarização, desistência, reprovação, grande percentual de professores leigos e o alarmante índice de analfabetismo existente nas cidades brasileiras, incluindo o progressista Estado de São Paulo.

Mesmo tendo clareza de todo esse cenário, tomando-se por base as constatações mais comuns, vemos o Estado contemporâneo obrigado a incluir, em seus planos, ações com fins sociais, que, por mais “antipovo” que possa ser, implementa políticas sociais globais e cria expectativas de demanda.

Não podemos negar que, mesmo que o impacto direto das SABs, na obtenção do atendimento a essas reivindicações emergenciais seja limitado e que o efeito imediato desses movimentos seja pontual ou setorial, o movimento, como um todo, tem tido, ao longo dos anos, um papel decisivo na legitimação das reivindicações populares. Este papel manifesta-se mais claramente na mudança profunda dos políticos em relação ao movimento: Evidenciam-se, por parte destes, cada vez mais, tentativas de incorporação de cunho político, ao verem, nas manifestações dos moradores de vilas distantes, bases importantes de apoio para manutenção ou conquista de posições de poder.

Num grande número de municípios, o governo Municipal cria meios institucionais de receber as reivindicações populares por meio de uma comissão permanente de visitas aos bairros.

Nestes contextos, o discurso é o da participação da comunidade nas decisões da Administração Pública, inclusive com chances e acenos de participação nos partidos mais progressistas. No entanto, se ampliarmos o horizonte de nossa observação, vamos notar que nas democracias competitivas como um todo, diversos estudos de comportamento político e eleitoral demonstraram-nos a baixa mobilização e participação como uma de suas características.

O desconhecimento dos problemas políticos por uma imensa gama da população; a **apatia** resultante desse desconhecimento (ou até mesmo, de um certo nível de “pseudo-satisfação”); o **descrédito** quanto às instituições políticas e a alienação mostram-nos que a participação, quando não compulsória, é baixa, com raras exceções nos momentos de crise (\*). Não podemos tomar como verdade empírica aquilo que nos diz a teoria democrática. Vivemos num regime democrático competitivo e aos poucos estamos perdendo a ingenuidade de crer que todos os grupos têm toda a liberdade para participar, organizar-se ou fazer valer suas posições políticas de forma sistemática e consistente.

Voltamos a afirmar que as SABs podem concentrar em si próprias, (em sua composição interna, policlassista, tendentes à articulação das classes populares com outros setores da sociedade civil, unificando práticas e objetivos, agregando setores e camadas ao redor de reivindicações comuns sobre a qualidade de vida e à participação nos processos decisórios relativos às cidades) a força para pôr em xeque o discurso do

---

(\*) Ver entrevistas: 1995 - questão n.º 4/6 (Anexo n.º 5), 1996 - questão n.º 8/10 (Anexo n.º 6), 1998 - questão n.º 3/7 (Anexo n.º 7).

Estado, e desmitificar pela base o conteúdo da classe dominante, o que esse poder não consegue assumir de uma forma universal.

Deixamos claro que o sistema democrático (liberal) baseia-se na crença às instituições, na crença da igualdade para todos os indivíduos como cidadãos, na crença de que o processo político deve responder aos anseios da sociedade, na crença de que o conteúdo econômico, social e cultural é mutável. Assim, **o sistema democrático não é democrático todos os dias**, ele o é, apenas nos intervalos. E não pode ser mudado, a não ser que haja um processo de mudança dentro dos canais institucionais. Insistimos em que os educadores devam observar esse fato. Essas convicções exigem uma crença compartilhada (ao menos por consenso ideológico), por uma imensa maioria de seus participantes, de que mudanças na educação supõem mudanças nas instituições, considerando o saber da comunidade.

Não se resolvem problemas apenas criticando o funcionamento das instituições sociais, civis e públicas, como ineficientes, burocráticas, manipuladoras, tendenciosas, antipopulares. Nem se resolvem igualmente, situações, menosprezando-as ou secundarizando-as.

A necessidade da interlocução com o Estado, a quem são dirigidas as demandas (exige melhor estruturação das ações coletivas), ressalta o dilema básico dado pelo duplo caráter das instituições em geral, segundo Boschi (1987:40):

*“a um tempo instrumentos de mudança social e estruturas que sancionam o “status quo”.*

Neste sentido, já deixamos claro que a Escola se apresenta como mediadora das contradições do Estado, e portanto, é essencial preservarmos a pressão da classe trabalhadora, de forma permanente e contínua dentro e fora dos aparelhos estatais, no sentido de entender, aprofundar e condicionar as liberdades associadas à democracia, controlando o poder do Estado, considerando o saber orgânico, ou seja, o saber na comunidade.

Acreditamos que com base em um elo fundamental, no Bairro, como por exemplo, nas SABs, a própria ação pedagógica de suas reuniões é orientada para não se prender a dogmas, mas para buscar a transparência. Conduzir-se por informações claras e fidedignas, para obter o aprimoramento do cidadão, o compromisso com coletivo. Isso implica a esperança de se fazer ouvir (na Lei e na ação). Se a Escola, juntamente com essa comunidade, explorando suas semelhanças e diferenças, construírem e exercitarem juntas um **projeto pedagógico**, com certeza poderemos contar com a expectativa de construir uma sociedade mais democrática.

Estes bairros, já organizados e representados por suas Associações de Moradores, podem tornar-se potencialmente um campo fértil para o exercício da democracia, em todo seu dinamismo, em todos seus movimentos.

Por meio do diálogo, fica mais claro que o Estado tem o dever de fornecer **Educação para Todos**, assim como é direito da população exigí-la. Sem uma atitude concreta, sobra o discurso vazio, as velhas práticas populistas, como máscara aos interesses meramente eleitorais.

O compromisso dos que têm o conhecimento da situação, não deverá ser apenas o de descrevê-la, ou de ser capaz de formular questões sobre a situação que aí está, mas deve ser o da tentativa de criar hipóteses sobre como se fará para mudar o quadro social tal qual se apresenta hoje. A participação de todos deverá estender-se às instituições a serem democratizadas. Somente valendo-se da força e do produto da luta da classe trabalhadora por essa transformação, cujo germe ainda está concentrado no Estado, é que haverá possibilidade de mudança.

À medida que o povo se mobiliza, ganha e amplia o poder, arrimando a Democracia e impondo sua participação nas decisões das instituições. Novas utopias vão sendo geradas e novas instituições podem ser criadas para viabilizarem essas utopias.

Sabemos que as realizações não vão brotar do nada, por “obra do Espírito Santo”, mas terão de ser examinadas, vividas, testadas, experimentadas, reprogramadas pela prática política e pela ousadia dos líderes experimentados que acreditam ser a organização da população na família, no bairro, no município, no estado essencial para o estabelecimento do que chamaríamos de “contradição ou conflito democrático”, que evita deixar que “políticos de profissão” e Estado ditem a política e a sua direção. Para tanto há necessidade da honestidade, da transparência, da verdade, do esforço, da inteligência e do compromisso dos que estão envolvidos na luta.

## **Movimentos Sociais: Conceituação e Características.**

O cenário atual, que possibilita a reestruturação da sociedade civil e a organização da vida partidária com suas direções e programas, é oportunidade essencial para que os grupos de base vão integrando e ampliando organizações mais articuladas de luta e participação, mais precisamente num trabalho sistemático de ação e reflexão sobre o Estado capitalista.

Para Carnoy (1984),

*“as contradições internas do Estado e as crises resultantes são momentos de batalha que apresentam oportunidades às massas para assegurarem posições mais vantajosas”.*

Nesse cenário da democracia política e do capitalismo em expansão nascente, vai-se criando um processo que acaba gerando uma predisposição para se lutar, tanto pelos direitos individuais, quanto por aquilo que é “social”, de “vontade coletiva”, o que era impossível germinar no período anterior, ditatorial e repressivo.

A década de 70 marca, na maioria dos países da América Latina, uma nova dinâmica política, social e econômica. Aqui incluímos o BRASIL, embora este tenha sido um dos últimos países a se democratizar, no início dos anos 80.

Em decorrência, a Sociologia desse período (70/80) foi dominada por uma temática registradora de uma nova dinâmica que desenha uma paisagem diferente: o florescimento dos **Movimentos Sociais** (Dalton e Kuechler – 1.950, Scherrt-Warren e Kirchke – 1.987, Laranjeira – 1.990).

Entre os termos definidores mais comuns apontados pelos autores Göhn, Lima, Camacho, Tourraine, Castells, Moisés, Jacobi, Telles, Borja, Singer, Brant, Biarez, no tratamento dos **Movimentos Sociais**, temos: ações coletivas, mobilização coletiva, manifestação coletiva, movimento reivindicatório, **movimento de bairro**, movimento social urbano, movimento popular, movimento social popular, entre outros.

Kauchakje (1992:3/4) cita: Tourraine, Göhn, Boschi, Melucci, Castells e Gutierrez, autores para os quais:

*“as ações coletivas possuem tipos ou formas, onde se incluem os movimentos sociais”.*

Estes movimentos são por eles analisados sob dois aspectos controversos:

1º. aspecto – No meio urbano, as contradições geradas pelo capitalismo levam o indivíduo (especialmente o migrante dos centros grandes) a perceber que é um marginalizado embora algumas vezes, ao tecer comparações com as péssimas condições de seu passado conserve, ainda, uma certa satisfação, um certo ar de conformismo e de resistência. Outros indivíduos, compreendendo que são desprotegidos e tendo a possibilidade de uma visão de padrões de vida mais altos, contraditoriamente, elevam o nível de aspirações e são impulsionados a participarem inicialmente de algumas ações coletivas e posteriormente a se organizarem em Associações.

Podemos considerar a participação popular em seu caráter inovador, tendo em vista sua ambigüidade de conformismo e resistência, como independente do Estado.

2º. aspecto – Os indivíduos contestam o que lhes é impingido pelo Estado, ao mesmo tempo que priorizam a solidariedade interna do grupo, como uma forma de legitimar seus propósitos. Embora convivendo com relações convencionais e clientelistas, pretendem investir energia para abrir espaço que permita realizar uma nova forma de fazer política. Nesse sentido, há uma articulação entre o Estado e os Movimentos Sociais.

Cardoso (1991:131), em seus estudos, enfatiza a especificidade dos movimentos contemporâneos, denominando-os de **“grupos de solidariedade”** ou **“comunidades organizadas”** e enfatiza os seguintes aspectos de sua estrutura interna:

*“1º - São coletividades igualitárias, onde prevalece uma ativa negação de hierarquia entre líderes e liderados. Conseqüentemente, não atuam através de representantes, e toda negociação política deve envolver a consulta aos membros disponíveis do grupo;*

*2º - As decisões sobre as formas da ação resultam de decisões cujo objetivo é produzir consenso;*

*3º - São grupos que se definem como políticos mas que, em suas ações, são necessariamente apartidários;*

*4º - Representam segmentos sociais que tomaram consciência da discriminação invisível de que sempre foram vítimas.*

*Se de início, esses movimentos questionavam as instituições, o “status quo”, o modo de vida dominante, mais recentemente, representam “(...) as novas formas de manifestação da vontade civil (que) se contrapõem ao controle exercido pelo Estado ou pela família, pela escola ou por outras instituições...”*

Devemos ter claro que tais movimentos se realizam no município, um dos órgãos e níveis do seu aparelho. É importante que compreendamos que esses movimentos estão diretamente articulados e subordinados ao conjunto de processos e características desse primeiro nível de poder em cada sociedade.

É o município que tem o encargo da gestão e distribuição dos serviços urbanos, os quais vão desde os que o Estado dispõe para o município, com entraves em sua política paroquial e personalista, como aqueles que carecem de lutas na busca de soluções de sobrevivência econômico–financeira autônoma, e os liberte da carência de verbas provenientes dos níveis superiores (Estado e Federação). Esses serviços urbanos tornam-se tanto mais necessários, quanto maior é o avanço do Capitalismo. Esse regime produz uma concentração acelerada da população nas cidades e uma socialização crescente dos meios de consumo necessários à vida cotidiana. Tal fato vem determinando uma intervenção cada vez maior do Estado na gestão desses meios de consumo.

Observemos um fenômeno importante:

Ao mesmo tempo que a concentração de moradores em núcleos ou bairros facilita aos vizinhos a tomada de consciência e organização, contribuindo para que vejam mais claramente a necessidade de organizar-se e lutar, agrupando-se em associações, classes e sindicatos, também os dirige para a administração local, vista como interlocutora preferencial para a gestão dos problemas que os afligem.

Se a Prefeitura é uma instituição que não os representa, a oposição de fora a obriga a negociar. Se é democrática, porém, a organização pode unir-se a ela para conseguir benefícios de outros níveis do governo.

Não queremos aqui admitir que a consciência surja apenas da organização espacial, mas lembrar que a homogeneização das condições, especialmente de residência e trabalho, permitem a percepção de que o problema não é só do indivíduo, mas de todos e que a solidariedade é necessária. Acreditamos que na democracia esse relacionamento da população no município, com os prefeitos, deverá ser ampliado com urgência. Propomos uma participação sem a interferência da política corporativista, que objetive enfrentar as oposições internas do sistema municipal, vencendo resistências ideológicas dos que se opõem à descentralização das decisões, sem razão de ser. Uma participação que reveja os critérios da máquina administrativa municipal.

**Nesse sentido, faz-se necessário propor a seguinte questão: - Como desenvolver cotidianamente a participação do povo nas políticas públicas, em especial em nível municipal?**

Primeiramente, organizando as massas populares em defesa de seus interesses e respeitando a expressão de suas próprias tendências sociais e culturais. A primeira

dessas orientações aponta para os **Movimentos Populares**, que Göhn (1985:12) registra como o conjunto de

*“práticas coletivas desenvolvidas pelas classes populares, no conjunto das existentes na vida cotidiana, configurados pela condição dos indivíduos enquanto moradores e consumidores da cidade e determinada pelo conjunto de relações sociais, que estruturam a acumulação do capital e a reprodução da força de trabalho de uma formação social”.*

Nessa linha, a autora inclui em Movimento Social Urbano, os “*grupos de moradores que se reúnem para reivindicar água, luz, etc...*”. Tais movimentos “*emanam de contradições capitalistas*”, têm grande “*expressividade no plano da política*”, são “*defensivos, utilizam-se de estratégias legais e ilegais para viabilizar suas ações, reivindicam igualdade e posicionam-se contra as discriminações, têm na maioria das vezes o Estado, ou alguns de seus aparelhos como opositor imediato, etc.*” supra p.52

Vale a pena ressaltar, ainda uma vez, que, ao afirmar que os Movimentos Sociais emanam de contradições capitalistas, não significa dizer que a sociedade se organiza simplesmente em decorrência das carências da periferia, mas o faz baseando-se na organização dos centros de poder, de suas necessidades de acumulação de controle político, aos quais todo o resto está subordinado. Nesse sentido, embora por vezes os interesses coletivos tenham mais ou menos contornos definidos, são potencialmente universalizáveis pela própria organização do poder.

É ilustrativo verificar que, além da participação popular nos Movimentos, faz-se necessário também, assegurar a presença da população nas instituições oficiais representativas do Estado em todos os seus níveis, e com mais ênfase, no municipal. Isso, sem dúvida, concorrerá para mudar qualitativamente a política e a estrutura do poder, articulando-o cada vez mais às organizações populares.

Por outro lado, é importante lembrar que as Associações Comunitárias, entre as quais citem-se as SABs (\*), não têm a capacidade de representar o povo em sua totalidade, pelo simples fato de que a política não é a soma dos interesses localizados da população, mas, sim, opções globais da organização social, que só podem ser definidas e expostas perante as massas, por partidos políticos que as contêm com expressão em todo o universo social. Daí a importância do caráter evolutivo dos movimentos sociais, da reflexão e análise que comportam essas lutas, as quais, por seu teor pedagógico, são capazes de revelar quais são “os amigos e os inimigos do povo” em nosso país.

A leitura segundo a qual, nos países subdesenvolvidos como o Brasil, o Estado intervém muito mais no setor industrial e de infra-estrutura, visando criar condições para a expansão do capital privado com grande ônus para o aspecto regulamentador e para a produção da força de trabalho, só é alcançada pela reflexão contínua do cidadão inserido política e socialmente na comunidade.

Assim, também, a percepção de que a ênfase do Estado nos setores citados que beneficiam o capitalismo, irá produzir uma visível defasagem na oferta de serviços essenciais (saúde, educação, habitação, transporte coletivo, urbanismo, etc.) e que isso não ocorre em sociedades de capitalismo avançado, em que os investimentos são

---

(\*) SAB = Sociedade Amigos de Bairros

dirigidos para a qualificação da força de trabalho, que se integra diretamente no espaço de reprodução e valorização do capital, são conhecimentos alcançados e assimilados graças à reflexão, vivência, avanço cultural e político.

Por isso, é razoável supor que o que mobiliza os movimentos sociais e concorre para a tomada de consciência durante os acontecimentos, são as carências históricas, vale dizer, não são apenas os interesses imediatos deflagrados por necessidades quantificáveis, mas aqueles que fazem parte da própria identidade dos movimentos, dos quais são portadores. Também é por via do desenvolvimento do processo histórico que se atinge a percepção de que seus integrantes podem ser agentes na construção da sociedade (apesar de essa participação ser condicionada pelo próprio sistema social). Parece-nos também que a participação pode ser, tanto mais incrementada, quanto mais as organizações forem ao encontro das aspirações da comunidade.

Uma dessas vias pode ser a **SAB – Sociedade Amigos de Bairro** – entidade representativa do **Movimento de Bairro** – que se orienta para o desenvolvimento de um senso de vizinhança e solidariedade que continuamente manifesta as aspirações e necessidades da coletividade aos Poderes Públicos e pode, portanto, ser considerada como aquela, cujas ações **vibram** em defesa dos interesses coletivos.

Entre os inúmeros autores que tratam de Movimentos Sociais, Evers (1984:14) aponta muitos aspectos das dinâmicas do cotidiano das SABs, ao destacar as características mais repetidas nos Movimentos Sociais:

*“(...) um número relativamente baixo de participantes, estruturas não burocráticas e até informais; formas de tomada de decisões; distanciamento social relativamente pequeno entre lideranças e demais participantes; modos pouco teóricos e imediatos de perceber e colocar os objetivos do movimento, etc.. Muitos destes estão diretamente envolvidos em atividades culturais (no sentido mais amplo); outros lançam mão da música, teatro, dança, poesia e outras manifestações culturais para divulgar seus objetivos. Para muitos membros, o simples fato da participação, implica forte apelo de caráter educacional, mesmo quando a motivação originária tenha sido uma necessidade material como, por exemplo, a obtenção de reconhecimento legal de áreas ocupadas para moradia”.*

### **SABs: O processo educativo na participação do indivíduo em busca da identidade coletiva – uma questão de cidadania.**

Apresentamos no quadro anterior a perspectiva de que a conjuntura histórica, a estrutura de poder, as condições de existências propiciadas pela vigência de um dado sistema social de produção, os aspectos dinâmicos constitutivos da vida cotidiana, se contraditórios à influência poderosa das forças sócio-econômicas, levam a população a agregar-se e a assumir juntamente, práticas que direcionam a defesa de seus direitos básicos.

Nesta perspectiva, o desenvolvimento econômico e social poderá estar intimamente ligado à necessidade de participação, mobilização e dinamização da população em torno das condições de Saúde, Educação, Habitação, Saneamento, etc.

Os usuários mais diretos das práticas dessas manifestações populares ou comunitárias estão agrupados em associações ou entidades, como as SABs que congregam moradores de um determinado núcleo habitacional (vila, bairro), com o objetivo prioritário de arregimentar esforços no sentido do bem-estar daquela comunidade, de reforçar o nível de consciência como cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, engajados, em maior ou menor escala, nesse mister. Tal identidade produz condições ou variáveis adequadas para que se preocupem os moradores em agrupar-se para a defesa de seus direitos básicos.

Assim sendo, podemos dizer que a implantação das Sociedades Amigos de Bairro (SABs) é tanto resultado da necessidade, da capacidade de o homem usufruir, definir e gerir seu próprio progresso, em razão da satisfação de suas carências básicas, como também é resultado de um processo de conscientização, permeado por ideais a serem cotidianamente conquistados nos resultados na luta pela cidadania. Esse processo que pressupõe a identificação dessas classes populares, no caso, em torno dos objetivos precípuos de desenvolvimento da comunidade, pode encontrar nos estudos teóricos de Habermas, uma confirmação.

Para Habermas (1985:30):

*“(...) são os indivíduos e a sociedade que, de certo modo, produzem por si mesmos sua própria identidade (...)”.*

Inferimos que a produção da **identidade do indivíduo**, só pode se dar no âmbito de um grupo de iguais (por exemplo: estudantes, trabalhadores, líderes comunitários, associados). É nesse grupo que se dá, por meio da participação política e da vivência de diferentes experiências (entendida aqui como ações exercidas pelos indivíduos) a **identidade coletiva**.

Nesse sentido, acreditamos que as várias identidades vão sendo construídas na dinâmica do processo histórico. Parafraseando Göhn (1992), afirmamos que os indivíduos ao mesmo tempo que determinam as ações sociais, são por elas determinados. As ações dos movimentos refletem-se sobre os indivíduos sob a forma de auto-conhecimento, levando ao processo de transformação social.

Esse processo é permeado pela linguagem comunicativa, pelo conhecimento reflexionado e pelo “fazer correto” dos indivíduos, em interação contínua e constante com o meio (agentes externos, indivíduos políticos, partidos, fatores econômicos, etc..).

Assim, só podemos compreender a **identidade coletiva**, na trajetória em que se insere, construída, reconstruída e incorporada pelo eixo da **participação** e reflexão dos indivíduos, umbricados e tendentes aos mesmos conjuntos referenciais, ligados a um determinado território, portanto de vocação relacional.

Nesse sentido, evocamos aqui Habermas (1985:98):

*“A identidade coletiva é hoje possível somente sob forma reflexiva, ou seja, no sentido de ser fundada na consciência de ter oportunidades*

*iguais e gerais para tomar parte nos processos de comunicação, nos quais a formação da identidade tem lugar como processo contínuo de aprendizagem.”*

A identidade social, portanto, constrói-se por integração, na medida em que pertence a um sistema de referência, e, por diferenciação, na medida em que fixa, em relação aos outros, distâncias e fronteiras mais ou menos rígidas.

Para nós, este processo de auto-identificação dá-se no plano concreto (ação refletida, formação da consciência) e no plano simbólico (criação de regras, normas e valores). A **participação** é elemento essencial para sua concretização.

Coube a Göhn (1982) o mérito de observar o fenômeno evolutivo da formação da consciência coletiva:

*“O que aglutina estes grupos, num primeiro momento é uma mera solidariedade grupal, mas a prática cotidiana poderá levá-los a um processo de formação e de autoconsciência coletiva. O movimento nasce a partir de problemas locais e imediatos e seu desenvolvimento tende a ampliar as reivindicações para as esferas mais amplas da realidade social.*

*É nestas ações que o movimento poderá se politizar tendendo a formar uma consciência da situação e das necessidades comuns dos grupos envolvidos.*

*Estes fatos poderão vir a expressar, dependendo da conjuntura político-social vigente, o embrião de uma vontade coletiva popular.”*

O processo de autoconsciência coletiva a que se refere a autora não acontece automaticamente, mas decorre das carências e reivindicações. Esta conscientização dá-se em nível da organização de base, por meio das **Assembléias nos Bairros**, nas quais os moradores nutrem novos padrões de valores, levando em conta inúmeros condicionamentos estruturais. O apoio de forças políticas e ideológicas possibilita o desenvolvimento de uma consciência crítica popular que impulsiona a comunidade para um processo de intervenção na construção social da realidade e que, por conseguinte, pode refletir-se na Escola.

Nesse sentido, os movimentos sociais expressam uma forma nova de participação política que Jacobi (1987:17) reconhece, ao afirmar:

*“(...) Embora sua incidência seja parte insignificante no todo(...) os movimentos têm condições efetivas de interferir na realidade das estruturas institucionalizadas, partidárias ou estatais”.*

Para o autor, é numa primeira perspectiva que o Estado é visto como provedor das necessidades dos bairros, particularmente aqueles que abrigam a população proletária ou proletarizada. Agora, num momento seguinte, graças ao processo de conscientização coletiva, ele pode passar a ser considerado inoperante ou omissor, gerando insatisfação quanto ao fornecimento de serviços coletivos. Esta consideração faz emergir contradições e podem gerar novas reivindicações. Desse modo, ao mesmo

tempo que é indutor das políticas que regulam a dinâmica da sociedade (Jacobi:1989:17), pode funcionar como “*propulsor dos movimentos sociais*”.

O sistema econômico que sempre caracterizou o cenário político brasileiro, ao mesmo tempo que é estimulado e garantido pelo Estado, produz conseqüências na população (não atendida) que acabam por pressionar esse mesmo Estado. Nesse sentido, o Estado contradiz-se em seu papel de mantenedor e disciplinador do sistema econômico.

É importante notar que essa contradição, claramente ou não, é sentida pelo homem social.

Para entender tal idéia, é necessário que destaquemos aqui a categoria teórica básica utilizada no conceito de **consciência coletiva**:

O homem convivendo em grupo, ao longo de sua vida, vai adquirindo uma linguagem que é decisiva no sentido de contribuir para a formação coletiva.

Para isso, no momento em que há possibilidade, com base no próprio reconhecimento pessoal, busca significados decorrentes do pensamento e ação de outras pessoas.

Ele percebe e manipula o mundo no qual nasce, baseando-se em si mesmo e em sua relação com os grupos, na inserção histórico – social.

Em outras palavras, o homem repensando suas ações, vivencia o processo de **consciência-de-si-social**. Nas trocas com outros indivíduos, como as que se dão nos **Movimentos de Bairros**, pode superar sua individualidade, perceber que as condições históricas em que vive não são privilégio seu, mas também dos demais integrantes do grupo e caminhar para a consciência de classe, interferindo e colaborando para a reprodução ou alteração social da realidade. Esse é o processo educativo em busca da cidadania plena.

Os movimentos dos grupos de moradores e sua reflexão sobre a deterioração e a precariedade das condições da estrutura, das condições políticas e as do plano da vivência cotidiana (perceba-se: não apenas a percepção imediata ou o suprimento das carências emergentes) – levam à formação de uma identidade social e política, advinda da tomada de consciência coletiva.

Nesse contexto é que entendemos a vontade coletiva popular, gestada no núcleo das SABs e no processo educativo, dinâmico dos movimentos sociais que as envolvem. Aqui se clarifica seu potencial, aqui se dá o processo de **cidadania**.

Encontramos um ponto de união entre as organizações sociais, a participação na comunidade e a questão da cidadania. Esse tripé é, em verdade, o que as políticas públicas deveriam representar: a participação, a expansão da cidadania e a busca da igualdade, uma das possíveis vias de construção da democracia.

Essa participação do sujeito, por meio dos Movimentos Sociais, cria o cidadão coletivo que faz reivindicações baseadas em interesses de coletividades de diversas naturezas. Para Göhn (1989:50), trata-se do:

*“conceito de cidadania elaborado a partir de grupos organizados da sociedade civil.”*

Assim, a participação é elemento comum no processo contínuo de aprendizagem dos grupos organizados, na afirmação de sua identidade coletiva como condição precípua para a construção de sua própria cidadania.

Aqui, a participação é considerada um pressuposto democrático que não se esgota nas formas tradicionais de governo representativo. Está em questão a interferência direta dos diferentes segmentos da sociedade nas decisões governamentais.

Para formação de um autêntico projeto de democracia na área das políticas públicas, seja na área da Educação, ou fora dela, é preciso que se removam os entraves teóricos, cuja permanência constitui, na prática, a anulação de qualquer intenção democratizadora.

Esse tipo de administração deverá consistir, segundo o próprio pressuposto democrático, exatamente em possibilitar à população analisar e criticar a própria realidade, o que só é possível quando os governantes desenvolverem em si mesmos essa capacidade de reflexão e crítica, sobrepondo ao poder que têm, como “minoría governamental”, maior participação e decisão da maioria da população.

Esta postura pode ser considerada uma variável importante para o desabrochar de uma consciência que levará o povo, cada vez mais, a tomar partido de seus interesses, na construção do coletivo.

Essa afirmação e ampliação da consciência política possibilita à maioria da população a visão de que as transformações não se dão somente por meio das idéias, mas são devidas a mudanças na correlação de forças sociais.

Em uma determinada conjuntura, o discurso apenas não pode sustentar a “política democratizante” e as ações, até certo ponto, precisam ser efetivadas.

É nesse ponto que se deflagram os conflitos e surgem as formas mais organizadas e conscientes de resistência, ou de adesão, pelos diversos grupos sociais. Portanto, o próprio processo participativo traz em si, potencialmente, uma variável de **renovação**. A resistência e a renovação passam a ser dois aspectos de um mesmo fenômeno. As **ações coletivas** trazem em si um potencial contributivo para oportunizar realizações concretas e cognitivas aos indivíduos que dela participam. Nesse sentido, **ação coletiva e movimento social** são homônimos. E, por conseguinte, subproduto da participação promotora da identidade coletiva no conjunto dos fatores que compõem a construção da cidadania.

Os juízos valorativos e cognitivos decorrentes dessas ações exigem a combinação de informação, sentimento e reflexão; predomínio da **aprendizagem**.

Pressupõe-se, então, que os **Movimentos Sociais** apontam para o caráter educativo que se caracteriza na participação do indivíduo desde sua organização social. Assim, as práticas dos movimentos desenvolvem espaços educativos que convergem para a participação social da comunidade gerada pela dinâmica de uma sociedade excludente, visando a reconstrução das relações sociais existentes.

Nesse sentido, o caráter eminentemente educativo é expresso na participação do indivíduo em busca da identidade social.

Nessa perspectiva, assinala Sandoval (1988:72):

*“(...) a participação em movimento social é um processo de aprendizagem política em que os indivíduos e grupos aprendem a se*

*organizar, mobilizar recursos e traçar formas de ações coletivas para obter benefícios dos detentores do poder”.*

Entrevistas qualitativas por nós realizadas sugerem que o **caráter educacional** na SAB verifica-se por intermédio da participação política do cidadão, das diferentes experiências e, conseqüentemente, das aprendizagens sobre essas ações. Ainda que não se possa generalizar, grande parte delas se reúnem mensalmente. As ações educativas nos encontros são aquelas que realimentam os novos processos de construção do conhecimento. Os instrumentos utilizados é o que classificamos como ação pedagógica. O processo contínuo de aprendizagem dá-se, na medida em que, participando das ações, estas atuam sobre si próprias, sob a forma de **auto – conhecimento**.

É indispensável, para maior clareza e acompanhamento de nosso trabalho, que façamos um parêntese e tomemos como ponto de referência a diferença entre as questões: A relação das SABs com a educação formal e a participação das SABs no processo educativo, no município.

Caracterizamos duas situações bem definidas: Na primeira, há um sistema oficial, acadêmico, escolar, que compõe a Educação Pública. Ao lado deste, (com este, apesar deste), há um outro concreto, em que o objetivo não é a criação de iniciativas acadêmicas, por parte de Administrações Públicas, mas que surge com base na reunião de grupos locais que refletem, debatem e criam o conhecimento, valendo-se dessa vivência comunitária. Essa dinâmica caracterizamos como **processo educativo nas SABs**.

Aqui, na medida em que o participante ouve e reflete, se transforma. Essa transformação é permeada pela fala, pelo conhecimento e pelas ações concretas, suas e dos outros, em contínua interação. A reflexão das normas, atitudes e crenças que os atores sociais têm a respeito de si próprios e do contexto em que vivem, permite um aprendizado que enfatiza a construção da cidadania. Esse amálgama formado pela união do passado com o presente, transforma-se em **força social coletiva organizada. O processo de construção da cidadania é, em si próprio, um movimento educativo**. Essa participação pressupõe uma aprendizagem política que move os indivíduos a se organizarem e planejarem formas de ações coletivas e consensuais.

Em se tratando do caráter educativo no plano da SAB, (que se coloca com sua linguagem própria como espaço de crítica e reflexão sobre a conjuntura social, política e econômica) é necessário ressaltar sua limitação e, ao mesmo tempo que é importante para a formação da consciência do cidadão inserido num contexto democrático, é insuficiente para a concretização de um amplo consenso global, legítimo, que rejeite as formas liminares de desigualdade e precarização na sociedade. Não se garantindo configurar essa matriz nacional igualitária, perguntamos: a quem caberia a parcela desse papel na sociedade democrática ? Ou seja: é muito claro que, em especial, em fases de crise, na ausência de condições mais globais que dinamizam a sociedade, se conte com pequenos consensos locais, com capacidades mais ou menos inovadoras de alguns sistemas como: Associações, Entidades ou SABs. Porém não está, evidentemente, estabelecida a lógica democrática.

Parece-nos, neste caso, que a **Escola**, como instituição universal, deve ser pensada como um caminho facilitador para um consenso geral de igualdade que integre

toda a sociedade mediante a da participação. Não negamos a importância da combinação dos consensos contributivos dos processos educativos nascentes nos grupos comunitários. Como básico, porém, admitimos que não conseguiremos seguramente alcançar o verdadeiro caráter educativo das relações sociais, prescindindo do Estado.

No entanto, por essa reflexão, vêm as questões: Como se encontra a **escola** hoje? Quais suas possibilidades para a formação da consciência do cidadão democrático?

Remetendo-nos a esse tema, é imperativo assinalar, a este respeito, breves comentários, que se seguem:

A **escola**, que deveria ser o “locus” privilegiado no município para o desenvolvimento de indivíduos pensantes, independentes e críticos, é pragmática, mecânica, econômica, autoritária, limitada, burocrática. Hierarquiza os indivíduos incapacitando-os para manejar símbolos, realizar abstrações, imaginar diferentes soluções para os problemas cotidianos comuns. A participação da comunidade na educação, por meio dos Conselhos de Escola – APMs, geralmente é muito pequena. Tais órgãos são, na maioria das vezes, manipulados pelos diretores e mantidos isolados de suas questões fundamentais. A participação real daqueles que deveriam fazer parte da vida da escola é desencorajada, minimizada.

No entanto, apesar do adestramento escolar, o cotidiano das pessoas poderá se alterar, quando as mesmas conseguirem adquirir uma consciência crítica sobre suas condições na sociedade. No geral, necessidades concretas, decorrentes do capitalismo, da injustiça social levam-nos a unirem-se, a participarem e a lutarem pelos interesses e ideais naquilo que potencializamos como co-gestoras das escolas: Aqui, o processo cotidiano poderá recriar a identidade comunitária, no sentido de buscar a transformação do que está aí. A necessidade objetiva determinante da participação é estendida, posteriormente ao ideal de uma vida melhor, à preocupação com o coletivo.

Com a SAB, a gestão de um processo de educação socialmente produzido poderá contribuir para a transformação das relações de produção e para o despertar de novas relações sociais. Tal medida poderá representar um avanço, um estímulo para maior participação dos vários grupos que integram a comunidade escolar. O exercício da autonomia na Associação dos moradores poderá representar o germe de um avanço concreto em direção à maior democratização e participação nos demais aparelhos dos quais esse órgão faz parte, como, por exemplo, em nível da instituição escolar. Ao mesmo tempo, transportando para o setor da educação institucionalizada no município, o exercício de aprendizagem na SAB, em vez de meras “figuras – números”, possivelmente assumirão papel de representantes da escola e comunidade junto aos poderes públicos. Neste novo papel, poderão participar de uma administração não alienadora e mais autônoma que responda com sensibilidade às necessidades da comunidade local. Talvez esse caminho de duas mãos - SAB na Escola e Escola na SAB - seja um facilitador para a participação, a conscientização e a tomada de decisão.

Assim, acreditamos que a parceria concretizada no coletivo seja parte fundamental para a contribuição na Educação do Município.

Pressupomos que a conscientização em seu processo lento, em diferentes momentos de vivência nas SABs, vai sendo construída no dia-a-dia e poderá atingir a escola tradicional que apresenta uma realidade fixa, acabada. O educativo irá aparecendo na vivência diária com as instituições e, por conseguinte, com a escola. Do

contato rotineiro com a burocracia da escola, com os diferentes grupos de poder, na análise dos diferentes tratamentos dispensados a diferentes grupos sociais em suas reivindicações, a aprendizagem pode ser gerada, tanto para a entidade, quanto para a instituição.

Assim, essa aprendizagem é decorrente das diferentes experiências de vida que levam os indivíduos, neste caso, com os grupos das SABs, a compreenderem o jogo de poder existente na sociedade, para poder alterá-lo. O fato de a escola ser pública não significa necessariamente que tenha de ser controlada exclusivamente pelo Poder Público e para manutenção da ordem estabelecida.

Não há razão para que seu aprimoramento não inclua a participação dos diversos segmentos sociais organizados da comunidade. O desenvolvimento da consciência, começado fora da escola, precisa ter continuidade dentro dela.

Dessa forma, o potencial participativo assegurará a autêntica educação e evitará a doutrinação no interesse das classes dominantes que detêm o poder do Estado. Ao mesmo tempo, deixar-se-ão de lado as discussões tão comuns sobre **pessoas** em posições dicotômicas – situação/oposição, para discutirem **idéias** e elaborarem metas.

Nesse sentido, a participação é construída por relações verdadeiramente políticas e pedagógicas que vêem o indivíduo na esfera pública, na prática comunitária e que poderá intervir na organização formal da educação do município. Essa experiência projeta o sujeito da esfera privada para unidades mais amplas e mais abstratas: a esfera pública. A necessidade de agir não será mais em benefício restrito; mas defendendo os interesses de uma coletividade baseando-se em sua identidade. O espaço não é o restrito da escola, mas o comunitário da educação no município. A interferência no micro, leva à nova organização do macro (entendido como coletivo, comunitário, municipal). E essa mudança pode perfeitamente apresentar características de um projeto político. Ressalto: político, entendido como social, coletivo.

Consoante com essa idéia, podemos dizer que o conhecimento dos cidadãos nas SABs pode transformar suas experiências em um efetivo processo de construção e reconstrução do conhecimento (objetivo primordial da educação), com os sujeitos concretos aí presentes, em situações também concretas.

No entanto, urge levar em conta os interesses políticos e econômicos, presentes em todas as épocas e particularmente nesta que vivemos, marcada por incertezas nacionais.

Avaliadas detalhadamente no Cap. III, como qualquer comunidade, as SABs se constituem de pessoas que convivem no mesmo bairro e mantêm tipos de relações, chamadas em Sociologia, relações primárias: como em várias outras entidades, estas se conhecem pelo nome, sabem onde moram os companheiros, se são casados ou solteiros, pedem emprestado ou emprestam coisas às outras, sofrem os mesmos problemas locais: dificuldades de transporte e infra-estrutura, contam ou não com os mesmos aparelhos de saúde e de educação, freqüentam os mesmos espaços de lazer – por isso, muitas vezes seus núcleos são marcados pelo espírito reivindicativo e até de lutas de classe. Isto nos mostra que elas só podem ser concebidas dentro de um contexto social. Este contexto social é visto como um conjunto de relações sociais que ocorrem naturalmente não só pela interatuação dos grupos sociais que compõem a sociedade, mas também por aqueles que podem ser dirigidos pela intervenção de agentes externos ou internos aos

mesmos, que induzam e promovam o processo. O interessante é que essa relação é comandada por um conjunto de tendências de agir, associadas a componentes de coerções que especificam ou alimentam as alternativas de ação. Nesse quadro se constrói a identidade coletiva.

Nesse contexto, a dinâmica de funcionamento do social é comandada por uma dialética de opressão e libertação. Por conseguinte, as relações de poder estão presentes tanto no plano individual, quanto no plano grupal.

Não podemos pensar que as SABs estejam isentas dessa influência que muitas vezes ameaçam todo o tom social.

Assim como as “comunidades científicas”, “corporações que produzem conhecimentos”, são envolvidas pelo poder e pelas relações econômicas complexas que modulam o conhecimento científico e tecnológico, o qual move o mundo capitalista, também as SABs, apesar de sua aparente insignificância, sofrem influência de ideologias e interesses políticos dominantes, deixando, muitas vezes, as decisões a serem tomadas, “democraticamente” aos “especialistas políticos” que continuam optando pelas velhas decisões de orientações indefinidas.

O verticalismo que costuma caracterizar as decisões tomadas pela Administração Pública, precisa ser substituído pelas discussões coletivas e pela participação ampla dos interessados. Acreditamos que os integrantes das Sociedades Amigos de Bairros, poderão ter condições de constituir um “locus” de formação de mentalidade e de socialização do conhecimento, considerado como um processo de construção permanente de sua história, mesmo que sejam iniciadas com base nas relações naturais cotidianas, orientadas pelo senso-comum entre os homens e nem sempre questionadas, tendo em vista a reconstrução de novas informações, ou mesmo a negação dos padrões que já estão produzidos.

A consciência dos padrões já constituídos, social, econômica e administrativamente pelo Poder Público leva as SABs à reflexão constante e a situarem-se numa posição dialética, ora aceitando seus preceitos, ora resistindo ao que lhes parece autoritário.

Dessa prática de resistência ao autoritarismo, de burlar rotinas estereotipadas, advêm novos conhecimentos aos associados que contribuem para a crítica, para o enfrentamento, para o escamoteamento dos modos de relações sociais. Nesse cenário frutificam as barganhas tão comuns nessas Associações. Notamos que são aperfeiçoamentos e transformações conflituosas, tensas, mas em razão dos interesses dos próprios segmentos de base.

Baseando-se na retenção dessas relações no cotidiano se encaminhará o processo de redirecionamento que acenará para uma sociedade não mais repetitiva e parcializada, mas para uma sociedade comunitária, na qual o cidadão passa a emergir plenamente.

Valendo-se da conscientização do indivíduo, o verticalismo que costuma caracterizar as decisões tomadas pela classe dominante, por via dos poderes públicos, pode ser paulatinamente substituído pela discussão coletiva e pela ampla participação de todos os grupos e setores interessados, sem que se elimine e secundarize a responsabilidade de todos os setores da sociedade brasileira. É pela educação dentro e fora da escola que se podem abrir espaços para as vozes e para os discursos que estrategicamente vêm sempre sendo silenciados.

O conhecimento dos grupos organizados pode instrumentalizar a atuação do poder público com base nos componentes dos bairros, superando a falsa dicotomia entre o saber técnico e o saber popular, tendo clara a identificação dos elementos ideológicos formadores das opiniões, tanto de um quanto de outro.

Prover condições para a avaliação crítica das experiências não muda diretamente a sociedade, mas dá condições para que o morador do bairro sintam-se como alguém capaz de ir além da aparência imediata das coisas, como alguém capaz de debruçar-se sobre a realidade em que vive e, ao discuti-la e atendê-la, avalie suas experiências, produza conhecimentos e intervenha no seu ambiente de forma consciente, sistemática e conjunta.

**Para nós, isto pode ser considerado educação.** Nesta linha, a prática e a reflexão estão umbricadas e acontecendo a todo momento. Assim, entendemos que o trabalho cotidiano do cidadão na comunidade, é, em si, elemento de produção de conhecimento.

Há necessidade, evidentemente, de que a população da comunidade tenha acesso ao confronto de diferentes pontos de vista e opinião, de modo que se possibilitem as discussões, recriações e descobertas, pois a organização de diversos setores da sociedade civil já revelou suas potencialidades e isso quer dizer que o terreno é fértil e pode ser cultivado.

Somente o conhecimento cotidiano poderá ser o elemento de catalização criativa, capaz de salvar a comunidade das grandes crises, do desequilíbrio das instituições, da certeza da economia, das carências localizadas. É por meio desse conhecimento e da transferência deste tipo de “**educação**” que as pessoas aprendem a fazer coisas, constroem seu convívio e tecem suas reflexões contextualizadas. Por intermédio desse tipo de educação, entendida como tomada de consciência, com base na vivência e na reflexão no formato cotidiano, é que a Comunidade constrói sua maneira ímpar de idealizar suas circunstâncias e seu “fazer cotidiano”. O atributo democrático é visto ao considerar esse tipo de educação, pois busca realçar a feição relevante da criatividade em que o elemento participativo e associativo das pessoas e grupos se fazem presentes.

Para aqueles que têm em mente esses objetivos, as estratégias têm que ser revistas e ajustadas à realidade social. Os elementos obstaculizadores têm que ser retirados. O poder público pode e deve colocar aos cidadãos diferentes quadros de referência para a leitura do mundo (elementos facilitadores), a custo de uma transformação substancial nas relações sociais e nas relações com o poder, e, por conseguinte, sem isentar os aspectos constitutivos da educação final.

Por ter muito claro que a riqueza do homem em seu processo de construção do conhecimento e autonomia consiste em buscar sempre, aprimorando seu “fazer”, acreditamos ser importante, no próximo capítulo, refletir sobre a possibilidade, por restrita que seja, da transformação do quadro social vigente, sem colocar em segundo plano os interesses do Estado Capitalista e da burocracia, observando a possibilidade de na qualidade de educadora, conceber a escola como elemento edificador da cidadania dentro e fora dela.

## **CAPÍTULO II:**

Neste capítulo do trabalho, apresentamos o cenário burocrático Estado Capitalista Brasileiro, suas contradições , o vislumbre da consciência política na luta pela escola, a cidadania e o processo educativo dentro e fora da escola, o papel do político e o papel do educador.

## CAPÍTULO II

### AS FORÇAS DO ESTADO CAPITALISTA

#### **O cenário burocrático e o vislumbre de consciência política na luta pela Escola.**

No capítulo anterior vimos que movimentos da sociedade civil expressam uma nova forma de participação política, que traz em seu seio **movimentos reivindicatórios** por melhores condições de vida, cujos interesses são dados no plano da política. Mais detalhadamente, veremos em capítulo adiante que, na qualidade de cidadãos, os integrantes das SABs, nas cidades do Estado de São Paulo, reivindicam seus direitos. Num primeiro momento (1940), esses direitos caracterizaram-se pela fase reivindicatória.

Para Spósito (1984),

*“Estas entidades realizaram funções de tipo econômico-corporativo e político, ou seja, suas atividades caracterizaram-se por um grau de articulação elementar de setores das classes populares”.*

Os moradores dos bairros levavam ao Poder Público reivindicações de caráter econômico, as quais incidiam diretamente sobre a qualidade de vida urbana e, ao mesmo tempo, de caráter político, pois se projetavam como forças locais que deveriam ser levadas em conta em nível de poder.

Num segundo momento (por volta de 1950), as SABs passam a desempenhar funções que podem ser chamadas associativas (Göhn: 79 Moisés: 1978). O estudo, por intermédio de seus aparelhos, passou a responder às reivindicações locais, mormente as dos bairros periféricos.

Assim, o setor das políticas sociais é um núcleo de contradições e tensões entre os interesses do capitalismo e as necessidades dos reprodutores das forças de trabalho. O poder público, alternando-se entre as inúmeras demandas sociais apontadas pelos movimentos reivindicatórios dos grupos organizados nos bairros, e, ao mesmo tempo comprometido com o imperativo do capital, induz às políticas ditas sociais. Para controle da situação, cria mecanismos em seu benefício utilizando-se da burocracia, politicagem, cooptação, repressão, etc.

Entendemos que no Estado Capitalista, os interesses de ordem econômica, (que beneficiam as classes dominantes e aqui o Estado tem o papel de disciplinador) se sobrepõem às políticas sociais (que deveriam responder às necessidades sociais). Nesse aspecto, consideramos que, à medida que o Estado é pressionado a atender a população em suas necessidades, põe às claras a contradição entre seu papel de mantedor e de disciplinador do sistema econômico.

Isto ocorre, porque o Estado prioriza o atendimento às demandas sociais que beneficiam o capitalismo, como: construção de estradas, obras viárias, loteamentos que

desrespeitam áreas verdes destinadas ao lazer e áreas institucionais destinadas à construção de escolas, priorizando a instalação de indústrias poluidoras, etc. Com essa ação desviada e distorcida, os recursos são concentrados no pólo dominante, diminuindo os do setor social, denominados bens de consumo, destinados ao coletivo – escolas, hospitais, Delegacias de Polícia, água, luz, esgoto, asfalto – (Castells: 1980 – Spósito:1984 – Göhn: 1979).

Esse descompasso entre as condições básicas para a sustentação da dignidade humana e a febre pelo lucro capitalista cria um cenário no qual a **Burocracia** exerce papel importante. As políticas e estratégias administrativas dos governos locais são conduzidas por agências e organismos públicos e permeadas por seqüências burocráticas, na medida em que, por meio delas, o Poder Público dá o formato para as ações que vai desenvolver em benefício dos seus munícipes.

É possível imaginar que a estrutura administrativa municipal sobrevive sobretudo numa teia de pressões em que se defrontam as forças do Estado capitalista. O primeiro nível de poder tende a se manter sob pressão. O interesse da esfera estadual, por sua vez, também é controlada pelo aparato político-administrativo-burocrático do Estado Central. Os interesses das classes dominantes e as demandas das classes populares localizadas ajudam a formar contextos decisórios distintos, de caráter instável e, muitas vezes, imprevisíveis. Esse tipo de ordem social franqueia manifestação dos setores mais conscientes e excluídos das políticas estatais.

Aqui o campo é fértil para a estruturação de distintas estratégias políticas, que expressam inúmeras vezes o processo da reprodução da força de trabalho e acumulação capitalista. Em nível local, os executivos em face do eleitorado, são mais vulneráveis ao jogo de pressões. Os conflitos presentes ou em potencial são diluídos ou atenuados por um processo de negociação permeado pela barganha e por alianças que acabam por favorecer o assistencialismo e o clientelismo.

Ilustramos essa afirmação com a citação de Spósito (1984:239), que nos oferece em sua obra um breve relato sobre algumas das formas que acompanharam a participação dos setores populares no processo de crescimento de ensino, no governo populista de Jânio Quadros:

*“Os interesses políticos de Jânio Quadros tornavam-se mais urgentes em virtude da proximidade das eleições, imprimindo nova força na criação dos ginásios em bairros distantes da cidade. Naquela conjuntura, mais do que em momentos anteriores, seria preciso atender a algumas das expectativas das massas urbanas em troca de seu apoio eleitoral. O Diretor do Departamento de Educação, nesse período, recorda a “furiosa criação de secções, muitas vezes, em poucas horas”. Frequentemente recebia determinações da Chefia do Gabinete do Governador para que providenciasse a instalação de ginásio em bairros previamente designados; desse modo, o líder populista poderia presidir à inauguração perante os moradores da localidade a ser visitada”.*

Nesse sentido, se o clientelismo encontra terreno fértil na instância local, também em nível Estadual e Federal utiliza-se de seu poder em relação à sociedade

local para obter recursos do Estado Central, colocando-os como elementos representativos da comunidade diante da União.

Estes quadros de referência denunciam a exclusão da comunidade no processo decisório e na participação da produção econômica, acrescido sobretudo por não ter acesso à educação básica.

A não participação dos moradores dos bairros nas tomadas de decisões deve-se não só ao desinteresse político (que é o principal responsável pelo aborto de idéias e estratégias que objetivam a convergência de esforços para o desenvolvimento da co-gestão no município, notadamente no que se refere às concernentes à educação), mas também pelos esforços dos grupos não propensos a desestabilizarem a continuidade do “status quo”.

Assim, a carência da educação básica sustenta uma situação que é retroalimentada pela falta de participação política social e cultural, dos indivíduos. A eles não são dadas as condições para vivenciarem os valores morais e políticos que fundam a vida de uma sociedade livre e democrática. Nesse sentido, dizemos que os direitos dos cidadãos não são auto-aplicáveis e, por isso, apregoamos a necessidade de estratégias que possam mediar a definição das políticas sociais voltadas à maioria dos cidadãos.

A falta de investimentos nos bens de consumo, a dominação que passa sempre pelas relações de produção, seja na exploração do homem como trabalhador, seja na sua espoliação no bairro, poderão constituir-se no germe dos movimentos sociais, integrados pelos representantes das localidades, insatisfeitos com as relações sociais vigentes em propostas. Nesse sentido, o Estado passa a ser o promotor das interferências da sociedade civil, numa correlação de forças em relação às suas próprias orientações. Concordamos com a seguinte fala de Spósito (1984:16):

*“(...) as relações entre o Estado e as classes se modificam concretamente e a ação do próprio Estado é determinada pelas contradições observadas nas várias formas de organização da vida coletiva”.*

Nessa perspectiva, podemos dizer que a realidade contraria o próprio discurso democrático. A reivindicação da Escola Pública é pauta presente em quase todas as mobilizações.

Mostra-nos isso uma relação de pesquisas existente no país sobre os inúmeros tipos de mobilização e participação popular nas reivindicações expressas pelos moradores dos bairros populares das cidades, em prol da escola pública, apresentada por Maria M. Malta Campos, (1992).

A própria autora retrata esse tema (1980) em tese de doutoramento, registrando a continuidade das lutas populares de São Paulo, pelo acesso à educação de 1º grau pelas mulheres, donas de casa e mães moradoras na zona sul de São Paulo.

Rogério Cunha Campos (1989) ressaltou, entre as reivindicações dos moradores de bairros operários da região de Contagem em Belo Horizonte, a luta pelo acesso à escola. Nesse trabalho, o autor também expressa as contradições do capitalismo no âmbito da sociedade civil.

Spósito (1984:21), ao mesmo tempo que investiga o crescimento das escolas públicas do ensino secundário na cidade de São Paulo, retrata o intrincado processo de relações que mantém com o Estado. As camadas populares radicadas na periferia da cidade, organizadas nas Sociedades de Bairro, caracterizam:

*“o peso da presença popular que exigiu do Estado uma resposta imediata às reivindicações emergentes”.*

O desempenho do Estado não sofre grandes alterações ao longo da história. Vemos estampado o mesmo retrato de dissimulação do “empurra-empurra” entre os diversos órgãos políticos, as estratégias de soluções que incluem o rebaixamento da qualidade de ensino. Spósito (1988).

O ponto novo que se apresenta em relação à análise anterior desses movimentos e que nos permite sonhar com a possibilidade de transformação do quadro social vigente é um vislumbre da consciência política, advinda da prática cotidiana e análise das experiências no interior dos pequenos grupos de moradores.

Aqui, os atores sociais vão construindo seu conhecimento num processo descontínuo e assistemático, muitas vezes em outros bairros e outras mobilizações. Nas lutas por Educação, às vezes, deixam de tecer reivindicações apenas às unidades locais e se dirigem, em alguns momentos, ao sistema central de ensino (Secretaria de Educação do Estado).

Apesar de chegarem, eventualmente, a fazer coro aos interesses de autoridades e políticos, (se julgarem conveniente), percebemos que os movimentos não contam com estruturas fortes de representação e se vêem subtraídos em relação a seu poder de pressão e capacidade de influência, em comparação a outros setores que têm interesse na administração educacional (professores, funcionários, políticos, cabos eleitorais, etc.)

Assim, a capacidade de influir na educação depende de inúmeros condicionamentos que não se restringem apenas à ação coletiva localizada. É um processo muito lento que supõe também o poder. Mas esse poder não pode ficar restrito a um grupo. É preciso distribuí-lo aos núcleos que se organizam e funcionam como unidades que começam a espalhar-se e vão se tocando, até atingirem um sistema cada vez maior.

O discurso democrático é o “bem intencionado”, pretendendo “educação para todos”, no sentido de acabar com o analfabetismo, de propiciar ensino de qualidade tanto para o primeiro quanto para o segundo grau, de dar acesso à universidade, ao passo que o produto final é contraditório e vai ao encontro dos interesses do capital. Ao mesmo tempo que a escola pode estar aberta a todos, o capitalismo possui mecanismos outros para restringir esse acesso. Para Gadotti (1989:14):

*“A relação entre o êxito escolar e a situação social iníqua existente no Brasil é evidente.”*

Para garantir a escolaridade mínima do estudante em nosso país, uma teia de outros condicionantes se fazem necessários, como, por exemplo manter o salário do pai de família em um nível justo e condigno pelo trabalho que realiza, de forma que lhe seja

permitido proporcionar aos filhos os elementos básicos indispensáveis à vida: alimentação sadia, abrigo, vestuário, transporte, saúde do corpo e da mente para que possam ir à escola e lá aprender.

Está claro que a criança abandona a escola também porque a miséria em que vive, inúmeras vezes, não permite que ela freqüente as aulas, em virtude das necessidades mais elementares da vida. Os desdobramentos resultantes da mais simples exigência da escola está acima de suas possibilidades econômicas, culturais e de saúde.

Esse é o retrato de nosso Estado oficializando oito anos de educação fundamental, possibilitando a poucos um número maior de horas na escola, acenando com o curso médio gratuito, que não criou paralelamente normas que ajudem a minimizar os problemas estruturais existentes, que colaborem para viabilizar e efetivar esse grau de escolaridade.

Percebemos que o problema de hoje é a falta de democratização da sociedade. Nesse sentido, Gadotti (1989:15), interpretando estudos de Ladislau Dowbon, concluía que: hoje 70% da população brasileira são desnutridos, 35 milhões de crianças viraram MENORES, cujas casas são as ruas. Inúmeros são os chefes de famílias desempregados, salário é um dos menores do mundo (apesar de o Brasil ser a oitava potência econômica mundial, há famílias desmornadas gerando órfãos oficiais atuais e futuros delinqüentes).

*“As condições econômicas são determinadas no grau de retenção e aproveitamento escolar”. E ao mesmo tempo: “A pobreza educacional aumenta e reforça a pobreza e o atraso em todos os sentidos”.*

Poucos são os projetos implantados que têm ajudado a reintroduzir e reintegrar os jovens na sociedade.

Portanto, o processo aqui apresentado é circular. Pensa-se em maior democratização que inclui a **conquista da cidadania**, que inclui o direito à educação.

A universalização da Educação não está apenas na instalação de maior número de equipamentos, mas tem a ver com uma batalha que se reverte sobre toda a Educação: A batalha contra a miséria geral, contra a escassez de verba para manutenção das unidades, contra a precária tecnologia para um ensino moderno, contra a educação “doada”, que mantém a aparência de igualdade de oportunidades. A escola traz em seu interior elementos estruturais que contribuem para afastar os alunos por meio da infraestrutura, por meio dos modelos tradicionais que se relacionam com a conservação da sociedade injusta e estigmatizadora, adequada ao desenvolvimento do capital (tutelagem das crianças e jovens, colocando-as dentro de um mundo irreal, a fim de mantê-los dentro de esquemas pré-estabelecidos, cuja função doutrinadora é a de modelar comportamentos passivos, etc.) pelo despreparo do professor desanimado e mal pago, que, não levando em conta a realidade sócio-econômica-política e cultural do aluno, também contribui para sua expulsão, aumentando e comprometendo o cerne de um ensino de qualidade que tanto se almeja.

Tais fatores, se não contribuem para as condições de acesso, bem menos o fazem em relação à permanência do aluno na escola.

Ao mesmo tempo, é curioso observar que, por opção, às vezes, a escola acaba contribuindo para a transformação da sociedade, uma vez que, analisando o universo do educando, o auxilia na construção e desenvolvimento de sua consciência crítica, no processo de afirmação e na busca por novas condições materiais e ideológicas de existência. Aqui está o segredo da mudança: na medida em que o indivíduo toma conhecimento das desigualdades sociais como um real obstáculo ao desenvolvimento humano, pode passar a refletir sobre a qualidade de suas reivindicações em relação à escola. As lutas concretas das camadas populares defrontam-se com problemas de fora e de dentro da escola. Esta deve ser concebida como uma instituição com a tarefa de transmissão de conhecimentos associados às lutas populares pela transformação do quadro social vigente. Há determinantes importantes que não podem ser negligenciados. O ensino de qualidade deve ser voltado para uma forma cultural e científica, que possibilite a participação efetiva dos grupos nas várias instâncias de decisão da sociedade, iniciando-se no interior da escola. A dedicação da escola na luta em defesa da escola democrática e de qualidade não será feita apenas pela estratégia pedagógica, mas em especial, por via política, vinculada esta às lutas sociais em favor dos interesses da camada majoritária. Aqui também percebe-se o caráter educativo das ações coletivas. Isso implica orientação e suporte às reivindicações populares por maior compromisso do Estado com a qualidade do ensino público. A identificação da escola pública deve ir além de suas paredes e ser inserida dentro de uma problemática maior da estrutura social, que deve começar no Bairro, no Município, no Estado e na Nação. Deve-se alertar para a realidade que não garante o acesso à escola de qualidade para todos, que não proporciona a permanência e, por conseguinte, não sustenta a igualdade de saída para todos e isso deve-se a inúmeros fatores, entre os quais, a inadequação do ensino às necessidades que envolvem a questão do currículo, do material e do livro didático, além das más condições de trabalho do Magistério, das inadequações da gestão do ensino que não permite entrosamento com a comunidade, etc.

Obviamente, a Educação não é o motor que transformará a sociedade, mas tem esta importante e nítida função social: a de contribuir para a construção de uma sociedade igualitária e independente. O educador tem que ter consciência disso! Cabe a ele, na abrangência de sua concepção, pensar não apenas em promover uma educação que implique a formação consciente do cidadão, objetivo do Estado, mas, também, cabe-lhe pensar no fortalecimento das organizações de controle público, nas ações populares, nas associações comunitárias para interação com o Estado, com base no “locus” onde está a instituição de ensino.

Aqui há um fato importante a considerar: as SABs são cinquentenárias e vêm sobrevivendo e alterando sua dinâmica através das décadas, sob a influência das correlações de forças políticas oriundas do jogo das relações de classe no Brasil. Mas tem sobrevivido, e os grupos estão aí.

Tentar captar os mecanismos pelos quais as SABs estão articulando interesses de classes populares e interagir com elas, democratizando o conhecimento como emancipação popular, deve ser de interesse do educador.

Além de uma educação popular em sua função conscientizadora, a conquista de um grau mais elevado de democracia pressupõe a conquista de um poder popular, que se origina na luta pelas necessidades básicas da população (habitação, saúde, trabalho,

educação). Neste sentido, o educador deve preocupar-se com a criação de alternativas para a solução de problemas, mantendo em vista a própria sociedade civil organizada. Essa perspectiva passa pela necessidade de uma **educação concebida com base na realidade de vida das camadas populares** e não de projetos prontos a serem expandidos *junto* às camadas populares (\*).

Se “é a própria democratização do Estado que deve formar a base para a democratização global da sociedade” (Bobbio: 1986), então deve estar claro para aquele que se propõe a educar, dentro ou fora da instituição, que a democracia num estado de classes, da maneira como existe em qualquer conjuntura histórica, é tanto produto das vitórias da classe trabalhadora, quanto da hegemonia burguesa.

Embora seja uma democracia “restrita”, em que a cooptação da classe trabalhadora se dá pelos sindicatos e instituições de interesses capitalistas e mantedoras de hegemonia burguesa, ainda há democracia. Nessa democracia, há de se considerar o potencial de resistência que existe nos segmentos populares. A emergência desse potencial dá-se na medida em que existe um processo de conscientização. Este processo de conscientização implica um processo organizativo, que, embora inicialmente localizado (na SAB), regionalizado, não pode perder de vista uma dimensão mais global da organização e da luta dos povos em todo o mundo. Essa perspectiva passa pela questão da ampliação do poder das massas. Sempre será preciso ousar, correr riscos. Uma derrota no espaço institucionalizado pode ser um rico aprendizado democrático para as forças populares. Estimular disputas, provocar a sociedade, são ações que geram idéias e iniciativas que conduzem a decisões conjuntas, à cidadania.

A realidade democrática mostra-nos que os canais institucionais são preservados, hegemônicos e estabelecem os programas de educação para o povo, valendo-se de seus agentes que são grupos distribuídos entre os vários escalões subordinados às instituições governamentais, ligados a universidades, a partidos políticos, à igreja, etc..

O importante da utopia é pensar que, na medida em que a organização popular, com a comunidade da Escola e fora dela, torna-se mais consistente, persistente e mais expansiva, será possível discutir com esses “agentes maiores” o sentido que deve ser impresso aos programas de Educação Pública. Também será possível atenuar a crescente pressão para reproduzir as relações capitalistas de produção e reduzir a participação, seja na forma representativa ou direta que o Estado impõe, sustentado pelo crescimento cada vez maior de uma burocracia mantida por uma estrutura hierárquica não-democrática.

No dizer de Gadotti (1985),

*“Ensina-se democracia construindo-a efetivamente”.*

Para isto, é necessário que a Escola vá além de sua especificidade (transmissão e reprodução do saber) para se projetar na construção do futuro, por meio de um projeto (pedagógico) que priorize a construção do conhecimento, enfatizando o individual e o coletivo. Intuímos que o auxílio da comunidade organizada na SAB, não pode ser

---

(\*) Ver na Entrevista 95, questão 7 (Anexo n.º 5), o depoimento de um membro da COSAB que corrobora esta idéia

excluído.

Acreditamos na necessidade da participação da comunidade na administração da educação e, prioritariamente, na luta pela educação básica de qualidade. Esta participação será marcada pelo compromisso de melhorar o sistema escolar do bairro, do município, com metas gradativas, mas claras, supondo o acompanhamento e a *interação* da comunidade.

Essa co-gestão é necessária, pois os resultados não fluem rapidamente; mas com a certeza de que a qualidade será mantida com o desenrolar do processo. Isso significa que as decisões serão negociadas em nível de gestão de escola e em níveis de decisões fora da escola, num exercício de fazer valer direitos e deveres entre todos. Em nível de gestão de escola, o projeto político-pedagógico só terá validade se elaborado em parceria com sua comunidade, com seus diversos representantes. No entanto, o processo não deve parar aí. A busca do pleno exercício de sua função educativa impõe que a instituição escolar deixe de reportar-se exclusivamente às instâncias burocráticas superiores de administração do sistema educacional à qual pertence, e comece a reportar-se ao usuário real e potencial, ou seja, aos pais, mães de alunos e demais membros da comunidade que a sustenta e que dela necessita. Esse potencial de ação para o exercício da democracia é ilimitado. A organização escolar, ao elaborar o seu próprio projeto de desenvolvimento, tendo em vista os horizontes para fora dos portões da escola tradicional, amplia sua responsabilidade social e desenvolve com a comunidade popular a compreensão da realidade, instrumentalizando-a para o exercício efetivo da cidadania e reivindicações em outras áreas.

Desta maneira, a mediação dos integrantes das associações organizadas, como as SABs, no processo educativo comprometido com a mudança social e, por conseguinte, com o ideal da Democracia, é importantíssimo. Essa mediação é abrangente incluindo toda a estrutura, a vida da comunidade, a harmonização de todos os atos e esforços coletivos. Encarada dessa forma, a mediação dos integrantes das SABs no processo de luta pela transformação social é fator educativo. Educação, tomada aqui no sentido do trabalho com a finalidade de conscientizar as classes populares, com o fito de criar-se uma nova hegemonia e sociedade.

Está claro para nós que os integrantes dos bairros não ficarão “abandonados”.

Os intelectuais comprometidos com a mudança na escola e, portanto, na sociedade, têm um papel importante a cumprir na difusão dessas novas utopias, na visualização do futuro, na organização e persuasão permanentes dos atores sociais, a fim de provocar conflitos que possibilitem a formação de um novo bloco, e uma nova sociedade.

E antevemos, ainda, que, tomando-se por base este projeto pedagógico, não é possível pensar num futuro democrático, sem que, além da socialização do saber, haja socialização do capital, e, por conseguinte, da renda, do “status” profissional e social, pois, estará em construção o cidadão no sujeito ativo de sua própria história.

Não se trata apenas de universalizar o ensino, de oferecer escolas para todos, de ampliar a jornada do aluno na escola. Também o é! Mas trata-se de propiciar ao homem elementos para que, valendo-se de seu próprio conhecimento, contrabalanceie incertezas, reordene, reorganize, incorpore e crie novos saberes, numa estrutura sempre em construção.

Esse desafio faz-se para buscar mudanças conjuntas nas instituições. A mudança poderá se dar pela disputa entre atores com diferentes interpretações sobre como atingir o maior bem dentro de objetivos aceitáveis de maneira geral para a população.

Cada lado procurará mobilizar o consenso em torno de seu ponto de vista. Neste sentido, participação é idealização, apropriação do conhecimento e construção da cidadania. A prática social dá-se assim, não apenas no espaço institucional, mas baseando-se nas relações entre este espaço e o espaço comunitário, numa conjuntura em que o pensamento pedagógico brasileiro se encontra dividido entre a pedagogia liberal (governamental, conservadora, autoritária, reprodutivista) e a concepção socialista (democrática e popular) apontada pelos movimentos de organização e conscientização dos educadores e da classe trabalhadora.

Nesse sentido, a busca de uma política social e compartilhada aponta para que se mude, “mesmo, o próprio conceito como ente físico, como “prédio escolar”: a escola passará a ser o local onde se reúne o núcleo para troca de experiências, o estímulo às capacidades de ser, pensar e agir, propício à criação de idéias, valores e soluções democráticas e societárias que beneficiarão os moradores do bairro.

Por isso, a escola poderá ser a fábrica, o bairro, a fazenda, o escritório, o sindicato, a associação, o partido político, o clube de futebol”.(Abramo: 1989).

Quanto a nós, educadores, se não pudermos realizar ainda esse embate em nível macroestrutural, ao menos podemos ser “agentes deflagradores” no interior dos grupos e das organizações, mobilizando as forças localizadas para encorajar os participantes, reconstruindo as estruturas e retomando o conhecimento para fazer brotar o seu potencial nas e com as relações do cotidiano. Não se trata apenas de aperfeiçoar a escola, mas pretende-se ultrapassar a escola que está aí. E isso será possível por meio da participação e da construção em conjunto. Os envolvidos crescem juntos, transformam a realidade, criam o novo, tomando por base seu bairro.

Dar condições para o bom funcionamento das escolas públicas é uma obrigação do Estado. O Estado, no entanto, não pode tudo. A proposta de descentralização, de municipalização e de participação poderá ser um canal para que a comunidade dê sua cota de colaboração. De que forma ?

*Em primeiro lugar, participando ativamente dos Conselhos Municipais de Educação, dos Conselhos de Escola, das APMs, nos quais, em conjunto com os demais segmentos da sociedade localizada, possam planejar juntos o que querem para seus filhos.*

*Em segundo lugar, conscientizar-se das reivindicações dos docentes, diretores e demais funcionários por melhores condições de trabalho.*

*Em terceiro lugar, tanto quanto possível, conseguir parceria junto do empresariado local, apresentando projetos factíveis e viáveis de financiamento que possam proporcionar melhor estrutura de trabalho e qualidade de ensino.*

*Em quarto lugar, orientar os filhos nas questões de cidadania, desenvolvimento de valores, respeito aos superiores e colegas. Responsabilidade quanto ao uso e conservação adequada dos bens patrimoniais para a manutenção de um ambiente escolar saudável e produtivo.*

Embora Azevedo e Prates (1991), afirmem que “os indivíduos só atuam em movimentos sociais mediante incentivos seletivos e ganhos concretos”- o que nos

permite inferir que a interação com órgãos e políticos públicos ocorrem geralmente em razão das carências concretas imediatas – não podemos nos esquecer de importantes movimentos na história, com base em valores e aspirações mais amplas, como o movimento pelas “diretas”, as emendas populares da constituinte, e até a participação da comunidade por meio das SABs por ocasião da elaboração da Lei Orgânica em vários municípios.

Assim, devemos pensar que as políticas sociais hoje e as demandas da sociedade encerram inúmeros debates e viajam por vários canais institucionais, ou não, não sendo determinadas de antemão. O movimento social, embora neutralizado por forças políticas – eleitorais ou mantidos por respostas reforçadas por parte do Estado assistencialista, conteve ao longo da história o **elemento participativo**. Como podemos subentender, essa participação permeia:

*“um processo de aprendizagem política que permite aos indivíduos a se organizarem, mobilizarem recursos e planejarem formas de ações coletivas consensuais”.* (Göhn: 1982)

Tal aprendizagem dá-se mediante as diferentes experiências dos integrantes dos grupos populares e, conseqüentemente, das aprendizagens sobre as ações exercidas. A ciência, os mecanismos, a técnica dessa participação no grupo social é o que chamamos de aprendizagem política de consciência coletiva de ato educativo. Esse é o caráter inerente às ações coletivas. Reafirmamos que na SAB, o processo contínuo da aprendizagem se dá na medida em que seus integrantes, participando das ações, sofrem delas atração sobre si próprio, sob forma de auto-conhecimento.

Na medida em que o participante ouve e reflete, transforma-se. Essa transformação é permeada pela fala, pelo conhecimento e pelas ações concretas suas e dos outros, em contínua interação e análise da conjuntura.

Dados coletados em nossas entrevistas (\*) demonstram que a análise das normas, atitudes e crenças que os atores sociais têm a respeito de si próprio e do contexto em que vive permitem um aprendizado que enfatiza a construção da cidadania.

A escola tem que ser concebida como a instituição que pode contribuir na organização da sociedade. Basta que tenha claro os princípios norteadores para isso.

A participação de todos, numa dinâmica de ação-reflexão, na busca da verdade para a transformação social, visando ao bem comum, não nasce do esforço de apenas uma ou várias pessoas, em esforços individuais. É tarefa que só pode ser desenvolvida em grupo.

Para esse mister, fica claro para nós que a função do “político” pode ser a de abrir espaços para que todos participem, e a do “técnico” é estar a serviço das pessoas, quando elas necessitarem de informações especializadas, para melhor participar, sem, contudo, deixar de imaginar que ambas as funções possam estar contempladas no mesmo cidadão.

Nessa perspectiva, compreendemos a Educação como algo que propicia a busca da própria identidade (do indivíduo ou grupo), incluindo a forma de apropriação de todos

---

(\*) Entrevista 1995, questão n.º 3 (Anexo n.º 5), entrevista 1996, questões n.º 2,4 (Anexo n.º 6), entrevista 1998, questão n.º 5 (Anexo n.º 7).

os instrumentos básicos que facilitam o caminho dessa busca às pessoas e grupos nela empenhados. Aqui a Educação é entendida como um processo conjunto de aprendizagens; uma luta dentro e fora da instituição, mas com a comunidade, com base na sua cultura para transformar a realidade global. Nessa luta, a primeira urgência é que o povo tenha escola e a segunda, que a escola seja dele.

O cidadão, inserido nos grupos organizados da sociedade civil, vê-se com maiores possibilidades de contemplar isso. Acreditamos ser de relevante importância passarmos a analisar a história e a característica de um desses grupos – as SABs (Sociedade Amigos de Bairros).

### **CAPÍTULO III:**

Neste capítulo, apresentamos as SABs – Sociedades Amigos de Bairros: aspectos históricos e principais características.

## CAPÍTULO III

### AS SOCIEDADES AMIGOS DE BAIRROS (SABs)

#### Aspectos Históricos

As Sociedades Amigos de Bairro são associações de moradores sediadas em áreas geograficamente definidas.

Segundo a coleção de documentos do SPAM:

*“são entidades civis regidas por estatutos que visam garantir o seu caráter democrático, que procuram reunir, organizadamente, as suas comunidades para fins reivindicatórios, associativos e comunitários”*(EMPLASA:1984:113).

Compõem essas sociedades um grupo organizado, legalizado por meio de documentos oficiais, conhecidos pela grande maioria dos seus membros.

Têm por objetivo a representação de seu bairro e a sua comunidade, a participação com a população em estudos, definição e proposição de soluções para problemas comuns; a capitalização dos recursos comunitários, transformando-os em serviços para a comunidade e o aprimoramento da vida dos moradores, tendo em vista tornar melhor o ambiente urbano de sua área. Dados de nossa pesquisa apontam, como ponto de partida para sua criação, as reivindicações em favor da melhoria da qualidade de vida no bairro.

Tentar recuperar a sua história é um desafio. Trata-se de um percurso com escassos registros, a maioria deles dispersos e fragmentados.

Neste capítulo, pretendemos apresentar uma breve retrospectiva de sua história nos diversos contextos políticos, o que, acreditamos, nos permitirá realizar uma comparação entre o seu início e o cenário de hoje.

Uma parte importante da história está sintetizada em documentos do governo do Estado de São Paulo (EMPLASA:1982/1983).

Vemos a transcrição de parte da palestra do Sr. Eduardo de Campos Rosmaninho (1989):

*“Oficialmente: a primeira sociedade amigos fundada em São Paulo foi a **Sociedade Amigos da Cidade**, no dia 25 de janeiro de 1934. Idealizada pelo jornalista e advogado Dr. José Martins Pinheiro Junior, colunista do Jornal “O Estado de São Paulo”; a entidade foi inspirada na Sociedade “Los Amigos de La Cidade” de Buenos Aires. Desde os anos 40, em São Paulo e principalmente após o período de industrialização que se inicia em meados dos anos 50, a grande fenda na divisão do trabalho no país provocou a emergência cada vez maior de*

*necessidades sociais e urbanas novas para a sobrevivência da população: serviços de infra-estrutura (água, esgotos, asfalto, iluminação, etc.), serviços de transportes coletivos, (devido à grande expansão periférica e distâncias maiores entre local de trabalho e moradia); serviços educacionais (mão-de-obra – qualificada e especializada); serviços de saúde (pronto socorro, postos de saúde, maternidades, hospitais – o “stress”, as epidemias, os acidentes de trabalho criam maiores necessidades); equipamentos sociais e culturais (creches, parques infantis, bibliotecas, centros de esportes e lazer, áreas verdes – etc.)*

Por volta de 1950, em São Paulo, era marcante a união das famílias e de moradores que se aglutinavam, dadas as carências da periferia, visando mais a aspectos sociais e entretenimentos. O flagelo das enchentes na periferia gerava a união dos moradores que, aos poucos, foram ocupando espaços deixados pelas praças de esportes, que foram sendo desativados pela especulação imobiliária.

As dificuldades, os obstáculos comuns dos bairros aproximavam as pessoas não só nas grandes cidades, mas também nas médias cidades brasileiras. A falta de segurança, de escolas, de moradias, ou os problemas de asfalto, postos de saúde, água encanada, esgoto, canalização de córregos eram encaminhadas, de modo direto, ao poder público ou a representantes políticos que intermediavam as solicitações entre o povo e o Estado. Numa pesquisa de campo, especialmente por uma questão aberta, dissertativa, número 02, detectamos que tais premissas têm sido as mais significativas para as criações das SABs, ainda hoje.

Muitas vezes não sendo atendidos, os moradores dos bairros acabavam por incentivar grupos permanentes que deram origem às **Sociedades Amigos de Bairros**. A partir dos anos 50, estas Associações irão representar os anseios das populações periféricas, constituindo elementos importantes para a análise histórica dos **Movimentos Sociais** nesse período.

Para Spósito (1984):

*“De modo geral, três foram as influências políticas presentes na origem dos movimentos das SABs na região de São Paulo: uma corrente liberal organizada em torno da Sociedade Amigos da Cidade (SAC), o Partido Comunista e o Líder populista Jânio Quadros”.*

Essa década marcou a incorporação definitiva dos setores médios e baixos das classes médias no processo político e o advento de participação política das classes trabalhadoras, privilégio até então das elites. Com o aumento da urbanização, parcela substancial da classe trabalhadora e uma massa urbana geralmente em condições de sub-emprego e desemprego alteram a composição de classes do eleitorado e se configuram como uma base sócio-eleitoral detentora de um poder sobre os dirigentes políticos. Esse **poder** funcionou como elemento de barganha nas decisões políticas que muito irá favorecer o candidato Jânio Quadros. A crescente participação eleitoral nas cidades optou pelos partidos de orientação socialista e trabalhista, representando votos de oposição ao regime de interesses conservadores.

O Partido Comunista do Brasil e os partidos dos trabalhadores, em geral, eram os que mais teriam a ganhar eleitoralmente, se estabelecidos em área urbano-industrial ainda não politicamente trabalhada, em razão da maior receptividade à ideologia do partido. A atração exercida pela urbanização sobre o PCB era substancial, como também o eram os grupos que se reuniam em torno das questões das carências urbanas.

Banido em 1947, em 1950 o PCB não concorreu, transferindo eleitores para o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB.

Avançando na direção destacada, Kowarick (1988:145) ressalta o que se segue:

*“Na curta gestão de Jânio, na Prefeitura, o crescimento das SABs foi significativo, generalizando-se a concepção de que, para progredir, um bairro precisava ter uma Sociedade de Amigos. Em 1954, Jânio elegeu-se para governador, novamente apoiado firmemente pelas SABs e pelo voto das periferias.”*

Para estender sua imagem de político atuante em todo Estado, Jânio visitava inúmeras cidades do interior e mantinha contato com lideranças locais favorecendo explícito atendimento às reivindicações, sempre que possível.

A contribuição do Partido Comunista, desde 1945, foi a organização dos Comitês Democráticos Populares – C.P.D. Mediante a tradição de lutas populares nos bairros, ao mesmo tempo que se apoiavam as reivindicações urbanas, pretendia-se defender uma Assembléia Nacional Constituinte e apoiar as eleições de candidatos do Partido Comunista, no ano de 1946.

A SAC – Sociedade da Cidade, desde 1934, foi implantada com a finalidade de executar um planejamento urbanístico para São Paulo, mas seu principal papel foi o de articulador e intermediador das reivindicações junto ao poder público.

Ao passo que as SABs representavam os núcleos periféricos com suas inúmeras carências básicas, a SAC representava os bairros mais centrais e urbanizados.

Em 1954, temos notícia da primeira Federação das SABs com o objetivo de se organizarem para fiscalizar a forma de governo municipal de São Paulo.

Em julho de 1959, foi fundado o primeiro movimento de União Regional para a obtenção de melhoramentos públicos. Nascia, então, no plenário da Zona Sul, que reúne hoje dezenas de SABs das regiões do Ipiranga, Saúde, Jabaquara e Diadema, um movimento para conseguir a abertura da Avenida Água Funda, projetada desde a década de 20 e que uniria o Parque da Independência ao Parque do Estado.

No cenário brasileiro nos anos 60, a capacidade da indústria de absorver uma porcentagem significativa do crescente número de habitantes urbanos, propiciou uma massa crítica de insatisfeitos que, devidamente politizada, daria apoio substancial aos partidos de esquerda. Extra-oficialmente, o PC apresenta candidatos que recebem os maiores apoios eleitorais em zonas urbanas de alguns estados do Brasil, o que demonstra claramente a existência de estreitas relações entre o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais.

A sociedade movimenta-se. Por conseguinte, as SABs nessa primeira fase (1945/1964) pode ter seu desempenho classificado como agente de “pressão popular”. Após esse período, desponta para uma fase de “integração social” – (Göhn – 1979).

No governo de Faria Lima, entre 1963 e 1967, essa tendência retornou e intensificou-se.

Nos meses de janeiro e março de 1968, foi realizado com grande êxito o Primeiro Encontro das SABs da Grande São Paulo, com a presença de duzentas entidades, focalizando com objetividade os principais problemas da área metropolitana, que é a mais importante e complexa do País. Neste ano, foi fundado o Conselho Coordenador das Sociedades Amigos de Bairros, Vilas e Cidades dos Estados de São Paulo – CONSABESP, embora nele se inferissem ditames de “cima para baixo”.

Em 1973, outro evento digno de ser registrado foi o I Seminário Paulista das SABs, no Instituto Mackenzie. Numa época em que as dificuldades para tais realizações eram ainda bastante fortes, as SABs conseguiram criar uma entidade representativa do movimento em geral.

Posteriormente, em 1975, com expressiva participação até de entidades representativas de classe, ocorreu o I Encontro São Paulo: “Povo e seus Problemas”, que resultou na Primeira Carta de São Paulo apontando necessidades coletivas.

Nesta oportunidade, o Conselho Coordenador das SABs assumiu a presença histórica na luta popular reivindicatória da sociedade civil.

Ainda, em 1975, na EMPLASA, Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo, subordinada à Secretaria de Estado dos Negócios Metropolitanos, foi criada a Unidade de Ação Comunitária, posteriormente elevada à Diretoria de Comunicação e Participação.

Nessa época, há registros de existência de 952 Sociedades Amigos de Bairros na região da Grande São Paulo.

Em novembro de 1975, no Teatro da Universidade Católica (TUCA), foi realizado o I Seminário de Assuntos Metropolitanos: “A comunidade Pergunta”, com a presença de 1.000 comunitários.

Desse encontro resultou uma legislação atualizada para regulamentação de loteamentos clandestinos, com posterior promulgação da Lei Federal 6766/79 (Lei Lehmann), sobre o parcelamento do solo para fins urbanos.

Notamos que, especialmente no final da década de 70, o movimento das SABs cresceu bastante, em virtude das necessidades reais, especialmente nas regiões periféricas, dado o aumento do grau de miserabilidade nas cidades e de uma organização geral da sociedade civil, de luta, de mobilização para o processo de redemocratização.

Com a abertura democrática e os governos eleitos pelo voto direto em 82/83, veio o fortalecimento das SABs e teoricamente a busca de um trabalho comum e a garantia de sua participação na definição das políticas públicas.

Projeta-se para as SABs a possibilidade de constituírem um instrumento das lutas populares, numa sociedade de classes, na qual o poder do Estado é dominado pelos grandes aglomerados econômicos e interesses internacionais. Os benefícios sociais à população, são então, recebidos por via desse Estado comprometido. Às SABs cabe exercer pressões políticas sobre a máquina do Estado, para que os interesses do povo sejam respeitados.

Em 1982, na cidade de São Paulo, o Movimento de Moradores em loteamentos clandestinos reúne mais de cem bairros e, fundamentados na lei de zoneamento urbano

e na regulamentação jurídica dos lotes, os moradores reivindicam outras melhorias concernentes a equipamentos coletivos previstos na lei.

O discurso democrático, ainda hoje, apregoa atuação dos órgãos do Governo junto aos movimentos populares e o conseqüente conhecimento de suas dificuldades. A ênfase na troca de informações básicas e a atenção especial no esclarecimento das diferentes competências dos poderes públicos e suas atribuições foram objetivadas para orientar a ação reivindicatória das entidades, na maioria dos governos.

Especificamente, em nível de Estado de São Paulo, multiplicam-se nos anos de 1980 e 1990, sistemas que teoricamente possibilitaram canalizar ações espontâneas da comunidade em razão do atendimento de seus direitos e com objetivo também de contribuir para um nível de organização popular mais qualificado.

Na passagem do Governo Maluf (1977/1982) ao de Montoro (1983/1988), em relação ao principal partido de transição democrática, segundo Sader (1987:8), encontrou-se um:

*“Estado processando as demandas dos movimentos sociais pelo aparato burocrático do Estado”.*

Os órgãos do Estado movimentaram programas governamentais com tons estritamente peemedebistas que se consubstanciaram em melhorias no plano de serviços de infra-estrutura (saneamento básico, saúde, esportes), procurando garantir uma certa legitimação pelo consenso passivo.

Apesar dos programas e dos critérios das implementações serem decididos nos gabinetes das secretarias, foram abertos, no parecer de Sader, novos espaços à intervenção popular para solução dos problemas. Sem dúvida nenhuma, as SABs conseguiram mais forças a certas reivindicações históricas.

As políticas de educação, saúde, transporte e segurança pública do Governo do Estado afetaram significativamente os movimentos de bairros. A proposta do Governo de transição democrática de 1983 reunia lideranças de comunidade e autoridades das áreas consideradas de infra-estrutura básica, para se discutirem e implantarem possíveis soluções dos problemas existentes nas comunidades urbanas. Em vários casos, o produto desses movimentos geraram reivindicações aos governos (Estaduais, Municipais e até Federais), no sentido de se obterem, por exemplo, escolas, além de iluminação, policiamento, refeições em cozinhas-piloto, estradas vicinais, etc. Nesse sentido, à medida que esses movimentos delegavam ao Estado suas realizações, enfraqueciam-se chegando a se dissolverem.

Se, entre 1980 e 1982, a recessão econômica trouxe à tona uma onda de manifestações de ação direta, o que se verificou, logo depois, foi apenas uma certa ampliação dos mecanismos de consulta e informação, com um aparelho Estatal mais permeável às pressões dos setores mais organizados, resultando, no entanto, apenas uma pequena transformação qualitativa quanto aos padrões de interação.

Sader (1987:15) afirma que as iniciativas foram:

*“de cima para baixo a partir de ações pautadas pela lógica de eficiência (modernização no plano administrativo), porém representando poucos*

*avanços no plano político, no sentido de uma democratização efetiva das relações sociais.”*

Essa participação delegada em quase nada modificou a estrutura de relações de poder, refletindo-se a manutenção das formas tradicionais de governo. Neste terreno, conforme Sader (1987:15),

*“Destacam-se a tutela, a troca de favores políticos e as práticas clientelísticas, menos freqüentemente nos grandes centros metropolitanos, em virtude do nível de politização de uma parcela crescente da população”.*

Ainda, na década de 80, informa o autor (1987:17):

*“No município de São Paulo, as administrações regionais tentam ampliar a participação popular, por exemplo: procuram as sociedades de amigos de bairros – SABs – como seus interlocutores, apesar de ser notório o seu esvaziamento e perda de representatividade das lideranças, como uma força de atenuar o assédio por reivindicações pontuais. Por outro lado, freqüentemente as administrações regionais organizam os moradores e induzem-nos a pressionar os órgãos centrais que detêm o poder de decisão quanto à locação de recursos, o que os fortalece perante a própria população.*

*Isso explica uma situação onde ocorre uma reformulação dos espaços do público e do privado na medida em que a presença de redes estatais, no cotidiano, possibilita a emergência de contradições internas ao próprio aparelho do Estado.*

*Assim, freqüentemente, o Estado através de seus agentes, representa uma condensação material de força, concentrando em si contradições de classe, ou mais precisamente, o Estado é atravessado diretamente pela intensidade das lutas que se estabelecem entre os agentes que compõem o pessoal de Estado*

No ano de 1984, o “II Seminário de SABs” é realizado nas Faculdades Metropolitanas Unidas. Nesse evento, os líderes das Associações realizam uma revisão crítica do Movimento Comunitário em sua trajetória.

Nos anos de 1989 a 1991, são realizados seis “Seminários Regionais das SABs e Entidades Comunitárias do Estado de São Paulo, no Mosteiro de Itaiaci – Indaiatuba – São Paulo. O encontro teve como objetivo constituir um fórum democrático e popular de estudos, definição e proposição de soluções para problemas comuns dos moradores dos bairros, vilas e cidades do Estado de São Paulo.

A história, em sua trajetória, não traz muitas novidades. Aos 08/03/92, a sede própria do CONSABESP (Conselho das SABs do Estado de São Paulo) foi retomada e reinaugurada pelo Governador do Estado: Dr.º Luiz Antonio Fleury Filho. O prefeito de São Paulo, Paulo Salim Maluf (1992), por meio da Secretaria das Administrações Regionais, declara por ocasião do I Curso Municipal de Liderança Comunitária:

*“O maior interesse no aperfeiçoamento do fluxo de informações obtidas graças ao funcionamento desse canal de comunicação entre o Prefeito e os cidadãos: As SABs”*

Esse curso foi proporcionado pela Prefeitura do Município de São Paulo, com apoio da CONSABESP e da Defesa Civil Municipal, em outubro de 1.993. Teve como slogan: “SABs: ajudando São Paulo a crescer”, e foi tradicionalmente freqüentado pelos representantes das regiões periféricas e populares da cidade de São Paulo, cuja presença, como vimos, não é novidade nos Movimentos Sociais ao longo da história.

Nos anos de 1989 a 1999, são realizados onze “Seminários Regionais das SABs e Entidades Comunitárias do Estado de São Paulo, no Mosteiro de Itaiçi, Indaiatuba – Estado de São Paulo. Os encontros tiveram como objetivos constituir fóruns democráticos e populares de informações, estudos, reflexões, definições e proposições de soluções para os problemas comuns dos moradores dos bairros, vilas e cidades do Estado de São Paulo.

## CAPÍTULO III

### AS SOCIEDADES AMIGOS DE BAIRROS (SABs)

#### Características das SABs

Dentre as características das SABs, prevalece a contribuição democrática e popular, o elemento de integração de sua comunidade e o veículo de comunicação entre a população e os poderes públicos – (executivo e legislativo).

Condizentes com suas características, os movimentos das SABs enfatizam a comunidade, amizade, sociabilidade e as dimensões afetivas da vida, quando discutem as necessidades básicas humanas, como a liberdade. Por outro lado, questionam o elitismo, elemento essencial do autoritarismo. Dados de nossa pesquisa mostram que geralmente os grupos das SABs são formados por cerca de 50 moradores do bairro. As Confederações chegam a ter até 800 sócios.

O ponto comum das orientações de seus movimentos é a cooperação, raramente a competição ou conflito (\*). Alguns de seus movimentos sociais, às vezes, têm caráter efêmero e descontínuo como, por exemplo, os que reivindicam soluções dos governos: municipal, estadual e federal, para os problemas de moradia popular (como os de então, em São Paulo, na gestão de Paulo Egídio Martins 1975/1978).

Algumas ações das SABs denotam interferências nas políticas oficiais, com base em iniciativas dos interessados e na própria participação dos cidadãos na coisa pública, não apenas como beneficiário do Estado, mas como agentes de mudanças, como, por exemplo, o episódio de agosto de 1985 e 1986, quando centenas de pessoas invadiram a Secretaria do Estado de Habitação - SP, cobrando promessas feitas pelos políticos.

Também, em 1994, o movimento que reuniu classes médias em São Paulo origina-se do profundo desejo de participar do processo social. Ronaldo Albanese fez uma reportagem publicada em jornal de grande tiragem no Estado de São Paulo que ilustra o fato:

“Paulistanos de bairros nobres formam movimentos para garantir qualidade de vida – Os grupos surgem espontaneamente, por obra da Prefeitura. Antes eram formados por moradores da periferia em busca da melhoria em seus bairros. Agora em São Paulo, moradores de bairros de classe média e até de média alta, se organizam, da mesma forma que os sem-teto ou sem-terra, para terem voz ativa no que diz respeito a projetos ou obras da prefeitura que afetem suas qualidades de vida.

Representantes da Associação dos Amigos do Pacaembu e Perdizes uniram-se, dias atrás, a um movimento surgido no bairro de

---

(\*) Dados corroborados com base na tabulação da questão aberta, dissertativa nº.02

de Higienópolis. Estavam empenhados em discutir com as autoridades duas questões básicas: a privatização do Estádio Paulo Machado de Carvalho, um velho plano da Prefeitura, e a viabilidade da construção de um “Shopping Center” na avenida Higienópolis. “Nossa discussão é política, mas não partidária”, garante o arquiteto Oscar Bresane, Presidente da Associação.

Nessa linha, afirma a assistente social Sandra Vieira de Carvalho: “Só queremos o direito de participar das decisões que afetam nossa qualidade de vida”.

O arquiteto Siegbert Zanettini, presidente do movimento, conta que no início, as pessoas estavam mais interessadas em solucionar seus problemas particulares, como desapropriação de suas casas. “O mais incrível é que isso foi se alterando” observa. “A perspectiva foi ampliada para a cidade como um todo”, diz. “A preocupação localizou-se na qualidade de vida do cidadão”.

Depois de exaustivas discussões e pressões de grupos organizados, o projeto Faria Lima – considerado megalomaniaco pela maioria dos moradores de Pinheiros, Vila Olímpia e Vila Funchal – ficou bem menor. A Prefeitura reconheceu-o recentemente e diminuiu a sua dimensão. Sem recursos e sem força política que o sustentasse, ficou reduzido à extensão da Faria Lima, do largo da Batata até a Pedroso de Moraes, em Pinheiros, e no outro extremo, no Itaim Bibi, até a Juscelino Kubitschek, no máximo”.

Nas SABs, com alguns pontos semelhantes, os movimentos se deflagram em processos descontínuos, que, no entanto, não se extinguem. Os líderes e os participantes, antes atores de um movimento inicial, emergem em outros movimentos novos, havendo entre eles comunicação, objetivando aproveitarem experiências e vivências anteriores. Nossos estudos indicam que as SABs mais populares (\*) são as que reivindicam mais serviços urbanos básicos de infra-estrutura (água, luz, transporte, escolas, postos de saúde, creches, etc.) priorizando demandas negociáveis dentre esse material. As de classe média encorajam as ações que levam à interação social e abordam temas ligados à ecologia, à racionalidade de propostas urbanas, à qualidade de produtos de alimentação, custos, etc. não priorizando o recebimento de “bens” do Estado. Um ponto comum entre elas é o consenso e a ênfase às práticas democráticas e perspectivas de união, solidariedade, esperança e conquistas.

Em decorrência das inúmeras visitas que fizemos às SABs, percebemos que os segmentos formadores dessa comunidade constituem-se, basicamente, de indivíduos de classes populares: o aposentado, o pedreiro, o eletricista, o encanador, o metalúrgico, o guarda-noturno, o síndico, o operário, as donas-de-casa, ali ou acolá o médico, o militar, os quais, na maioria das vezes, tentam agir em comum, diante dos problemas coletivos e básicos do bairro, como: falta de condições mínimas de infra-estrutura (água, energia

---

(\*) conforme dados também obtidos com a questão 15 da Tabela de Equivalências.

elétrica, esgotos, calçamentos, escolas, posto médico, transporte coletivo, telefone público, etc.).

A grande maioria dessas pessoas mora em casa alugada, na periferia da cidade, em pontos extremos dos bairros e recebem pequenos salários, quando estão empregados ou sub-empregados. Só entram em carros novos quando lavam os dos patrões ou “fazem bicos” nos “lava-jatos”, em casas confortáveis, porque nelas trabalham. Só vêem roupas bem arrumadas, quando passam diante das vitrines e de “ônibus circular”, como muitos trabalhadores, que se levantam às quatro ou cinco horas da manhã e voltam às sete ou oito horas da noite, lutando com grandes esforços para vencerem as tarefas árduas do dia-a-dia que lhes são impostas pela estrutura social capitalista.

Neste contexto, a organização e a implementação de processos que originam sociedades comunitárias impõem-se e se fazem presentes.

Entre os integrantes das SABs, com os quais mantivemos contato, existem grandes diferenças de graus de escolaridade. Alguns deles não têm sequer o primeiro grau completo. Pequena parcela tem o segundo ou o terceiro grau incompleto e uma minoria possui curso superior, muito embora o nível de escolaridade não seja um requisito prioritário para a participação dos membros nas SABs. Conta-se muito mais a disponibilidade de tempo e o empenho para as tarefas exigidas.

Por tradição (\*), o morador mais antigo do bairro constitui o elemento aglutinador do grupo para o levantamento de todos os problemas do bairro. No geral, entre os integrantes das SABs na Escola, era a mulher, mãe, dona-de-casa, privada de instrução na interação penosa e constante com as autoridades escolares próximas, que ali estava.

Trabalhavam efetivamente para estabelecer classes de emergência; para que se criasse a Escola; para que fosse ligada a luz e a água; para que chegasse a merenda e o gás; os funcionários; o material diminuto e de qualidade duvidosa.

Às vezes, consertavam as escolas nos finais de semana, limpavam-na, capinavam o mato em volta, a horta; faziam festas para a Associação de Pais e Mestres, para arrecadar dinheiro para reformas, compra de material e alimentos. Integravam as Associações da Escola, muitas vezes apenas para completarem o número exigido regularmente. No geral, não participavam dos movimentos feministas, mas rejeitavam a violência contra as mulheres e defendiam a idéia de saírem de casa para participar das Associações de Moradores.

Nossos estudos nos permitem afirmar que as bases de sustentação das SABs para seu funcionamento são a estrutura funcional da entidade, a participação da população e a colaboração recebida e oferecida aos poderes públicos.

Geralmente, os associados interagem duplamente com outros grupos e organizações (CEBs, APMs, Conselhos), relacionado-se reciprocamente unificados pelo trabalho pessoal. Ao mesmo tempo, relacionam-se com outros serviços externos do bairro como, por exemplo: igrejas, serviços sociais, sindicatos, etc. nos quais se pautam relações de hierarquia e autoridade. Em muitas de nossas visitas, encontramos sedes das SABs compartilhando as instalações conjuntas com essas entidades.

É característica da organização interna dos membros dessa comunidade a

---

(\*) dados corroborados por meio da questão n.º 02 da Tabela de Equivalência.

formação de equipes de trabalho, com distribuição democrática de tarefas, segundo a disponibilidade e aptidão de cada um.

Em uma diretoria, cada ocupante de um cargo tem as suas competências estatutárias: o Presidente, Vice, 1º Secretário, 2º Secretário, Diretor Social, Diretor Cultural, Diretor de Esportes, Diretor de Patrimônio. (cf. Est. Padrão da SAB - anexo – art. 29 – SPAM - Guia de Apoio das Sociedades Amigos de Bairro – EMPLASA – Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S/A – maio 85 - pág. 88) e conforme resultados da tabulação do Questionário – questão n.º 4.

Essas decisões são tomadas em reuniões periódicas mensais (\*), conforme dados de nossas pesquisas, em geral convocadas pelo Presidente da Diretoria Executiva. Quando tais decisões envolvem a administração pública, são elas encaminhadas formalmente (ofícios ou requerimentos) ou por meio de um processo de negociação (audiências públicas com representantes dos órgãos da administração). Nesse momento, o Secretário é elemento importante e tem a função de anotar as conclusões dos grupos de trabalho nas reuniões, organizar e encaminhar cartas e ofícios, organizar a documentação (relatórios, dados estatísticos, etc.), estabelecer contactos, agendas, visitas, etc.

Ocasionalmente, diante da negativa do poder público, a sociedade se vê obrigada a organizar manifestações públicas, utilizando para isto, os meios de comunicação disponíveis (passeatas, jornais locais, entrevistas em rádios e serviços volantes de som), objetivando fortalecer o processo reivindicatório.

Para Rosmaninho (1993:9), ao referir-se ao trabalho em grupo: “é necessário que as pessoas estejam realmente interessadas e motivadas a colaborar na realização de um trabalho comunitário. Elas devem ter algumas características:

- Interesse pelos problemas do bairro
- Gosto pelo trabalho de equipe
- Tempo para colaborar
- Responsabilidade pessoal
- Disposição para agir”.

Para se conseguir adesões num trabalho comunitário a ser proposto, é necessário divulgar e solicitar colaboração de trabalhos concretos. Aos poucos, vão se conscientizando os moradores do bairro. As SABs, têm divulgado seus trabalhos no “boca-à-boca”. Sua grande maioria não dispõe de outra forma de divulgação, que não essa (\*).

Dentre os programas de interesse comunitário aos quais SABs se dedicam, na grande maioria restritos ao próprio bairro, podemos citar:

- Campeonatos, torneios, gincanas de várias modalidades esportivas na própria sede social ou em outro local do bairro, promovendo decisões entre entidades esportivas e sociais dos bairros adjacentes e inter-SABs.

---

(\*) conforme dados da questão 09 da Tabela de Equivalência.

(\*) tais dados foram corroborados pela Entrevista 1996 – SABs (Anexo n.º 6).

- Concursos de artes, conhecimentos gerais, fotografia, pintura, história do bairro, etc.
- Cursos profissionalizantes de arte culinária, cozinha econômica, costura, pintura em tecidos, cabeleireiro, etc.
- Campanhas de interesse cívico, de educação sanitária, de vacinação, de prevenção de acidentes, de proteção ao meio ambiente, etc.
- Instalação de uma biblioteca.
- Orientação trabalhista e de agência de empregos.
- Agência Postal.
- Prestação de assistência médica e odontológica.
- Posto de orientação e assistência jurídica prestando informações sobre legislação e problemas de interesse coletivo defesa do consumidor, defesa do meio ambiente, etc.
- Assistência ao menor com formação de agremiações infantis e juvenis para habituar a criança e o jovem à participação comunitária.
- Atividades de lazer para a terceira idade.
- Aluguel da sede para realização de festas familiares, casamentos, aniversários, bodas, etc.
- Promoção de “shows” artísticos.
- Comemoração de datas tradicionais para movimentar todo o bairro: aniversário da localidade, natal, carnaval, dia das mães, dos pais, etc.
- Realizações de excursões e piqueniques.
- Criação e dinamização de vários departamentos: feminino, juvenil, infantil, esportivo, cultural, etc.
- Intercâmbio ativo com as demais organizações do bairro, clubes, igrejas, escolas, clubes de serviço, Clube dos Lojistas, etc.
- Realização de programas visando a conservação do patrimônio do bairro: edifícios públicos, áreas verdes, telefones, vias públicas, etc.
- Elaboração de um planejamento para a obtenção de fundos para realização dessas promoções.

Com a realização dessas frentes de trabalho, as SABs estimulam a participação da maioria das pessoas da comunidade e tornam-se órgãos catalizadores da união do seu bairro ou vila.

A sociedade Amigos de Bairro representa a região onde está funcionando e incentiva a colaboração dos seus moradores para:

- Organizar a população do bairro para planejar a solução dos seus problemas.
- Formar grupos de trabalho para dividir esforços.
- Executar diretamente algumas melhorias como: calçamento de passeios, arborização, campanhas educativas, etc.
- Orientar a população para melhor utilizar os serviços já existentes no bairro: Centro de Saúde, Creche, Parque Infantil, Centro Educacional, Escolas Públicas, etc.
- Procurar soluções para as necessidades mais imediatas da população, priorizá-las e apresentá-las aos poderes públicos.
- Trocar experiências com outras prestadoras de serviços”.

A estrutura administrativa da SAB é baseada em disposições estatutárias e compõe-se de:

- 1º - Assembléia Geral
- 2º - Diretoria
- 3º - Conselho Fiscal

Há entidades que também possuem um Conselho Deliberativo.

#### 1. - ASSEMBLÉIA GERAL

É o órgão soberano da entidade e se compõe de todos os sócios, no gozo de seus direitos, com a faculdade de resolver, dentro dos dispositivos e leis vigentes, todos os assuntos referentes e afins da Sociedade.

#### 2. - DIRETORIA

É o órgão executivo da entidade. Geralmente, compõe-se de: Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º Tesoureiros.

Diretores de diversos Departamentos (Social, Cultural, Esportivo, Divulgação e Propaganda, Assistência Social, do Meio Ambiente, do Patrimônio, etc.).

#### 3. - CONSELHO FISCAL

É o órgão que fiscaliza os atos da Diretoria, especialmente da Tesouraria, examinando seus balancetes e emitindo pareceres a respeito.

Este Conselho Fiscal, geralmente é composto de três ou cinco membros titulares com igual número de suplentes, com igual tempo de mandato da Diretoria.

Quando os Estatutos determinam o seu funcionamento, o Conselho Deliberativo funciona como um órgão auxiliar de administração da SAB.

Quando as reivindicações são comuns às várias SABs, estas, por contarem com uma estrutura maior já estabelecida, recorrem a ela com objetivo de firmar seus propósitos.

Tal estrutura é assim constituída, segundo a Coleção de documentos do SPAM (1985:81).

As SABs, “interligam-se espontaneamente e em igualdade de condições em Conselhos, Plenários e Federações Regionais”. O órgão Regional é um aglutinador destinado a harmonizar e desenvolver a ação das SABs, para a consecução de objetivos comuns.

Cada município ou Administração Regional, com um número representativo de SABs, tem formado um ou mais órgãos Regionais. Em algumas grandes cidades, “os Conselhos Setoriais organizam-se aglutinando as cidades existentes numa determinada área urbana, coincidente de preferência, com a divisão político administrativa da cidade”.

O órgão regional tem por função:

- Reunir as Entidades representativas dos bairros e vilas compreendidas numa área geográfica definida,
- Incentivar e desenvolver o espírito comunitário,
- Desenvolver entre as SABs a ele filiadas relações para um melhor desenvolvimento da região,
- Conseguir uma cooperação interbairros para resolver ou indicar as melhores soluções para problemas comuns.

A união desses Conselhos Regionais ou Municipais, constituem o Conselho Coordenador das SABs em nível de órgão Estadual que tem por finalidade:

- Reunir as entidades setoriais dentro do Estado, constituindo-se no órgão máximo de representatividades das SABs,
- A coordenação do movimento das SABs,
- A criação de normas orientadoras para o desenvolvimento da Ação Comunitária das SABs,
- Trabalhar para o desenvolvimento do espírito comunitário da coletividade brasileira,
- Prestar serviços que visem ao aprimoramento das SABs,
- Estabelecer um sistema de maior relacionamento e comunicação entre as SABs por meio de Seminário,
- Manter cadastradas as SABs existentes.

Finalmente, os órgãos aglutinados estaduais constituem um órgão coordenador em nível nacional – a CONAM, com sede em Brasília.

É importante lembrar, ainda, que a maioria possui estatutos (\*) que de certa forma, garantem seu caráter democrático; por outro lado, em muitas dessas associações o que ocorre é o não cumprimento dos estatutos pela falta de eleições regulares, gerando as “entidades fantasmas”. A grande maioria das SABs não tem elaborado planos de ação, ou seja, um planejamento das atividades a curto, médio e longo prazo, limitando-se a trabalhar no estilo da improvisação. Isso faz que a população participe nas SABs para atender às necessidades imediatas, abandonando-as, porém, após conseguir as reivindicações desejadas.

Tanto as SABs antigas quanto as recém-formadas, encontram profundas dificuldades que vão desde a financeira, passando pela mobilização da comunidade, pela falta de atenção das autoridades, até a falta de apoio das entidades co-irmãs.

No entanto, se a democracia tem de ser apreendida pelos indivíduos, isto despende mais tempo do que a vivência da autocracia, imposta a eles.

Não podemos afirmar verdadeiramente ter compreendido a vivência comunitária, sem sermos previamente capazes de modificá-la: - única prova de que lhes apreendemos a dinâmica profunda.

---

(\*) ver resultado de dados do Questionário 1992, questão n.º 4 (Anexo n.º 1).

## **CAPÍTULO IV:**

### **Metodologia: especificação dos momentos da caminhada.**

Neste capítulo, passamos a expor a metodologia que orientou esta pesquisa, descrevendo suas fases, apontando seus objetivos, enumerando os instrumentos utilizados, procedendo a análise e o tratamento de dados e narrando os seminários.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

### DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO:

Após o levantamento do referencial teórico, esta pesquisa, que compreendeu em seu desenvolvimento duas fases específicas e complementares realizadas em épocas diferentes e com objetivos distintos, abrangeu o período de 92 a 98.

A 1ª. fase (1989 a 1992) de caráter quantitativo, exploratório e descritivo (Marshall e Rossman: 1989), compreendeu a leitura da realidade que objetivou detectar a participação das SABs na Administração da Educação do Município.

A 2ª. fase (1993 a 1998), de caráter qualitativo, interativo, holístico e descritivo, compreendeu a análise da realidade, que investigou o processo de construção do conhecimento no interior das SABs pesquisadas. Tendo em vista tal procedimento, torna-se perfeitamente compreensível que o foco do estudo fosse progressivamente ajustado durante a investigação.

#### **1º. Fase:1989 à 1992.**

Inicialmente, tencionamos detectar a participação da Sociedade Amigos de Bairro (SABs) na Administração da Educação no Município.

Em caso afirmativo, buscaríamos detectar o modo como participavam, que obstáculos e que facilidades foram encontradas para efetivação dessa participação.

Para responder ao problema suscitado na 1ª. fase e a seus objetivos, foram desenvolvidos dois procedimentos básicos: um de caráter documental e outro de natureza histórico-oral. No primeiro momento, procedeu-se à leitura e hermenêutica dos documentos legais das SABs, visando resgatar sua história, organização, estrutura e o potencial de sua participação na Administração da Educação no município. No segundo momento, tendo em vista o levantamento do perfil e identificação das principais práticas dos associados, foram realizados questionários e entrevistas abertas e informais com os moradores dos bairros, integrantes das diretorias das SABs (Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Tesoureiro) entre os municípios englobados na pesquisa, escolhidos aleatoriamente (Campinas, Cotia, Indaiatuba, Salto, Itu, Monte-Mor, São Paulo e Votorantim).

Realizamos um questionário piloto tendo em vista o definitivo. Optamos por manter sempre o anonimato das SABs e igualmente o de seus diretores, atribuindo-lhes pseudônimos com o objetivo de preservar o caráter confidencial das fontes. Para aplicação dos questionários, mantivemos contactos com os líderes respondentes (Presidente, Vice, 1º. Secretário e 1º. Tesoureiro), em virtude de, segundo os Estatutos, exercerem funções mais representativas e de destaque nas SABs.

Entre os questionários respondidos no ano de 1992, tivemos 19 Presidentes, 18 Vice - Presidentes, 15 Tesoureiros e 15 Secretários. Dentre as 19 SABs respondentes distintas, 12 responderam ao questionário por intermédio de seus 4 membros, 3

responderam por intermédio de 3 membros, 2 responderam por intermédio de um único membro.

Em cada questão do ano de 92, foi tomada a média aritmética das respostas dadas pelos membros das SABs respondentes. Para o caso das questões deixadas em branco, atribuímos o valor 4,5. Consideramos apenas as SABs que responderam por meio de 4 e 3 membros.

Esses questionários foram submetidos à apreciação de quatro juízes, professores da Faculdade de Educação da Unicamp. Após discussões e sugestões, chegou-se à sua versão definitiva, composta de 27 questões fechadas e 5 questões abertas, num total de 32 questões. Nesse momento, buscávamos apreender os níveis de interação e participação das SABs em relação à Administração da Educação nos Municípios onde estavam sediadas.

Para tanto, nessa 1ª. fase, nos impusemos as seguintes questões:

- 1 – Qual a freqüência da participação das Sociedades Amigos de Bairro (SABs), quanto à Educação, nos Municípios paulistas de Indaiatuba, Salto, Itu, Campinas, Votorantim, São Paulo, Cotia, e Monte-Mor ?
- 2 – Qual a forma de participação das SABs nos assuntos da Educação em âmbito municipal ?
- 3 – Quais os obstáculos mais freqüentes para a realização dos objetivos propostos pelas SABs em relação à Educação no Município ?
- 4 – Quais os facilitadores mais freqüentes para a realização da Educação no Município?
- 5 – Qual é o tipo (geral) de reivindicação que faz a SAB ao Poder Executivo Municipal?
- 6 – Qual a freqüência do atendimento às reivindicações referentes à Educação, às SABs por parte do Poder Executivo Municipal ?

O questionário piloto foi aplicado em 10 SABs do Município de Indaiatuba, contando 31 componentes, com o propósito de testarmos o acervo de informações colhidas empiricamente desde 1989, em tais entidades e ampliarmos essa busca de diagnóstico aos outros sete municípios a serem pesquisados. O questionário definitivo, composto de 32 questões, foi aplicado durante a realização do IV Seminário das SABs e Entidades Comunitárias, nos dias 17 e 18 de outubro de 1992, aos integrantes das Diretorias de duas SABs de cada um dos oito municípios do Estado de São Paulo, envolvidos na pesquisa.

A distribuição do questionário definitivo (Anexo n.º 1) compõe-se de questões “fechadas” e “abertas”. As questões “abertas” foram utilizadas com o objetivo de proporcionar maior liberdade aos sujeitos de expressarem sua(s) resposta(s), sem direcionamento. Verificou-se a reciprocidade entre os objetivos e as questões, conforme apresentamos no Anexo n.º 8.

Ao iniciarmos as primeiras avaliações do questionário definitivo de 92, algumas questões revelaram de imediato resultados surpreendentes. Ao contrário do que presumíamos, **as SABs quase não participavam dos assuntos da Educação em âmbito Municipal**, isto é, junto ao Poder Público Municipal.

Os histogramas ilustram esses resultados mais claramente detectados, nas questões n.º 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 31 (ver anexo n.º 12).

As demais questões aplicadas em 92 forneceram subsídios para registrar particularmente a história, o perfil, as características e a dinâmica das SABs, conforme consta nos capítulos deste trabalho.

A análise da questão n.º 24 mostra que o poder público atende as SABs com diferentes frequências, ou seja, há SABs localizadas em cidades onde o poder público atua mais como elemento facilitador, e há SABs em cidades onde o quadro é oposto.

Observando a totalidade dos resultados com base nos histogramas, podemos afirmar que o Poder Público não é um elemento facilitador quanto ao atendimento às reivindicações das SABs. É óbvio que a frequência de atendimento está estreitamente relacionada com as formas e tipos de reivindicação, de modo que esta questão não pode ser analisada em um contexto isolado.

As questões 25, 26 e 27 (Anexo n.º 1 questionário 92) dizem respeito, à respectivamente; à participação nos projetos, definição e execução das diretrizes da Secretaria Municipal de Educação. Os resultados obtidos são similares nestas três questões e mostram que, para a grande maioria das SABs, a frequência média está entre 0 e 3, ou seja, há uma frequência de participação junto à Secretaria Municipal de Educação correspondente a *“muito poucas vezes”*. **Isto mostra que a participação das SABs na Educação do município não ocorre**. Não há poder de decisão e nem contribuição na execução das diretrizes emanadas pelo Poder Público Municipal.

Na questão n.º 28, vimos que a maioria das SABs declararam depender, com um valor médio de 4, 6, valor próximo à *“freqüentemente”*, do poder público municipal para a solução dos problemas enfrentados em suas comunidades. Isto vem demonstrar a percepção da falta de autonomia dessas Associações para a resolução dos próprios problemas. Isto não quer dizer que elas venham a ser atendidas, vale dizer, basta atentar para os dados obtidos nas questões n.º 29 e 31.

Nas questões n.º 29 e 31, vemos, no que respeita à Administração da Educação do Município, que esta atua *“muito poucas vezes”*, pois *“interpõe obstáculos”* e nem é *“um elemento facilitador para a realização dos objetivos propostos pelas SABs”*, deixando bastante claro que as SABs atuam de forma independente, não apresentando um comportamento interativo com este órgão.

A conclusão imediata que obtivemos mediante a análise das questões da pesquisa realizada no ano de 1992, considerando-se o universo dos municípios pesquisados, é esta:

- a) as SABs acreditam **depender** *“freqüentemente”* do Poder Público (questão n.º 28) para a resolução de seus problemas básicos, particularmente daqueles referentes à Educação,
- b) a Administração Pública *“muito poucas vezes”* interpõe **obstáculos** às SABs (questão n.º 29) para a resolução dos seus problemas,

- c) a Administração Pública, todavia, não é um elemento **facilitador** (questão n.º 31) para a realização dos objetivos propostos pelas SABs, nem no planejamento, nem quanto à execução ou implementação de Educação Municipal.

**Assim sendo, a conclusão mais imediata que obtivemos com base nas análises das questões da pesquisa (1992) é que a Administração Pública, nem facilitando, nem interpondo obstáculos, é indiferente à maioria dos anseios e necessidades das SABs. Tal constatação vem contrariar nossa afirmação de que as SABs atuariam formalmente na Administração da Educação Municipal.**

**A pesquisa até poderia ser encerrada por aí** quanto à consecução dos objetivos por nós traçados na 1ª. fase.

No entanto, nossa convivência estreita com os moradores dos bairros instigava-nos a conhecer mais o interior das entidades.

Em virtude das oportunidades que tivemos durante os inúmeros contactos com as SABs, buscamos trazer novas luzes para a compreensão dos processos que aí se constituem e que convergem para a construção de um conjunto de conhecimentos que os contextualizam e os instrumentalizam para superar as dificuldades encontradas na natureza de sua vida no bairro.

Para alcançar tais objetivos, estreitar o contacto e facilitar a reunião com os membros das SABs (as mesmas escolhidas no início de nossa pesquisa), tomamos para nós a incumbência de realizar e coordenar **Seminários**, em especial, nos primeiros anos de nosso trabalho.

Os seminários foram realizados no Mosteiro de Itaiçi desde os anos 1989 até o presente ano, e delimitamos o interesse de nossa pesquisa entre os anos de 1992 e 1998. Tais seminários foram denominados “Seminários Regionais das SABs e Entidades Comunitárias”.

Acreditávamos que nenhum indivíduo poderia existir, se não estivesse unido a outros, da mesma forma como uma onda do mar não poderia existir sem o mar. A 1ª. fase de nossa pesquisa mostrava que o Estado aparecia voltado de costas à população, mas acreditávamos que tal situação poderia ser uma realidade relativa. Poderia ser como reflexos num espelho que desapareceria no mesmo instante que a atitude refletida deixasse de se refletir. Haveria necessidade de se trabalhar a harmonia e o potencial desses moradores entre si e as outras faces de sua realidade social.

Decidimos voltar nossos olhos primeiramente para as relações existentes no interior das SABs, baseando detectar a identidade coletiva desse movimento, buscando conhecer a base real e sólida do cerne do processo educativo que poderia existir como um grande capital de reserva experiencial proveniente das relações de troca entre eles. **Procuraríamos aquilatar o verdadeiro processo educativo no interior das SABs**, o que poderia subsidiar mais tarde o enfrentamento ou a real participação com os órgãos da Administração Pública, conosco, conjuntamente, na ação e na transformação.

Pretendíamos motivar o homem para a fidelidade e a crença em si mesmo, para a aquisição da consciência com base na análise de suas próprias experiências, na convicção de que poderia assentar os alicerces de seu edifício pela participação na Administração Pública.

## **2º. Fase: - 1993 à 1998.**

Nesta segunda fase, em decorrência da conclusão preliminar obtida pela análise dos dados do questionário 92, propusemo-nos à verificação de novos objetivos de estudos buscando novas respostas para indagações que esta inesperada realidade nos trouxe.

Queríamos verificar se as SABs constituíam-se em instrumentos de construção de conhecimento e potencial para melhoria da Educação e conquista da cidadania pelo processo participativo (educativo) dentro e fora da escola, isto é, no interior das próprias SABs selecionadas nos municípios então pesquisados.

Traçamos objetivos que estariam voltados à investigação da construção do **processo educativo** do cidadão no município e seus desdobramentos, registrando e refletindo sobre as formas de atuação no interior das SABs, tendentes a colaborar com a construção do conhecimento e a tomada de consciência sobre a vivência de sua realidade, a participação nas ações do Poder Público e os antagonismos apresentados nas questões democráticas.

Nesta pesquisa estão presentes as indagações de uma educadora que mantendo estreita relação com as comunidades dos bairros, *teve condições de estudá-las num nível mais profundo e realista do que no nível operativo ou representativo* (Thiollent: 1994:24). Na medida em que convivia e compartilhava com elas sua experiência pessoal, decorrente do exercício das funções na Secretaria Municipal de Educação de Indaiatuba, organizava os Seminários Regionais das SABs e Entidades Comunitárias do Estado de São Paulo.

A investigação proposta utilizou-se, especialmente na 2ª. fase da pesquisa, de métodos e técnicas próprias da pesquisa participativa, pois tinha-se como objetivo dar ao pesquisador e aos integrantes das SABs meios de se tornarem capazes de responder aos problemas do cotidiano, em particular sob a forma de diretrizes de ação transformadora (Thiollent, 1994:08).

Nesse sentido, as informações, as reflexões sobre as suas experiências, as discussões e os debates foram elementos presentes e constitutivos de produção de conhecimentos, de consciência crítica, de capacidade de decidir, de aquisição de poder objetivados durante todo o desenvolvimento da 2ª. fase do trabalho.

Essa 2ª. fase compreendeu um trabalho maior de campo que envolveu atividades sistemáticas e assistemáticas. As primeiras atividades citadas foram aquelas em que a realização estava prevista quando do planejamento do trabalho, e cuja execução se deu com o auxílio de roteiros, cronogramas e etapas pré-elaboradas (cronogramas dos Seminários, pautas, entrevistas, questionários). As atividades assistemáticas referiram-se particularmente às observações e informações eclodidas em ocasiões diversas, provocadas por acontecimentos que, não tendo sido previstos, motivaram nossa atenção levando-nos a observar, intervir, perguntar ou participar das conversas, pois, como já apontamos no início deste capítulo, buscamos realizar um trabalho que fosse além da ação de participar, mas que por meio dessa ação, pudéssemos contribuir para *fazer avançar o debate acerca das questões abordadas* (Thiollent, 1994:22).

Nessa segunda fase da pesquisa, tínhamos muito clara a necessidade do debate e a busca dos elementos necessários para a compreensão do universo das SABs pesquisadas. Seus sonhos, ideais e desejos sustentavam cada vez mais nosso olhar sobre a necessidade de aprofundamento de nosso trabalho.

Para isso, três novas etapas para a pesquisa foram implementadas a partir de 1995, consistindo em:

- a) ampliação dos questionários (95,98).
- b) realização de novas entrevistas (95, 96, 98).
- c) fortalecimento da realização de novos Seminários (95, 96, 97, 98).

Os novos questionários (Anexo n.º 2 e 3) aplicados possibilitaram-nos estudar melhor o processo de educação informal ocorrido entre os integrantes das Associações. Dois novos questionários adicionais foram aplicados durante os seminários realizados com as SABs nos anos de 95 e 98 (IV Seminário Regional das Sociedades Amigos de Bairros e Entidades Comunitárias – Mosteiro de Itaci, Indaiatuba/SP – outubro/1992; VII Seminário Regional das Sociedades Amigos de Bairros e Entidades Comunitárias – 21/10/1995; X Seminário Regional das Sociedades Amigos de Bairros e Entidades Comunitárias – outubro/1998). Ver os anexos n.º 1, 2 e 3.

Algumas questões aplicadas nos anos anteriores foram reaplicadas novamente em mais um ou dois questionários (ver Anexos), com o intuito de verificar se houve alterações nas respostas objetivas obtidas em anos anteriores, especialmente quanto aos primeiros objetivos já relacionados e, ainda, saber se a caminhada das SABs, ao longo dos anos na participação nos Seminários, por meio de palestras, debates, análises e reflexões sobre o contexto dos moradores, suas relações com o Poder Público, propiciaram ou aumentaram a capacidade de *conscientização* dos integrantes para a resolução dos principais problemas que os afetam na vida diária.

Como critério de análise, nessa segunda fase da pesquisa, optamos por um questionário respondido pelo **Presidente** de cada SAB, pois percebemos ser este o detentor de mais informações dentro da diretoria. Na ausência deste, a hierarquia de escolha do respondente foi o vice-presidente, secretário ou tesoureiro. Com isto, as questões tipo “LIKERT” passaram a não ser mais usadas, uma vez que não tomaríamos mais as médias de todos os membros da diretoria. Mantivemos as questões, porém as possibilidades de respostas não foram mais numéricas. Consideramos as frequências “*muito poucas vezes*”, “*poucas vezes*”, “*frequentemente*” e “*muitas vezes*”.

Para um critério homogêneo de comparação, reanalisamos os questionários de 92 mediante o novo critério, ou seja, ouvindo apenas um respondente - o Presidente ou, na sua falta, o Vice. Cada um desses questionários recebeu um número para facilitar a identificação da SAB, quando necessário. Esse número está registrado diante das respostas dissertativas de cada respondente, no capítulo da Análise dos Questionários.

Dezenove SABs responderam ao questionário na pessoa de seus respectivos Presidentes. Os questionários respondidos pelos demais membros da mesma SAB foram abandonados. Esta opção também está relacionada ao fato de se poder comparar dados entre os três questionários.

Em 95, dos 39 questionários respondidos, com 13 questões cada um, 10 foram abandonados por terem sido respondidos por outros membros de mesma SAB, além do

Presidente. Outros 2 questionários foram abandonados por serem de uma SAB de Jundiá, cidade esta fora do objetivo desta tese.

No ano de 1996, durante o VII Seminário, realizamos entrevistas entre as SABs pesquisadas, com o objetivo de ampliar nosso universo de informações (Anexo n.º 6).

No ano de 1998, dos 39 questionários devolvidos, 27 eram de SABs distintas.

Entre os três questionários aplicados, temos questões que se repetiram, ora no questionário 95, ora no questionário 98, pois tínhamos o intuito de fazer um estudo evolutivo de certas características, comparando-as ao longo do tempo. Desta forma, pudemos verificar as tendências desse tipo de movimento social ao longo da década.

Quanto às questões diferentes (sem sua correspondente em outros questionários), nós as justificamos tendo em vista indagações que surgiram ao longo do trabalho de análise dos questionários, ora com o intuito de aprofundar temas que julgamos relevantes, ora de fornecer uma nova variável de análise.

Com o intuito de facilitar a compreensão do leitor, em relação ao acesso às questões dos três questionários, utilizamos um recurso didático e elaboramos uma “tabela de equivalência” entre questões, conforme Anexo n.º 4.

As questões distintas presentes nos três questionários estão apresentadas de forma sistemática neste anexo. **Esta tabela permite-nos descobrir mais facilmente onde está cada questão distinta nos três questionários, ou seja, saber qual a sua numeração nos questionários e se aparecem repetidas em mais de um questionário. Na primeira coluna, temos a numeração geral das questões distintas, conforme a legenda apresentada. Na segunda coluna, temos a numeração das questões no questionário 92, na terceira temos o questionário 95 e assim por diante.**

Após o procedimento a) que compreendia a aplicação dos questionários aqui mencionados, continuamos com b) para realizar entrevistas entre os inúmeros integrantes das SABs pesquisadas nos municípios, participantes dos Seminários nos anos de 95, 96 e 98. Embora contando com um roteiro “precário e flexível”, procuramos deixar o entrevistado o mais à vontade possível para dar suas respostas.

Pretendia-se estabelecer uma relação de empatia com o entrevistado, deixando sempre claros os objetivos da investigação e o sigilo absoluto que seria mantido em relação às fontes de informação.

Embora não se alimentasse a ilusão de uma total neutralidade por parte do pesquisador, tínhamos sempre em mente não inferir na opinião do entrevistado. O questionamento, quando havia, era feito após a conclusão da entrevista, no sentido de problematizar alguns temas fornecidos pelo entrevistado, de modo a aprofundar com ele a reflexão e verificar suas opiniões em face dos pontos de vista divergentes.

---

Thiollent considera que “a neutralidade inexiste e que a objetividade é sempre relativa. A neutralidade é falsa ou inexiste na medida que qualquer procedimento de investigação envolve pressupostos teóricos e práticos variáveis segundo os interesses sociopolíticos que estão em jogo no ato de conhecer. A objetividade é relativa na medida que o conhecimento social sempre consiste em aproximações sucessivas relacionadas com perspectivas de manutenção ou de transformação. A passagem de uma aproximação a outra não é de tipo aperfeiçoamento ou pormenorização da informação coletada. Sempre exige deslocamentos e rupturas de perspectivas”. (Thiollent, 1987, p.28-9)

As entrevistas foram todas gravadas em fitas e transcritas pelo próprio pesquisador, como garantia para se evitarem omissões ou incorreções que poderiam ocorrer por outro entrevistador não familiarizado com a investigação. Tínhamos claro que os depoimentos não poderiam ser considerados apenas palavras pronunciadas pelo entrevistado. Toda a complexidade dessa relação social interativa e da riqueza de informações presentes não poderiam ser restringidas ao conteúdo da fala. As pausas, exclamações, gestos, hesitações eram manifestações relevantes que deveriam ser observadas, interpretadas e registradas pelo pesquisador. Nesse sentido, consideramos que a realização total desse trabalho deveria ser do próprio entrevistador.

Por ser uma pesquisa interativa em que o investigador foi o principal instrumento da investigação, embora de forma disciplinada, utilizamos as citações literais do que as pessoas falaram sobre suas experiências, crenças e atitudes. Tais entrevistas foram realizadas nos anos de 95, 96 e 98, com o objetivo de nos propiciarem informações sobre a ação educativa da SAB no plano ideológico e às vezes no plano político-partidário, no seio da própria entidade ou fora dela. Nesse caminho, podemos afirmar que o estudo tomou uma linha investigativa, assumindo *carácter perspectivo* na medida em que o pesquisador, por se situar na própria região de observador, deveria abster-se de impor suas posições e após luta interna consigo mesmo, permanentemente trabalhada, registrar o conhecimento.

Os dados foram sendo organizados e compreendidos num processo não linear que implicou um trabalho de classificação, redução, organização e interpretação de dados.

Pretendíamos observar todas as oportunidades em que o integrante da SAB descrevia sua prática, os momentos de reflexão, conscientização e busca da cidadania. Tínhamos claro que seu comportamento sempre carregava um “significado que não se dava a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado” (Patton: 1986:22). Assim, as questões elaboradas em roteiro, do tipo “semi-aberta” pretendiam trazer à consciência do entrevistado, aspectos inter-relacionais que compunham o seu cotidiano, mas que mereciam melhor reflexão, problematização e aprofundamento, permitindo a elaboração de alguns pontos de vista (Thiollent:1994).

A terceira etapa da pesquisa nesta segunda fase pretendeu:

c) fortalecer a realização dos Seminários no Mosteiro de Itaiçi.

Além da aplicação e coleta de dados por meio de questionários e entrevistas, requeria-se uma ação mais sistemática. Essa consciência motivou-nos a dar continuidade aos **Seminários**, com o intuito de organizar palestras que objetivassem promover informações, além de realizar grupos de trabalhos com coordenadores que provocassem questões a serem discutidas e avaliadas as opiniões consensuais emergidas no processo.

A reflexão, as dúvidas, os debates, os consensos suscitados nessas reuniões poderiam levar os participantes a uma consciência capaz de intervir na transformação da realidade e no desenvolvimento do processo de construção de sua história, com base em seus bairros.

Queríamos trazer à luz, nesses grupos, a compreensão da necessidade da participação no processo de formulação e execução das políticas públicas locais e, em

especial, da educação. Queríamos motivá-los ao requerimento da construção do conhecimento, atitude inerente ao cidadão.

Acreditávamos na emergência e premência de um esforço conjugado no controle das ações do Estado pela Sociedade civil, em especial no tocante à educação. Esse controle essencial ao funcionamento de uma sociedade que pretenda democratizar-se poderia ter nas SABs as formas de pressionar o Estado para que fossem seus recursos utilizados de acordo com os interesses das classes dominadas.

Queríamos registrar e participar dessa travessia. Os integrantes dos grupos, conselheiros das SABs, seriam os multiplicadores em suas sedes, dos assuntos que atenderiam aos interesses desses membros integrantes. O exame das questões referentes a atividades, relações e processos que se dão no interior das SABs, os levariam a investigação e reflexão sobre as perspectivas de uma participação direta da comunidade nas decisões da sociedade, identificando os obstáculos e os facilitadores dessa participação.

Os encontros anuais seriam momentos em que mais forte e sistematicamente se debateriam posições, informações e se consolidariam os conhecimentos, segundo os consensos alcançados e os progressos obtidos nas conclusões referentes aos temas discutidos.

Com o objetivo de conseguir que a potencialidade das SABs se consubstanciasse em ações que pudessem levar a uma participação mais efetiva nas decisões da comunidade, procuramos sempre convidar para esses Seminários professores ou autoridades políticas que dominassem com sagacidade, espírito crítico e profundidade os temas em debate. Foi no convívio e na informalidade dos encontros que gravamos as entrevistas e aplicamos os questionários.

## **ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS:**

**A PARTICIPAÇÃO DAS SABs NA EDUCAÇÃO  
DO MUNICÍPIO, FORMAS DE ATUAÇÃO,  
OBSTÁCULOS E FACILIDADES  
ENCONTRADAS.**

### **QUESTÃO 1:**

**Qual é o cargo que você ocupa atualmente nas SABs?**

Observamos a prioridade ao nível hierárquico mais alto da SAB. Na falta do Presidente, o Vice. Na falta deste, o Secretário, e deste, o Tesoureiro.

### **QUESTÃO 2:**

**Descreva como se iniciou a organização de seu bairro. Qual é a história de sua SAB?**

- 1) *“Foi iniciado pela necessidade de asfalto e área no morro na qual há ainda barrancos pendurados, daí formou-se um grupo que deu início à nossa SAB”.*
- 3) *“Há 45 anos surgia a SAB da Cidade Vargas, com a união e a conscientização dos moradores, que era o caminho para lutar pelas melhorias do bairro que se iniciava com extrema precariedade”.*
- 4) *“Reivindicações finais”.*
- 5) *“Nossa organização iniciou-se com um grupo de mulheres crenes das necessidades da comunidade em vários setores. Fizemos um trabalho de conscientização e a partir daí nos organizamos assumindo a direção de uma Sociedade que se encontrava desativada e fomos em frente”.*
- 7) *“Iniciamos nossa SAB por não ter na rua algumas melhoras e não possuir telefone público ou nas residências devido ao bairro ser habitado por maioria de bóia-frias, necessitando de ajuda em todos os sentidos”.*
- 8) *“Devido a falta de água encanada, luz nas ruas e esgoto, os moradores resolveram se juntar para conseguir esses melhoramentos e conseguimos todos”.*
- 10) *“O conselho foi criado para dar ajuda às entidades. Orientar os presidentes, documentação etc.”.*
- 11) *“Um grupo de amigos após algumas reuniões organizou e fundou a sociedade”.*
- 12) *“Em 1983 com a intenção de se fazer algo pelo bairro”.*
- 13) *“Através da consciência dos moradores”.*
- 14) *“Necessidades propostas pelo bairro resultou na organização de nossa SAB”.*
- 15) *“Foi um grupo de homens que lutava pelo desenvolvimento do bairro, unificando-o e trabalhando para sua melhoria. Foi um trabalho árduo, de homens decididos e trabalhadores movidos por um grande ideal”.*

16) “Com um grupo de amigos que queria colaborar com a melhoria do bairro e se encontrava nas igrejas e casas e até mesmo o prefeito doou um terreno para formar a sociedade”.

17) “Iniciou-se com as necessidades do bairro e com o crescimento local”.

19) “Iniciou com um grupo de amigos sentindo a necessidade de reivindicar junto ao poder público escolas, melhoramentos já que o nosso bairro era formado por uma empresa e seus moradores vieram da capital”.

20) “Reunião de moradores para reclamar de diversas melhorias - ocasião em que foi criada nossa SAB”.

### QUESTÃO 3:

**A SAB que você participa possui documentos oficiais registrados?**

	SIM	NÃO	BCO
92	18- 95%	1- 5%	0- 0%
98	26- 96%	0- 0%	1- 4%

### QUESTÃO 4:

**Se SIM quais? Assinale:**

Podemos concluir, de acordo com o questionário 92, que 16 SABs tem estatuto, CGC, livro de atas e livro contábil; 1 SAB tem CGC e livro de atas; 1 SAB tem estatuto, CGC e livro de atas e 1 SAB respondeu em branco.

### QUESTÃO 5:

**Há quanto tempo você faz parte da diretoria da SAB?**

	0-1 ano	2-3 anos	4-6 anos	> 6 anos	BCO
92	7- 36%	2- 11%	4- 21%	6- 32%	0- 0%
95	2- 7%	1- 4%	7- 26%	17- 63%	0- 0%
98	1- 4%	3- 11%	5- 19%	11- 40%	7- 26%

### QUESTÕES 6:

**Quem escolhe os membros do conselho deliberativo?  
Caso você tenha respondido outro na questão anterior, quem seria?**

	A	B	Bco
92	17- 90%	1- 5%	1- 5%
98	26- 96%	1- 4%	0- 0%

Legenda: A- assembléia geral; B- outros

### QUESTÕES 7 e 8:

**Você sempre atuou no mesmo bairro em que mora?  
Se você respondeu Não por que você não atuou (ou atua) no bairro em que mora?**

SIM.

### QUESTÃO 09:

**Você participa de reunião mensal na sua SAB?**

	SIM	NÃO	BCO
92	17- 89%	2- 11%	0- 0%

Como era de se esperar quase todos os representantes participam das reuniões mensais.

### QUESTÃO 10:

**Como são tomadas as decisões nas reuniões de sua SAB?**

	A	B	C	D	E	F
92	0- 0%	9- 47%	1- 5%	5- 26%	0- 0%	8- 42%
98	0- 0%	10- 28%	6- 17%	5- 14%	4- 11%	11- 31%

Legenda: A- individualmente; B- em grupo; C- por aclamação; D- por consenso;  
E - votação secreta; F- votação aberta

\* Todas às vezes que as questões apresentarem várias alternativas combinadas de respostas, a somatória poderá ter resultado superior a 100%.

### QUESTÃO 11:

**Caso tenha assinalado individualmente na questão anterior, quem é o responsável na tomada de decisões na reunião das SABs?**

Irrelevante. No questionário 92 não houve quem assinalasse **individualmente**.

### QUESTÃO 12:

**A sua SAB realiza reunião aberta a todos?**

	MPV	PV	F	MV	BCO
92	3- 16%	4- 21%	6- 31%	6- 32%	0- 0%
98	4- 15%	4- 15%	9- 33%	10- 37%	0- 0%

A maioria das SABs realiza reunião aberta a todos.

### QUESTÃO 13:

**Sua SAB faz pesquisa representativa de moradores através de boletins?**

	MPV	PV	F	MV	BCO
92	5- 26%	10- 53%	2- 11%	1- 5%	1- 5%
98	6- 22%	12- 45%	7- 26%	0- 0%	2- 7%

A maioria das SABs realiza a pesquisa representativa poucas vezes.

### QUESTÃO 14:

**Sua SAB discute os problemas em nível de:**

	B	M	B+M	BCO
92	8- 42%	1- 5%	10- 53%	0- 0%
98	17- 63%	4- 15%	4- 15%	2- 7%

Legenda: B - bairro; M - município

### QUESTÃO 15:

Sua SAB tem feito reivindicação de melhorias na área (Social) da:

	educ.	saúde	lazer	Bco
92	14- 74%	16- 84%	17- 89%	1- 5%
98	16- 59%	16- 59%	15- 56%	6- 22%

### QUESTÃO 15:

Sua SAB tem feito reivindicação de melhorias no setor (infra-estrutura) de:

	A	B	C	D	E	F	BCO
92	17- 89%	13- 68%	9- 47%	12- 63%	18- 95%	4- 21%	0- 0%
98	20- 74%	17- 63%	13- 48%	12- 44%	21- 78%	9- 33%	3- 11%

Legenda: A- conservação de ruas; B- sinalização; C- asfalto; D- transportes; E- limpeza geral do bairro; F- prédios públicos.

**Esta questão em 95, pedia resposta dissertativa:**

- 3) *“Recuperar uma praça, onde o lazer das crianças estava abandonado, conseguido parcialmente”.*
- 4) *“Na atual administração nada de reivindicação, porque não é atendida”.*
- 5) *“Ajuda na formação e execução do plano de desfavelamento de 212 famílias da cidade. (nosso bairro tem 86 barracos). Canalização do córrego Sta Cruz. desaçoreamento do córrego Ajudante. Área de lazer nas áreas verdes”.*
- 6) *“Estrutura, de todas as formas”.*
- 8) *“Basicamente o de infra-estrutura e manutenção”.*
- 11) *“Ligação de água e esgoto, luz, melhoramento nas ruas, galeria de água pluvial, moradia, educação, saúde, lazer em geral cultural, no posto de saúde funciona de 2ª a 6ª feira das 7:30 as 20:00 hs no Sábado das 7:30 as 19:00 hs”.*
- 12) *“Melhoria nos sistemas de transporte, área de lazer para os jovens e crianças e também para a 3ª idade. Construção de creches para atender a demanda do bairro”.*
- 13) *“Saúde, educação, segurança, sinalização”.*

18) *“Praças de esportes, lombadas, placas nas ruas, construção de creche, doação de terreno para construção de sede”.*

22) *“A nossa entidade está na fase cultural mas, o que nos preocupa é o serviço de limpeza das ruas, bueiros e conservação que só é feito se o engenheiro aprovar o trabalho”.*

24) *“Asfalto, luz, linha de ônibus, praças, quadras esportivas etc.”*

26) *“Reivindicações de caráter genérico, porém a nível de manutenção nas áreas de saúde, segurança, ocupação de solo etc.”.*

27) *“Canalização de córrego, pavimentação de ruas, escola municipal, C.D.M., telefone público”.*

32) *“Atualmente mais as solicitações de manutenção daquilo que foi conseguido em 43 anos de trabalho”.*

36) *“Diversos”.*

### **QUESTÃO 16:**

**92 = Sua SAB tem realizado festas para gerar fundos para projetos?**

**Se você respondeu SIM na questão anterior, assinale a freqüência de realização de festas:**

**98 = Sua SAB tem algum mecanismo para captação de fundos para projetos (festas, doações etc)? Quais?**

	SIM	NÃO	BCO
92	14- 74%	5- 26%	0- 0%
98	15- 56%	8- 30%	4- 14%

	MPV	PV	F	MV	BCO
92	5- 26%	3- 16%	5- 26%	1- 6%	5- 26%

Resposta dos questionários 98:

Válidos:

1) *“Bailes aos sábados”.*

3) *“Seguradoras, bancos, instituições de educação particular”.*

- 6) “Sócios contribuintes, contribuições, doações”.
- 10) “Rifa, festa do sorvete”.
- 13) “Não, salvo esporadicamente”.
- 14) “Bingos e festas”.
- 16) “Sim ,contribuição para segurança 24 hs”.
- 18) “Bingo, churrasco e pizza”.
- 20) “Bingo e rifa”.
- 24) “Não, tínhamos renda de cesta básica, renda de leite e renda de material escolar e roupas usadas”.
- 27) “Bingos e aluguel para festas”.
- 28) “Almoços, rifas e taxa mensal”.
- 30) “Anuidades, casamentos etc.”.
- 31) “Associados”.
- 32) “Associados”.
- 33) “Organiza eventos (festas)”.
- 35) “Doações de comerciantes”.
- 36) “Festas”.

### QUESTÃO 17:

**Até que ponto os integrantes do Conselho Deliberativo/Diretoria de sua SAB foram eleitos sem injunções políticas de representantes do Poder Público Municipal?**

	MPV	PV	F	MV	BCO
92	7- 37%	0- 0%	4- 21%	7- 37%	1- 5%
98	14- 53%	3- 11%	2- 7%	6- 22%	2- 7%

### **QUESTÃO 18:**

**Até que ponto os integrantes do Conselho Deliberativo/Diretoria de sua SAB foram eleitos sem injunções de Partidos Políticos?**

	MPV	PV	F	MV	BCO
92	7- 37%	1- 5%	4- 21%	5- 26%	2- 11%
98	10- 36%	3- 11%	5- 19%	5- 19%	4- 15%

### **QUESTÃO 19:**

**Com que frequência o Poder Público Municipal vem atendendo às reivindicações de sua SAB?**

	MPV	PV	F	MV	BCO
92	6- 32%	4- 21%	4- 21%	4- 21%	1- 5%

### **QUESTÃO 20:**

**Até que ponto a entidade que você representa participa dos projetos da Secretaria Municipal de Educação?**

	MPV	PV	F	MV	BCO
92	9- 46%	3- 16%	3- 16%	2- 11%	2- 11%
98	11- 41%	7- 26%	5- 19%	2- 7%	2- 7%

### **QUESTÃO 20:**

**Até que ponto sua entidade participa da definição das diretrizes da Secretaria Municipal de Educação?**

	MPV	PV	F	MV	BCO
92	12- 63%	2- 11%	3- 16%	1- 5%	1- 5%
98	12- 45%	10- 37%	3- 11%	0- 0%	2- 7%

### QUESTÃO 21:

Até que ponto sua entidade participa da execução dessas diretrizes?

	MPV	PV	F	MV	BCO
92	12- 63%	2- 11%	4- 21%	0- 0%	1- 5%
98	12- 44%	8- 30%	5- 19%	0- 0%	2- 7%

### QUESTÃO 22:

Com que frequência as alternativas de soluções para os problemas enfrentados pela entidade que você representa, dependem do Poder Público Municipal?

	MPV	PV	F	MV	BCO
92	5- 26%	2- 11%	4- 21%	7- 37%	1- 5%
98	6- 22%	5- 19%	5- 19%	8- 30%	3- 10%

### QUESTÃO 23:

Com que frequência a Administração da Educação no Município interpõe obstáculos à realização dos objetivos propostos por sua entidade?

	MPV	PV	F	MV	BCO
92	13- 68%	3- 16%	2- 11%	0- 0%	1- 5%
98	7- 26%	9- 33%	3- 11%	6- 22%	2- 8%

### QUESTÃO 24:

**Enumere os principais obstáculos encontrados pela sua SAB na relação com o Poder Público:**

Esta questão em 92, pedia resposta dissertativa:

- 1) *“Atendimento às creches, crianças que deveriam estar em uma escola de educação infantil. Estas crianças sejam atendidas também no período integral”.*
- 3) *“Desconhecimento da capacidade de trabalho de uma SAB, partidarismo político, falta de sensibilidade de perceber o problema, falta de confiança no bom senso da comunidade que está em contato direto com a realidade do problema”.*
- 4) *“Encaminhamentos gerais e específicos”.*
- 5) *“Acusam falta de verbas para construção de projetos”.*
- 8) *“Falta de vontade e apatia por parte dos próprios moradores nos bairros”.*
- 13) *“Falta de escolas, creches, etc.”.*
- 19) *“A Secretaria de Educação nunca interpões obstáculos e nossa entidade sempre esteve aberta ao dialogo”.*
- 20) *“Ônibus para os estudantes que freqüentam outras escolas, contratação de merendeiras para o próprio bairro. Falta de áreas de lazer e esporte”.*

	A	B	C	D	E	BCO
98	14- 52%	15- 56%	10- 37%	5- 19%	3- 11%	0- 0%

Legenda: A- burocracia; B- interesses políticos; C- dificuldade financeira; D- falta de estrutura na SAB; E - falta crença no poder da SAB.

Esta questão em 98, solicitava descrever sobre outros obstáculos além dos de livre escolha. Ver questão 21 do questionário 98:

Válidos:

3) *“O sucateamento da administração faz com que se encontre dificuldades muitas vezes no segmento reivindicatório da necessidade ao atendimento a comunidade no seu interesse para nível de vida melhor”.*

8) *“O desemprego, falta de escolas, o governo atual desativou 5 grupos escolares na minha área, tráfico de drogas nas escolas, irresponsabilidade da polícia que nada vê, invasões em áreas particulares, em resumo, descremos de tudo”.*

12) *“Falta de um representante das SABs na câmara municipal de São Paulo”.*

13) *“Principalmente pela missão crítica, de nossa oposição frontal ao atual estado dominante dos poderes públicos quando não nos atrelamos aos políticos do comando, sentimos toda a sorte de represália no sentido de não termos ou sermos atendidos em nossas necessidade de construção ou manutenção. Embora saibamos que são nossos direitos e obrigações deles”.*

14) *“Nós precisamos fiscalizar os políticos e incentivar os moradores do bairro pelo qual nós vivemos a não reelejê-los quando forem omissos”.*

22) *“Estamos reorganizando a entidade”.*

27) *“Encontramos falta de vontade política, burocracia, dificuldade financeira alegada por eles e também descrença na força das SABs. Tudo isso nos desarma para lutar pois não temos auxílio de outra entidade, mesmo assim lutamos até o fim”.*

28) *“Políticos que não têm uma formação e não compreendem a importância do trabalho comunitário, boicotando nosso trabalho”.*

31) *“Infelizmente os principais obstáculos são os governos municipal e estadual que nada fazem em resposta à nossas reivindicações”.*

37) *“Os políticos acabaram com a nossa SAB não dando a mínima atenção. Temos que mudar este esquema... passar a ser discutido com a SAB”.*

### QUESTÃO 25:

Com que frequência a Administração de Educação Municipal é um elemento facilitador para a realização dos objetivos propostos por sua entidade? Enumere por ordem de importância:

	MPV	PV	F	MV	BCO
92	11- 58%	3- 16%	1- 5%	3- 16%	1- 5%

### QUESTÃO 26:

Você acredita que sua SAB tem ajudado a educar o povo? Se sim, como?

	A	B	C	D	BCO
95	14- 52%	17- 63%	13- 48%	23- 85%	1- 4%
98	9- 33%	13- 48%	9- 33%	19- 70%	3- 11%

Legenda: A- informando o povo;  
B- denunciando os problemas;  
C- trabalhando onde há carência;  
D- reivindicando as necessidades.

### QUESTÃO 27:

**Você acredita que a participação dos moradores dos bairros nas SABs aumentou nos últimos anos?**

	SIM	NÃO	BCO
95	15- 56%	10- 37%	2- 7%
98	6- 22%	14- 52%	7- 26%

Em 98 a questão solicitava justificativa.

Resposta dos questionários válidos:

- 1) *“Aumentou muito, pois todos estão vendo o trabalho realizado na área social, nas reivindicações feitas e nos avanços conseguidos junto à administração municipal. E por sermos uma entidade atuante”.*
- 2) *“Não, alegando que o bairro já possui tudo”.*
- 3) *“Sim, pela necessidade social que atravassamos ultimamente, as SABs se tornaram ponto de necessidade de direção de suas comunidades”.*
- 4) *“Não”.*
- 6) *“Não, inclusive diminuiu em virtude de muitos moradores mudarem de bairro. As vezes os moradores não acreditam mais nas SABs”.*
- 8) *“As dificuldades financeiras, a administração voltada apenas para governar para os vereadores. O povo e as SABs ficam de pés e mãos atadas, descrentes de tudo e todos os políticos”.*
- 10) *“Sim, tem bastante gente nova”.*
- 13) *“Sim, pois na medida que os próprios moradores se deram conta de que o poder público foi ou veio buscar aliança na própria população, parceria na comunidade, ficou ai caracterizado que os municípios só vão conseguir. O estado isolado não conseguiu e a união sem a participação popular e desunida não conseguiu. Fica ai, pois, minha explicação no aumento da participação nas SABs”.*
- 14) *“Diminuiu pois o governo faz pouco e a SAB acabou sem crédito por parte dos municípios”.*

- 16) *“Sim, no nosso caso aumentou em função da ação da sociedade em busca de novas forças”.*
- 20) *“Diminuiu muito”.*
- 24) *“Diminui por falta de credibilidade e um trabalho mais atuante e persistente quanto às suas necessidades. Neste trabalho e atuação os questionários de coleta de informação é de máxima urgência”.*
- 27) *“Acho que não, por dois motivos: povo descrente de tudo, desconhecem o poder que tem nas mãos e não acreditando que a SAB é um órgão deles”.*
- 29) *“Não, por falta de interesse dos municípios e melhor formação dos dirigentes”.*
- 30) *“Não, porque muitas vezes não são atendidos”.*
- 31) *“Diminuiu”.*
- 32) *“Diminuiu, pois a própria população não crê...”.*
- 33) *“Não aumentou, pois o cidadão observa nossas limitações junto aos órgãos públicos e sentem a falta de recursos para concluir os objetivos propostos”.*
- 35) *“Não aumentou por falta de divulgação na mídia escrita, falada”.*
- 36) *“Sim, através da mudança da diretoria”.*

### **QUESTÃO 28:**

**Desde que você começou a participar dos Seminários, quais cargos você já ocupou nas SABs?**

Esta questão analisada isoladamente é inconclusiva. Veja registro abaixo. Comparando com a questão 05, vemos que praticamente todos os respondentes estão ocupando cargos nas SABs desde que começaram a frequentar a mesma. Os Seminários poderiam ter contribuído, para esses participantes, exercerem outros mandatos.

Questionário	Questão 5: Há quanto tempo você faz parte da Diretoria da SAB?	Questão 28: Desde que você começou a participar dos Seminários, quais cargos você ocupou na SAB?
3	Até 1 ano	Representante – 1 ano
4	Mais de 5 anos	Presidente – 4 anos Vice- Presidente – 2 anos Dir. Espet. – 2 anos
5	3 anos e ½ a 5 anos	Presidente – 4 anos
6	Mais de 5 anos	Branco
8	Mais de 5 anos	Presidente – 4 anos Patrimônio – 2 anos
9	Mais de 5 anos	Presidente – 20 anos Vice-presidente – 12 anos Secretário – 4 anos
11	Mais de 5 anos	Presidente – 17 anos
12	3 anos e ½ a 5 anos	Presidente – 3 anos
13	Mais de 5 anos	Presidente – 6 anos Vice-presidente – 3 anos
14	3 anos e ½ a 5 anos	Relações Públicas
16	Mais de 5 anos	Presidente – 4 anos Vice-presidente – 2 anos
17	Mais de 5 anos	Presidente – 18 anos Vice-presidente – 1 ano Tesoureiro – 1 ano Secretário – 1 ano
18	Até 1 ano	Vice-presidente – 4 meses
22	Mais de 5 anos	Presidente – 4 anos Vice-presidente – 4 anos
23	Mais de 5 anos	Presidente – 4 anos Vice-presidente – 2 anos Secretário – 2 anos
24	Mais de 5 anos	Presidente Tesoureiro Secretário
25	3 anos e ½ a 5 anos	Secretário – 2 anos
26	Mais de 5 anos	Presidente Vice-presidente Secretário Dir. Comunicação Relações Públicas
27	3 anos e ½ a 5 anos	Presidente – 4 anos
28	Mais de 5 anos	Presidente
29	3 anos e ½ a 5 anos	Presidente Vice-presidente Secretário
30	3 anos e ½ a 5 anos	Presidente – 4 anos
31	Mais de 5 anos	Patrimônio – 12 anos
32	Mais de 5 anos	Vice-presidente – 4 anos Relações Públicas – 1 ano
33	1 ano e ½ a 3 anos	Presidente – 1 ano Vice-presidente – 3 anos
36	Mais de 5 anos	Presidente – 6 meses Tesoureiro – 2 anos

### QUESTÃO 29:

Desde que você começou a participar dos Seminários, você já participou de atividades conjuntas com outras SABs?

	SIM	NÃO	BCO
95	25- 93%	2- 7%	0- 0%

### QUESTÃO 30:

Em que medida, por sua participação no Seminário, você priorizou as reivindicações coletivas das SABs participantes do Seminário?

	MPV	PV	F	MV	BCO
95	3- 11%	4- 15%	9- 33%	10- 37%	1- 4%

### QUESTÃO 31:

Quais os conhecimentos e valores que você tirou das experiências adquiridas nos Seminários para levar à sua comunidade? Comente:

	A	B	C	D	BCO
98	15- 56%	11- 41%	17- 63%	8- 30%	0- 0%

Legenda: A - planejamento, organização e ação do trabalho comunitário;  
B - novas informações sobre trabalho comunitário;  
C - necessidade de união e participação de todos;  
D - clareza quanto as reivindicações a serem feitas.

Esta questão em 98, solicitava descrever sobre outros conhecimentos e valores além dos de livre escolha. Ver questão 29 do questionário 98:

Válidos:

6) “*Novas amizades*”.

10) “*Aprendemos quem manda no que, aonde pedir e como pedir*”.

13) “*Nesta casa de retiro, através destes mesmos seminários de SABs tivemos conhecimento a perda de valores de presidentes e diretores vitalícios, vaidade pessoal, muitos projetos e programas no papel, falta de trabalho de fato, acomodação dos velhos, falta de novos que habilitem-se para o trabalho de fato*”.

27) *“Ressaltando que a experiência acumulada neste evento sobre mim é muito grande, pois eu não tinha praticamente nenhuma, mas sabendo que preciso muito mais, vou procurar informar-me o máximo”*.

29) *“Troca de informações, planejamento e organização”*.

31) *“A aprendizagem do contato de pessoas diferentes e com problemas diferentes da grande São Paulo, isso para mim é um grande conhecimento”*.

32) *“Esta união é o que fortalece o movimento”*.

35) *“A união faz a força”*.

### **QUESTÃO 32:**

**Na sua opinião que característica tem sua SAB que a ajuda ser bem sucedida junto ao Poder Público ?**

Em 95, esta questão pedia resposta dissertativa:

01) *“Aprendermos em todos os sentidos para reivindicar de forma correta às autoridades competentes”*.

05) *“Porque congrega um grande número de pessoas”*.

11) *“Porque a SAB pode ser uma formadora de opinião”*.

22) *“No sentido de formação de conselhos (saúde, transporte, educação)”*.

23) *“Porque nós trabalhamos sem ônus nenhum, ao Poder Público”*.

	A	B	C	D	BCO
98	10- 37%	15- 56%	7- 26%	6- 22%	5- 19%

Legenda: A- competência dos integrantes; B- popularidade da SAB; C- número representativo de participantes; D- administração voltada para o social

Esta questão em 98, solicitava descrever sobre outras características além das de livre escolha. Ver questão 34 do questionário 98:

Válidos:

01) *“Comunicação, condução para eventos, facilidade nas matrículas, reuniões (uso de salas)”*.

3) *“A popularidade das SABs na região faz com que seja respeitada e atendida até muitas vezes por alternativa em conjunto”.*

8) *“As SABs poderão desenvolver um trabalho de grande valia o dia em que os governos administrarem realmente para o povo, não negociando entre eles nas caladas das noites e o povo saber realmente votar”.*

10) *“Insistência nossa”.*

12) *“Ouvir a comunidade em geral, abrir espaço dentro da Secretária de Educação para atender as reivindicações. A Secretaria deveria ter um elemento de ligação com a comunidade, com facilidade de acesso e aceitação”.*

13) *“Mais temeridade e até respeito que popularidade, ou talvez nossa maior popularidade resida no respeito que nos deve o poder público na força ou pela força de nosso trabalho. Nada suplanta e nada supera a união de uma coletividade em torno de suas reivindicações, quando então denuncia para o quarto poder – imprensa”.*

14) *“Os presidentes das SABs precisam trabalhar mais para integrar a comunidade com suas respectivas SABs”.*

18) *“Nenhuma”.*

24) *“Tantas vezes em que não fomos atendidos pelo poder público e de horas perdidas em salas de espera a um mal atendimento. **Estamos modificando as nossa requisições. Protocolos, iniciativas populares, promotoria de justiça do forum local, com a característica do esforço**”.*

27) *“Nossa SAB... é conhecida principalmente por sua insistência em reivindicar e buscar melhorias para a sociedade”.*

31) *“Não se encontra nenhuma facilidade. Tudo é difícil com o poder público”.*

### QUESTÃO 33:

**Você acredita que os partidos políticos são mais eficazes que os movimentos sociais (da comunidade) na formação de mudanças políticas?**

	SIM	NÃO	BCO
95	5- 19%	22- 81%	0- 0%

### QUESTÃO 34:

Você acredita na real intenção do Governo em aplicar bem as verbas públicas?

	SIM	NÃO	BCO
95	6- 22%	20- 74%	1- 4%

### QUESTÃO 35:

Você acredita que o governo se preocupa com as SABs? Se sim, justifique:

	SIM	NÃO	BCO
95	14- 52%	11- 41%	2- 7%
98	7- 26%	18- 67%	2- 7%

Respostas dos questionários 95:

- 1) *“Sim, porque sabe que a sociedade unida, pacificamente requer um grande peso ao poder público”.*
- 4) *“Não, se preocupasse com as SABs daria melhor atenção a mesma. Ele não sabe que está perdendo um alto funcionário gratuito”.*
- 5) *“Sim, o governo tem pavor que as SABs seja forte, que os participantes se organizem, pratique filosofia e venha perder respaldo políticos, junto aos eleitores. Mas as SABs ajudam a administração sem cobrar pelos trabalhos”.*
- 6) *“Acredito que sim, pois é a maneira que os governantes tem para ter um conhecimento sobre as necessidades de sua cidade”.*
- 8) *“ Por vezes, raramente”*
- 9) *“Sim, o diretor da SAB é um fiscal gratuito da Prefeitura”.*
- 11) *“Só se for no tempo das eleições, ou então uma SAB bem forte ou unida, uma diretoria autêntica”.*
- 12) *“Não se preocupa. Se o mesmo se preocupasse, ouviria mais as SABs, sobre todos problemas que envolvem a comunidade”.*
- 13) *“ Sim, tem respeito”.*

14) *“Não, o governo no geral não reconhece, e nem respeita o valor das Associações, pois vê nas mesmas concorrência para os seus interesses politiqueros”.*

16) *“Sim, em parte. As instituições governamentais procuram atender aquelas entidades que atuam organizadas e apresentam reivindicações concretas”.*

17) *“Não”.*

18) *“Não”*

22) *“Eles só se preocupam quando é ano eleitoral”.*

23) *“O governo se preocupa com as SABs quando estamos próximo das eleições”.*

24) *“Não”.*

25) *“Sim, mas em termos de afirmação política e na caça de votos”.*

26) *“Sim, no verdadeiro significado da palavra, mais do que isto até, as respeitam com temeridade, pelo poder decisório emanados das comunidades no destino de seus bairros”.*

27) *“Sim, apenas em um período: o que antecede as eleições, após somos todos descartados”.*

28) *“Não acredito na preocupação do governo neste sentido”.*

29) *“O governo não se preocupa”.*

31) *“Não”.*

32) *“Sim, há governos municipais e estaduais que atendem com mais atenção as SABs. Creio que ainda essa sintonia povo – governo é pouca e precisa melhorar”.*

33) *“Não”.*

36) *“Não”.*

Resposta dos questionários 98:

1) *“Sempre que levamos os problemas de nosso bairro e região somos atendidos na medida do possível”.*

- 3) *“A demanda de solicitações são tantas que os dirigentes tem que pressionar para alcançar os objetivos de necessidade momentânea. Tudo hoje é com urgência quando a reivindicação é feita praticamente as necessidades estão deterioradas”.*
- 4) *“Porque dentro do meu bairro existe um núcleo que precisa muito de ajuda do poder público e também comunitária”.*
- 6) *“Somos contra o atendimento em troca de favores políticos”.*
- 8) *“Em São Paulo não somos discriminados pois para sermos atendidos somos obrigados a procurar vereadores, as administrações regionais somente atendem se o líder comunitário for encaminhado pelo vereador”.*
- 10) *“Ele sabe que a gente pede o certo”.*
- 12) *“Nós trabalhamos de graça e somos objetivos em nossas reivindicações, e isso não agrada aos maus administradores que só enrolam e nada resolvem”.*
- 13) *“A única preocupação que o poder público manifesta com relação a SAB de nossa região é a falta de temeridade em ações ou reações, que derivam as denúncias de mazelas, corrupção de toda ordem e parceria com o ilícito, quando as sub-prefeituras e/ou qualquer órgão público se compactua com o clandestino em troca de dinheiro do agente corruptor passivo”.*
- 14) *“Não, só se preocupe 6 meses antes das eleições, mente, promete e não faz”.*
- 15) *“Depende dos interesses”.*
- 16) *“Não atua com dinamismo e eficiência nos problemas apontados pelas SABs”.*
- 18) *“Falta de atendimento e algumas reivindicações”.*
- 20) *“Falta de interesse”.*
- 22) *“De modo geral não, pois os interesses políticos partidários prejudicam os trabalhos da SAB mesmo entre seus membros”.*
- 24) *“A preocupação da atual administração do poder público em manter as SABs abaixo de seus comandos. Para isso muitas necessidades não são atendidas e sempre ficam na promessa de realização (revanchismo político)”.*
- 27) *“Não se preocupa nem um pouco porque a SAB não tem unicidade para mostrar seu poder. Luta só e sozinho ninguém consegue nada. Teremos que lutar pela unicidade das SABs e unidos jamais seremos vencidos”.*

28) *“Na medida que tem um certo receio quanto a organização da entidade sendo um risco para as pessoas que estão no poder”.*

29) *“Depende dos interesses”.*

30) *“Porque eles se preocupam mais com eles”.*

31) *“Por falta de respostas às nossas justas reivindicações”.*

32) *“Hoje a classe política e pública, salvo algumas exceções, não se preocupa com nada”.*

33) *“Eu vou até as autoridades públicas e políticas e converso muito sobre a integração entre as SABs e eles, e que tenho sentido a falta de execução política para prover as instituições voltadas para o social”.*

35) *“Nunca nos informaram ou pediram nossa opinião em qualquer área sobre atitudes e leis a serem implantadas”.*

36) *“Burocracia do poder público”.*

37) *“Não generalizando todos. Só enganam a nós, diretores das SABs. Só promessa e mais nada”.*

### **QUESTÃO 36:**

**Você acredita na possibilidade de uma democratização mais profunda neste país?  
Por que?**

	SIM	NÃO	BCO
95	21- 78%	3- 11%	3- 11%

### QUESTÃO 37:

Já atuou com simples participante? Quanto tempo?

	SIM	NÃO	BCO
98	16- 59%	7- 26%	4- 15%

	0-1	2-3	4-6	> 6	BCO
98	5- 31%	3- 19%	4- 25%	1- 6%	3- 19%

### QUESTÃO 38:

A maioria das pessoas que estão na Diretoria de sua SAB, ocupam o cargo há:

	A	B	C	Bco
98	8- 30%	2- 7%	15- 56%	2- 7%

Legenda: A- bastante tempo; B- pouco tempo; C- ambos

### QUESTÃO 39:

A partir das informações obtidas no curso de Liderança Comunitária, você considera que sua SAB se encontra na fase:

	R	A	C	Bco
98	17- 63%	3- 11%	16- 59%	0- 0%

Legenda: R- reivindicativa; A- associativa; C- comunitária

### QUESTÕES 40 e 43:

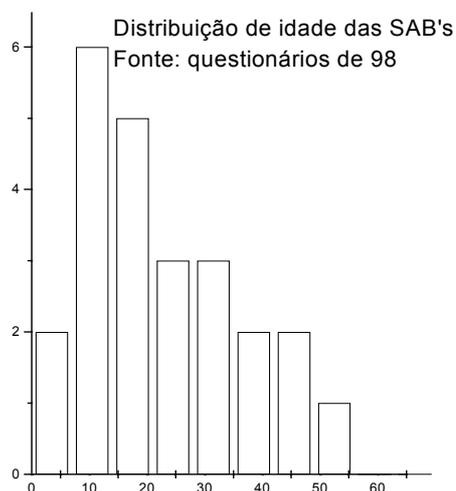
**Se sua SAB se encontra na fase reivindicativa, qual a frequência de atendimento às reivindicações referentes à Educação, por parte do Poder Executivo Municipal?  
Caso sua SAB seja reivindicativa, qual a frequência com que estas reivindicações são realizadas?**

	MPV	PV	F	MV	BCO
98	3- 11%	2- 7%	11- 41%	5- 19%	6- 22%

	MPV	PV	F	MV	BCO
95	11- 40%	7- 26%	4- 15%	1- 4%	4- 15%

### QUESTÃO 41:

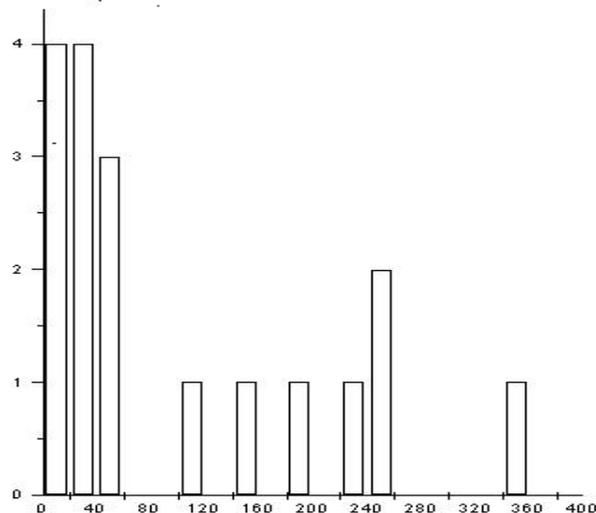
**Sua SAB existe há quanto tempo?**



### QUESTÃO 42:

Estime o número total de participantes da sua SAB:

Distribuição do número de participantes das SAB's  
Fonte: questionários 98



### QUESTÃO 44:

Você acredita que os movimentos sociais da comunidade contribuem para mudanças políticas no município? Justifique:

	SIM	NÃO	BCO
98	24- 89%	2- 7%	1- 4%

Justificativas do Questionário 98:

Respostas dos questionários:

- 1) “Mudam a maneira de pensar do povo mostrando realmente os rumos que a política e os políticos devem tomar, mudando assim a maneira dos políticos fazer política”.
- 2) “Há necessidade de mais atuação nas reivindicações para que o poder público, principalmente o executivo, de mais atenções e atendimentos”.
- 3) “Força muitas vezes o caminho a seguir a realidade e objetivos”.

- 4) *“Porque geralmente todos os movimentos sociais são bem organizados, representativos e unidos”.*
- 6) *“Nossa associação procura não misturar política com nosso trabalho, dando liberdade para cada participante ter suas opiniões próprias politicamente”.*
- 8) *“O quadro político partidário geral da nação num país cujo analfabeto vota, como um movimento social comunitário poderá contribuir para mudar um povo faminto, sem moradia, sem emprego, sem saúde e educação, e, acima de tudo, sem perspectiva de um dia melhor”.*
- 10) *“Quando a gente se une, a gente implanta o que a gente deseja e quer”.*
- 11) *“Pois são de nossos movimentos que saem alternativas para os problemas encontrados”.*
- 12) *“As reivindicações mais sentidas em seu bairro ou em sua cidade só serão atendidas com a pressão de todos os segmentos da população”.*
- 13) *“Muita determinação, muita força, garra, trabalho de verdade e união em torno de qualquer causa de uma comunidade, são fatores preponderantes que fazem com que minha crença em mudanças políticas em minha região como parte de nosso município, se fortaleça a cada vez que conseguimos realizar alguma coisa, que antes era apenas parte de um sonho”.*
- 14) *“O povo na minha opinião é como um cavalo. Não sabe a força que tem. Se fosse mais inteligente, se uniria e derrubaria qualquer governo”.*
- 15) *“Se houver um número grande de pessoas nas SABs o poder público até que faz vantagens nas reivindicações, visando os votos dos associados”.*
- 16) *“Nascimento de nossas lideranças”.*
- 18) *“Pois o poder público só atende abaixo de pressão”.*
- 20) *“Voz do povo é levada pelas SABs de seus bairros”.*
- 22) *“Os movimentos sociais são fundamentais para o exercício da cidadania”.*
- 24) *“Os movimentos sociais da comunidade contribuiriam e muito nas mudanças da consciência política em nossa sociedade se tivéssemos autonomia financeira e recursos, estes direcionados a causas sociais na comunidade. Esta independência cria condições no planejamento e finalidades realizadoras”.*

27) *“Há sociedades que são verdadeiros cabos eleitorais, em troca de um favorzinho... candidatos que nunca fizeram nada pelo bairro em que vivem, se vendem e expõe a população como um troféu”.*

28) *“Porque as pessoas passam a compreender melhor como funciona a sociedade e porque quem administra age de uma forma ou de outra, a análise das ações políticas dentro das cidades é feita pelas pessoas, portanto ocorre uma melhor relação dos administradores ou quando não uma fiscalização acontece em vários âmbitos da administração pública municipal”.*

29) *“Comunidade unida provoca respeito, pena que raras vezes”.*

30) *“Porque se todos se reunirem lutando e persistindo, consegue”.*

31) *“Sim, mas muito pouco porque a maioria dos políticos só nos atendem em época de eleição”.*

32) *“Conscientizando os moradores quanto aos bons políticos que trabalham pelos bairros”.*

33) *“Creio ser a única forma das comunidades serem reconhecidas pelos nossos representantes, pois só com o movimento de massa, com o povo unido é que eles aparecem para dialogar”.*

36) *“Política municipal inalterada em relação a nossa SAB”.*

37) *“Só se nos unir-mos em um objetivo comum, ai poderemos mudar”.*

#### **QUESTÃO 45:**

**Você tem alguma frustração ou crítica com respeito a sua SAB ou ao Poder Público Municipal ?**

3) *“Sim, tudo passa por negociação política e de interesse dos comandantes partidários”.*

4) *“Ao poder público, que aos homens que governam a cidade... ???”*

- 6) “Com o poder público municipal, pois ao atender exigem que em troca tem que apoiar o partido do prefeito, quando não o partido do secretário municipal o qual é pedida a reivindicação”.
- 8) “Minha frustração é ver nossa COSAB com grandes dificuldades financeiras, o amargor do nosso presidente diante dessa situação, os companheiros já bem grisalhos sufocados pela insegurança, sem colaboração financeira do poder público”.
- 10) “SAB - pouca gente se esforça. PODER PÚBLICO - se o funcionário que manda demora, não sai nada que a gente deseja”.
- 12) “Sim, volto a dizer: precisamos de um representante na câmara municipal”.
- 13) “Sub prefeito do PPM, atende mau e porcamente, **falta de renovação no quadro da SAB, e vaidade dos velhos diretores e presidentes**”.
- 14) “Quanto a SAB não, quanto aos políticos, eles são pouco patriotas”.
- 15) “Sim, nosso objetivo é construir a sede própria. Não encontro força nos partidos políticos para isso tornar-se uma realidade, quanto ao poder público, vejo com tristeza os interesses políticos acima de tudo, não reconhecendo o trabalho da SAB como um todo”.
- 16) “Sim, tudo que se pede muitas vezes não somos atendidos. Sempre é demorado”.
- 18) “Muitos, falta de remédios e curativos nos postos de saúde é uma delas”.
- 20) “Falta de força para reivindicações junto aos órgãos competentes”.
- 22) “Atual conjuntura política do Brasil gera insatisfação e descrença nos homens que exercem funções públicas”.
- 24) “Minha SAB é atuante e respeitada no poder público”.
- 27) “Quanto a minha SAB eu não tenho pois foi fundada por pessoas idôneas que estão até hoje lá lutando, conseguiram infra-estrutura nos arredores com suas forças. Quanto ao PPM muitas críticas, sou contra a estabilidade e a favor que nós deponhamos quando necessário qualquer funcionário que não esteja dentro da regra”.
- 28) “Gostaria que minha entidade não tivesse apenas o caráter reivindicatório. Acho que ela tem um **papel fundamental na formação da cidadania**. Compreender o mundo que vivemos para melhor exigir e colaborar com a comunidade, participar de cursos de formação para que a comunidade fique em sintonia sempre com a entidade. Por outro lado compreendo que as reivindicações e as conquistas junto ao PPM contribuem para o **amadurecimento do cidadão**”.

- 29) *“Constante participação popular”*.
- 30) *“Necessitamos de espaço no poder público”*.
- 31) *“Várias. O descaso total com referência a administração que é totalmente corrupta”*.
- 32) *“O poder público hoje é uma grande frustração, é um engodo”*.
- 33) *“O poder público assiste às nossas frustrações, pela indiferença dos moradores que por descrença política não participa dos nossos movimentos e reuniões”*.
- 35) *“Com a SAB não, com o poder público sim”*.
- 36) *“Poder público inoperante para com a nossa SAB”*.
- 37) *“Muitos, com o estadual e federal. Só vêem nós em época de eleições. Passou, acabou. Durante o mandato ficamos tomando chá de cadeira”*.

Observação: As frustrações e críticas são em sua maioria voltadas para o poder público.

#### **QUESTÃO 46:**

**Você tem alguma experiência bem sucedida em sua SAB? Comente:**

- 1) *“Tudo que aqui realizamos fazemos com carinho, por isso estamos colhendo as frutos que plantamos, somos bem sucedidos em tudo que fazemos, pois contamos com o apoio do povo”*.
- 2) *“Sim, porque conseguimos muitas reivindicações serem atendidas nos primeiros 10 anos de existência”*.
- 3) *“A humildade da condução da sua comunidade como se fosse sua família”*.

- 4) *“Sim, criei um clube (futebol) que com ele chegamos a ser vice campeão amador, por isso tivemos muitos simpatizantes (crianças e adultos) que enquanto acompanhavam o clube ficavam fora de muitas coisas más como drogas, prostituição, roubo etc.”.*
- 6) *“Aprender tudo no campo sócio-educacional, administração de uma entidade bairrista e também como se inicia o carisma de um líder”.*
- 8) *“Muitos, grandes benefícios na área social, conquistas na habitação, saúde, transporte, isto é, no passado, pois nas atuais administrações pouco se tem feito pelas SABs, e, para a comunidade nem o fundo social do palácio do governo atende-nos nestes 4 anos”.*
- 10) *“Campanha do agasalho, da vacina e da droga”.*
- 11) *“Segurança do bairro em parceria com o poder público”.*
- 12) *“O que mais nos agradou na minha entidade é que cada vez que festejamos o aniversário do bairro, quando nós vemos nos prestigiando milhares de moradores irradiando alegria por ocasião dos shows e desfiles cívicos. Também, muito nos alegra em poder distribuir leite para 150 famílias carentes vendo no rosto de todos um sorriso de gratidão”.*
- 13) *“Problemas muito característicos”.*
- 14) *“Excelente relacionamento com a comunidade”.*
- 15) *“Sim, convencemos nosso prefeito atual a comparecer em algumas reuniões de nossa SAB, tendo contato direto com os moradores, com freqüência de grande público, com reivindicações diretas junto com o Sr. Prefeito tendo resultados positivos”.*
- 16) *“Edição do boletim informativo bimestral. Informa e conscientiza os moradores”.*
- 18) *“O trabalho em equipe”.*
- 20) *“Sim, arrecadação de agasalhos para os carentes”.*
- 22) *“Em SABs que já participei no passado sim, principalmente nas questões que envolvem problemas sociais no âmbito da comunidade local. Acreditamos na mudança futura da estrutura administrativa e ações das SABs dentro de um espírito participativo de todos os componentes da COSAB”.*
- 24) *“Por um bom período tínhamos em atividade com nossos associados a venda de cestas básicas e leite ... com preços e qualidade melhores que o comércio”.*

27) *“Tenho pouco tempo de SAB, mas implantei um projeto de alfabetização e uma biblioteca dentro da SAB...”*.

28) *“Trabalhar junto ao Poder Público mas não fazendo a opção político-partidária, chamando os moradores para que dêem sustentação à diretoria da SAB também se fazendo presente nas mais diferentes solenidades onde a prefeitura inaugura obras... Marcar a presença da entidade com maior número de pessoas possível, trouxe ainda que com receio maior credibilidade junto ao Poder Público, portanto precisamos mostrar que a comunidade está do nosso (SAB) lado e que as prioridades e decisões para se priorizar uma reivindicação esta embasada na opinião do grupo e isso vem dando maior respaldo juntos aos demais órgãos e entidades representativas da cidade”*.

29) *“Sim, sua prática incide respeito ao ser humano, que assim, referenda ao criador”*.

30) *“Sim, quando fizemos um movimento junto ao ministério da promotoria pública para retirada das transportadoras do nosso bairro”*.

31) *“Nos anos 80 até 90 tivemos êxitos como muitas obras e benefícios conseguidos na nossa região”*.

32) *“Qualquer vitória que você obtenha é grande no momento político e financeiro atual. A própria sobrevivência do movimento já é uma grande vitória. Outra é sabermos que ainda temos líderes que não tem partido político, mas tem a comunidade e o ser humano como bandeira”*.

33) *“A nossa SAB teve vários momentos felizes, a principal foi a instituição dela na sua fundação, motivada pelo primeiro plebiscito público oficial para derrubar um decreto do prefeito que atendendo políticos oportunistas mudou o nome de nosso bairro...”*.

35) *“Sim, realizo trabalho para a comunidade carente”*.

36) *“Sim, tivemos muito sucesso com trabalho de senhoras dos bairros, que mantém um trabalho social através de chás e bingos beneficentes. Ajudamos todo fim de ano o natal... e no decorrer do ano desde fraldas descartáveis, cadeiras de roda e tudo que estiver ao nosso alcance”*.

37) *“Sim, se estamos vivos já é uma experiência bem sucedida”*.

### QUESTÃO 47:

Quais os tipos de reivindicação sua SAB tem feito ao Poder Público Municipal?

Elas tem sido atendidas? Comente:

- 1) *“Melhorias nas ruas, atendimento na área de saúde, limpeza de terrenos, enfim, melhorias em nosso bairro e bairros vizinhos. Na medida do possível sempre somos atendidos”.*
- 2) *“Trânsito, segurança e saúde - poucas vezes”.*
- 3) *“Saneamento básico, iluminação pública, **educação**, saúde, segurança, cultura - sim desde que um acompanhamento constante seja feito”.*
- 4) *“(Às vezes) Todas aquelas que nosso bairro precisa, tais como sinalização de trânsito, semáforos, lombadas em frente escolas, igrejas, creches etc.”.*
- 6) *“Sim. Segurança, obras de infra-estrutura, iluminação, limpeza de terrenos, meio ambiente (bosque e plantio de árvores), pavimentação, **escola**”.*
- 8) *“Saúde, educação, transporte, segurança, principalmente com relação as enchentes do Vale do Aricanduva, campanha do agasalho para vítimas de enchente, cesta básica, internação hospitalar, aparelhos ortopédicos, cadeiras de roda, remoções. Temos atendimento pequeno nos últimos governos municipais e estaduais”.*
- 10) *“Pedimos escolas e policiamento. Só escolas”.*
- 11) *“Sim, é atendida na medida do possível. Construção de praça, de centros comunitários, posto de saúde, iluminação pública, pavimentação de ruas etc”.*
- 12) *“Atendendo pedidos de associados e moradores do bairro levados ao poder público municipal. As reivindicações em geral são atendidas”.*
- 13) *“Podas de árvores, limpeza dos bueiros, pintura de guias, sinalização, remoção do lixo, remoção de reprimidos de praças públicas e logradouros para abrigos comunitários, sopões, denúncias (com dossiê, imagens etc de obras irregulares, uso clandestino e ocupação do solo). Só nos atendem se batemos bastante, firme e forte”.*

- 14) *“Manutenção preventiva do bairro, saúde, praças, iluminação pública. Poder público faz muito pouca coisa”.*
- 15) *“Zoniameto, limpeza, posto de saúde, segurança etc. A maioria é atendida”.*
- 16) *“Limpeza pública, segurança, sinalização, definição de zonas urbanas”.*
- 18) *“Até somente limpeza de córregos”.*
- 20) *“Favelas, saúde e higiene. Poucas vezes”.*
- 22) *“Projetos em elaboração para serem apresentados ao poder público”.*
- 24) *“Desfavelamento, limpeza de córregos, uso da área de lazer, PPM intimar proprietários de lotes não construídos a limpeza, plantio de árvores. Não, a administração municipal não almeja o fortalecimento da SABs”.*
- 27) *“Saneamento, lombadas, faróis, recapeamento, orientação a pessoas carentes (amamentação às gestantes), prática de esporte para jovens (mantê-los ocupados). Nem sempre somos atendidos”.*
- 28) *“Construção de postos de saúde, centros comunitários, **pré-escolas**, conservação de vias públicas, reforma das praças, sinalização e iluminação pública”.*
- 29) *“Apoio às SABs, atendimento médico. Trata-se de conselho”.*
- 30) *“Buracos, valetas, árvores, lixo, bueiros, sinalização. **Todos os pedidos são atendidos**”.*
- 31) *“Como SAB associativa, a parte de reivindicações é pouca”.*
- 32) *“Infelizmente na sua maioria não, já que o poder público atualmente não se importa com a população”.*

33) *“Nossas reivindicações são levadas pessoalmente ou através de ofícios à pessoas públicas, mas raramente somos atendidos. Soluções sempre são conseguidas com muito empenho e insistência pessoal”.*

35) *“Metrô, hospital”.*

36) *“Construção de posto de saúde, centro comunitário, melhorar o asfalto das ruas”.*

37) *“Muito poucas vezes, desde que as administrações regionais foram retalhadas por vereadores que vêm de outros bairros. Não atendem quase nada a comunidade. TEMOS QUE ACABAR COM ISSO!”.*

## TRATAMENTO DE DADOS

Vimos ao longo dos capítulos inicialmente apresentados que as SABs têm um ponto comum: a cooperação, conforme dados obtidos nas questões 10 e 11. Raramente suas ações geram a competição ou o conflito. As questões n.º 3 e a n.º 4 indicam-nos que essas associações são organizadas mediante documentos oficiais como: estatutos, livros de atas, livros contábeis. Apenas 1% das SABs respondentes possuem C.G.C.. Esse dado pode revelar que as Associações compõem um núcleo organizado dentro de uma determinada área geográfica, que representa sua base social e que busca, segundo os documentos oficiais conhecidos pela maioria dos respondentes, a preservação e a melhoria da própria vida, sua meta prioritária.

Temos a impressão de que a identificação ativa com o movimento parece decorrer das gratificações que advêm com o envolvimento e participação e que, em essência, são de ordem psicológica. Estas gratificações, é claro, decorrem também do sucesso obtido em relação ao alcance das demandas estabelecidas pelo movimento. As principais gratificações são: mudanças no auto-conceito, no “status”, na sensação de eficácia política. Estabelece-se uma situação de reciprocidade, amizade, influência, respeito, confiança e grande bem-estar entre os integrantes do grupo, consoante nos mostram dados da questão 31.

O caráter democrático impera no cotidiano das reuniões das SABs. Os líderes dos bairros parecem possuir uma identidade coletiva, consoante dados da questão 10.

Para José C. Polvo:

*“Todo mundo pode apresentar sugestão. Se for boa, é votada. Ninguém decide sozinho”*

É interessante ressaltar que, durante as entrevistas, vários dos membros respondentes atribuem as melhorias obtidas a seus esforços. Apresentam uma sensação de atrelamento ao grupo, quer nos momentos positivos, quando estão motivados, quer quando o clima nas SABs é de frustração ou desesperança por alguma negociação imediata e mal sucedida.

Nenhum respondente atribuiu a qualquer membro da SAB a responsabilidade individual, única, de tomar decisões. Até mesmo o Presidente divide tal responsabilidade, por vezes veladamente, mantendo o controle em suas mãos. Por ocasião de um desabafo do Sr. Orlando Pereira dos Santos – Monte Mor, obtivemos esta declaração:

*“lamentavelmente, são poucas pessoas que trabalham dentro de uma SAB. Começa assim com muitas, mas depois são poucas, quatro ou cinco”.*

Quando questionados a respeito da participação dos moradores dos bairros nas SABs, se esta aumentou nos últimos anos, obtivemos respostas, segundo dados da questão 27, as quais denunciaram a tendência de uma menor participação com o passar

dos anos. Particularmente de 1995 para 1998 houve um declínio quanto a essa participação. Nas entrevistas 96, obtivemos as justificativas mais diversas: às vezes atribuíam a si próprios a falta de participação dos moradores, assinalando a “*descrença dos cidadãos nas SABs*”, “*não acreditando que a SAB é um órgão deles*”, a “*falta de um trabalho mais atuante e persistente quanto às necessidades (do bairro)*”; “*os moradores não querem colaborar e se afastam cada vez mais. Não tem união*”, “*a necessidade de maior formação dos dirigentes*”; a constatação de que “*o cidadão observa nossas limitações junto aos órgãos públicos e sentem a falta de recursos para concluir os objetivos propostos*”. Outras vezes, atribuíam ao Poder Público a razão da diminuição da participação dos moradores nas SABs: “*não aumentou (...) por falta de atendimento nas secretarias do município. O povo fica descrente*”, “*não por falta de interesse dos municípios*”; por causa “*das dificuldades financeiras, a administração voltada apenas para governar para os vereadores. O povo e as SABs ficam de pés e mãos atadas, descrentes de tudo e de todos os políticos*”, “*os políticos não dão valor às sociedades (SABs). Uns quando arrumam qualquer coisa com um político, esquecem a sociedade em troca de favores*”.

A análise desses depoimentos remete-nos à idéia de que a dinâmica da Associação dos Moradores dá ênfase ao interesse na participação dos indivíduos. Indistintamente, preocupam-se com eles. As reuniões objetivam a junção da força coletiva da comunidade considerada beneficiária de todas as conquistas. Todos têm possibilidade de se integrar às questões do grupo, na medida em que se sentirem livres para fazê-lo. Os militantes tentam entender as causas das omissões. Não têm deveres diante da Associação, os quais serão assumidos assim que consentirem em fazer parte dela. Os limites são impostos por condições externas à SAB, quando, apesar da colaboração e complementação de todos os integrantes do grupo, as condições materiais de existência, impostas pela sociedade capitalista, se contrapõem.

As necessidades são acompanhadas de atitudes espontâneas, quase sempre forçadas pela circunstâncias do momento. A questão 19 mostra-nos que 32% dos respondentes das SABs acreditam que o Poder Público Municipal vem atendendo às suas reivindicações “muito poucas vezes”.

Como recuperar a cidadania, sem recuperar também a qualidade econômica com a possibilidade de ordenar o nosso ambiente de vida ?

Com esforços voltados às transformações dos problemas mais imediatos, de infra-estrutura, de saúde, do sistema educacional, etc., as SABs não se instituem apenas para alcançar seu reconhecimento formal, mas têm encaminhado suas reivindicações sociais, conforme mostra a questão 15, aos órgãos constituídos dos poderes públicos almejando a participação, nem sempre objetivando, todavia, a transformação das relações de poder.

A questão n.º 15 indicia que as principais solicitações das SABs que se encontravam na fase reivindicativa diante do Poder Público Municipal, são: “infra-estrutura” (água, esgoto, calçada, plantio e poda de árvores, asfalto), “transporte coletivo”, “telefone público”, “postos de saúde e medicamentos”, “creches e escolas”. Dados coletados no início da pesquisa, mais especificamente os da questão 14, mostram-nos que as SABs tendiam a discutir os problemas dos bairros e dos municípios conjuntamente, numa proposta de interdependência do homem com o bairro e dos bairros entre si, o que implica a idéia de integração horizontal de interdependência das

partes com o todo social, numa visão nacionalista de participação, pensada à luz do conceito de uma integração que viabilizaria o desenvolvimento sócio-econômico, muito difundida pelos governos da década de 70. A questão 29 mostra-nos que em 95, 93% das SABs participavam de ações conjuntas com outras SABs. Tal tendência vai se modificando a partir dos próximos anos. Verifique-se que, de acordo com os dados obtidos no ano de 98, o foco, é o bairro.

Na listagem dos problemas, no entanto, é interessante compararmos que, embora sejam estabelecidas prioridades (pois há consciência de que num mesmo município, alguns bairros possuem ruas bem conservadas, áreas de lazer, abastecimento de água, ao passo que outros são extremamente carentes), as reivindicações de melhorias no setor de infra-estrutura seguem igual modelo dos primeiros respondentes, conforme questão 15. A mesma questão, reaplicada nos anos de 95 e 98, mostra-nos que há uma convergência nesses anos, quanto à preocupação dos primeiros respondentes das SABs, com a limpeza do bairro e conservação das ruas, seguida da reivindicação pela sinalização e asfalto que continuam a ser as mesmas, tanto no início, quanto no final dessa década de 90. Nesse sentido, acreditamos que o antagonismo das classes presentes entre os bairros, componentes do município, é mantido no limite do pensamento governamental ainda. Embora passem a pensar nos problemas específicos do seu próprio bairro, a ênfase do discurso do “bem comum”, “da solidariedade”, tão comum nos anos 70, camufla o antagonismo das classes dos moradores como antes. O antagonismo de interesses, apesar da passagem do tempo, apenas muito superficialmente se faz presente nas discussões das SABs no ano de 98.

Temos claro que a ação das SABs não é isolada no contexto do bairro, da cidade. Ela é, antes de tudo, uma síntese do que acontece na própria entidade e no social. Há sempre uma relação dialética em que o geral e o particular se implicam mutuamente.

A questão 19 mostra-nos que “*muito poucas vezes*” o Poder Público Municipal vem atendendo às reivindicações das SABs.

O depoimento abaixo, registrado em entrevista de um dos associados de uma SAB sobre essa questão, constitui uma das poucas exceções apresentadas sobre a participação e as relações de poder na condução das ações da SAB.

Vemos o registro do protesto contra a exploração do sistema capitalista, momento em que os representantes das classes populares vão se fazendo presentes, desencadeando focos de oposição ao poder da classe dominante e afirmando suas necessidades, exigindo que a elite cumpra as funções com competência:

*“Houve uma época em que simplesmente o nosso governo Estadual queria ampliar as instalações do metrô e partiu para a ignorância de desapropriar casas de famílias. Essa desapropriação foi muito mal feita, inclusive se provou depois, que não havia necessidade de tantas coisas serem feitas, de tanta casa desapropriada, porque eles precisavam na realidade era bem menos, e tínhamos ainda um outro terreno que era utilizado por firma particular que era da Prefeitura e do Estado, que podia ser utilizado e tinha lá um supermercado, então veja bem: aí até as pessoas se reuniram em princípio, junto comigo na Sociedade e me nomearam Presidente desta comissão e partimos para a reivindicação*

*direta com o Estado, fazendo passeatas e conseguindo de fato, que o Estado parasse onde tinha chegado inicialmente, que se tinha já, digamos na época, derrubado dezenas de casas, aonde algumas casas, já seriam suficientes” (Ricardo M. Pedroso – São Paulo/SP).*

O caráter político do processo decisório em nível local não parece ser estimulado pelas estruturas municipais de governo.

Resultados obtidos com a pesquisa, segundo dados da questão 20, fazem-nos pensar que a concepção de mundo expressa pela maioria dos integrantes das SABs, por meio de seus envolvimento, demonstram um conhecimento ainda superficial da realidade, em que os fenômenos são apreendidos isoladamente e desarticulados de seu movimento e de sua transitoriedade. As respostas obtidas nessa questão denotam que as políticas municipais, geralmente decididas e implementadas em nível local, são mais sujeitas aos requerimentos de interesse econômico-político-partidários, do que exigências apontadas ou discutidas pelos representantes das comunidades.

Tais políticas caracterizam-se por circunstâncias que excluem o **processo natural de intermediação** de interesses em torno de políticas específicas, reivindicadas pelos beneficiados; traduzem, antes, políticas governamentais com características partidárias, econômicas e intervencionistas.

Offe (1991:9) nos mostra o seguinte:

*“que a função maior do Estado Capitalista consiste em criar condições segundo as quais, cada cidadão é incluído nas relações de troca, buscando solucionar o problema de transferência duradoura de trabalho não assalariado em trabalho assalariado”.*

A autora aponta-nos que, para lograr tal intenção, o Estado expande seus domínios a todos os espaços e momentos da vida da classe trabalhadora, não permitindo que os cidadãos tenham possibilidade de se pronunciar antes das decisões a serem tomadas.

Creemos que a não participação dos moradores dos bairros nas tomadas de decisões não se efetivam não só em razão do desinteresse político, que é o principal responsável pelo aborto de idéias e estratégias, que objetivam a convergência de esforços para o desenvolvimento da co-gestão no Município, em especial no que se refere às concernentes à Educação, mas, também, pelos esforços dos grupos não propensos a desestabilizarem a continuidade do “status-quo”.

Sabemos que a maioria da comunidade é excluída do processo de produção econômica, sobretudo por não ter acesso à educação básica. Essa situação é realimentada pela falta de participação política, social e cultural.

Dados de nossa pesquisa referentes à questão 20 revelam a baixa participação da comunidade nos projetos da Secretaria de Educação. Ao mesmo tempo, o aparato político-administrativo-burocrático do Estado Central tende a manter sob pressão o interesse da esfera estadual. Desse modo, os interesses das classes dominantes locais defrontam-se incessantemente com as forças do estado capitalista. Somem-se a isso as

demandas das classes populares que ajudam a formar contextos decisórios distintos de caráter instável e muitas vezes imprevisíveis.

A análise de todo esse cenário leva-nos a dimensionar um campo de forças em que o processo de reprodução de força de trabalho e acumulação é fértil e propício para a emergência de estratégias políticas distintas.

Em nível local, os administradores públicos, em face do eleitorado, são mais vulneráveis ao jogo de pressões. Os conflitos presentes ou em potencial que ocorrem no cenário descrito acima são diluídos ou atenuados num processo de negociação, permeado pela barganha e por alianças que favorecem os interesses econômicos de um lado e o assistencialismo e o clientelismo de outro, conforme dados obtidos na questão 24. Apesar de os dados de nossa pesquisa, referentes à questão 20, informarem que as entidades praticamente não participam da definição das diretrizes da Secretaria Municipal de Educação, em nível estadual e federal, os administradores utilizam-se de seu poder em relação à sociedade local para obter recursos do Estado Central, colocando-os como elementos representativos da comunidade diante da União.

Nos países em desenvolvimento como o Brasil, as políticas públicas para as áreas de Saúde, Educação e Lazer, segundo Amman (1991), concentram-se no âmbito do Estado, controlador da vida dos indivíduos, ao contrário dos países desenvolvidos, que se voltam gradativamente ao domínio privado.

Para a autora, o Estado Capitalista garante condições concretas para a realização do processo de acumulação. Nossa pesquisa constatou que este Estado não vem correspondendo às necessidades mínimas da população nas áreas sociais. Não só o problema de habitação, saúde e infra-estrutura é grave para os nossos moradores, mas também o de Educação.

Offe (1991) expõe-nos o seguinte:

*“o controle da força de trabalho se estende cada vez com maior intensidade a todos os ambientes do cotidiano dos trabalhadores e que “O Estado global ideal” procura garantir as condições para a realização do processo de acumulação exercendo um controle sempre mais estreito nas áreas de saúde, educação, lazer e etc..”*

O Estado capitalista promove o recuo de investimento na área da Educação, ao mesmo tempo que facilita a privatização do ensino.

Nesse sentido, Amman (1991:34) assim se posiciona:

*“A privatização de ensino é fenômeno que vem apresentando desdobramentos cada vez mais graves em nosso país”.*

A pesquisa feita entre outros integrantes das SABs indicam, com base nas respostas à questão n.º 21, que “muito poucas vezes” a entidade participa da **execução** das diretrizes no setor da Educação. É curioso registrar que os poucos que responderam positivamente à participação, o fizeram **apenas** em termos de **execução**. Uma série de soluções do cotidiano escolar inúmeras vezes são efetuadas pelos pais, moradores do bairro, com seu trabalho não pago, mobilizados por meio de grupos de mutirões. Até

mesmo a preparação da merenda por vezes se faz mediante o trabalho gratuito das mães de alunos.

Nesse sentido, dados coletados em uma entrevista são reveladores da situação descrita:

*“(...) Sim, porque nós trabalhamos gratuitamente, (...) eu já pus muito do meu bolso, mas é um amor que a gente tem nisso, então eu acredito que um dia, se isso acontecer, (ser reconhecida pelo Poder Público), eu acredito que vai ser bem mais fácil administrar a manutenção de um bairro” (Gustavo Ferreti – Indaiatuba/SP).*

Do exame das Sociedades Amigos de Bairros, percebemos que, embora eventualmente, os grupos se distribuem em mutirões, criação de creches, eventos esportivos, sociais e de lazer, arborização em cooperação, etc. Nesse desempenho, apresentam-se como auxiliares do Poder Público, apoiando o governo na medida em que apoiam os que dele necessitam. Não se dão conta de que, na qualidade de cidadão, o seu tempo e trabalho gratuito é sinônimo de exploração pelo Estado. Nesse sentido, sequer caminham para propor eventuais trocas ou acordos, que levam o governo a favorecê-los em alguma outra prioridade de forma mais imediata.

Não se dão conta de que nos bairros do Centro, o Poder Público coloca a infraestrutura, e, nos periféricos, solicita ajuda da população.

Nesse momento, a SAB, mesmo sem perceber, conforme dados das questões 17 e 18, é atrelada à política partidária da situação, defendendo o Poder Público e legitimando-o.

Eis o que conta um dos protagonistas dessas Associações:

*“(...) aí nós começamos a construir, quando nos foi entregue o documento de Sociedade (documento legal de doação do terreno pela Prefeitura Municipal à Associação) nós já tínhamos levantado o prédio(...)” (Gustavo Ferreti – Indaiatuba/SP).*

Perguntando sobre como foi que conseguiram recursos para isso, obtivemos esta resposta à questão 16:

*“Olha, recursos de festas, programação, festa quermesse na rua, todos, tudo que podia ser feito a gente fez pra poder arrecadar fundos pra poder levantar a sede. Hoje nós temos um salão social com 500 metros, mais ou menos de construção, temos outro salão de festas pra casamento, aniversário, pra aproximadamente 250 metros construídos; temos um campo de bocha, temos duas salas de aula, foi construído pra escola, que hoje está desativada... Temos cozinha lá dentro, temos a quadra de futebol e agora ultimamente, no último domingo próximo passado, a gente inaugurou um posto de atendimento ao diabético, que já está funcionando... Já recebemos algumas doações de seringa e vários tipos de remédios que é usado pelo diabético... Tudo começou com uma pessoa que tem um filho diabético de nove anos” (Gustavo Ferreti – Indaiatuba/SP).*

Ainda, em relação à questão n.º 16, os dados nos indicam que apenas aproximadamente 30% das SABs **não** fazem festas para gerar fundos e 26% realizam-nas “muito poucas vezes”. Mas isso não quer dizer que não haja outras formas de arrecadar fundos, como, por exemplo, taxas mensais, aluguéis, contribuições de associados, doações do comércio, etc. Das que fazem festas, 26% as realizam “frequentemente”, 16% “poucas vezes”, 6% “muitas vezes”.

Nos depoimentos relativos à questão n.º 24, um dos itens registrados como elemento obstacularizador à realização dos objetivos propostos pela entidade por parte da Administração Municipal, alguns presidentes chegam a tomar para si a responsabilidade das dificuldades:

*“Encontramos falta de vontade política, burocracia, dificuldade financeira alegada por eles e também descrença na força das SABs. Tudo isso nos desarma para lutar pois não temos auxílio de outra entidade, mesmo assim lutamos até o fim” (SAB Jd. São Conrado – São Paulo/SP).*

Parece-nos, ainda, que é comum a crença de que a não participação na comunidade se deve apenas ao comodismo dos associados, sem muita razão de ser.

A bibliografia disponível muitas vezes omite o papel histórico e a força dos movimentos populares, na medida em que as obras só valorizam as iniciativas das elites dominantes. Entretanto, quando observamos mais atentamente os inúmeros movimentos que se organizam nos bairros de periferia nas grandes cidades, no sentido de reivindicar escolas, creches, moradias, assistência médica, vemos desmentida essa idéia.

Outro elemento obstacularizador, segundo a ótica de alguns integrantes das SABs, apontando como um dos entraves para a realização dos objetivos das entidades, é o “Partidarismo Político”.

Tomemos o depoimento do Sr. José C. Polvo, (SAB de Salto):

*“a maioria das SABs do município são afetadas pelo peso do uso político partidário e acabam se transformando em Cabo eleitoral de um político ou de um grupo político (partido). Por discordar dessa forma de atuar, garanto que a nossa Sociedade já foi por diversas vezes prejudicada”.*

Mais uma vez, o registro a essa resposta vem ilustrar essa alegação:

*“Principalmente pela missão crítica, de nossa oposição frontal ao atual estado dominante dos poderes públicos **quando não nos atrelamos** aos políticos do partido do comando, **sentimos toda a sorte de represália** no sentido de não termos ou sermos atendidos em nossas necessidades de construção ou manutenção. Embora saibamos que são nossos direitos e obrigações deles” (SALA – São Paulo/SP).*

Outras situações de entrevistas deram-nos conta do desconhecimento que têm os integrantes, quanto ao potencial de atrelamento que desenvolvem no interior das SABs:

*“(...) Eu acho que as SABs não deve ter política, porque ela é a cabeça. Troca o executivo, troca, troca e a gente tá sempre precisando do executivo, do poder público...”(José C. Polvo – Salto/SP)*

Coletamos outro depoimento ligado diretamente a uma fonte viva da SAB:

*“(...) Trabalhar para o prefeito, seja qual partido pertença acho ainda válido ...”(Altran Alberto Caio – Itu/SP).*

Acreditamos na ocorrência de um processo educativo que invade espaços, conquista direitos e práticas nos diversos domínios interligados do todo social. Assim, só a construção do conhecimento crítico do real possibilitará a clarificação de alternativas para a revisão desse real. Por meio da consciência crítica, os associados poderão imprimir uma direção às suas ações e reivindicações nos contextos em que se situam, de acordo com os valores e prioridades que elegeram no movimento de suas caminhadas.

Quando analisamos a dependência ou independência das SABs junto ao Poder Público Municipal, (questão 19), logo nos vem à mente a dúvida sobre isto: acreditariam os pesquisados que os partidos políticos são mais eficazes que a comunidade na formação de mudanças de cunho político? (questão 33).

Respostas a essas questões nos dizem que, apesar das dificuldades encontradas com relação ao Poder Público, 81% das lideranças comunitárias ainda vêm os movimentos das comunidades, como os mais eficientes. Isto tem sua razão de ser, pois a representação política, outorgada pelas massas a alguns indivíduos para que decidam em seu nome, tem sido acusada, geralmente a justo título, de serem manipuladas pelo poder dos dirigentes capitalistas, pela mídia televisiva e por outras forças mais.

Sem sombra de dúvidas, a grande manipulação dos meios de comunicação, da opinião pública a que vimos assistindo nos últimos anos, especialmente com o grande apoio das novas tecnologias, somada essa manipulação ao potencial de desigualdade dos eleitores, no que tange ao nível de conhecimento e condições efetivas de crítica, além da realidade em que vivem os eleitores, resulta num processo de representatividade política ineficaz para expressar as necessidades dos cidadãos comuns dos bairros periféricos.

Esse cenário assim posto, já na organização dos partidos e eleições, agrava-se muito mais no momento em que os parlamentares e os executivos intentam **“atender os verdadeiros anseios e interesses da maioria da população”** no exercício de suas funções.

Nessa linha, conforme dados da questão 35, a opinião dos integrantes das SABs reflete e confirma a descrença de que o governo se preocupe e promova mudanças políticas que expressem seus interesses (67%) e, igualmente, que tenha intenções em aplicar bem as verbas públicas, conforme respostas à questão 34 (74%).

Como vimos analisando, as variantes do projeto capitalista que vem sendo implantado no país, tem como resultante tradicional a exploração, a alienação e, mais modernamente, o desemprego em grande escala (questão 27). A desesperança vem batendo à porta de um grande número de lares, o que torna ainda mais precária a força

das instituições comunitárias na construção da cidadania. Cada vez mais se desnuda o antagonismo entre o “projeto político para a sociedade” e a intenção dos grupos de Moradores no sentido de construir o seu projeto comunitário. A questão 27 mostra-nos a descrença crescente com o passar do tempo. Nessa realidade, muitas vezes o investimento na construção de um projeto particular acaba se tornando apenas um exercício de prática de resistência, o que muitas vezes colabora para a descrença de seu poder transformador. A sociedade não muda por meio de um processo coercitivo. Apenas o ataque frontal ao Estado não assegura essa transformação. Faz-se necessário um processo educativo de profunda reforma intelectual e ética de nossa sociedade em que os dirigentes também estejam formados com essa mentalidade. Em 1995, 78% dos moradores entrevistados acreditam na possibilidade de um governo democrático neste país, conforme dados obtidos na questão 36. Almejam um governo que não se firmará mais pelo apelo a um discurso, a um princípio superior, à produção de um partido, mas baseado no desejo dos atores, em suas definições em termos sociais, dentro de um determinado tempo histórico.

Assim, notamos que grupos de **tensão**, por um lado, e de **organização**, por outro, coexistem em meio ao sistema social, com forças duplamente representativas dos sistemas social e político.

A maior frequência de respostas referentes à questão n.º 2 apontam-nos que o ponto de partida para a criação da SAB foram as reivindicações em **“favor da melhoria de qualidade de vida do bairro”**, seguida de **“uma reunião de grupos de amigos”**, **“consciência dos moradores”**, **“um grupo de mulheres (...) assumindo a direção de uma sociedade que se encontrava desativada...”** **“(...) para dar ajuda às entidades...”**, **“(...) homens decididos e trabalhadores movidos por um grande ideal...”**.

Em relação à questão n.º 5, os dados revelam que em 92, entre os respondentes que ocupavam cargo na Diretoria das SABs, 36% eram novatos (0 a 1 ano) e 32% deles ocupavam o cargo há mais de 6 anos. Com o passar do tempo, (56%) das pessoas que faziam parte da diretoria eram tanto os que lá estavam há bastante tempo, quanto os que estavam chegando. Isto pôde ser visto claramente em 98, (ver apresentação de dados), o que vem nos mostrar que o cidadão engajado permanece nas SABs no decorrer dos tempos, mas que as mesmas ainda recebem novatos em suas Diretorias.

A questão 38 mostra que a maioria das SABs são ocupadas por pessoas que lá estão há bastante tempo, somando-se às que estão há pouco tempo.

Em relação à questão n.º 6, os 90% dos respondentes no ano de 92 indicaram a “Assembléia Geral”, como forma de eleger o Conselho Deliberativo. Apenas 5% indicaram “outro”. Passados seis anos (1998), 96% deles permaneceram na 1ª. opção. Apenas 4% indicaram “outro”.

Tal informe vem ratificar as respostas oferecidas para a questão n.º 4, pois a Assembléia Geral é o dispositivo estatutário que permite a escolha dos membros do Conselho Deliberativo. Além disso, é conveniente lembrar que a relação entre os membros eleitos é solidária. O Presidente representa as opiniões das SABs.

Dados da questão n.º 7 e 8 informam que a maioria dos integrantes sempre atuaram no mesmo bairro em que moram. Tal informação pressupõe a contribuição relevante da liderança **localizada** nos trabalhos da Associação local, não tendo sido

constatadas realizações significativas fora desse âmbito, o que nos faz deduzir que não há ocupações de cargos por “forasteiros”, “cabos eleitorais de passagem”.

A questão n.º 09 informa que a participação nas reuniões pelos representantes da Diretoria das SABs varia em torno de 89%. Na qualidade de pesquisadora, estivemos presente a várias reuniões. A maioria das associações referidas tem reuniões mensais.

Verificamos que nos anos de 92 e 98, as SABs vêm realizando, em sua maioria, “freqüentemente” e “muitas vezes”, reuniões abertas a todos, conforme dados obtidos na questão n.º 12.

Percebemos que, entre os anos 92 e 98, há uma ligeira tendência de aumento de circulação de boletins internos, mas que, no geral, é ainda uma prática pouco utilizada (vide questão 13 - tabela).

Referente à questão n.º 22, há uma tendência das SABs de dependerem do Poder Público.

Em 92 e 98, os dados da tabela mostram-nos que há um número um pouco maior dos que dependem do Poder Público em relação às que não dependem.

Em relação à questão n.º 26 (vide tabela), em 1995 e 1998, a principal forma de educar o povo era **D**, – “reivindicando as necessidades”.

A 2ª forma principal era a **B**, “denunciando os problemas”.

Em 3º lugar a forma principal era a letra **A**, “informando o povo”.

Em 4º lugar a forma era **C**, “trabalhando onde há carência”.

Podemos inferir que a interação nos seminários possa ser um canal para a construção de novos conhecimentos e desenvolvimento de novas ações nas SABs.

Em relação à questão 28, não podemos analisá-la isoladamente. Apenas tem sentido se a compararmos com a questão 05. Os dados mostram-nos que todos os respondentes estão ocupando cargos nas SABs desde quando a ela se filiaram. O que podemos deduzir é que os Seminários poderiam ter influenciado estas pessoas a exercerem, em continuidade, outros mandatos.

A questão de n.º 29 mostra que os Seminários, em especial até o ano de 95, podem ter sido fontes motivadoras para a ampliação das atividades de uma SAB com outra, desenvolvendo ações conjuntas nos bairros.

Na questão n.º 30, entre os respondentes das SABs, 33% e 37% deles, respectivamente, informaram que “freqüentemente” e “muitas vezes”, em decorrência de suas participações nos Seminários, priorizaram as reivindicações coletivas, envolvendo as demais SABs, isto é, não colocaram como prioridade as suas necessidades em solidariedade com as demais.

Referentemente à questão n.º 31, que revisa sobre os conhecimentos e valores tirados das experiências adquiridas nos seminários para levar à comunidade, o valor maior ressaltado (63%) foi **C** - “união e participação de todos”, em 1º lugar, em 2º lugar (56%) incluíram: **A** - “Planejamento, organização e ação do trabalho comunitário”, em 3º lugar (41%) incluíram: **B** - “novas informações sobre o trabalho comunitário”, em 4º lugar (30%) incluíram: **D** - “clareza quanto às reivindicações a serem feitas”.

Além desses fatores foram citados estes: “novas amizades”, “experiência acumulada”, “consciência da acomodação dos velhos” e “falta de novos para o trabalho de fato”, “troca de informações”, “necessidade de clareza quanto às reivindicações a serem feitas”, etc..

Na questão n.º 39, ao serem os respondentes questionados, no ano de 98, sobre se, tendo em vista as informações obtidas no curso de Liderança Comunitária, consideram suas SABs em qual fase, registraram: Reivindicativa.

No ano de 98, a ordem de predileção é Reivindicativa, Associativa e Comunitária.

Em relação às questões n.º 40 e 43, vemos que em 1995, 40% dos questionados responderam que “muito poucas vezes” foram atendidos pelo Poder Público Municipal, na área de Educação. Apenas 15% indicam terem sido atendidos “freqüentemente”.

Afirmações obtidas em várias entrevistas no ano de 96 mostram-nos que mais da metade dos entrevistados disseram ter sido atendidos com maior freqüência que nos anos anteriores.

Em 1998, 41% dos respondentes disseram ter sido atendidos, “freqüentemente”.

Talvez se possa inferir que o alto índice de “atendimento pelo Poder Público na área de Educação” se deva à conjuntura histórica do momento: O ano de 96 é um ano especial que prepara as eleições municipais de outubro. Os atendimentos à comunidade e as obras são sempre mais intensificados tendo em vistas as novas eleições. O ano de 98 foi um ano de relevância quanto às adesões aos convênios da Municipalização do Ensino de 1º. Grau, pelos Municípios, junto à Secretaria Estadual no Estado de São Paulo. O atendimento às reivindicações, particularmente aos bairros com pequena oferta de equipamentos e vagas escolares, se intensificaram muito a partir dessa época.

A questão n.º 37 indaga se os Presidentes das SABs já atuaram como simples participantes e por quanto tempo.

Os dados obtidos referentes ao ano de 1998 demonstram que 59% deles já atuaram como simples participantes nas SABs. Entre eles, 31% atuaram por menos de 1 (um) ano e 6% por mais de 6 anos. Tais respostas levam-nos a admitir que os Presidentes trazem experiências anteriores ao cargo que ocupam.

As respostas disponibilizadas à questão 41 - “Sua SAB existe há quanto tempo”- indicam que a maioria das SABs respondentes em 98 tem idade entre 10 e 20 anos.

A questão n.º 42 pede que os respondentes estimem o número total dos participantes das SABs. As respostas mostram-nos que a maioria das SABs tem até 50 participantes.

Apenas 2 (duas) SABs mostraram-se com mais de 800 participantes: são as Confederações de SABs, cujos Presidentes também contribuíram com seus depoimentos. Detectamos também que o número de participantes das SABs está mais relacionado com a sua localização do que com a sua idade (Ver gráfico da questão 42 na Análise dos Questionários).

Em relação à questão 44, que indaga se os integrantes das SABs “acreditam que os movimentos sociais da comunidade contribuem para mudanças políticas no município”, em 1998, 89% dos respondentes também ofereceram a resposta SIM. Na grande maioria das vezes, a justificativa recaiu sobre a “conscientização política da comunidade”, “liderança”, “participação”, “força e união de todos”, “pressão da comunidade como ponto de partida para todas as mudanças”. Uma breve reflexão a respeito dessas afirmações, fazem-nos levar em conta que os integrantes das SABs, nessas oportunidades, começam a se colocar como atores sociais, que, engajados em relações sociais concretas, econômicas, culturais, procuram posicionar-se, reconhecer e

umentar sua autonomia, posicionando-se no tempo e representando suas condições de existência.

A questão n.º 47 pergunta, no ano de 1998, “quais os tipos de reivindicação que sua SAB tem feito ao Poder Público Municipal? Elas são atendidas ? Comente:” Valendo-nos dos dados obtidos por meio desta questão, percebemos que, apesar de se passarem os anos, a participação dos moradores dos bairros nas SABs não afeta o conteúdo das reivindicações, que se vêem repetidas, apesar da passagem do tempo. “Melhoria, em relação à infra-estrutura”, “saneamento”, “segurança”, “saúde”, “cultura”, “escolas”, “praças”, “iluminação pública”, “metrô” continuam a ser as necessidades ainda a serem atendidas pelo Poder Público Municipal.

A questão n.º 45 solicita ao respondente que registre alguma frustração ou crítica com respeito à sua SAB, ou ao Poder Público Municipal.

Os respondentes elencam poucas críticas ou apresentam poucas frustrações com relação às SABs. Apontam a “frustração de sua SAB ter apenas caráter reivindicatório”, “falta de força para reivindicações junto aos órgãos competentes”, “a maioria dos sócios só se interessam pelas SABs, quando necessitam dela”. Em relação às críticas ao Poder Público Municipal, não economizam desabafos; registram suas frustrações, suas desconfianças, descrenças, desesperanças e insatisfações perante esse nível de governo, e, algumas vezes, extrapolam críticas e oposição às demais esferas do Poder. Há uma inversão da perspectiva imediata de gestão e política democrática na grande maioria das respostas.

Quanto à questão n.º 46, quando questionados sobre se têm alguma experiência bem sucedida na SAB, respondem que conseguiram “muitas reivindicações”, “contamos com o apoio do povo”, “conquistas na habitação, saúde, transporte”, “segurança”, “campanha do agasalho, da vacina e da droga”, “edição de boletim informativo bimestral”, etc.. Percebemos que, entre os relatórios das experiências bem sucedidas, nem sempre está presente a idéia ou o reconhecimento de que suas conquistas muitas vezes só foram possibilitadas porque “lincadas” com as ações do Poder Público.

A questão n.º 25 - “com que frequência a Administração da Educação no Município é elemento facilitador para a realização dos objetivos propostos por sua entidade ? Enumere por ordem de importância”, teve a seguinte avaliação:

Pelo índice de respostas, em 92, os 58% dos respondentes optaram por “muito poucas vezes”, podemos concluir então que, como nos demais setores, também não é por via da Educação no Município, que se dá o atendimento ou a realização dos objetivos das SABs.

O vínculo político entre o Poder e a classe dominada não aparece.

A questão n.º 32 mostra-nos que em 98 – 56% dos integrantes acreditam que B é o 1º elemento (Popularidade da SAB) facilitador para a consecução dos objetivos junto à Administração; em 2º lugar 37% dos integrantes acreditam que A (Competência dos integrantes); em 3º lugar 26% dos integrantes acreditam que C (Número representativo de participantes); em 4º lugar 22% dos integrantes acreditam que D (Administração voltada para o social).

Os respondentes ainda registram outras opiniões como, por exemplo, popularidade das SABs, a união de uma coletividade, insistência em reivindicar, abrir espaço dentro da Secretaria de Educação para atender às reivindicações, etc.

Em 1995, esta questão 32 pedia resposta dissertativa. Entre as respostas que mais se destacaram, temos as que se seguem:

22) *“(...) formação de conselho”*

05) *“porque congrega número representativo de representantes”*

11) *“porque a SAB pode ser formadora de opinião”*

23) *“porque trabalhamos sem ônus, ao Poder Público”*

01) *“porque aprendemos em todos os sentidos a reivindicar de forma correta às autoridades competentes”.*

## Os Seminários

Após as respostas obtidas com base na pesquisa do ano de 1992, cujos resultados nos indicaram a ausência da participação das Sociedades Amigos de Bairros nos assuntos da Educação Municipal, tanto no aspecto decisório quanto na execução dos objetivos propostos pela Administração Municipal, nos motivamos a aprofundar nossos estudos com o objetivo de conhecer, delinear o perfil e avaliar, conjuntamente, o processo educativo que ocorre no interior das SABs nos municípios paulistas escolhidos para a nossa pesquisa.

Tivemos a pretensão de expor aos cidadãos diferentes quadros de referências para a leitura do mundo, tendo em vista uma transformação substancial nas relações sociais e nas relações com o Poder. Quizemos propiciar um espaço para os debates e discussões coletivas voltado à participação e aos interesses dos moradores dos bairros, representados pelas SABs (Sociedade Amigos de Bairros). Os depoimentos que se seguem confirmam nossas palavras:

*“É um espaço para trocar idéias, para refletir, exercer o poder de falar e reconhecer nosso valor”.(Polvo – Salto/SP)*

*“Um ponto positivo do Seminário foi aprender a quem se dirigir, a organizar a papelada exigida pela burocracia, a participar de acordo com a própria idéia de cada um”.(SAB Jd. Alberto e Adjacências – São Paulo/SP)*

Como se pode perceber, objetivamos possibilitar elementos para uma intervenção transformadora da realidade presente e para o processo de reconstrução permanente da história de cada um, mesmo que baseando-se nas informações e nas relações naturais que orientam os seus cotidianos, como está claramente expresso neste depoimento:

*“Eu vivo neste bairro hoje. Já morei em lugar pior e em lugar melhor. Já vi muitos discursos de autoridades perto de eleições, que nunca chegam a ser cumpridos. Mas não quero desanimar. Precisamos de um lugar melhor pros nossos filhos. Temos que se unir para conseguir as melhorias que necessitamos”(Elza Sander Ferreira – São Paulo/SP).*

Tal busca não irá se restringir a fórmulas mágicas, que, de um dia para o outro, solucionariam os problemas de carência dos moradores. Os discursos de nossas autoridades estão cheios de poesia, que, no momento de sua realização não se efetivam, por falta de vontade política e de recursos capazes de levá-los a bom termo. E os cidadãos comuns têm potencial para perceber a situação.

Buscamos fazê-los voltar os olhos, por meio de palestras e debates, para os padrões: sociais, políticos, culturais, econômicos e administrativos, já constituídos pelo Poder Público. A idéia de aflorar as dúvidas e os interrogantes nas relações de poder que estão presentes, tanto no plano individual quanto no plano global de suas SABs,

aumentou sua força e promoveu a união para suas manifestações coletivas. Os pontos de vista conflitantes apareciam como um momento dialético permanente.

É interessante observar as relações interpessoais que se processam no interior das SABs. Mediante seu exame, como num quadro em movimento, é possível detectar conflitos, esperanças, frustrações, delinear grupos de interesse, identificar aspirações, desejos, expectativas que norteiam o universo dos diversos atores.

Percebemos pelo depoimento da Sr.<sup>a</sup> Elza Sander Ferreira que um dos principais fatores que impedem que as SABs se transformem num instrumento de democratização das relações no interior delas próprias é a falta de ligação entre representantes dos bairros e representados (restante da população).

*“Apontamos o conhecimento de que a falta de união é a principal razão do aparecimento de movimentos comunitários paralelos, acarretada pela desorganização das sociedades amigos de bairro, e que, conseqüentemente enfraquecidas, não são respeitadas, nem atendidas como deveriam no encaminhamento das reivindicações de sua comunidade, o que acabou por trazer o descrédito dessa mesma população. Por outro lado, há que se destacar o atrelamento político partidário como uma faca de dois gumes, pois, se num primeiro momento abre-se a possibilidade do atendimento de uma certa prioridade, de regra na fase eleitoral, após as eleições, dificilmente a SAB mantém com o político o compromisso firmado, ou porque este não se elegeu, ou, se eleito, abandona essa comunidade que o elegeu.*

*Com isso, pessoas sensibilizadas ou em busca de soluções a problemas comuns aliadas, às vezes, à Igreja unem-se e se organizam como movimento levantando bandeiras de lutas que deveriam ser levantadas pelas SABs.*

*Em resumo, falta de organização que gera desunião, trazendo a falta de representatividade junto aos Poderes Públicos e de credibilidade junto à população”.*(Orlando Citizen – CONSABIT – Itu/SP)

*“Não falto à reunião das SABs, quase nunca; só mesmo quando joga o meu time. O que eu percebo é que, embora a Diretoria dê direito para que todo mundo manifeste sua opinião, quando chego na Sede, vejo os associados das SABs conversando entre eles enquanto que o resto do povo convidado estão calados. Eles estão sentados de um lado, a Diretoria do outro. A gente quer decidir juntos, mas as discussões às vezes se alongam e não chega a um consenso. Acaba se ficando com a opinião da Diretoria. Agora, nós falamos em Democracia; e cadê a Democracia? Às vezes um ou outro membro do Conselho até diz: “não vamos ficar aqui só filosofando, vamos decidir” É duro. A discussão até toma outro rumo...”*.(Fernando A. Pavan – Salto – SP)

A alternância dos conflitos e consensos ofereceram um espaço relativamente amplo para a participação dos moradores. Contemplamos, embora de modo incipiente, a possibilidade de que os integrantes das SABs afirmem valores culturais autônomos e

vislumbrem a possibilidade de produzir transformações substanciais nas estruturas que os oprimem.

Parece ter havido consenso de que o Estado só se movimenta se compelido pela sociedade civil. Esta constatação aponta sempre para a necessidade da comunidade participar efetivamente da administração do bairro. É preciso que os moradores ganhem autonomia e influência nas decisões do Poder Público para alcançarem decisões que digam respeito aos seus interesses e às formas de alcançá-los.

O depoimento da Sr.<sup>a</sup> Marieta Bréa Lima – SABACI – Indaiatuba, aponta esta situação:

*“Nós reivindicamos, insistimos, fomos, fomos, incomodamos tanto, organizando pessoas para ir pedir melhoria e calçada paralelo à Avenida II, que, de tanta luta, conseguimos. Nós é que sabíamos que sem o calçada o lixo e os entulhos continuaria. Insistimos muito, se não o Prefeito não atendia. Ele não se preocupava muito. E conseguimos porque nos unimos e até chegamos a sugerir mutirão ...”.*

A participação na execução foi superficialmente encarada como a rede estendida pelo Poder, mas também como a arma do morador do bairro, embora tenha havido o consenso de que é conveniente ao Poder que seja apresentada como opção autônoma das SABs. Esse assunto implicou um tipo de discussão que só ocorreu em intervalos relativamente grandes e se referiu a um número muito pequeno de temas.

Sabemos que, na verdade, enquanto esse sistema perdurar, a integração do cidadão no Poder e na Sociedade será ilusória. Apenas a fusão da “execução” com a “decisão” encerrará probalidades sérias de superação da condição de carência em todos os aspectos da vida social, pois, como trabalhadores e moradores nos bairros de periferia, não dispõem de meios financeiros ou de comunicações para ter acesso ao Estado. Dessa forma, o caráter aglutinador de suas SABs e a reflexão propiciada nos Seminários reforçam-lhes as forças para a busca de alternativas a fim de suprirem suas necessidades.

Como demonstram nossas pesquisas, esses atores não têm tido oportunidade de participar da Administração Pública. Não está presente o estímulo em participar de novos desafios a respeito das políticas públicas locais, completas de imposições ou reestruturações legais. Essa “participação” apresenta-se como resultado de determinações econômicas, sociais e políticas mais amplas em que podem ser identificados os obstáculos e os elementos facilitadores dessa participação. Temos clara visão de que, para o domínio dessas políticas, o componente mais elementar exigido é o alfabeto. Esse elemento impõe-se como exigência generalizada de participação na sociedade. Nem sempre o morador do bairro pode freqüentar a escola, e a consciência política não é produzida de forma espontânea, natural. A instrução é necessária, porque evitar o erro é condição inerente da liberdade.

Durante nossas observações, compreendíamos o dizer de Jacobi (1987:19), que insistia em destacar o que se segue:

*“a mera existência de carências não produz necessariamente a emergência de demandas ... Não existe (...) uma relação mecânica e espontânea entre carência e reivindicação. O elemento de conscientização se manifesta em ações sociais diferenciadas, porém dentro de uma perspectiva que alguns autores têm denominado de modelo comunitário (Durham – 1984. Evers – 1984) possibilitando uma participação mais permanente de todos os envolvidos nos diferentes estágios do processo”.*

Requeria-se uma ação mais sistemática e deliberada. Essa consciência nos motivou ainda mais a promover os Seminários, com o intuito de organizar palestras que objetivassem promover informações, além de realizar grupos de trabalhos com coordenadores que provocassem questões a serem discutidas. Os integrantes dos grupos, conselheiros das SABs, seriam os multiplicadores, em suas sedes, dos assuntos que atenderiam aos interesses desses membros integrantes. Os encontros anuais seriam encarados como *oásis* para o reabastecimento de idéias e discussões de novos temas da atualidade. Com o objetivo de buscar luzes, para que estas fossem difundidas de modo que as decisões a serem tomadas fossem as mais acertadas possível, procuramos sempre convidar para esses Seminários professores ou autoridades políticas que dominassem com grande capacidade os temas em debate. Aproveitamos o calor da oportunidade e a boa vontade dos participantes para gravar as entrevistas.

Assim sendo, os participantes passaram a ver os Seminários como um espaço destinado ao exercício e reflexão de uma prática democrática construída coletivamente, no compromisso com os setores populares na defesa da melhoria de vida e saúde.

Com muita disciplina e entusiasmo, os moradores dos bairros tinham acesso à informações, analisavam e refletiam as questões trazidas do cotidiano das relações estabelecidas entre eles próprios e o Estado. O dizer do Sr. Pedroso da SABACIVA exemplifica o fato:

*“Não podemos depender sempre do Poder Público. O homem pode realizar muito pela sua comunidade através do trabalho coletivo. A maioria das soluções para os problemas do bairro não podem vir do Poder Público porque este é centralizador e corporativo e acaba pondo obstáculos a toda atividade livre, através de sua política, censura e vigilância. O homem é livre e muitas vezes deve evitar de ser utilizado pelos órgãos públicos. Quando se percebe o esforço da própria comunidade, então muita gente vai chegando e querendo participar”.*

Os resultados de nossa pesquisa nos mostram que os entrevistados reconheceram que o conhecimento, ainda que não de modo exclusivo, é fundamental na luta pelos direitos, pois não há possibilidade de se questionar aquilo que não se conhece. Esse processo implicou evidentemente uma grande e ativa participação dos integrantes das SABs.

Eles refletiram sobre suas organizações, seus integrantes, suas principais ações no bairro, esse espaço onde se expressa não só a influência de suas Associações, mas também da Igreja, dos partidos políticos, como informou José Pestana Pimenta:

*“Tomamos consciência cada vez mais de que nosso trabalho é árduo, não se fará num dia e é preciso a união de todos em torno das nossas idéias e dos nossos objetivos para vencer o autoritarismo que ainda existe”.*

Não devemos esquecer o reconhecimento do papel do agente externo infiltrado nas SABs e sua influência como elemento articulador no plano de envolvimento nas práticas participativas, por meio do desenvolvimento de uma consciência crítica.

Por vezes, em decorrência de seu trabalho, ao mesmo tempo assistencialista e ativista, esse agente subsidia a população e fornece informações para que ela se torne mais eficiente nas suas reivindicações.

O saber das classes populares vai sendo produzido na dialética reflexão/ação, e presume-se que nestas condições se produza, necessariamente, o processo de conscientização.

Para Amman (1978:34):

*“Compreendemos a conscientização como processo, pelo qual, os grupos passam a compreender as relações sociais que se estabelecem numa sociedade historicamente determinada e a atuar criticamente ao nível dessas mesmas relações”*

Percebemos, pelos depoimentos, que os líderes das SABs descobrem-se como comunidade, com seus problemas e suas aspirações comuns. Esta é uma categoria integrante do processo do saber da comunidade. Valendo-se da descoberta dos elementos de opressão e seus mecanismos, ocorre, segundo a idéia que nos dá Nóbrega, a **projeção da conscientização**.

Este é um passo além da simples descoberta pela reflexão. Após a descoberta das relações sociais de opressão e de seus agentes, os dirigentes das SABs citados tentaram atuar coletivamente, produzindo um **poder popular**. Apoiaram-se na autonomia da reflexão, decisão, produzindo um saber popular, que, mediante a tomada de consciência, desembocou na produção de um poder popular.

Atentaram, conforme mostram as respostas dos questionários de 98, para a preservação das relações entre os pares, entre as pessoas da comunidade, a relação de troca de favores, o estabelecimento de novas relações com ações conjuntas com outras SABs.

Essa forma de trabalhar permitiu-nos conceber os “Seminários das SABs”, como instrumento básico de coesão das organizações dos bairros. Visto como meio de coordenar os esforços de diferentes associações e transformar esses esforços em um projeto coeso, capaz de enviar ao Estado, propostas no sentido de torná-lo mais receptivo aos anseios locais, os seminários configuraram-se num paralelo entre a ação e a construção do conhecimento. As reivindicações e as sugestões eram anotadas e dirigidas às entidades competentes. Uma grande maioria de ofícios enviados pelos líderes dos bairros criticavam a defasagem entre o discurso do governo municipal e a prática.

O ciclo *realidade–morador do bairro–ação* exigiu que o integrante da SAB refletisse sobre a realidade, problematizasse, planejasse e implementasse sua ação e refletisse sobre a conseqüência de sua ação sobre essa realidade, inevitavelmente modificada pela ação. Daí a valorização do processo de discussão coletiva das temáticas e dos atores que dele participaram. Os depoimentos dos entrevistados espelham isso, conforme vai registrado no anexo.

Em consonância com os Estatutos das SABs, oficialmente foi adotada uma posição de autonomia perante os partidos. O evento esteve aberto a todos, independente da filiação partidária, assunto amplamente debatido nas reuniões.

Registramos o modo como o integrante da SAB conseguiu criar um saber com base na reflexão de sua experiência vivida. Nós, coordenadores do encontro, na qualidade de observadores e participantes, identificamo-nos com seu propósito e o auxiliamos no avanço da reflexão, com nosso conhecimento e objetivos definidos.

A análise que realizamos dessa travessia colocou-nos diante do fato de que repensar a Educação na Administração do Município implicou, de algum modo, repensar a relação que se estabelece entre o discurso e a prática, entre a tentativa de fazer a releitura da realidade e a interpretação da linguagem concisa e específica do Poder.

Essas idéias nos devem alertar para não valorizarmos apenas o processo acadêmico institucionalizado da Educação, e, por isso, tentar copiar o mesmo modelo nas entidades. Para se chegar à exigência de mais Educação, de Educação Democrática, no sentido de educação qualitativa e igual para todos, há necessidade de se realizar o processo educativo, de reflexão no próprio interior dos grupos.

Não podemos conceber o processo educativo das SABs como uma “Educação” levada ao domínio da Pedagogia tradicional, desenvolvida por educadores que vão cumprir a missão de “bem educar”.

É muito mais que isso: - é a reconstrução dos saberes e dos poderes que os cidadãos levam consigo! Só assim se poderá refletir, como num espelho, a exigência do processo maior de Educação para a sociedade.

## **CONCLUSÃO:**

Nesta parte da pesquisa, são apresentadas as principais conclusões obtidas a partir da investigação e da trajetória que realizamos na interação construtiva com as Sociedades Amigos de Bairros.

## Conclusão

A história no Brasil é uma história que tem sido regida e orquestrada, em grande parte, pela lógica da exclusão social.

Apesar do processo de abertura política dos anos 80/90 e uma perspectiva (fantasiosa) de melhoria de qualidade de vida (o que veio a ser desmitificado no segundo ano do Governo Collor), o comportamento dos atores sociais, inúmeras vezes ainda, se detêm amarrados ao conservadorismo do passado. Nossa tradição política não contempla nenhuma participação significativa das chamadas classes subalternas na direção política do país. As liberdades foram muito limitadas e mormente para as pessoas comuns, os direitos mais elementares nunca foram respeitados e reconhecidos. A manipulação e o clientelismo continuaram a contrastar com a maior liberdade, consciência e busca dos direitos por parte da população comunitária.

Em que se pese o discurso contundente do Estado, após o fim do regime militar (1985), que priorizou a participação e descentralização das ações nas esferas públicas, a transformação social e as mudanças na legislação que definem atribuições e competências no âmbito do município e em diversos equipamentos públicos, as SABs ainda se vêem cerceadas na tomada de decisão sobre os assuntos que afetam o atendimento das reivindicações nos bairros, especialmente os da área da Educação. Para se transformar a prática, é indispensável o compromisso político.

Vários são os veículos de comunicação que mostram que a lógica da exclusão prevalece no Brasil. Relatório do Banco Mundial (1995) aponta o Brasil como campeão do mundo nas desigualdades sociais. Nos últimos 32 anos “O Brasil, entre os países latino-americanos e do Caribe, foi um dos que mais cresceram economicamente, só superado pelo pequeno Barbados. Entretanto, esse crescimento não se traduziu em melhoria para a população como um todo. O país continua sendo o campeão de concentração de renda. Os 20% mais ricos obtêm uma renda 32,1% vezes maior do que a dos 20% mais pobres”.

\* Assim, a população é excluída pela impossibilidade de participação nos bens econômicos e culturais produzidos pelo conjunto da sociedade. Sobre esse assunto, Barbosa (1992:97) afirma que os indivíduos:

*“interagem com órgãos e políticos públicos em razão de necessidades pragmáticas e não em razão de normas, valores e princípios”.*

Detectamos em nossa pesquisa que o Poder Público não cumpre sua tarefa precípua de dar atendimento à população nas áreas de infra-estrutura, saneamento básico, habitação, educação, saúde, como é amplamente divulgado e sabido. Segundo resultados de nossa pesquisa, 58% dos entrevistados nas SABs declaram que “poucas vezes” a Administração Pública facilita o alcance dos objetivos propostos. O atendimento não é priorizado nem mesmo àqueles que estão presentes como um núcleo organizado no Bairro, com mais de 50 componentes, estabelecidos há 10 ou 20 anos, e legalizados, segundo documentos oficiais detectados neste trabalho.

---

\* (Folha S.P., 16/julho/96 - p.9)

Essa omissão de Poder provoca uma fusão de forças dos membros da comunidade não atendida, os quais se unem e por meio das reivindicações, objetivam resoluções de problemas mais imediatos, sem uma visão global do conjunto de problemas e soluções emergentes no bairro. Nossa pesquisa inicialmente (questão 14-ano 92) demonstra que as SABs discutiam problemas em nível de **Bairro e Município (53%)**.

Essa postura é novamente ratificada e reforçada em avaliação realizada três anos depois, (questão 29 e 30 - 1995). No entanto, após outros três anos, reaplicada a questão, encontramos modificação nesse dado (questão 14 – ano 98). Apenas 15% das SABs pesquisadas respondem que discutem os problemas em nível de Bairro e Município.

Tais resultados levam-nos a acreditar que as Associações têm visão clara de que o Poder Público é **elemento obstacularizador** (questão 23 e 24) para a consecução de seus objetivos e volta-se para tentar avaliar seus problemas na esfera do próprio bairro. Quando a SAB tenta interagir com o Poder Público, necessariamente vem a idéia de que a mesma irá interagir com outras SABs, em virtude de o Município por sua natureza política e administrativa, envolver sempre mais de uma SAB em seus programas, em suas ações. Dificilmente o Poder Público interage apenas com **uma** SAB localizadamente, para o atendimento de uma **única** reivindicação. Nesse sentido, indiretamente, se a SAB relaciona-se com o Poder Público, por conseguinte relacionar-se-á com outras SABs do município almejando o mesmo atendimento. No entanto, por ser o Poder Público um elemento que interpõe obstáculos (dados de entrevista e questão 23 e 24), a SAB em 98 volta-se para si própria, para seus problemas localizadamente, deixando, portanto, como mostra a pesquisa (questão 14) de ampliar sua interação com as demais.

Percebemos que tais necessidades são acompanhadas de atitudes espontâneas, quase sempre forçadas pela circunstâncias do momento. Raramente os sujeitos populares são atendidos de forma planejada pelo Poder Público, o qual tem interesse em tutelar o sistema capitalista, planejando, sim, condições nas quais esses sujeitos são sempre incluídos como “assalariados” nas relações de troca. Esse Estado, comprometido com o capital, induz às políticas ditas sociais e cria mecanismos utilizando-se de seus equipamentos, cooptando, reprimindo, barganhando. Os programas levados a cabo pelas Administrações Municipais acabam criando e reforçando um “*cartório político*” que dá sustentação aos diversos vereadores de cada região, institucionalizando-se e limitando-se os possíveis conflitos às barganhas coletivas.

Observando a dinâmica das SABs e a interação de seus integrantes durante nossas visitas, ratificamos o registro apresentado no (1º) capítulo deste trabalho: apreendemos o caráter do Estado como entidade controladora e catalisadora da relação de forças entre as classes sociais: A classe que domina e mantém as rédeas do capitalismo e aquela que se mantém explorada e afetada por problemas comuns e inerentes à sua condição; classe dos excluídos política e economicamente nessa sociedade. Esse cenário sempre nos traz à mente uma dúvida: como recuperar a cidadania, sem recuperar também a cidadania econômica com a possibilidade de ordenar o nosso ambiente de vida ?

Tradicionalmente, as pessoas são levadas a não imaginar sequer a possibilidade de participação e co-gestão municipal. Talvez por herança difundida pelas elites

dirigentes que não têm interesse de se mostrarem sensíveis às SABs e confiarem no bom senso da comunidade, não há na prática essa participação. Assim sendo, os benefícios públicos (escolas, hospitais, áreas de lazer, etc..) são interpretados pela mesma ótica capitalista (de que, são uma “mercadoria” a ser adquirida em uma “unidade de produção” que independe da participação do consumidor em tal processo, mas dos interesses das elites dirigentes) quando deveriam ser co-produzidos e co-gestados pelos moradores beneficiados.

Os cidadãos têm dificuldade para conhecer os valores morais e políticos que fundam a vida de uma sociedade livre e democrática, apesar de mais de 1/3 dos entrevistados declararem ter militância nas Associações de Bairro. Muitos dos entrevistados registraram frustrações não só com o Poder Público, mas também com as próprias entidades, alegando que

*“a maioria dos sócios só se interessam pela SAB enquanto sua casa não tem água, luz, esgoto, etc.., depois que conseguem tudo, eles se desligam da SAB” (Edson Campestre Bernardino – São Paulo/SP)*

ou ainda:

*“Gostaria que minha entidade não tivesse apenas o caráter reivindicatório. Acho que ela tem um papel fundamental na formação da cidadania. Compreender o mundo que vivemos para melhor exigir e colaborar com a comunidade, participar de cursos de formação para que a comunidade fique em sintonia sempre com a entidade. Por outro lado, compreendo que as reivindicações e as conquistas junto ao Poder Público Municipal contribuem para o amadurecimento do cidadão” (Zenilda Perez Pereira – Votorantim/SP).*

Valendo-nos de nossas observações, percebemos que, de um lado aparecem nas SABs, entre os seus integrantes, os apolíticos e aclassistas; de outro lado, há, a tentativa por parte de alguns de estabelecer vínculos com as classes dominantes e há outros com a mesma tentativa, só que desta vez, tentam estabelecer-se como classe dominada que postula mudanças estruturais. Os direitos, não sendo auto-aplicáveis, necessitam de medidas que possam orientar a definição das políticas sociais, as quais beneficiam a maioria da população. No entanto, o que temos como pano-de-fundo das políticas e estratégias administrativas dos governos locais é a **Burocracia**. Pelo aparato burocrático, o Poder Público controla recursos e concentra decisões para a concessão de serviços e benefícios para seus munícipes. Para Zenilda Perez Pereira de Votorantim:

*R: “A burocracia, as dificuldades para se falar nos gabinetes das autoridades que estão sempre com as agendas cheias e que passam outros assuntos na frente. A dificuldade de se encaminhar qualquer ofício, registro, etc..”.*

Esses fatores congregam condições de vida no Brasil, para grande parte da população de extrema pobreza. Na área da Educação, a falta de acesso, reprovação e

desistência impedem a formação de uma “consciência de classes”, o que favorece a marginalização da população no processo político. A situação se agrava, não só pela redução nos orçamentos propostos para a Educação, mas também pelos facilitadores da privatização do ensino.

Atente-se para a fala seguinte:

*“Hoje o Poder Público nem quer a nossa colaboração. Não precisa, estão privatizando tudo. Antes até com mutirão a gente fazia. Hoje os governos não precisam e nem querem a gente participando. Antes até sala de aula a gente ajudava construir. Hoje não servimos, privatizou; estamos longe” (SAB Jardim Campestre – Campinas/SP).*

Os entrevistados, além de apontarem esse dado, tão preocupante, ainda elencam outros elementos que obstaculizam o atendimento das SABs quanto à realização dos seus objetivos propostos por parte do Poder Público. Muitas vezes, alguns presidentes chegam a tomar para si a responsabilidade das dificuldades, considerando-se apáticos ou inábeis para a negociação com a Administração Pública. Apontam também o Partidarismo Político entre os principais obstáculos para seus intentos, seguido da necessidade de escolas, consoante os depoimentos seguintes:

*“Acho que o fator de dificuldade e a falta de divulgação aos moradores, estamos encontrando dificuldade junto à Administração Municipal; falta informar ao povo o que é Associação de Bairro. Falta apoio das próprias forças, das autoridades” (Elvis Ferreira Prisma – Indaiatuba/SP).*

*“a falta de credibilidade por parte dos moradores. Desenvolvemos um trabalho através de convênio, em hortas comunitárias, mas mesmo assim a população não participa.*

*Outro problema é o conflito com a entidade religiosa que não tem o mesmo objetivo de filosofia comunitária. Ter que oferecer algo de concreto para valer a confiança real de todos” (Cláudio Valdivino – Indaiatuba/SP).*

Sabemos que a intervenção econômica do poder estatal se faz necessária continuamente no quadro da experiência brasileira. Como sua intervenção tem que se dar em todos os níveis que implicam a manutenção do capitalismo, se dá também, sem dúvida, nas condições urbanas de vida, contemplando a educação.

Para Amman (1991:34), o que se constata é o que se segue:

*“a classe trabalhadora é atingida em cheio por essa problemática. Daí porque a luta de inúmeros Movimentos Populares de Bairro passa pela questão de Educação, ao lado das questões de saúde, de habitação e de infra-estrutura urbana. Em outras palavras, a classe trabalhadora protesta contra a regressão do social, sua negação no interior das políticas estatais, a amplificação da exploração, em suma a economização do social.”*

Devemos considerar que a escola pública, ainda hoje, é fruto de mobilização e das reivindicações populares, na sua grande maioria das vezes. O acesso à escola de 1º grau tem sido no Brasil todo:

*“objeto de disputas e resultado de pressões antagônicas. Se por parte dos grupos dominantes, há um reconhecimento de que a educação gratuita constitui, não só um direito do cidadão, mas uma obrigação, por parte da população a concretização do acesso a esse serviço a que tem direito só tem sido obtida na medida em que ela se torna presente e visível publicamente, mobilizando-se, reivindicando e exercendo pressão sobre políticos e administradores” (Campos, Maria M. M.: Revista Ande:5)*

Tais manifestos fazem que o Estado tenha de se envolver em áreas de atividades sociais cada vez mais amplas e, como conseqüência, vemos aumentando a participação dos grupos nos resultados das pesquisas populares de aceitação da administração, acabando por guiar e legitimar um papel de interventor crescente. Apesar de este cenário ter propiciado ao Poder e às SABs encontrar uma confluência comum, não é necessário insistir no fato de que nem sempre se trata de parceiros iguais.

A presença das SABs na Administração Pública pode, algumas vezes, suavizar o impacto das influências do Estado, mas não o elimina completamente.

O resultado de nossa pesquisa mostra-nos que a agenda das SABs reflete cada vez mais a necessidade instável dos interesses da Administração Pública.

Ainda é comum nos depararmos com depoimentos como o do Sr. Cláudio Valdivino, que vai transcrito a seguir:

*“O governo Municipal cria uma burocracia tão grande que finalmente nunca resolve nossos problemas. São tantos caminhos que no final ele mesmo não sabe controlar tudo.*

*São tantos departamentos pra tudo, que acredito que seja melhor encaminhar direto pro chefe mesmo, se não a gente é jogado de um lado pro outro que fica sem saber. Depende muito da “vontade e do dia deles”. Alguns candidatos ou amigos sempre nos ajudam, nos dizem como fazer os encaminhamentos de nossos pedidos, mas geralmente sempre se interessam em períodos de eleição. São poucos os que querem permanecer sempre ajudando ... Geralmente quando o povo consegue alguma coisa do Poder Público, depois de muita luta, tem aqueles que vem dizer que é doação deles. Tem candidato que vem com jogo de camisa, bola, troféus, tudo pra tentar cooptar a gente ...”*

Percebemos que as reações dos pesquisados diante das manifestações políticas e econômicas indicam indícios de tomadas de consciência. Demonstram conhecer a crescente fragmentação dos interesses organizados e gestados no interior dos bairros, os quais só são considerados em “época de eleição”.

*“(...)Por outro lado, há que se destacar o atrelamento político partidário como uma faca de dois gumes, pois, se num primeiro momento abre-se a*

*possibilidade do atendimento de uma certa prioridade, de regra na fase eleitoral, após as eleições, dificilmente a SAB mantém com o político o compromisso firmado, ou porque este não se elegeu, ou se eleito, abandona essa comunidade que o elegeu(...)" (Orlando Citizen – Itu/SP).*

A não continuidade de oferta ou apoio por parte dos políticos é quase sempre encarada como efeito mobilizador para novas demandas. Vejamos um dos depoimentos:

*"Nós precisamos fiscalizar os políticos e incentivar os moradores do bairro pelo qual nós vivemos a não reelegê-lo quando forem omissos"(Orlando Pereira dos Santos – Monte Mor/SP).*

Refletindo sobre esse testemunho, algo nos intriga: Como explicar a incidência das respostas obtidas em nossa pesquisa, que apontam os representantes das SABs, "poucas vezes", a solução para os problemas que a comunidade enfrenta dependem do Poder Público municipal?

- Não teriam os respondentes consciência da obrigatoriedade do Estado no atendimento às questões por eles vivenciadas ?
- Resolvem com autonomia e solidariamente as suas necessidades básicas ?
- Haveria necessidade de articular o saber provindo da reflexão técnica com o saber provindo da vida dos participantes ?
- Conseguiríamos articulá-los convenientemente a fim de confrontá-los no nível da situação ?
- Como poderiam os atores das SABs perceber a relação entre a reflexão, a prática da produção do conhecimento e a prática da identificação e solução dos problemas ?

As respostas dos questionários nos indicam a opinião dos presidentes das SABs incidindo sobre a independência das organizações em relação ao Estado. No entanto, algumas entrevistas realizadas mostram claramente a dependência total das Associações em relação ao Estado. O depoimento que se segue pode nos indicar que a SAB pode até ser pensada como uma parte consensual diluída em seu aparelho político-administrativo. Essa assimilação não é unilateral, se, de um lado, o Poder estabelece os termos básicos da relação com a administração, principalmente pelo controle da distribuição de verbas, como vimos; de outro, as SABs também penetram partes do aparelho administrativo que afetam mais diretamente seus interesses.

Sob o disfarce da autonomia, as obrigações básicas cobradas ao Estado ficam atenuadas:

*"Não podemos depender sempre do Poder Público. O homem pode realizar muito pela sua comunidade através do trabalho coletivo. A maioria das soluções para os problemas do bairro não podem vir do Poder Público porque este é centralizador e corporativo e acaba pondo obstáculos a toda atividade livre, através de sua política, censura e vigilância. O homem é livre e muitas vezes deve evitar de ser utilizado pelos órgãos públicos. Quando se percebe o esforço da própria comunidade, então muita gente vai chegando e querendo participar"(Ricardo M. Pedroso – São Paulo/SP).*

Outro fator que está por trás da ótica de “atenuação” do compromisso do Estado em relação às suas obrigações, pode estar manifesto no momento em que os moradores reconhecem que a “existência de reuniões com a Administração”, “a competência dos integrantes” e a “popularidade das SABs” são fatores determinantes para o êxito das ações junto ao Poder Público Municipal. O vínculo institucional entre a classe dominante e dominada não aparece aí como resultante de algum entrelaçamento. A crença na própria competência pode levar os associados a mergulhar numa ilusão de “utilidade social”. Isso poderá acontecer na medida em que os moradores dos bairros, efetivam passivamente a política do sistema, isto é, são direcionados para a solução dos problemas básicos para seus bairros, assumindo responsabilidades que não caberiam a eles próprios, mas ao governo. Trabalham, realizam festas, bingos, solicitam contribuições dos sócios e do comércio em geral, como mostra o depoimento do Sr. Gustavo Ferretti da SAB Casa do Sol – Indaiatuba:

*R: “Olha, recursos de festas, programação, festa quermesse na rua, todos, tudo que podia ser feito a gente fez pra poder arrecadar fundos pra poder levantar a sede. Hoje nós temos um salão social com 500 metros, mais ou menos de construção, temos outro salão de festas pra casamento, aniversário, pra aproximadamente 250 metros construídos; temos um campo de bocha, temos duas salas de aula, foi construído pra escola, que hoje está desativada... Temos cozinha lá dentro, temos a quadra de futebol e agora ultimamente, no último domingo próximo passado, a gente inaugurou um posto de atendimento ao diabético, que já está funcionando... Já recebemos algumas doações de seringa e vários tipos de remédios que é usado pelo diabético... Tudo começou com uma pessoa que tem um filho diabético de nove anos”.*

E ainda o fazem, sentindo-se ilusoriamente responsáveis, gratificados e úteis, distanciando-se das próprias questões de privação e carência. Não devemos esquecer que o sentirem-se “ilusoriamente responsáveis” não os tornam “cidadãos responsáveis”. O exercício da responsabilidade não pode resultar de uma força que se configure como cooptação de coação. O indivíduo só pode ser responsável por aquilo que escolhe livremente, porque percebe uma dimensão do seu “eu”, constituída pelo grupo que representa e no qual está vivendo. Se essa idéia é verdadeira do ponto de vista do indivíduo, pela mesma razão o é com relação à responsabilidade coletiva.

Na segunda fase de nossa pesquisa, tínhamos claro que apenas o processo educativo reflexivo poderia incidir na emergência da consciência coletiva crítica, voltada para a percepção totalizadora da realidade que poderia abrir os olhos dos indivíduos para uma prática social comprometida.

A Educação, dentro ou fora da Escola, por intermédio dos cidadãos comprometidos com a valorização do povo, poderia conquistar tal prática.

Temos que estar sempre atentos para a possibilidade da nossa contribuição nesse processo.

A Educação traz em seu bojo a persuasão. Pode ser por sua própria natureza, transformadora no sentido de ir ao cerne de todas as questões e, valendo-se desse

conhecimento, fornecer ao cidadão as condições intelectuais elementares para que possa agir positivamente na realidade que o cerca.

Vimos que 70% a 85% dos integrantes de nossa pesquisa, entre os anos de 95 e 98, acreditam que a SAB tem ajudado a educar o povo, reivindicando atenção para suas necessidades e, ainda, informando sobre os problemas existentes, ou denunciando-os.

Como mostram os dados, a maioria esmagadora dos participantes (89%) acreditam que, por meio dos movimentos sociais, possa haver mudanças políticas no município. As respostas a essa questão registram a parcela de conscientização adquirida pelos integrantes das SABs, no próprio processo de realização dos trabalhos, nos debates e planejamentos que os precedem. Os associados debatem a própria realidade baseando-se em situações concretas referentes a conflitos e impasses. Criam hipóteses para sua superação no atual momento histórico, colocando como uma das prioridades a valorização do agir humano, desenvolvendo muitas vezes opiniões que seriam objeto de reflexão filosófica na medida em que avaliam a própria condição da existência e o papel do homem na comunidade. Vejamos o depoimento do Sr. João Zatarini Filho, Presidente da SAB do Jd. Presidente Kennedy de Indaiatuba:

*“(...) Devemos realizar promoção de atividades conscientizadoras do valor, do trabalho e da grandiosidade das SABs, divulgando e exortando todos à participação. Percebemos que podemos exercer um trabalho educativo. As SABs precisam ficar atentas às necessidades, às reivindicações de sua comunidade para que, estando bem sintonizadas, tenham o apoio dessa mesma comunidade no encaminhamento de suas reivindicações, compreendendo as dificuldades e prestigiando o seu sucesso”.*

Denunciam, algumas vezes, a questão da *qualificação* dessa condição de existência, inferindo ainda sobre o modo como o trabalho pode contribuir para essa qualidade existencial a que chamamos *cidadania*.

Parece claro nas inúmeras Assembléias Gerais e nos Seminários que realizaram, que há quase um consenso sobre os direitos declarados em leis e discursos oficiais, ao passo que, de outro lado, há uma consciência e uma denúncia constante sobre o processo de submissão que há nos bairros e nas SABs às forças opressivas e manipuladoras do sistema político e social.

As questões apontam para uma democracia e liberdade no seio das SABs, com reuniões abertas e discussões conjuntas, ao mesmo tempo que denunciam a ausência dessas prerrogativas lastreando a vida real dos seus integrantes. Daí a necessidade de luta, união e movimento para o alcance das principais reivindicações.

Dados da pesquisa mostram-nos que esses participantes não obtêm, por meio da literatura e da vivência acadêmica, informações sobre o retrato histórico da sociedade e dos partidos políticos, mas logra alcançar tais informações na vivência e reflexão diária sobre as necessidades e os fatos do seu cotidiano. Essa qualidade de conscientização e a busca da cidadania vão se construindo no espaço natural e social, nas mediações do tempo histórico, num processo contínuo de interação do sujeito com a realidade física e

com a sociedade local, numa prática atravessada por determinantes objetivos e interesses subjetivos.

Sentem sempre presentes as necessidades dos elementos básicos que compõem diuturnamente suas carências materiais como cidadão. (E quando os indivíduos não podem usufruir dos elementos básicos para sua sobrevivência, não podem ser considerados cidadãos). Conforme pesquisamos, é nessa perspectiva que se unem e formam as entidades de bairro, pois a necessidade de compartilhar desses bens materiais se faz presente e é valorizada pelo homem.

Nesse processo, configura-se a necessidade de compartilhar da dimensão da subjetividade: os desejos, os pensamentos, as informações, as reflexões em conjunto. Isso vem a ser mais um dos elementos para a constituição da cidadania como qualidade de vida.

O desenrolar dessa dimensão, por sua vez, traz a experiência de compartilhar o poder. Temos claro que os cidadãos não se relacionam em pé de igualdade; ao contrário, há uma teia de relações que ora são *facilitadoras* para os seus intentos, ora se alternam facilmente em opressoras, *obstacularizadoras*, exploradoras, de desigualdade e dominação. Nesse sentido, aqueles que permanecem nas SABs sentem, no esforço, que a melhoria de condição de vida tem que ser construída e instaurada, de preferência, “na união de todos”, no coletivo vão tendo claro que a participação subjaz na descentralização, isto é, só pode existir possibilidade de participação da população na Administração Pública, se a estratégia política da descentralização estiver presente.

Freqüentemente o Estado se delega encargos, o faz, apenas quanto ao processo de execução, tomando para si o controle e o processo de tomada de decisões.

Nesse caso, o que, no máximo, acontece é um processo de transferência de autoridade, fundado basicamente na vontade política da autoridade central de querer fazer a comunidade participar do Poder, e, é claro, com medidas e possibilidades conforme seu entendimento, na maioria das vezes afunilando para uma pseudo-participação no estágio da execução, isto é, no momento da realização.

O Estado vale-se de estratégia de consenso para descentralizar execuções. É possível identificar, nesse processo de descentralização, um elemento discursivo subjacente a ele: a racionalidade administrativa, sempre com a finalidade de tornar mais eficiente o controle e o processo de tomada de decisões, delegando, sem maiores danos, o processo de execução.

Nessa linha, não há o elemento democrático-participativo no processo, cuja finalidade consiste em outorgar maior autonomia de decisão, poder e recursos à instância local para resolver os problemas que aí ocorrem, mas é uma lógica de que o Estado se utiliza para resolver os problemas que tem de enfrentar.

Acreditamos que a mudança social deve-se às permanentes forças em conflitos no interior de uma estrutura determinada. O modelo de mudança sobre esse prisma contempla uma partilha mais que ampla do poder político na sociedade; entre aqueles indivíduos de grupos que têm acesso aos recursos do Estado e que exercem poder com base em seus aparelhos. De tal forma, a decisão do governo tanto pode ser daqueles membros que estão no governo, quanto dos de fora dele. Estes estão baseados na perspectiva dialética de estarem sendo trabalhados quanto ao processo de tomada de consciência, tendo em vista o alcance da cidadania.

Temos clareza de que esse processo não é neutro. Não concebemos uma educação neutra, “asséptica” quanto à ideologia. Não objetivamos buscar o impossível, ou alcançar uma forma de educação que busque conscientização ou cidadania em algum sistema político, sem levar em conta o sistema social e econômico. Não! Nós apregoamos, sim, a construção de um processo permanente, de continuidade incessante para a formação de um homem carente de necessidades, vivo, num determinado contexto, numa determinada época.

Provocar uma avaliação dos discursos e das ações de uma sociedade que exige constante renovação dos conhecimentos, na qual aqueles que ensinam não sejam reduzidos a repassadores de conhecimentos, mas que interajam, suscitem novas buscas às velhas inquietações, que despertem, em conjunto, no cotidiano e nas trocas, a curiosidade para além daquilo que foi feito e dito, foi o nosso intento, na segunda fase da pesquisa, no interior das SABs.

Outro ponto que consideramos importante destacar, com base nos resultados da pesquisa, é que, no âmbito do exercício das mediações dos integrantes das SABs, os **Seminários das SABs e Entidades Comunitárias**, por nós realizados anualmente no Mosteiro de Itaiaci – Indaiatuba/SP, são apontados por esses integrantes como representantes de uma prática efetiva, um investimento na consolidação de uma força que os instrumentaliza, para que suas ações funcionem integradamente em razão dos objetivos propostos. Os ganhos apontados com suas participações dão-se no entrecruzamento das informações construídas segundo projetos individuais e existenciais para o conhecimento de um projeto coletivo comum da sociedade historicamente determinada. É aí que encontram um espaço privilegiado para a “solidariedade”, “amizade”, “planejamento”, “organização” e “vivificação” de seu projeto e, também, para o exercício de sua autoridade, autonomia, disciplina, reflexão, participação democrática e das tarefas burocráticas, estas últimas não tão comuns em suas unidades particularizadas.

O depoimento do Sr. Willian Paes Mestiça, Pres. da SAB Vila Royal - Indaiatuba, manifestando-se em relação à avaliação dos Seminários em Itaiaci, ilustra bem nossa afirmação:

*“É importante notar que, à medida em que o morador do bairro se engaja nas SABs, vai adquirindo o domínio da palavra. À medida em que vai participando das reuniões, sem que se dê conta, vai sendo treinado para expor suas idéias e suas experiências. Quando observamos as reuniões da Comunidade, quer seja reunião para discussão dos problemas do bairro, reflexão ou reivindicações, notamos uma aprendizagem assistemática que se processa lentamente e se expressa através dos gestos e das palavras dos associados. Inúmeras vezes o morador do bairro tem que usar sua capacidade de expressar verbalmente e com convicção pontos de vista que lhe interessam defender e que só serão concretizados com o apoio dos demais. Ex.: uma discussão que envolve o asfalto primeiramente de uma avenida (onde ele mora) e só posteriormente (talvez um ano depois), o das ruas do bairro.*

*Apesar do nível de escolaridade dos participantes não ser alto, uma sensibilidade e uma percepção bastante desenvolvida, a ponto de solicitar que os companheiros que se mantinham calados, fossem estimulados a darem opiniões na frente de outros que pareciam estar mais propensos a emitir suas idéias.*

*O gesto simples e natural de dar mais atenção aos associados que se mantinham calados e tímidos resultou em fazê-lo sentir-se valorizado e mais propenso a apoiá-lo.*

*Esse gesto simples demonstrou uma sabedoria aprendida na vida, no contacto informal e cotidiano.*

*A seriedade com que vão sendo apresentadas aqui as necessidades do bairro, inúmeras vezes tem peso na escolha de prioridades. A capacidade de entender e hierarquizar as necessidades do bairro abrindo mão de seus interesses imediatos, muitas vezes se fizeram presente...”*

Como diz Vygotsky (1984), todas as funções psíquicas (pensamento, linguagem, consciência, etc..)

*“originam-se das relações reais entre indivíduos humanos”.*

Tais funções antes de existirem em nível de indivíduo, já existem em nível social. A apropriação dos signos, especialmente o lingüístico e os instrumentos técnicos, permitem ao homem transformar o real, numa realidade comunicável e inteligível. Essa transformação é uma ação que implica um conhecimento que redunde em novos conhecimentos, que impliquem novas ações, e assim por diante. Há necessidade de que conheçamos a posição dessa camada popular quanto aos seus interesses. Nesse sentido, Freire, em 1978, ensinava:

*“Não há linguagem e pensamentos desligados da realidade concreta dos seres humanos”.*

Com base nessa idéia, pudemos imaginar que ao planejarmos os “Seminários das SABs e Entidades Comunitárias”, estes deveriam conter assuntos significativos, expressões da realidade cotidiana dos integrantes. Daí insistirmos que, os assuntos apresentados deveriam provocar **debates, cuja complexidade iria sendo aumentada na medida do crescimento das teses.**

Esse conhecimento é condição para que o homem atinja a condição humana de cidadania. Pelas próprias características das interações ocorridas nos Seminários, as significações permitem sua articulação em múltiplos sistemas de significação. Isso faz que o horizonte do conhecimento do morador do bairro se torne imensurável, pois só pode ser limitado pela sua própria vontade.

Temos claro que o estímulo à capacidade crítica dos membros das SABs para alcançarem a compreensão mais apurada da realidade deu-se no momento em que receberam novas informações, consolidaram os conhecimentos adquiridos pelas experiências vividas e se capacitaram para o aprofundamento reflexivo em torno das questões cotidianas. Ao longo do tempo, esta prática levada à vivência diária, deu conta

de como são as coisas que os cercam. Adquiriu-se consciência delas na qualidade de sujeitos e de suas relações com elas. Na medida em que saíram do seu pequeno mundo cotidiano, afastando-se de seus problemas concretos, participaram ouvindo, refletindo e opinando sobre o relato dos demais e colocaram-se diante de sua cotidianeidade como sujeitos observadores e concretos. Quando solicitados a apontar um ponto positivo decorrente da participação nos Seminários declararam o seguinte:

*“De certa forma, mostrou pra nós algumas brechas pra gente conter a raiva e agir com disciplina para atingir aquilo que queremos e acreditamos”*(Florinda Nogueira – São Paulo/SP).

*“É um meio de troca de correspondência e de organizar cursos para Diretores de Sociedades para que todos possam conhecer o seu verdadeiro papel”* (João Alvin de Souza – Campinas/SP).

É curioso ainda observar o depoimento da Sr.<sup>a</sup> Elza Sander Ferreira:

*“Eu saí de um bairro onde morava há muitos anos e me mudei aqui para outro. Eu não acho hoje que eu deva aceitar a situação daqui como está. Eu acho que devemos lutar para conseguirmos pelo menos o que já tínhamos no outro. Se lá, unidos nós conseguimos, porque aqui não ? O povo daqui é diferente ? Vamos encontrar uma saída!  
Temos que sair desta condição de exploração e pobreza. Com consciência e organização trabalharemos para isso”*.

A participação aí planejada implica a reformulação da mentalidade e das posturas diante dos atos deflagrados nas SABs, ou seja, ao agir, deverá caminhar sempre junto o desenvolvimento da consciência crítica: agir e pensar, pensar e agir. Perceber seu poder, limitado, porém, a um poder real.

A esse tipo de ação, podemos definir como popular, ou seja, aquela que o povo realiza, na medida em que pensa sobre seu trabalho prático e seu trabalho político. Não importa o nível ou o modo como a ação seja realizada. Importa que haja uma construção contínua do seu próprio conhecimento no sentido de gerar novas relações. Não é espontânea a ação, nem determinista. Também não ignoramos os condicionantes tão bem clarificados e emergidos de nossa pesquisa: o “clientelismo”, a “incorporação”, o “paternalismo”, o “cabresto”, o “populismo”, o “burocratismo”. No entanto, cremos na possibilidade de transpor essas barreiras e estimular a aprendizagem e a recuperação do ser comunitário, mobilizando a coragem de reconstruir a estrutura social, com base em si mesmo, em seu emprego, em sua capacidade de ação, em seu bairro e para além da área local ou regional até encampar nacionalmente seus objetivos.

A pesquisa nos mostra que há condicionantes, mas as realidades sociais vão sendo tecidas e observadas baseando-se em um saber interno presente, que age como um guia de ação.

Defendemos a idéia de que a participação possibilitará a consciência crítica que faz parte do envolvimento com a realidade. A visão de mundo e a forma de como as SABs trabalham e se relacionam com o Poder Público é resultante desse envolvimento

que implica em conhecimento e participação na sua própria história. As relações de poder e de força podem direcionar e/ou mudar os rumos dessa história. A conscientização de que o morador não é um ser isolado já vislumbra uma consciência crítica e bom senso na forma de ver a realidade, conduzindo-os na direção de apreender o movimento e a transitoriedade das ações em seus órgãos de Poder.

O conhecimento e a ação podem contribuir para a atuação do Poder Público, superando as distâncias entre o saber técnico e o popular, pela identificação dos elementos ideológicos formadores de opiniões, tanto de uns, quanto de outros.

A força e o sentido político das ações emanadas pelos moradores se cruzam num processo quase pedagógico de sucessos e retornos. A percepção das condições individuais e familiares de subsistência, de modo isolado, produzem também, aos poucos, uma consciência do coletivo. A reelaboração do saber em razão dos interesses da periferia pelas lideranças de algumas SABs que enxergam as dificuldades existentes, e também os desafios inerentes ao processo de participação e reivindicação da comunidade formam o alicerce do saber social, da transformação de suas idéias para interpretar sua prática do cotidiano.

Isso é possível, porque a sociedade é regida pelas relações dialéticas de dominação e submissão.

Sabemos que nem todo sistema é fechado, por isso é possível verificar que nas brechas da lógica maior do sistema, há também viva a contradição que busca superar a ideologia que associa a pobreza cultural e a pobreza material, fazendo uma, a causa e o efeito da outra.

Dados da pesquisa mostram-nos que a consciência dos padrões, já constituídos da Administração Pública, pelos moradores dos bairros, levam-nos à reflexão constante e a situarem-se numa posição dialética, ora aceitando seus preceitos, ora resistindo aos que lhes parecem autoritários. Dessa prática advêm novos conhecimentos. Com a ajuda de educadores empenhados, poderão buscar instaurar uma outra ordem das coisas.

No entanto, essa prática não se fará sem angústia e talvez desilusões. O processo é sempre complexo. É necessário reconhecer e aceitar o ritmo próprio das mudanças institucionais.

Muitas vezes, a explicação dos determinantes sociais dessa prática tem que ser buscada na teoria, no debate, na reflexão, para daí produzirem novos conhecimentos, que permitam ao cidadão a superação das desigualdades sociais.

Nossa caminhada mostra que nas SABs o saber vai se dando no fazer. A análise dos procedimentos utilizados pelos próprios integrantes lhes permitem repensar, desvendar as relações com o Poder, buscar coletivamente a compreensão dos determinantes político-sociais de sua prática, a fim de transformá-los. Isto implica uma profunda consciência de que este ato político se dá no “fazer e no entender”, para interpor os obstáculos oferecidos pelo Poder Público. Nesse sentido, as assembleias aí realizadas contemplam uma dimensão política: a de transformar a realidade.

Acreditamos que também o trabalho realizado nos Seminários ao longo de todos os anos de nossa pesquisa possa ser entendido como elemento de produção de conhecimento, como elemento contributivo para a formação de uma **cultura de planejamento** e de participação consciente e crítica, no dizer de Dowbor (1988:21):

*“lenta, mas profunda de assegurarmos a utilidade social dos recursos, e a autoridade do cidadão sobre a atividade econômica que, afinal das contas é o resultado do esforço de todos nós”.*

Temos para nós que avaliar criticamente as experiências vividas não muda diretamente a sociedade, mas dá condições para que o integrante da SAB se veja como alguém capaz de ir além da aparência superficial das coisas, como alguém que consiga discutir a realidade em que vive, entendê-la, seja capaz de produzir conhecimentos para agir sobre ela, melhorando-a de forma consciente, planejada e conjunta.

O conhecimento na SAB, portanto, é uma construção coletiva. E essa aprendizagem vai mobilizando relações com os seus pares, que agregam afetos, emoções, além de habilidades de aprendizagem.

O significado obtido valendo-se da experiência cotidiana e do acréscimo à visão do mundo, facilita-lhes fazer a ponte entre a prática e a teoria, a fundamentar as reivindicações e as críticas. Surge a necessidade de lidar com os sentimentos que a aprendizagem desperta, emerge. E daí a necessidade de estabelecer uma relação ativa entre o refletido e observado. Há sempre uma dificuldade em se estabelecer o que é objeto desejado e o que é possível, mas, uma vez este descoberto, não há como não reivindicá-lo. A tomada de consciência leva às possibilidades de solução e à definição de responsabilidades pessoais e coletivas, para eliminar as falhas existentes no sistema público.

As decisões tomadas em “assembléia geral” como mostram os dados de nossa pesquisa são preferíveis àquelas tomadas apenas pelo Presidente ou Vice. “Há maior probabilidade de evitar o erro”.

Tais decisões sugerem a necessidade da instrução que se impõe duplamente: em primeiro lugar, **politicamente:**

*“porque, se um povo é soberano, ele pode, por falta de conhecimentos tornar-se seu próprio tirano”.*

Em segundo lugar, **filosoficamente:**

*“porque aquele que ignora, está sempre num estado de dependência; alienado que está à opinião difundida e à espontaneidade de suas próprias paixões, ele não é jamais o autor de suas decisões. Não há liberdade sem autonomia da razão” (Kintzler: 1989: 13).*

Este é um processo educativo!

Acreditamos que a interação entre os membros das SABs e os diversos órgãos do sistema público possibilitam a alguns o papel de organizadores de situações de aprendizagem, isto é, na medida em que vivenciam e tentam enfrentar os problemas do dia-a-dia, contextualizam sua vida pessoal, passando para a vida cultural e social.

Como vimos, para grande parte da população não há relação entre muitas das necessidades que lhes são apresentadas no seu cotidiano e as responsabilidades do Poder Público. Por isso, tratam as discussões de uma forma dicotômica, como se cada questão pertencesse a uma esfera de conhecimento. Mas, para outros, na medida em que reivindicam, realizam sua “alfabetização política”, alcançam o desvendamento do

mundo real, e experimentam a motivação construtora. Constroem, no processo coletivo de mobilização, reflexão e ação. É esse o papel da Educação como contribuição na promoção do cidadão morador no bairro. É esse o processo educativo. É essa a “educação” que propomos incentivar no interior de cada SAB. Como promotores dos encontros e na qualidade de observadores e participantes, identificamo-nos com os propósitos dos membros da comunidade e os auxiliamos no avanço da reflexão, com nosso conhecimento e nossos objetivos.

Apresentamos a seguir, a Bibliografia e os Anexos:

- 1) Questionário 1992
- 2) Questionário 1995
- 3) Questionário 1998
- 4) Tabela de equivalência entre os questionários
- 5) Entrevista 1995
- 6) Entrevista 1996
- 7) Entrevista 1998
- 8) Objetivos das questões do questionário da 1ª. fase da pesquisa
- 9) Objetivos das questões dos questionários da 2ª. fase da pesquisa
- 10) Relação das SABs respondentes
- 11) Relação dos entrevistados
- 12) Histogramas
- 13) Gráficos.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

**ABRAMO**, Pésio – “Como está a escola pública hoje? Como transformá-la?” – Revista Educação Municipal – Ano 2 n.º 5 - São Paulo – Editora Cortez – nov./1989.

**ALBANESE**, Ronaldo – O Estado de São Paulo – Cidades – Domingo 09/10/94 – C-16

**AMMAN**, Safira Bezerra – “Movimento Popular de Bairro – De frente para o Estado, em busca do Parlamento” – São Paulo – Editora Cortez - 1991.

\_\_\_\_\_ – “Participação Social” – 2ª ed. – São Paulo – Editora Cortez 1978 – pág. 34.

**AZEVEDO**, Sergio, **PRATES**, Antonio Augusto – “Cidade: Planejamento, Pobreza Urbana e Participação Partidária” – Ciências Sociais Hoje – São Paulo – AMPOCS – Vértice – 1991.

**BARBOSA** in **KRISCHKE**, Paulo José Durval da Silva – “A desmobilização dos Movimentos Sociais no Governo Collor: Dois argumentos e a sua refutação (parcial)” in **SEVERINO**, Antônio Joaquim – Sociedade Civil e Educação – Campinas – Editora Papyrus – 1992 – pág. 97 - Coletânea CBE.

**BOBBIO**, Norberto – “O futuro da democracia” – São Paulo – Editora Brasiliense – 1986.

**BOSCHI**, Renato Raul – “A arte da Associação Política de Base e Democracia no Brasil” – Revista dos Tribunais e Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – São Paulo – Vértice - 1987 – pág. 40.

**BOWLIS**, Samuel, **GINTIS**, Herbert – Schooling in Capitalism America, New York: Harper S. Rao, 1976 in **CARNOY**, Martin – “Educação, Economia e Estado – Base e Superestrutura – Relações e Mediações” – 2ª ed. – São Paulo - Editora Cortez – 1984 – n.º 13 – pág. 67 – Coleção Polêmicas.

**CAMPOS**, Maria M. Malta (Fundação Carlos Chagas) – “As Lutas Sociais e a Educação”, in **SEVERINO**, Antonio Joaquim et al. – Sociedade Civil e Educação – Campinas – CBE – Editora Papyrus - 1992.

\_\_\_\_\_ – “O conflito na Escola” - Revista Ande - 1(2) - pág. 5.

**CAMPOS**, Rogério Cunha – “A Luta dos Trabalhadores Pela Escola” – São Paulo – Editora Loyola – 1989.

- CARDOSO**, Ruth Corrêa Leite – “A Sociedade em Movimento: novos atores dialogam com o Estado” in “Revista Crítica de Ciências Sociais”- n.º 32 – Coimbra – Portugal – Junho/91 – (orgs: Pedro Hespanha e José Reis) pág. 131.
- CARNOY**, Martins – “Educação, Economia e Estado - Base e Superestrutura - Relações e Mediações” – 2ª ed. – São Paulo - Editora Cortez – 1984 – n.º 13 – Coleção Polêmicas.
- CASTELLS**, Manuel – “Cidade, Democracia e Socialismo” - 1980 in **PETRINI**, João Carlos – “CEB’s: um novo sujeito popular” – Paz e Terra Sociologia – 1984 – pg. 17.
- DOWBOR**, Ladislau – “Planejamento Municipal e Participação Comunitária” – Revista de Educação Municipal – ano 1 n.º 1 – jun./1988 – pág. 21.
- DURHAM**, E. R. – “A construção da Cidadania” – Novos Estudos CEBRAP – out./1984.
- EMPLASA** – Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo – “anais II Seminário Paulista das Sociedades Amigos de Bairros” - São Paulo – 10 e 11 de março de 1984 – pág. 113 - Coleção documentos do SPAM.
- \_\_\_\_\_ – Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo – “Contribuição à História dos Movimentos na Grande São Paulo” – 1982.
- \_\_\_\_\_ – Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo – in “I Curso de Liderança Comunitária – Prefeitura Municipal de São Paulo” – 1983 – pág. 7.
- EVERS**, Tilman – “Identidade – A Face Oculta dos Novos Movimentos Sociais – Novos Estudos CEBRAP” – n.º 04 – abril/1984 – pág. 14.
- FOULCAULT**, Michel – “Microfísica do Poder” – Rio de Janeiro – Editora Graal – 1984.
- FREIRE**, Paulo – “Quatro Cartas aos Assinadores de Círculos de Cultura de São Tomé e Príncipe” – Comissão Nacional Coordenadora de Círculos de Cultura Popular – dez/1978.
- GADOTTI**, Moacir – “Dívida Externa e Educação” – Revista Educação Municipal – ano 2 – n.º 05 – São Paulo – Editora Cortez – nov./1989.
- \_\_\_\_\_ – “Educação e Compromisso” – Campinas – Editora Papyrus – 1985.

**GATTI**, Bernadete A. – “Questões Estratégicas de uma Política Educacional” – Cadernos de Educação Básica – Série Atualidades Pedagógicas – n.º 5 – MEC/UNESCO – 1994 – pág. 18.

**GÖHN**, Maria da Glória Marcondes – “A Força da Periferia – A luta das Mulheres por Creches em São Paulo” – Petrópolis/RJ – Editora Vozes – 1985 – pág. 12.

\_\_\_\_\_ – “Classes Populares, Periferia Urbana e Movimento Social Urbano: O Movimento das SABs em São Paulo” – São Paulo – 1979. Tese (Mestrado – Departamento de Ciências Sociais da FFLC) – USP.

\_\_\_\_\_ – “Movimentos Sociais, Cidadania e Educação” – Revista Educação Municipal – Ano 2 n.º 5 – São Paulo - Editora Cortez – nov/89 – (grifo nosso) pág.50.

\_\_\_\_\_ – “Movimentos Sociais e a Educação” – São Paulo – Editora Cortez – 1992.

\_\_\_\_\_ – “Reivindicações Populares Urbanas: um estudo sobre as associações de moradores de São Paulo” – São Paulo – Editora Cortez – 1982.

**HABERMAS**, Jürgen – “Para a reconstrução do materialismo histórico” – São Paulo – Editora Brasiliense – 1985.

**JACOBI**, Pedro Roberto – “Movimentos Sociais Urbanos numa Época de Transição: Limites e Potencialidades” in **SADER**, Emir – “Movimentos Sociais na Transição Democrática” – São Paulo – Editora Cortez – 1987 – pág. 17e 19.

\_\_\_\_\_ – “Movimentos Sociais e Políticas Públicas” – São Paulo – Editora Cortez – 1989 – pág. 17.

**KAUCHAKJE**, Samira – “Movimentos Sociais Populares Urbanos no Brasil de 1983 à 1990” – Campinas/SP – 1992 – págs. 3 e 4 – Tese (Mestrado) – Faculdade de Educação – UNICAMP.

**KINTZLER**, Catherine – “Fonder l'école republicaine das une cité laïque”. In: Condorcet, Cinq mémoires sur Línstruction Publique. Paris – Edilig – 1989 – pág. 9-20.

**KOWARICH**, Lúcio (org.) – “As lutas sociais e a cidade” – Rio de Janeiro – Paz e Terra – 1988 – pág. 145.

- MALUF**, Paulo Salim – Prefeito Municipal de São Paulo – 1992 – in I Curso Municipal de Liderança Comunitária – 1992.
- MARSHALL, C., ROSSMAN, G. B.** – “Designing qualitative research” - Beverly Hills – Sage Publ. – 1989.
- MOISÉS**, José Álvaro – 1978 in **SPÓSITO**, Marília Pontes – “O País e a Escola – A Luta pela Expansão do Ensino Público em São Paulo” – São Paulo - Editora Loyola – 1984
- NÓBREGA**, Lígia de Moura Pereira – “Ceb’s e Educação Popular” – Petrópolis/RJ – Editora Vozes.
- OFFE**, Claus in **AMMAN**, Safira Bezerra – “Movimento Popular de Bairro – De frente para o Estado, em busca do Parlamento” – São Paulo – Editora Cortez - 1991.
- PATTON**, M. – “Qualitative evaluation methods”. Beverly Hills, Sage Publ.- 1986.
- PEREIRA**, Gilvan Elias – “A Política de Conciliação: Os intelectuais e o Governo Montoro” – Campinas/SP – 1994 – pág. 13, 14 e 16 – Tese (Mestrado) – Faculdade de Educação – UNICAMP.
- PEREZ**, Raul Ferrer – “Educação de Adultos em Cuba” – São Paulo - Summers Editorial – 1986 – pág. 55.
- ROSMANINHO**, Eduardo Campos – Transcrição de parte da palestra sobre Liderança Comunitária, realizada no I Seminário das SABs e Entidades Comunitárias, em Itaiçi, no Mosteiro da Vila Kostka, Município de Indaiatuba - SP em 1989.
- \_\_\_\_\_ – in “I Curso de Liderança Comunitária”, caderno de texto – Prefeitura Municipal de São Paulo – out/1993 – pág. 9.
- SADER**, Emir – “Movimentos Sociais na Transição Democrática” – São Paulo – Editora Cortez – 1987.
- SANDOVAL**, Salvador – “Considerações sobre aspectos micro sociais na análise dos Movimentos Sociais” – São Paulo – Editora Mímeo – 1988 – pág. 72.
- SAVIANI**, Dermeval – “Educação: do senso comum à consciência filosófica” – Editora Cortez – 1987 – pág.147/148.
- SPAM** (Secretaria do Estado dos Negócios Metropolitanos) – Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo – “Guia de Apoio das Sociedades Amigos de Bairros” – São Paulo – maio/1985.

**SPÓSITO**, Marília Pontes – “A Ilusão Fecunda: A Luta por Educação nos Movimentos Populares” - São Paulo – 1988 – Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação USP.

\_\_\_\_\_ – “O Povo Vai à Escola”- A Luta Popular pela Expansão do Ensino Público em São Paulo – São Paulo – Editora Loyola – 1984.

**THIOLENT**, Michel – “Metodologia da Pesquisa-ação” – 6ª. ed. – São Paulo – Editora Cortez – 1994.

**VYGOTSKY**, Lev Semenovich – “Pensamentos e Linguagem: Formação Social da Mente” – traduzido para o português por Martins Fontes – 1984.

## **BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:**

- ALVES, Alda Judith** - “O planejamento de pesquisas qualitativas em Educação” – Caderno de Pesquisa – São Paulo (77) – maio/1991 – pg. 53-61.
- ALVES, Márcio Moreira** – “A Força do povo – Democracia participativa em Lajes” – São Paulo – Editora Brasiliense – 1980.
- BORJA, Jordi** – “Movimientos sociales urbanos” - Buenos Aires – SIAP – 1975.
- BOSCHI, Renato** – “Movimentos sociais urbanos e institucionalização” – Rio de Janeiro – IUPERG – 1983.
- BRANDÃO, Carlos R.** – “Pesquisa participante” – São Paulo – Editora Brasiliense – 1982.
- \_\_\_\_\_ – “Repensando a pesquisa participante” – São Paulo – Editora Brasiliense – 1984.
- \_\_\_\_\_ – “Pensando a pesquisa participante” – São Paulo – Editora Brasiliense – 1988.
- BRASILEIRO, Ana Maria** – “A cidade e a participação política: as associações de moradores” - Revista de Administração Municipal – abril/jun. 1987 – vol. 34 – n.º 183.
- BUFFA, E. et al.** – “Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?” – São Paulo – Editora Cortez – 1987.
- CALDEIRA, T. P. R.** – “A Política dos outros – O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder dos poderosos” – São Paulo - Editora Brasiliense – 1984.
- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite** – “Movimentos sociais urbanos: balanço crítico” in Sociedade e política no Brasil pós 64 – São Paulo – Editora Brasiliense – 1983.
- CARNEIRO, M. A.** – “Educação Comunitária: fases e formas” – Petrópolis – Editora Vozes – 1985.
- CASTRO, Maria Helena G.** – “Descentralização e política social” – Cadernos CEPAM – maio/1991.

- COVRE**, Maria de Lourdes Manzini et al. – “A cidadania que não temos” – São Paulo - Editora Brasiliense – 1986.
- DAVEIRA**, Adriano S. Nogueira – “A fala do Povo – A reprodução do conhecimento no saber popular” – Petrópolis – Editora Vozes – 1985.
- DEMO**, Pedro – “Avaliação qualitativa – Polêmicas do nosso Tempo” – São Paulo – Editora Cortez – 1987.
- DIAS**, Everardo – “História das Lutas Sociais no Brasil” – 2ª. ed. – São Paulo - Editora Alfa-Omega – 1977.
- EVERS**, Tilman – “De costas para o Estado, longe do Parlamento” in Novos Estudos CEBRAP – São Paulo – 1983 – vol. 2 – n.º 1.
- FALEIROS**, V. P. – “Política social do estado capitalista – São Paulo – Editora Cortez – 1985.
- FOUCAULT**, Michel – “A verdade e as formas jurídicas” – 1ª. ed. – Rio de Janeiro – Cadernos da PUC/NAU Ed. – 1996
- \_\_\_\_\_ – “Vigiar e punir” – Petrópolis – Editora Vozes – 1984.
- FREIRE**, Paulo – “Educação como prática da liberdade” – Rio de Janeiro – Paz e Terra– 1967.
- GÖHN**, Maria da Glória Marcondes – “A questão dos movimentos sociais urbanos” in Revista CERU – São Paulo – USP – 1980 – n.º 17.
- \_\_\_\_\_ – “Lutas urbanas e Estado” – tese de doutorado – São Paulo – USP – 1983.
- \_\_\_\_\_ – “Movimentos Sociais e luta pela moradia” – São Paulo – Edições Loyola – 1991.
- \_\_\_\_\_ – “Notas sobre a questão da gestão democrática do poder local: as Prefeituras Municipais” – São Paulo – Editora Mímeo – 1981.
- GONDIM**, Linda – “Dilemas da participação comunitária” – Revista de Administração Municipal – abril/jun. 1988 – n.º 187 in IBAM – Textos de Administração Municipal – n.º 7
- HAGUETTE**, M. T. F. – “Metodologias qualitativas na sociologia” – Petrópolis – Editora Vozes – 1987.

- HERBERT**, Adam W. – “A administração sob as condições de descentralização e de participação dos cidadãos” – Revista do Serviço Público – set./dez. 1973 – vol. 108.
- KOWARICK**, L. – “Capitalismo e marginalidade na América Latina” – Rio de Janeiro – Paz e Terra – 1975.
- KRISCHKE**, Paulo J. e **SCHERER**, W. Ilse – “Revolução no Cotidiano” – São Paulo – Editora Brasiliense – 1987.
- LANG**, Alice Beatriz da Silva Gordo et al. – “Reflexões sobre a pesquisa sociológica” – 2º. ed. - São Paulo – Editora CERU – 1999.
- LIMONAD**, Esther – “A trajetória da participação social: na elaboração técnica e apropriação política” – Univ. Fed. Rio de Janeiro – Dissertação de Mestrado – 1984.
- LÜDKE**, Menga, **André**, Marli E. D. A. – “Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas – Temas básicos de Educação e Ensino - São Paulo – EPU – 1986.
- METODOLOGIA CIENTÍFICA** – “Caderno de Textos e Técnicas” – Leda Miranda Hühne (Organizadora) – colaboradores Ana Maria Garcia et al – Rio de Janeiro – Editora AGIR – 1987.
- MOISÉS**, José Álvaro et al. - “Cidade, Povo e Poder” – 2ª. ed. – Editora Paz e Terra – 1985 – vol. 5 – Coleção CEDEC.
- MOTTA**, F. C. Prestes – “Participação e co-gestão” – São Paulo – Editora Brasiliense – 1982.
- OLIVEIRA**, C. A. S. – “Associações de moradores: uma luta pela desprivatização do Estado. – Revista de Administração Municipal – jul./set. 1985.
- REYMÃO**, M. E. G. et al. – “Organização popular e mudança” – São Paulo - Editora Loyola – 1986.
- SADER**, Eder – “Quando novos personagens entram em cena” – Rio de Janeiro – Paz e Terra – 1988.
- SANTOS**, A. C. A. – “Planejamento participativo na ordem do dia” – Revista de Administração Municipal – out./dez. 1981 – Vol. 28 – n.º 161.
- SCHAFF**, A. – “História e Verdade” - 5ª ed. – São Paulo – Martins Fontes - 1991.

**SEVERINO, A .J** – “Educação, Ideologia e Contra-Ideologia” – São Paulo - EPU – 1986.

**SNYDERS, G.** – “Escola, classe e luta de classes – Lisboa – Moraes – 1977.

**THIOLENT, Michel** – “Aspectos qualitativos da Metodologia de Pesquisa com objetivos de descrição, avaliação e reconstrução” - Caderno de Pesquisa – maio/84.

# **ANEXOS**

III SEMINÁRIO REGIONAL DAS SABs e  
ENTIDADES COMUNITÁRIAS

Nome da SAB: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

Indaiatuba, outubro/1992

Prezado (a) Senhor (a)

Este questionário foi desenvolvido com o objetivo de coletarmos informações a respeito do processo de participação das SABs – **SOCIEDADE AMIGOS DE BAIROS** de sua comunidade, principalmente no que se refere a Educação.

As informações nele obtidas, fornecerão dados preliminares para elaboração da Dissertação de Doutorado, da aluna da **UNICAMP**, Professora **JANE SHIRLEY ESCODRO PRANSTRETTTER**.

Para que os resultados sejam úteis, é importante que cada questão seja respondida com cuidado e com a máxima franqueza possível. Isso não é uma prova.

Não há respostas certas ou erradas.

As respostas serão processadas por computador que fará um resumo estatístico.

Para garantir confidencialidade, por favor, não escreva seu nome em qualquer lugar das folhas.

Suas respostas serão agrupadas com as das outras pessoas, para posteriormente possibilitar uma conclusão geral dos resultados. Em nenhum momento, suas respostas serão personalizadas ou publicadas.

Muito grata por sua colaboração.

Cordialmente,

Jane Shirley Escodro Pranstretter

## INSTRUÇÕES

1. Este questionário contém algumas questões simples cujas respostas exigem que se coloque apenas o número de vezes.

2. A maioria das questões apresentam nove alternativas de respostas possíveis que vão num contínuo de 0 a 8. Por favor, responda as perguntas preenchendo um dos círculos da questão. Por exemplo, vamos supor que a questão fosse:

Quantas vezes o sol brilha na sua cidade ?

Muito poucas vezes

poucas vezes

freqüentemente

muitas vezes

0 1 2

3 4

5 6

7 8

Se você acha que o sol brilha “freqüentemente”, você responderá 5 ou 6. Você responderá 5 se sentir que a situação é mais para “poucas vezes”. Você responderá 6 se sentir que a situação é mais para “muitas vezes”.

3. As questões abertas, deverão ter respostas pessoais, possibilitando a você suas idéias e opiniões.

4. Caso você tenha alguma dúvida, dirija-se ao aplicador que estará a sua disposição.

01 – Qual é o cargo que você ocupa atualmente na SAB ?

A –  Presidente

B –  Vice

C –  Secretário

D –  Tesoureiro

02 - Descreva como se iniciou a organização de seu bairro. Qual é a história de sua SAB?

---

---

---

03 – A SAB que você participa possui documentos oficiais registrados ?

Sim

Não

04 – Se **SIM** quais ? Assinale:

( ) Estatutos

( ) C.G.C.

( ) Livro de Atas

( ) Livro Contábil

( ) Estatuto e C.G.C.

( ) Estatuto e Livro de Atas

( ) Estatuto e Livro Contábil

( ) C.G.C. e Livro de Atas

( ) C.G.C. e Livro Contábil

( ) Livro de Atas e Livro Contábil

( ) Estatuto, C.G.C. e Livro de Atas

( ) Estatuto, Livro de Atas e Livro Contábil

( ) C.G.C., Livro de Atas e Livro Contábil

( ) Estatuto, C.G.C. e Livro Contábil

( ) Todas as anteriores

( ) Nenhuma das alternativas

05 – Há quanto tempo você faz parte da Diretoria da SAB ?

- A –  0 – 1 ano  
B –  2 – 3 anos  
C –  4 – 5 – 6 – anos  
D –  mais de 6 anos

06 – Quem escolhe os membros do Conselho Deliberativo ?

- ( ) Assembléia Geral  
( ) Outro

07 – Caso você tenha respondido **Outro** na questão anterior, quem seria ?

---

---

08 – Você sempre atuou no mesmo bairro em que mora ?

- ( ) Sim  
( ) Não

09 – Se você respondeu **Não** por que você não atuou (ou atua) no bairro em que você mora?

---

---

10 – Você participa da reunião mensal na sua SAB ?

- ( ) Sim  
( ) Não

11 – Como são tomadas as decisões nas reuniões de sua SAB ?

- ( ) Individualmente  
( ) Em grupo  
( ) Por aclamação  
( ) Por consenso  
( ) Por votação secreta  
( ) Por votação aberta  
( ) N D A (Nenhuma das alternativas)

12 – Caso você tenha assinalado individualmente na questão anterior, quem é o responsável na tomada de decisões na reunião das SABs ?

- Presidente
- Vice
- Secretário
- Tesoureiro
- Outros
- N D A (Nenhuma das alternativas)

13 – A sua SAB realiza reunião aberta a todos ?

Muito poucas vezes	poucas vezes	freqüentemente	muitas vezes
<input type="radio"/> 0 <input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2	<input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4	<input type="radio"/> 5 <input type="radio"/> 6	<input type="radio"/> 7 <input type="radio"/> 8

14 – Sua SAB faz pesquisa representativa de moradores através de boletins ?

Muito poucas vezes	poucas vezes	freqüentemente	muitas vezes
<input type="radio"/> 0 <input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2	<input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4	<input type="radio"/> 5 <input type="radio"/> 6	<input type="radio"/> 7 <input type="radio"/> 8

15 – Sua SAB discute os problemas a nível de:

- Bairro
- Município
- Bairro e Município
- N D A (Nenhuma das alternativas)

16 – Sua SAB tem feito reivindicações de melhorias na área (Social) da:

- Educação
- Saúde
- Lazer
- Educação e Saúde
- Educação e Lazer
- Saúde e Lazer
- Educação, Saúde e Lazer
- N D A (Nenhuma das alternativas)

17 – Sua SAB tem feito reivindicação de melhorias no setor (infra-estrutura) de:

- Conservação de Ruas
- Sinalização
- Asfalto
- Transporte
- Limpeza em geral no Bairro
- Prédios Públicos
- Conservação de ruas e sinalização
- Conservação de ruas e asfalto
- Conservação de ruas e transporte
- Conservação de ruas e limpeza em geral no Bairro
- Conservação de ruas e prédios públicos
- Sinalização e Asfalto
- Sinalização e Transporte
- Sinalização e Limpeza em geral no Bairro
- Sinalização e prédios públicos
- Asfalto e Transporte
- Asfalto e limpeza em geral no Bairro
- Asfalto e prédios públicos
- Transporte e limpeza em geral no Bairro
- Transporte e prédios públicos
- Limpeza em geral no Bairro e prédios públicos
- N D A (Nenhuma das alternativas)

18 – Sua SAB tem realizado festas para gerar fundos para projetos ?

- Sim
- Não

19 – Se você respondeu **SIM** na questão anterior assinale a frequência da realização de festas:

Muito poucas vezes

poucas vezes

freqüentemente

muitas vezes

0

1

2

3

4

5

6

7

8

20 – Até que ponto os integrantes do Conselho Deliberativo da sua SAB de que você participa foram eleitos sem injunções políticas de representantes do Poder Público Municipal ?

Muito poucas vezes	poucas vezes	frequentemente	muitas vezes
(0) (1) (2)	(3) (4)	(5) (6)	(7) (8)

21 – Até que ponto os integrantes da Diretoria de sua SAB que você participa foram eleitos sem injunções políticas de representantes do Poder Público Municipal ?

Muito poucas vezes	poucas vezes	frequentemente	muitas vezes
(0) (1) (2)	(3) (4)	(5) (6)	(7) (8)

22 – Até que ponto os integrantes do Conselho Deliberativo da sua SAB de que você participa foram eleitos sem injunções de Partidos Políticos ?

Muito poucas vezes	poucas vezes	frequentemente	muitas vezes
(0) (1) (2)	(3) (4)	(5) (6)	(7) (8)

23 – Até que ponto os integrantes da Diretoria da sua SAB de que você participa foram eleitos sem injunções de Partidos Políticos ?

Muito poucas vezes	poucas vezes	frequentemente	muitas vezes
(0) (1) (2)	(3) (4)	(5) (6)	(7) (8)

24 – Com que frequência o poder Público Municipal vem atendendo às reivindicações de sua SAB ?

Muito poucas vezes	poucas vezes	frequentemente	muitas vezes
(0) (1) (2)	(3) (4)	(5) (6)	(7) (8)

25 – Até que ponto a entidade que você representa participa dos projetos da Secretaria Municipal de Educação ?

Muito poucas vezes	poucas vezes	frequentemente	muitas vezes
(0) (1) (2)	(3) (4)	(5) (6)	(7) (8)

26 – Até que ponto sua entidade participa da definição das diretrizes da Secretaria Municipal de Educação ?

Muito poucas vezes	poucas vezes	freqüentemente	muitas vezes
(0) (1) (2)	(3) (4)	(5) (6)	(7) (8)

27 – Até que ponto sua entidade participa da execução dessas diretrizes ?

Muito poucas vezes	poucas vezes	freqüentemente	muitas vezes
(0) (1) (2)	(3) (4)	(5) (6)	(7) (8)

28 – Com que freqüência as alternativas de soluções para os problemas enfrentados pela entidade que você representa, dependem do Poder Público Municipal ?

Muito poucas vezes	poucas vezes	freqüentemente	muitas vezes
(0) (1) (2)	(3) (4)	(5) (6)	(7) (8)

29 – Com que freqüência a Administração da Educação no Município interpõe obstáculos à realização dos objetivos propostos por sua entidade ?

Muito poucas vezes	poucas vezes	freqüentemente	muitas vezes
(0) (1) (2)	(3) (4)	(5) (6)	(7) (8)

30 – Enumere os obstáculos por ordem de importância:

---

---

---

---

---

31 – Com que freqüência a Administração da Educação Municipal no Município, é um elemento facilitador para a realização dos objetivos propostos por sua entidade ?

Muito poucas vezes	poucas vezes	freqüentemente	muitas vezes
(0) (1) (2)	(3) (4)	(5) (6)	(7) (8)

32 – Enumere os elementos (ou fatores) facilitadores, por ordem de importância:

---

---

---

---

---

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DOS SEMINÁRIOS DAS SABs e ENTIDADES  
COMUNITÁRIAS, NO MOSTEIRO DE ITAICI

INDAIATUBA - SP

21/10/95

MUNICÍPIO: \_\_\_\_\_  
SAB: \_\_\_\_\_  
NOME: \_\_\_\_\_

01) Há quanto tempo você participa de sua SAB ?

- até 1 ano ( )  
1 ano e ½ a 3 anos ( )  
3 anos e ½ a 5 anos ( )  
mais de cinco anos ( )

02) Você acredita que sua SAB tem ajudado a educar o povo ?

- ( ) Sim ( ) Não

Se Sim, como ?

- Informando o povo ( )  
Denunciando os problemas ( )  
Trabalhando efetivamente onde há carência ( )  
Reivindicando as necessidades ( )

03) Você acredita que a participação dos moradores dos bairros nas SABs aumentou nos últimos 05 anos ?

- ( ) Sim ( ) Não

04) Desde que você começou a participar dos Seminários, quais os cargos você ocupou na SAB ?

<u>cargos</u>	<u>período de tempo</u>
Presidente	_____
Vice-Presidente	_____
Tesoureiro	_____
Secretário	_____
Outro	_____

05) Desde que você começou a participar dos Seminários, você já participou de atividades conjuntas com outras SABs ?

- ( ) Sim ( ) Não

06) Em que medida, por sua participação no Seminário, você priorizou as reivindicações coletivas das SABs participantes do Seminário ?

- Muito poucas vezes (0 – 1 – 2) ( )  
Poucas vezes (3 – 4) ( )  
Muitas vezes (5 – 6) ( )  
Freqüentemente (7 – 8) ( )

07) Na sua opinião que característica tem sua SAB que a ajuda ser bem sucedida junto ao Poder Público ?

---

---

---

08) Você acredita que os partidos políticos são mais eficazes que os movimentos sociais (da comunidade) na formação de mudanças políticas ?

Sim                       Não

09) Você acredita na real intenção do Governo em aplicar bem as verbas públicas ?

Sim                       Não

10) Você acredita que o governo se preocupa com as SABs ? Se Sim, justifique.

---

---

---

11) Você acredita na possibilidade de uma democratização mais profunda nesse país ? Porque ?

---

---

---

12) Se sua SAB se encontra na fase reivindicativa, qual o tipo de reivindicações ela tem feito ao Poder Executivo Municipal ?

---

---

---

13) Se sua SAB se encontra na fase reivindicativa, qual a frequência de atendimento às reivindicações referentes à Educação, por parte do Poder Executivo Municipal ?

de 0 a 20%	<input type="checkbox"/>
de 21 a 40%	<input type="checkbox"/>
de 41 a 60%	<input type="checkbox"/>
de 61 a 80%	<input type="checkbox"/>
de 81 a 100%	<input type="checkbox"/>

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DOS SEMINÁRIOS DAS SABs e ENTIDADES  
COMUNITÁRIAS, NO MOSTEIRO DE ITAICI

INDAIATUBA - SP

1998

Identificação:

Nome:
Nome da SAB:
Endereço da SAB:
Bairro/Cidade:
Número estimado de participantes em sua SAB:

Prezado (a) Senhor (a):

Este questionário constitui parte de uma pesquisa sobre a participação das SAB's em seus municípios, principalmente no que se refere a aspectos educacionais.

Para que possa extrair conclusões o mais fidedignas possíveis com a realidade, conto com sua colaboração e franqueza.

Grata pela atenção

Jane Shirley Escodro Pranstretter

I - Perfil da SAB:

- 01) Qual o seu cargo atual na sua SAB ? \_\_\_\_\_
- 02) Tempo neste cargo? \_\_\_\_\_
- 03) Tempo que participou destes cargos (total)? \_\_\_\_\_
- 04) Já atuou como simples participante? Quanto tempo? \_\_\_\_\_
- 05) Sua SAB existe há quanto tempo? \_\_\_\_\_
- 06) Sua SAB possui qualquer tipo de documentos oficiais, de modo que conste um registro da mesma? \_\_\_\_\_
- 07) Sua SAB tem algum mecanismo para captação de fundos para projetos (festas, doações etc)? Quais? \_\_\_\_\_
- 08) Quem escolhe os membros do Conselho Deliberativo de sua SAB?  
 assembleia geral       outro: \_\_\_\_\_
- 09) Como são tomadas as decisões nas reuniões de sua SAB?  
 individualmente       em grupo       por aclamação  
 por consenso       por votação secreta       por votação aberta  
 n.d.a
- 10) A maioria das pessoas que estão na Diretoria de sua SAB ocupam o cargo há:  
 bastante tempo       pouco tempo       ambos
- 11) Sua SAB atua em nível de?  
 bairro       município       outros
- 12) Sua SAB faz pesquisa representativa de moradores através de boletins?  
 Muito poucas vezes       Poucas vezes       Frequentemente  
 Muitas vezes
- 13) Até que ponto os integrantes da Diretoria e do Conselho Deliberativo de sua SAB foram eleitos sem injunções políticas de representantes do poder público municipal?  
 Muito poucas vezes       Poucas vezes       Frequentemente  
 Muitas vezes
- 14) Até que ponto os integrantes da Diretoria e do Conselho Deliberativo de sua SAB foram eleitos sem injunções de partidos políticos?  
 Muito poucas vezes       Poucas vezes       Frequentemente  
 Muitas vezes

II - Participação da SAB:

15) Sua SAB realiza reunião aberta a todos?

- Muito poucas vezes       Poucas vezes       Frequentemente  
 Muitas vezes

16) A partir de informações obtidas no curso de Liderança Comunitária, você considera que sua SAB se encontra na fase:

- Reivindicativa       Associativa       Comunitária

17) Caso sua SAB seja reivindicativa, qual a frequência com a qual essas reivindicações são realizadas?

- Muito poucas vezes       Poucas vezes       Frequentemente  
 Muitas vezes

18) Quais os tipos de reivindicação sua SAB tem feito ao Poder Público Municipal? Elas tem sido atendidas? Comente: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

19) Quanto à reivindicação(ões) na área social, sua SAB se enquadra em:

- Educação       Saúde       Lazer       n.d.a.

20) Quanto a reivindicação(ões) na área de infra-estrutura, sua SAB se enquadra em:

- Conservação de ruas       Sinalização       Asfalto       Transporte  
 Limpeza do bairro       Prédios Públicos       n.d.a.

21) Enumere os principais obstáculos encontrados pela sua SAB na relação com o poder público:

- Burocracia do poder público  
 Interesse políticos  
 Dificuldade financeira  
 Falta de uma estrutura bem definida na sua SAB a fim de manter as reivindicações  
 Falta de crença do poder na sua SAB

Outro(s) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

22) Até que ponto sua SAB participa dos projetos da Secretaria Municipal de Educação?

- Muito poucas vezes       Poucas vezes       Frequentemente  
 Muitas vezes

23) Até que ponto sua SAB participa da definição das diretrizes da Secretaria Municipal de Educação?

- Muito poucas vezes       Poucas vezes       Frequentemente  
 Muitas vezes

24) Até que ponto sua SAB participa da execução dessas diretrizes?

- Muito poucas vezes       Poucas vezes       Frequentemente  
 Muitas vezes

25) Com que frequência as alternativas de soluções para os problemas enfrentados pela sua SAB, dependem do Poder Público Municipal?

- Muito poucas vezes       Poucas vezes       Frequentemente  
 Muitas vezes

26) Com que frequência a Administração da Educação no Município interpõe obstáculos à realização dos objetivos propostos pela sua SAB?

- Muito poucas vezes       Poucas vezes       Frequentemente  
 Muitas vezes

### III - CONSCIENTIZAÇÃO:

27) Caso você acredite que sua SAB tem colaborado na educação do povo, diga de qual(is) forma(s):

- Informando o povo  
 Denunciando os problemas  
 Trabalhando efetivamente onde há carência  
 Reivindicando as necessidades

28) Você acha que a participação dos moradores na SAB aumentou nos últimos anos?

---

---

29) Quais os conhecimentos e valores que você tirou das experiências adquiridas em Seminários Regionais para levar à sua comunidade?

- Planejamento, organização e ação do trabalho comunitário  
 Novas informações sobre trabalho comunitário  
 Necessidade de participação e união de todos  
 Clareza quanto às reivindicações a serem feitas

Outros \_\_\_\_\_

---

---

---

---

30) Você acha que o poder público se preocupa com sua SAB?

Sim

Não

Justifique:

---

---

---

---

31) Você acredita que os movimentos sociais da comunidade contribuem para mudanças políticas no município?

Sim

Não

Justifique: \_\_\_\_\_

---

---

---

32) Você tem alguma frustração ou crítica com respeito a sua SAB ou ao Poder Público Municipal? \_\_\_\_\_

---

---

---

33) Você tem alguma experiência bem sucedida em sua SAB? Comente: \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

34) Na sua opinião que característica tem sua SAB que a ajuda ser bem sucedida junto ao Poder Público?

Competência dos integrantes

Popularidade da sua SAB

Número representativo de componentes

Administração voltada para o social

Outro(s) \_\_\_\_\_

---

---

---

## TABELA DE EQUIVALÊNCIA ENTRE QUESTIONÁRIOS

	92	95	98
01	01	X	01
02	02	X	X
03	03	X	06
04	04	X	X
05	05	01	02/03
06	06/07	X	08
07	08	X	X
08	09	X	X
09	10	X	X
10	11	X	09
11	12	X	X
12	13	X	15
13	14	X	12
14	15	X	11
15	16/17	12	19/20
16	18/19	X	07
17	20/21	X	13
18	22/23	X	14
19	24	X	X
20	25/26	X	22/23
21	27	X	24
22	28	X	25
23	29	X	26
24	30	X	21
25	31/32	X	X
26	X	02	27
27	X	03	28
28	X	04	X
29	X	05	X
30	X	06	X
31	X	X	29
32	X	07	34
33	X	08	X
34	X	09	X
35	X	10	30
36	X	11	X
37	X	X	04
38	X	X	10
39	X	X	16
40	X	13	X
41	X	X	05
42	X	X	Identificação
43	X	X	17
44	X	X	31
45	X	X	32
46	X	X	33
47	X	X	18

Legenda:

01) Qual o cargo que você ocupa atualmente na SAB?

02) Descreva como se iniciou a organização de seu bairro. Qual é a história de sua SAB?

03) A SAB que você participa possui documentos oficiais registrados?

04) Se **SIM** quais? Assinale:

05) Há quanto tempo você faz parte da Diretoria da SAB?

06) Quem escolhe os membros do Conselho Deliberativo? Caso você tenha respondido **outro** na questão anterior, quem seria?

07) Você sempre atuou no mesmo bairro em que mora?

08) Se você respondeu **Não** por que você não atuou (ou atua) no bairro em que mora?

09) Você participa de reunião mensal na sua SAB?

10) Como são tomadas as decisões nas reuniões de sua SAB?

11) Caso tenha assinalado **individualmente** na questão anterior, quem é o responsável na tomada de decisões na reunião das SABs?

12) A sua SAB realiza reunião aberta a todos?

13) Sua SAB faz pesquisa representativa de moradores através de boletins?

14) Sua SAB discute os problemas em nível de:

15) Sua SAB tem feito reivindicação de melhorias na área social da: ... e no setor de infra-estrutura de: ...

16) Sua SAB tem realizado festas para gerar fundos para projetos? Se você respondeu **SIM** na questão anterior, assinale a frequência de realização de festas:

17) Até que ponto os integrantes do Conselho Deliberativo/Diretoria de sua SAB foram eleitos sem injunções políticas de representantes do Poder Público Municipal?

18) Até que ponto os integrantes do Conselho Deliberativo/Diretoria de sua SAB foram eleitos sem injunções de Partidos Políticos?

19) Com que frequência o Poder Público Municipal vem atendendo às reivindicações de sua SAB?

20) Até que ponto a entidade que você representa participa dos projetos/definição das diretrizes da Secretaria Municipal de Educação?

21) Até que ponto sua entidade participa da execução dessas diretrizes?

22) Com que frequência as alternativas de soluções para os problemas enfrentados pela entidade que você representa, dependem do Poder Público Municipal?

23) Com que frequência a Administração da Educação no Município interpõe obstáculos à realização dos objetivos propostos por sua entidade?

24) Enumere os principais obstáculos encontrados pela sua SAB na relação com o Poder Público:

25) Com que frequência a Administração de Educação Municipal é um elemento facilitador para a realização dos objetivos propostos por sua entidade? Enumere por ordem de importância:

26) Você acredita que sua SAB tem ajudado a educar o povo? Se sim, como?

27) Você acredita que a participação dos moradores dos bairros nas SABs aumentou nos últimos anos?

28) Desde que você começou a participar dos Seminários, quais cargos você já ocupou nas SABs?

29) Desde que você começou a participar dos Seminários, você já participou de atividades conjuntas com outras SABs?

30) Em que medida, por sua participação no Seminário, você priorizou as reivindicações coletivas das SABs participantes do Seminário?

31) Quais os conhecimentos e valores que você tirou das experiências adquiridas nos Seminários para levar à sua comunidade? Comente:

32) Na sua opinião que característica tem sua SAB que a ajuda ser bem sucedida junto ao Poder Público ?

33) Você acredita que os partidos políticos são mais eficazes que os movimentos sociais (da comunidade) na formação de mudanças políticas?

34) Você acredita na real intenção do Governo em aplicar bem as verbas públicas?

35) Você acredita que o governo se preocupa com as SABs? Se sim, justifique:

36) Você acredita na possibilidade de uma democratização mais profunda neste país? Por que?

37) Já atuou com simples participante? Quanto tempo?

38) A maioria das pessoas que estão na Diretoria de sua SAB ocupam o cargo há:

39) A partir das informações obtidas no curso de Liderança Comunitária, você considera que sua SAB se encontra na fase:

40) Se sua SAB se encontra na fase reivindicativa, qual a frequência de atendimento às reivindicações referentes à Educação, por parte do Poder Executivo Municipal?

41) Sua SAB existe há quanto tempo?

42) Estime o número total de participantes da sua SAB:

43) Caso sua SAB seja reivindicativa, qual a frequência com que estas reivindicações são realizadas?

44) Você acredita que os movimentos sociais da comunidade contribuem para mudanças políticas no município? Justifique:

45) Você tem alguma frustração ou crítica com respeito a sua SAB ou ao Poder Público Municipal ?

46) Você tem alguma experiência bem sucedida em sua SAB? Comente:

47) Quais os tipos de reivindicações sua SAB tem feito ao Poder Público Municipal ? Elas tem sido atendidas ? Comente:

**ANEXO N.º 5**  
**ENTREVISTA 1995:**

**1) O que atrai o morador do Bairro para fazer parte da SAB ?**

*R: “A maioria dos sócios só se interessam pela SAB enquanto sua casa não tem água, luz, esgoto, etc., depois que conseguem tudo, eles se desligam da SAB”.*

Bernardino, Edson Campestre – COSAB – São Paulo – SP

## 2) Qual papel a SAB poderia ter no seu bairro ?

*R: “Gostaria que minha entidade não tivesse apenas o caráter reivindicatório. Acho que ela tem um papel fundamental na formação da cidadania. Compreender o mundo que vivemos para melhor exigir e colaborar com a comunidade, participar de cursos de formação para que a comunidade fique em sintonia sempre com a entidade. Por outro lado, compreendo que as reivindicações e as conquistas junto ao Poder Público Municipal contribuem para o amadurecimento do cidadão”.*

Pereira, Zenilda Perez – SABAVO – Votorantim – SP

*R: “Devemos procurar dentro da diretoria ativa membros que eles conheçam e gostaria de participar, ou convidando pessoas para uma pequena pesquisa e promovendo eventos dando cargo para moradores do seu próprio bairro para que ele se desenvolva, e colocando-os a par do que é uma SAB dando-lhe oportunidade de apreciar o que ele pode fazer”.*

Polvo, José C. – Portão da Luz – Salto – SP

*R: “Precisamos conscientizar à nós e a população que só a União faz a força e que a Sociedade Amigos de Bairro é o instrumento legítimo para definir, planejar e decidir prioridades. A democracia do nosso país depende do nível de conscientização e da valia desse instrumento que é a SAB”.*

Caio, Altran Alberto – CONSABIT – Itu – SP

### 3) Aponte um ponto positivo na sua participação no Seminário.

*R: É um espaço para trocar idéias, para refletir, exercer o poder de falar e reconhecer nosso valor”*

Polvo, José C. – Portão da Luz – Salto – SP

*R: “Um ponto positivo do Seminário foi aprender a quem se dirigir, a organizar a papelada exigida pela burocracia, a participar de acordo com a própria idéia de cada um”*

SAB Jd. Alberto e Adjacências – São Paulo – SP

*R: Tomamos consciência cada vez mais de que nosso trabalho é árduo, não se fará num dia e é preciso a união de todos em torno das nossas idéias e dos nossos objetivos para vencer o autoritarismo que ainda existe”.*

Pimenta, José Pestana – União das SABs - Pirituba – São Paulo – SP

*R: De certa forma mostrou pra nós algumas brechas pra gente conter a raiva e agir com disciplina para atingir aquilo que queremos e acreditamos”*

Nogueira, Florinda – SABAJACÓ – São Paulo – SP

*R: “É um meio de troca de correspondência e de organizar cursos para Diretores de Sociedades para que todos possam conhecer o seu verdadeiro papel”*

Souza, João Alvin de – SABID – Campinas – SP

*R: “Apontamos o conhecimento de que a falta de união é a principal razão do aparecimento de movimentos comunitários paralelos, acarretada pela desorganização das sociedades amigos de bairro, e que, conseqüentemente enfraquecidas, não são respeitadas, nem atendidas como deveriam no encaminhamento das reivindicações de sua comunidade, o que acabou por trazer o descrédito dessa mesma população. Por outro lado, há que se destacar o atrelamento político partidário como uma faca de dois gumes, pois, se num primeiro momento abre-se a possibilidade do atendimento de uma certa prioridade, de regra na fase eleitoral,*

*após as eleições, dificilmente a SAB mantém com o político o compromisso firmado, ou porque este não se elegeu, ou, se eleito, abandona essa comunidade que o elegeu.*

*Com isso, pessoas sensibilizadas ou em busca de soluções a problemas comuns aliadas, às vezes, à Igreja unem-se e se organizam como movimento levantando bandeiras de lutas que deveriam ser levantadas pelas SABs.*

*Em resumo, falta de organização que gera desunião, trazendo a falta de representatividade junto aos Poderes Públicos e de credibilidade junto à população”.*

Citizen, Orlando –CONSABIT – Itu – SP

**4) Na sua opinião, o que dificulta a relação da SAB com o Poder Público ?**

*R: “A falta de interesse dos próprios diretores das SABs, inatividade das SABs, falta de interesse da população, que só procura a SAB quando tem um problema na sua rua, etc.. depois se afasta.*

*Falta de divulgação dos trabalhos da associação.*

*Falta de interesse dos Poderes Públicos para com as SABs, capitalização dos recursos*

*Falta um trabalho de relacionamento com outras entidades”.*

Nogueira, Augusto Jorge – SABAJNI – São Paulo – SP

*R: “A minha sugestão é que todos os Presidentes de Sociedades Amigos de Bairros, não se envolvessem em política e não levasse políticos em suas sedes só para enganar o povo sem fazer nada para a comunidade; só trampolim político e só aparecem de quatro em quatro anos sem dar satisfação”*

União das SABs - Pirituba – São Paulo – SP

### **5) O Partidarismo Político influi na sua SAB ?**

*R: “a maioria das SABs do município são afetadas pelo peso do uso político partidário e acabam se transformando em Cabo eleitoral de um político ou de um grupo político (partido). Por discordar dessa forma de atuar, garanto que a nossa Sociedade já foi por diversas vezes prejudicada”.*

Polvo, José C. – Portão da Luz – Salto – SP

*R: “Há um assédio (à SAB), devido a nossa concentração, existe o assédio visando ao interesse das eleições. Trabalhar para o Prefeito, seja qual partido pertença, acho ainda válido, aconteceu na nossa agora, nas eleições, mas geralmente a pessoa se afasta caso pretenda algum cargo eletivo, para não haver comprometimento direto com uma só facção, uma vez que a SAB é apartidária política; então, não pode ter vínculo direto com qualquer partido”.*

Caio, Altran Alberto – CONSABIT – Itu – SP

**6) Você tem enfrentado alguma dificuldade na sua SAB ?**

*R: “A sociedade tem uma programação anual de todas as reuniões, dos 12 meses, todas segunda-feira de cada mês, alguma primeira ou última segunda, a gente roda isso aí, esses impressos, a sociedade compra alguma coisa, os papéis, e a gente, numa firma que é muito conhecida da gente – ajuda muito a sociedade, a gente roda no computador e é distribuído de casa em casa, para sócio e para quem não é sócio, ou a gente põe um boletim desse maior no estabelecimento comercial também, para quem fica dentro do estacionamento, ficar sabendo dos dias das reuniões e de vez em quando a gente tem alguma reunião extra, precisa ser feita, então esse já é um aviso extra, que a sociedade tem que fazer boletim urgente. Enfrentamos grande dificuldade na comunicação”*

Polvo, José C. – Portão da Luz – Salto – SP

*R: “Acho que o fator de dificuldade e a falta de divulgação aos moradores, estamos encontrando dificuldade junto a Administração Municipal; falta informar ao povo o que é Associação de Bairro. Falta apoio das próprias forças, das autoridades”.*

Prisma, Elvis Ferreira – SABIT – Indaiatuba – SP

### **7) Como melhorar a participação dos moradores na sua SAB ?**

*R: “Promovendo eventos esportivos culturais e cursos diversos para os moradores da SAB. É deixando eles opinar para que não espere que a diretoria faça por eles o que não é o pensamento de todos os moradores, das SABs.*

*Desde que possua uma sede própria, promovendo atividades de saúde, educação, lazer e culturais e Ter uma diretoria atuante que trabalhe e traga benefício para a sua comunidade”.*

Pavan, Fernando A. – SAMOJA - Salto – SP

*R: “Dando condições para defenderem o que querem, melhorarem seus encaminhamentos para obterem respostas do Estado, conquistarem um espaço para colocarem suas idéias, aprenderem mesmo a falar...”*

Bernardino, Edson Campestre – COSAB – São Paulo – SP

## ANEXO N.º 6 ENTREVISTA 1996:

### 1) Na sua opinião, o que dificulta a relação da SAB com o Poder Público ?

*R: “A burocracia, as dificuldades para se falar nos gabinetes das autoridades que estão sempre com as agendas cheias e que passam outros assuntos na frente. A dificuldade de se encaminhar qualquer ofício, registro, etc..”.*

Pereira, Zenilda Perez – SABAVO – Votorantim – SP

*“O governo Municipal cria uma burocracia tão grande que finalmente nunca resolve nossos problemas. São tantos caminhos que no final ele mesmo não sabe controlar tudo.*

*São tantos departamentos prá tudo, que acredito que seja melhor encaminhar direto pro chefe mesmo, senão a gente é jogado de um lado pro outro que fica sem saber. Depende muito da “vontade e do dia deles”. Alguns candidatos ou amigos sempre nos ajudam, nos dizem como fazer os encaminhamentos de nossos pedidos, mas geralmente sempre se interessam em períodos de eleição. São poucos os que querem permanecer sempre ajudando ... Geralmente quando o povo consegue alguma coisa do Poder Público, depois de muita luta, tem aqueles que vem dizer que é doação deles. Tem candidato que vem com jogo de camisa, bola, troféus, tudo prá tentar cooptar a gente ...”*

Valdivino, Cláudio– SABACIL – Indaiatuba – SP

*R: “A não existência de SAB em uma região, problema de falta de renovação, comodismo das diretorias, tendência para uma única atividade, atividade ditatorial por parte de liderança que não permite ascensão de outros membros da comunidade.*

*O aparecimento de sociedades fantasmas provocou descrédito das entidades tanto como falta de atendimento das atividades de atenção do Poder Público.*

*Falta de recursos também concorre para afastar população, interrupção do trabalho da entidade, a não permanência do trabalho comunitário também concorre para esvaziar a entidade.*

*SABs deixaram espaço aberto, por culpa dos dirigentes, comodismo, falta de interesse”.*

Block, Marília – SABACIVA – São Paulo – SP

**2) A partir dos debates no Seminário, você concorda que a SAB contribui para modificar a política do seu município ?**

*R: “Sim, nós precisamos fiscalizar os políticos e incentivar os moradores do bairro pelo qual nós vivemos e não reelegê-lo quando forem omissos”*

Santos, Orlando Pereira dos – SAB Vila Rosatto - Monte Mor – SP

### 3) Você acha que o Poder Público se preocupa em atender às SABs ?

*R: “Não podemos depender sempre do Poder Público. O homem pode realizar muito pela sua comunidade através do trabalho coletivo. A maioria das soluções para os problemas do bairro não podem vir do Poder Público porque este é centralizador e corporativo e acaba pondo obstáculos a toda atividade livre, através de sua política, censura e vigilância. O homem é livre e muitas vezes deve evitar de ser utilizado pelos órgãos públicos. quando se percebe o esforço da própria comunidade, então muita gente vai chegando e querendo participar”*

Pedroso, Ricardo M. – SABACIVA – São Paulo – SP

*R: “Na outra (administração), a gente tivemos que reunir, não assim agressivamente, mas por o Prefeito no meio, para ele entender que ele pretendia fazer de errado para a comunidade e mudarmos o projeto dele, então a gente forçou a barra, e ele no fim acabou atendendo, porque ele viu que a coisa era mais grande, o movimento popular da sociedade era importante, então ele acabou atendendo, cancelando o que tinha de fazer e ele fez o plano de novo, porque a gente tava pedindo o que fazer no local. E a gente precisa fazer o Poder Público se preocupar com as SABs”.*

Polvo, José C. – Portão da Luz – Salto – SP

**4) Aponte um ponto positivo na sua participação no Seminário.**

*R: “Trocamos experiências e principalmente percebemos o autoritarismo exercido pelas SABs que tem uma sede e que se julgam no direito de atender somente o associado, discriminando os não associados. Devemos realizar promoção de atividades conscientizadoras do valor, do trabalho e da grandiosidade das SABs, divulgando e exortando todos à participação. Percebemos que podemos exercer um trabalho educativo. As SABs precisam ficar atentas às necessidades, às reivindicações de sua comunidade para estando bem sintonizadas tenham o apoio dessa mesma comunidade no encaminhamento de suas reivindicações, compreendendo as dificuldades e prestigiando o seu sucesso”.*

Zatarini Filho, João – Jd. Pres. Kennedy – Indaiatuba – SP

**5) Vocês auxiliam o Poder Público realizando ações concretas ? Se sim, como ? O Poder Público reconhece isso ?**

*R: “(...) Sim, porque nós trabalhamos gratuitamente, (...) eu já pus muito do meu bolso, mas é um amor que a gente tem nisso, então eu acredito que um dia, se isso acontecer, (ser reconhecida pelo Poder Público), eu acredito que vai ser bem mais fácil administrar a manutenção de um bairro”*

Ferretti, Gustavo – SAB Casa do Sol – Indaiatuba – SP

*R: “A gente por exemplo, no bairro (a gente significando um único, ou um pequeno número de associados), a gente procura ouvir os moradores, e a gente faz uma análise do que é mais viável no primeiro plano, então o bairro precisa de galeria, tá em vazão, então vamos falar com o Prefeito, a prioridade é uma galeria. O bairro precisa de um posto médico, como nós conseguimos, foi feito um posto médico, nós conseguimos a galeria, nós conseguimos que os alunos da escola do Estado que estudam no recreio por falta de classe de aula. A Prefeitura atendendo o pedido da sociedade fez três classes de aula com o dinheiro municipal no prédio do Estado. Então, esse é o trabalho que a gente fez, vendo o que precisa, colocou o restante do bairro que faltava, fazia 20 anos, passou dois Prefeitos e esqueceu daquela parte do bairro, então a gente pegou, fez visitar as ruas, conversamos tudo, precisa calçar, a gente levou o papel, tudo por escrito da sociedade, protocolamos, entregamos nas mãos do Prefeito e fomos atendidos. São essas as ações concretas que fizemos. Ajudamos e somos ajudados”.*

Polvo, José C. – Portão da Luz – Salto – SP

### **6) Como vocês conseguem recursos para as SABs ?**

*R: “Olha, recursos de festas, programação, festa quermesse na rua, todos, tudo que podia ser feito a gente fez prá poder arrecadar fundos pra poder levantar a sede. Hoje nós temos um salão social com 500 metros, mais ou menos de construção, temos outro salão de festas prá casamento, aniversário, prá aproximadamente 250 metros construídos; temos um campo de bocha, temos duas salas de aula, foi construído prá escola, que hoje está desativada... Temos cozinha lá dentro, temos a quadra de futebol e agora ultimamente, no último domingo próximo passado, a gente inaugurou um posto de atendimento ao diabético, que já está funcionando... Já recebemos algumas doações de seringa e vários tipos de remédios que é usado pelo diabético... Tudo começou com uma pessoa que tem um filho diabético de nove anos”.*

Ferretti, Gustavo – SAB Casa do Sol – Indaiatuba – SP

## **7) O Partidarismo Político influi na sua SAB ?**

*R: “as vezes, mas a autonomia das SABs deve ser preservada. O reconhecimento de uma sociedade amigos de bairro deve ser principalmente das bases. Foi mencionado o caso de sociedades não cadastradas mas que são extremamente representativas e que devem ter mais força que os partidos políticos no apontamento de seus problemas.*

*Há uma necessidade das nossas entidades encararem essa nova realidade que se apresenta, saindo do amadorismo administrativo e tentando se modernizar.*

*Além disso faz-se necessário uma união maior entre as sociedades amigos de bairro. Principalmente as sociedades circunvizinhas que deveriam se agrupar em conjunto, estabelecer os seus objetivos comuns e não depender de influências políticas”.*

Block, Marília – SABACIVA – São Paulo – SP

*R: “Sempre existe o interesse do político sobre a Sociedade Amigos de Bairro, sempre existiu e nunca vai acabar por aí, porque uma sociedade, você veja bem, ele movimenta, por exemplo a nossa, ela movimenta uma média de 500 pessoas por final de semana. E o político, ele vai lá, por que ele quer o voto dele (...). O interesse político existe, é isso aí, por que num local que aglomera 500 pessoas, o político se interessa, você entendeu ? Mas isso é em época de eleição, por que passou as eleições, acabou (...).*

*Ele trabalha no sentido de mostrar a sua imagem, de mostrar a sua pessoa. Conversa com as pessoas, entende, mas na, realidade, o político não dá nada pra Sociedade. Agora, o poder político, (...) às vezes a gente consegue, coisa pequena, a gente consegue. Por exemplo, eu posso dizer que aquele ginásio, nós conseguimos através do trabalho da Sociedade Amigos de Bairro, através da representação, daqui fomos a São Paulo, na época conseguimos lá por esse motivo. Numa época de campanha política (1984/1985), aqui (Indaiatuba) nós já sabíamos que existiam problemas, porque (o Prefeito nos dizia que) existiam outros bairros mais antigos que não tinham escola, mas como era época política, então a gente aproveitou a oportunidade e fomos (à CONESP) até conseguir isso”*

Ferretti, Gustavo – SAB Casa do Sol – Indaiatuba – SP

*R: “ Na minha SAB, graças à Deus não tem (elementos politicamente engajados). Na minha SAB, a gente não se envolve em política. A gente sempre precisa do Poder, do Administrativo, então a gente, quando precisa, não pode. Eu acho que a SAB não deve ter política, porque ela é a cabeça, troca o Executivo, troca, troca, e a gente tá sempre precisando do Executivo, do Poder Público. E como a gente vai fazer oposição precisando do Poder Público ? Não dá prá fazer política, então, na minha SAB, não tem ninguém engajado no meio político, ou vereador, nada”.*

Polvo, José C. – Portão da Luz – Salto – SP

*R: “Bem, eu sou político. Todos somos! E nunca consegui, nem deixei engajar politicagem dentro de nossa Sociedade, por que nós permitimos que todos os segmentos políticos tenham o seu lugar lá. Então, nós não fechamos portas para ninguém, damos oportunidade a qualquer escola partidária vá lá e defenda os seus interesses, por isso nós nunca deixamos que a nossa Sociedade fosse invadida, precisamente por isso, por que existem lá todas as facções partidárias. Lá dentro, eu tenho conhecimento de que existe desde PT ao PDS, mas todos estão lá dentro, assim como o meu PMDB também, mas não fazemos partidos”.*

Pedroso, Ricardo M. – SABACIVA – São Paulo – SP

### **8) Você tem enfrentado alguma dificuldade na sua SAB ?**

*R: “a falta de credibilidade por parte dos moradores. Desenvolvemos um trabalho através de convênio, em hortas comunitárias, mas mesmo assim a população não participa. Outro problema é o conflito com a entidade religiosa que não tem o mesmo objetivo de filosofia comunitária. Ter que oferecer algo de concreto para valer a confiança real de todos”.*

Valdivino, Cláudio – SABACIL – Indaiatuba – SP

*R: “Falta de apoio e também a falta de crédito por parte da população. Não existe uma participação constante nas assembleias, poucas são as presenças das pessoas”.*

Severino, João – SAB São Sebastião – Campinas – SP

*R: “A perda de espaço da mudança política, infiltração nas comunidades através dos politiquieiros. A família está em disputa: mesmo a sociedade. Ela está sendo explorada pela situação política social do país. Toda a sociedade tinha que ter sua sede própria para aglutinar as pessoas e isso é uma dificuldade que enfrentamos”.*

Bianco, José – SAB Penha – São Paulo – SP

*R: “Havia um trabalho mais eficiente, embora era uma época difícil. Com a nova república veio a manipulação dos politiquieiros, fazendo das associações, um trampolim politiquieiro. Fez ampla exposição sobre as chamadas assembleias populares. O objetivo é sem dúvida dividir as secretarias em conselhos. Quanto a participação da mulher, a parte culinária poderá ser uma solução para a sua participação, e inclusive a ginástica e o ballet. São atrativos que traz resultados satisfatórios. Aos jovens falta realmente as motivações com atrações diversas, o interesse político afasta o verdadeiro sentido de apoio dos poderes públicos. A sede própria é fundamental para as SABs, pois aí é que poderá motivar a participação.*

Silva, José Cláudio – SABAJUTA – São Paulo - SP

### **9) Como melhorar a participação dos moradores na sua SAB ?**

*R: “Informar a comunidade a potencialidade que sua SAB possui e criar programas específicos: educação de adultos, arte culinária, cursos de costura, palestras educativas, cursos de pintura, etc. Informação – divulgação e trabalhos conjuntos”*

Figueira, Mirtes – CONSACAMP– Campinas – SP

*R: “Conscientizando os moradores em torno das questões do bairro. Eu saí de um bairro onde morava há muitos anos e me mudei aqui para outro. Eu não acho hoje que eu deva aceitar a situação daqui como está. Eu acho que devemos lutar para conseguirmos pelo menos o que já tínhamos no outro. Se lá, unidos nós conseguimos, porque aqui não ? O povo daqui é diferente ? Vamos encontrar uma saída!”*

Ferreira, Elza Sander – CASABAVA - São Paulo - SP

**10) Você acha que a participação dos moradores nas SABs aumentou nos últimos anos ?**

*R: “Não, por falta de divulgação das Sociedades Amigos de Bairro, falta de experiência para dirigir uma entidade e a união que não existe na própria comunidade”*

Müller Júnior, José – SAB 13 de Maio – Indaiatuba – SP

*R: “Não, só os agentes da Sociedade (SAB) é que tem acesso ao confronto, a solicitação ao poder público, a participação dos demais, quase não acontece”*

Corolla, Janete Souza – SAB Maria João – São Paulo – SP

## ANEXO N.º 7 ENTREVISTA 1998:

### ***1) Sua SAB alguma vez teve força na relação com o Estado ?***

*R: “Houve uma época em que simplesmente o nosso governo Estadual queria ampliar as instalações do metrô e partiu para a ignorância de desapropriar casas de famílias. Essa desapropriação foi muito mal feita, inclusive se provou depois, que não havia necessidade de tantas coisas serem feitas, de tanta casa desapropriada, porque eles precisavam na realidade era bem menos, e tínhamos ainda um outro terreno que era utilizado por firma particular que era da Prefeitura e do Estado, que podia ser utilizado e tinha lá um supermercado, então veja bem: aí até as pessoas se reuniram em princípio, junto comigo na Sociedade e me nomearam Presidente desta comissão e partimos para a reivindicação direta com o Estado, fazendo passeatas e conseguindo de fato, que o Estado parasse onde tinha chegado inicialmente, que se tinha já, digamos na época, derrubado dezenas de casas, aonde algumas casas, já seriam suficientes”.*

Pedroso, Ricardo M. –SABACIVA/CONSAJA – São Paulo – SP

*R: “Enquanto eu fui presidente da SAB, presidente fundador, tínhamos a necessidade básica de água, esgoto, o acesso que o bairro, incrível um bairro daquele tamanho não ter acesso, mas devido ao movimento, conseguimos passarelas, linhas de ônibus, e conseqüentemente, asfalto. Está faltando ainda escolas, mas além disso, nós estamos lutando e parece que no futuro deverá acontecer um entrosamento entre a comunidade; entre o executivo e o legislativo, isso aparentemente em Pirituba, deverá acontecer nos próximos tempos, para termos mais forças”.*

Pimenta, José Pestana - União das SABs – Pirituba – São Paulo – SP.

**2) Sua SAB tem sido mais atendida pelo Poder Público Municipal agora, que nos anos anteriores ?**

*R: “Temos sido melhor atendido ultimamente pois exigimos mais o que é válido, mas, antes sabemos que é preciso demonstrar que as SABs são úteis e tem trabalho.*

*É necessário fazer reuniões de ruas, com as Igrejas, com os comerciantes e outras entidades, tirando sempre um representante para fazer parte dos trabalhos e da direção da sociedade”.*

Martinelli, Reginaldo – CONSABIT – Itu – SP

### **3) Você tem enfrentado alguma dificuldade na sua SAB ?**

*R: “Falta de divulgação e conscientização dos associados e participação, inclusive em épocas de eleições, mesmo em festas. (divulgação e falta de interesse)”.*

Carmella, Jéssica Heloísa – SAB 24 de Maio – Indaiatuba – SP

*R: “Falta, através dos meios de divulgação. Participam somente para a distribuição de leite. A divulgação também da imprensa escrita.*

*Jovens não participam por falta de motivação, e as mulheres por falta de divulgação e orientação para entenderem e se interessarem pelo trabalho comunitário, os afazeres do lar também atrapalha e mesmo os filhos”.*

Lorenzetti, Míriam – SAB Vila Julieta – Campinas – SP

**4) Você pode citar alguma frustração que você teve em relação à SAB ?**

*R: “Falta de comunicação, falta de apoio da população e infiltração politiqueria”*

Lorenzetti, Míriam – SAB Vila Julieta – Campinas – SP

*R: “A sociedade vai se esvaziando por falta de motivação, atrativos e lazer sendo a sociedade existe para reivindicação, de assuntos comunitários e não diversões para os mesmos.*

*Ex.: bailes, jogos, esporte, etc..*

*E a mulher ainda atrelada aos afazeres domésticos e também pelo machismo do marido, e outra pela infiltração da TV incluindo inclusive as famigeradas novelas, vai baixando a participação”.*

Pinotti, José Gustavo – SAB Vila Julieta – Campinas – SP

**5) Aponte um ponto positivo na sua participação no Seminário.**

*R: “Aprendemos que a lei de zoneamento é um ponto determinante para a regulamentação do crescimento da cidade. Cada área exige um estudo preliminar de crescimento para depois ser implantado e ser obedecido. Esse estudo vai determinar se o bairro poderá absorver um número maior de pessoas, para ser estritamente obedecida essa lei exigirá uma fiscalização rígida e atuante, com a aplicação rigorosa da lei.*

*O problema da poluição urbana e rural poderia ser amenizado com a obediência a leis rígidas que evitariam o uso indiscriminado de agrotóxico, que contaminam a água, o solo, os alimentos que irão afetar a saúde da população. A poluição urbana poderia ser evitada se a indústria seguisse as mesmas normas internacionais, outro ponto essencial seria a preservação das áreas de mananciais que, se forem fiscalizadas, evitariam os loteamentos clandestinos que depois de implantados tornam-se um problema social de difícil solução.*

*Concluindo, o êxito de um plano diretor depende: primeiro de estudo rigoroso junto à comunidade, e segundo da fiscalização atuante com aplicação rigorosa da lei. Dentro desse contexto o papel da Sociedade Amigos de Bairro é importantíssimo, pois atuaria como um elemento colaborador junto aos órgãos públicos, ajudando também na fiscalização”.*

Teroni, Vanda – COSAB – São Paulo – SP.

**6) Você acha que o Poder Público se preocupa em atender às SABs ?**

*R: “Nós reivindicamos, insistimos, fomos, fomos, incomodamos tanto, organizando pessoas para ir pedir melhoria e calçamento paralelo a Avenida II, que de tanta luta conseguimos. Nós é que sabíamos que sem o calçamento, o lixo e os entulhos continuaria. Insistimos muito, senão o Prefeito não atendia. Ele não se preocupava muito. E conseguimos porque nos unimos e até chegamos a sugerir mutirão...”*

Lima, Marieta Bréa – SABACI – Indaiatuba – SP

**7) Vocês auxiliam o Poder Público realizando ações concretas ? Se sim, como ? O Poder Público reconhece isso ?**

*R: “Hoje o Poder Público nem quer a nossa colaboração. Não precisa, estão privatizando tudo. Antes até com mutirão a gente fazia. Hoje os governos não precisam e nem querem a gente participando. Antes até sala de aula a gente ajudava construir. Hoje não servimos, privatizou; estamos longe”.*

SAB Jardim Campestre – Campinas – SP

**ANEXO N.º 8**  
**1ª. FASE DA PESQUISA:**

Questões aplicadas no ano de 1992:

<b>OBJETIVOS DAS QUESTÕES</b>	<b>QUESTÕES</b>
<b>A</b> Histórico, documentação, estatuto.	<b>2 – 3 – 4</b>
<b>B</b> Frequência da participação dos mesmos indivíduos nas trocas de Diretorias por ocasião da organização das chapas.	<b>1 – 5 – 10</b>
<b>C</b> Esforços das SABs para alcançarem o bem estar da Comunidade	<b>13 – 15 – 18 – 19</b>
<b>D</b> Formas de organização	<b>3 – 4</b>
<b>E</b> Formas possíveis de atuação	<b>8-9-10-11-12-14.</b>
<b>F</b> Atendimento pelo Poder Executivo/Facilitadores.	<b>24 – 29 – 31 – 32</b>
<b>G</b> Atrelamento dos membros das SABs a partidos políticos.	<b>6-7-20-21-22-23</b>
<b>H</b> Manifestações das SABs: fazer prático.	<b>16 – 17 – 27</b>
<b>I</b> Participação/Esforço conjunto/Interação	<b>25-26-28-11-12-26</b>
<b>J</b> Poder de decisão/Obstáculos.	<b>29-30</b>

No questionário piloto, havéramos determinado o objetivo da letra H: “Perspectivas de atuação das SABs” com a **questão 16**: “Que formas de atuação (diretrizes de ação) terá sua SAB num futuro próximo (seis meses - um ano) ?

Tal objetivo foi por nós cancelado no questionário definitivo, tendo-se em conta que as respostas oferecidas não tiveram frequência significativa, já que a maioria das SABs teriam renovado seus Conselhos e suas Diretorias, pouco após a aplicação do citado questionário preliminar, o que tornaria invalidada a questão em foco.

Das 32 questões do questionário definitivo, esta era a sua distribuição

**A**

**Fechadas (tipo Likert) 92**

**13-14-19-20-21-22-23-24-25-26-27-28-29-31**  
**(14 questões)**

**B**

**Fechadas (múltipla escolha) 92**

**01-03-04-05-06-08-10-11-12-15-16-17-18**  
**(13 questões)**

**C**

**Abertas (dissertativas) 92**

**02-07-09-30-32**  
**(05 questões)**

Como as questões 03, 04, 11, 12, 26 e 29 referiam-se a mais de um objetivo, registramo-las duas vezes.

As questões “fechadas” de números 13, 14, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 31 apresentaram respostas em escala alternativa de oito pontos, estilo “**LIKERT**”, onde:

0-1-2	eqüivalem-se a “ <i>muito poucas vezes</i> ”
3-4	eqüivalem a “ <i>poucas vezes</i> ”
5-6	eqüivalem a “ <i>freqüentemente</i> ”
7-8	eqüivalem a “ <i>muitas vezes</i> ”

**ANEXO N.º 9**  
**2ª. FASE DA PESQUISA:**

As questões aplicadas só no ano de 95 foram:

<b>OBJETIVOS DAS QUESTÕES</b>	<b>QUESTÕES</b>
<b>1</b> Responsabilidades em novos cargos após a participação em Seminário	04
<b>2</b> Participação conjuntas com outras SABs, após participação dos Seminários	05, 06
<b>3</b> Mudanças políticas: partidos políticos ou movimentos sociais	08
<b>4</b> Intenção do governo na aplicação das verbas públicas	09
<b>5</b> Possibilidade de Democratização no país	11
<b>6</b> Atendimento referente à Educação pela Administração Pública Municipal políticos.	13

**A**  
**Fechadas (múltipla escolha)**

**01 – 02 – 03 – 05 – 06 – 08 – 09 - 13**  
**(08 questões)**

**B**  
**Abertas (dissertativas)**

**04 – 07 – 10 – 11 - 12**  
**(05 questões)**

Questões aplicadas em 95 e reaplicadas em 98 após os Seminários das SABs (com objetivos já mencionados na Metodologia) foram:

<b>OBJETIVOS DAS QUESTÕES</b>	<b>QUESTÕES</b>
<b>I</b>	
Análise, Reflexão e tomada de Consciência	10/95 e 30/98
<b>II</b>	
Facilitadores no processo educativo das SABs	02/95, 27/98
<b>III</b>	
Frequência de participação nos últimos anos	03/95, 28/98
<b>IV</b>	
Amplitude nas negociações com o Poder Público	07/95, 34/98

Também foram reaplicadas questões do ano de 92, nos anos 95 e 98 novamente. As questões aplicadas em 92 e reaplicadas em 95 e 98 foram:

<b>OBJETIVOS DAS QUESTÕES</b>	<b>QUESTÕES</b>
<b>01)</b>	
Histórico, documentação, estatuto.	05/92, 01/95, 02/98, 03/98
<b>02)</b>	
Manifestações das SABs: fazer prático.	16/92,17/92, 12/95, 19/98,20/98

Aplicamos algumas questões no ano de 98 para completar informações que consideramos necessárias.

Questões aplicadas apenas em 98 foram:

<b>OBJETIVOS DAS QUESTÕES</b>	<b>QUESTÕES</b>
<b>a</b>	
Análise, Reflexão e tomada de Consciência	16, 31, 32, 33
<b>b</b>	
Frequência de reivindicação	17

<b>c</b> Tipo de reivindicações	18
<b>d</b> Identificação/ Números de integrantes	Identificação
<b>e</b> Facilitadores no processo educativo das SABs após Seminários	29
<b>f</b> Tempo de existência das SABs	05
<b>g</b> Participação sem cargo	04
<b>h</b> Tempo de permanência no cargo	10

**A**  
**Fechadas (múltipla escolha)**

**08 – 09 – 10 – 11 – 12 – 13 – 14 – 15 – 16 – 17 – 19 – 20 – 21 – 22 – 23 – 24 – 25 – 26  
27 – 29 – 30 – 31 - 34  
(23 questões)**

**B**  
**Abertas (dissertativas)**

**01 – 02 – 03 – 04 – 05 – 06 – 07 – 18 – 28 – 32 - 33  
(11 questões)**

Neste ano de 98, ainda reaplicamos questões do ano de 92 com os objetivos já citados acima.

As questões aplicadas em 92 e reaplicadas em 98 foram:

<b>OBJETIVOS DAS QUESTÕES</b>	<b>QUESTÕES</b>
<b>A</b> Histórico, documentação, estatuto.	03/92, 06/98

<b>B</b>	
Freqüência da participação dos mesmos indivíduos nas trocas de Diretorias por ocasião da organização das chapas.	01/92, 01/98
<b>C</b>	
Esforços das SABs para alcançarem o bem estar da Comunidade	13/92, 15/98 - 15/92, 11/98 - 18/92, 19/92, 07/98
<b>E</b>	
Formas possíveis de atuação	14/92, 12/98 - 11/92, 09/98
<b>F</b>	
Atrelamento dos membros das SABs a partidos políticos.	06/92, 07/92, 08/98 - 22/92, 23/92, 14/98 - 20/92, 21/92, 13/98.
<b>G</b>	
Manifestações das SABs: fazer prático.	27/92, 24/98
<b>H</b>	
Participação/Esforço conjunto/Interação	28/92, 25/98 25/92, 26/92, 22/98, 23/98
<b>I</b>	
Poder de decisão/Obstáculos.	30/92, 21/98 - 29/92, 26/98

**ANEXO N.º 10**  
**RELAÇÃO DAS SABs RESPONDENTES EM 92:**

- 01 - SAB Vila Juventina - São Paulo – SP.
- 02 - SAB Jd. Vívian - São Paulo - SP.
- 03 - SABACIVA - São Paulo - SP.
- 04 - SAB Santa Augustinha - São Paulo - SP.
- 05 - SAB Junqueirópolis - São Paulo - SP.
- 07 - SAB Vila Rosatto - Monte Mor – SP.
- 08 - SAB Pq. Residencial, Jd. Santa Joana e Imediações – Monte-Mor - SP.
- 09 - SAB Jd. da Barra - Monte Mor - SP.
- 10 - CONSABs - Monte Mor - SP.
- 11 - SABI – Salto - SP.
- 12 - SAB Jd Givanildo – Cotia – SP.
- 13 - SAB Recanto das Flores – Cotia – SP.
- 14 - SAB Jd. Celeste – Cotia – SP.
- 15 - SOBEMA – Itu – SP.
- 16 - SABNOR – Itu - SP.
- 17 - CONSABIT – Itu - SP.
- 18 - SAB 13 de Maio – Indaiatuba - SP.
- 19 - SAB Casa do Sol – Indaiatuba - SP.
- 20 - SAB Pq. Residencial Alvorada – Indaiatuba - SP.

**RELAÇÃO DAS SABs RESPONDENTES EM 95:**

- 01 - SABIT – Indaiatuba - SP.
- 03 - SAB Cidade Nossa – Indaiatuba - SP.
- 04 - SAB Portão da Luz – Salto – SP.
- 05 - SAMOJA – Salto – SP.
- 06 - CONSABIT – Itu - SP.
- 08 - CONSI – Itu - SP.
- 09 - SOBEMA – Itu - SP.
- 11 - SAB Vitoriano – Campinas - SP.
- 12 - SAB Enriqueta – Campinas - SP.
- 13 - SABCAMP – Campinas - SP.
- 14 - SABID – Campinas - SP.
- 16 - SAB Jd. Leonardo – Campinas - SP.
- 17 - SAB Vila Julieta – Campinas – SP.
- 18 - SAB Jardim São Francisco – Campinas - SP.
- 22 - SAB Vila Rubentina - São Paulo - SP.
- 23 - CONSAJA - São Paulo - SP.
- 24 - União das SABs - Pirituba - São Paulo - SP.
- 25 - SAB Jd. Perdigueiros - São Paulo - SP.

- 26 - SAVALA - São Paulo - SP.
- 27 - SAB Jd. Alberto e Adjacências - São Paulo - SP.
- 28 - SABAJNI - São Paulo - SP.
- 29 - CECOM - São Paulo - SP.
- 30 - SABAJACÓ - São Paulo - SP.
- 31 - SAB Vila Guarani - São Paulo - SP.
- 32 - COSAB - São Paulo - SP.
- 33 - SABAVO - Votorantim - SP.
- 36 - SAB Catarina João - Votorantim - SP.

### **RELAÇÃO DAS SABs RESPONDENTES EM 98:**

- 01 - SAB 24 de Maio - Indaiatuba - SP.
- 02 - SAB Jardim Leonice - Campinas - SP.
- 03 - CONSALA - São Paulo.
- 04 - SAB Jardim Campestre - Campinas - SP.
- 06 - SAB Vila Julieta - Campinas - SP.
- 08 - SAB Vila do Carmo - São Paulo - SP.
- 10 - SAB Jd. Piratininga - Pirituba - São Paulo - SP.
- 11 - SABACI - Indaiatuba - SP.
- 12 - COSAB - São Paulo - SP.
- 13 - SALA - São Paulo - SP.
- 14 - SAB Pq. Tamandaré - São Paulo - SP.
- 15 - SAB Pq. Judéia - São Paulo - SP.
- 16 - SOBEMA - Itu - SP.
- 18 - SAB Jardim São Francisco - Campinas - SP.
- 20 - Assoc. Benéf. Sta. Terezinha - São Paulo - SP.
- 22 - AVAMA - São Paulo - SP.
- 24 - SAMOJA - Salto - SP.
- 27 - SAB Jd. São Conrado - São Paulo - SP.
- 28 - SAB Catarina João - Votorantim - SP.
- 29 - CONSABIT - Itu - SP.
- 30 - SAB Vila Guarani - São Paulo - SP.
- 31 - CONSAJA - São Paulo - SP.
- 32 - SAB Jd. Joaquim Pedroso - Indaiatuba - SP.
- 33 - SAB Vila Célia - São Paulo - SP.
- 35 - MARBI - Jardim Presidente - São Paulo - SP.
- 36 - SABAVO - Votorantim - SP.
- 37 - União das SABs - Pirituba - São Paulo - SP.

**ANEXO N.º 11**  
**RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS:**

**BÉRGAMO**, Francisco – SAB Jd. Piratininga – Pirituba - São Paulo – SP.

**BERNARDINO**, Edson Campestre – COSAB – São Paulo – SP.

**BIANCO**, José – SAB Penha – São Paulo – SP.

**BLOCK**, Marília – SABACIVA – São Paulo – SP.

**CAIO**, Altran Alberto – CONSABIT – Itu – SP.

**CARMELLA**, Jéssica Heloísa – SAB 24 de Maio – Indaiatuba - SP.

**CITZEN**, Orlando – CONSABIT – Itu – SP.

**COROLLA**, Janete Souza – SAB Maria João – São Paulo – SP.

**ERNANDES**, Elson – SAB 24 de Maio – Indaiatuba - SP.

**FERREIRA**, Elza Sander – CASABAVA – São Paulo - SP.

**FERRETTI**, Gustavo – SAB Casa do Sol – Indaiatuba – SP.

**FIGUEIRA**, Mirtes – CONSACAMP – Campinas - SP.

**LIMA**, Marieta Bréa – SABACI – Indaiatuba – SP.

**LINDA**, Cristiana – SABA – São Paulo – SP.

**LORENZETTI**, Míriam – SAB Vila Julieta – Campinas – SP.

**MARTINELLI**, Reginaldo – CONSABIT – Itu – SP.

**MÜLLER JÚNIOR**, José – SAB 13 de Maio – Indaiatuba – SP.

**NOGUEIRA**, Augusto Jorge – SABAJNI – São Paulo – SP.

**NOGUEIRA**, Florinda – SABAJACÓ – São Paulo – SP.

**PAVAN**, Fernando A. – SAMOJA - Salto – SP.

**PEDROSO**, Ricardo M. – SABACIVA – São Paulo – SP.

**PEREIRA**, Zenilda Perez – SABAVO – Votorantim – SP.

**PIMENTA**, José Pestana – União das SABs - Pirituba - São Paulo -SP

**PINOTTI**, José Gustavo – SAB Vila Julieta – Campinas – SP.

**POLVO**, José C. – Portão da Luz – Salto – SP.

**PRISMA**, Elvis Ferreira – SABIT – Indaiatuba – SP.

**SAB CATARINA JOÃO** – Votorantim – SP.

**SAB Jardim CAMPESTRE** – Campinas – SP.

**SAB Jd. ALBERTO E ADJACÊNCIAS** – São Paulo – SP.

**SAB Jd. SÃO CONRADO** – São Paulo – SP.

**SANTOS**, Orlando Pereira dos - SAB Vila Rosatto - Monte Mor – SP.

**SEVERINO**, João – SAB São Sebastião – Campinas – SP.

**SILVA**, José Cláudio – SABAJUTA – São Paulo – SP.

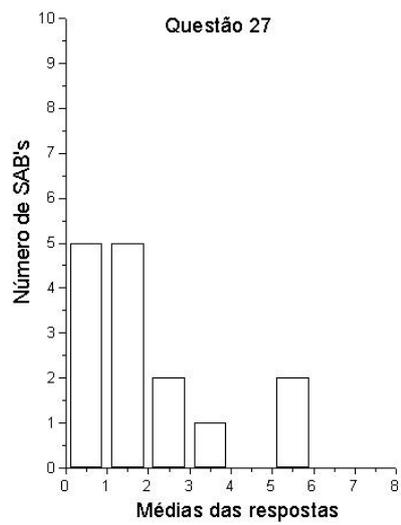
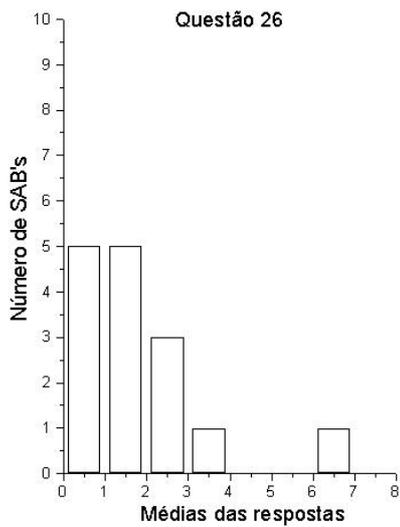
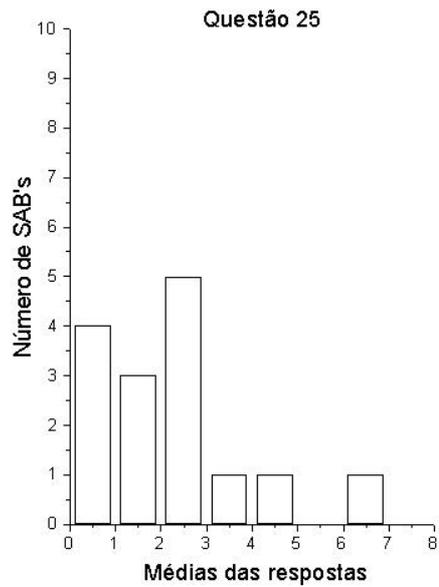
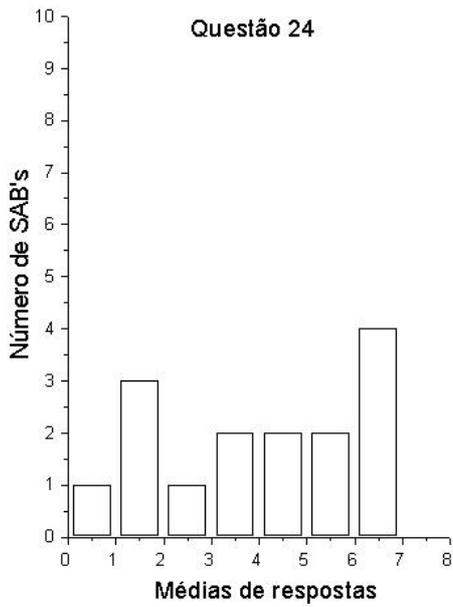
**SOUZA**, João Alvin de – SABID – Campinas – SP.

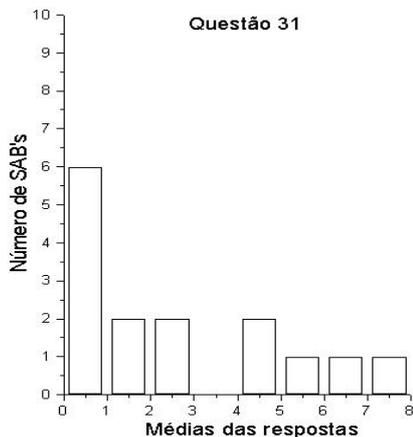
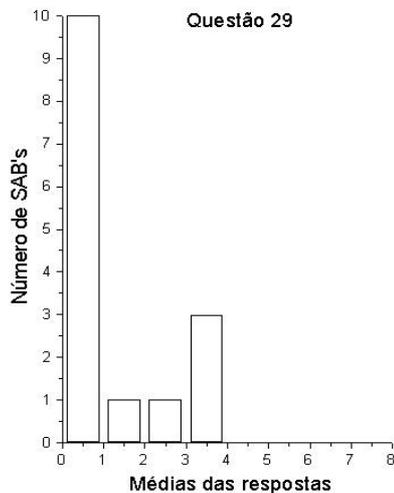
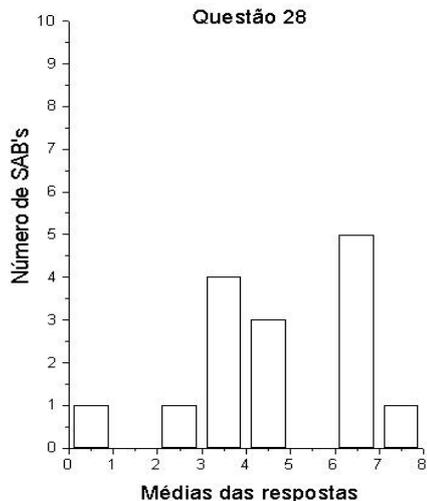
**TERONI**, Vanda – COSAB – São Paulo – SP.

**VALDIVINO**, Cláudio – SABACIL – Indaiatuba – SP.

**ZATARINI Filho**, João – Jd. Pres. Kennedy – Indaiatuba – SP.

## ANEXO N.º 12 HISTOGRAMAS





Distribuição das freqüências para as questões LIKERT do questionário 92.

**Legenda:**

Questão 24 - Com que freqüência o Poder Público Municipal (PPM) vem atendendo as reivindicações de sua SAB?

Questão 25 - Até que ponto a entidade que você representa participa dos projetos da Secretaria Municipal de Educação?

Questão 26 - Até que ponto a entidade que você representa participa da definição das diretrizes da Secretaria Municipal de Educação?

Questão 27 - Até que ponto a entidade que você representa participa da execução dessas diretrizes?

Questão 28 - Com que freqüência as alternativas de soluções para os problemas enfrentados pela entidade que você representa, dependem do PPM?

Questão 29 - Com que freqüência a Administração da Educação no Município interpodem obstáculos à realização dos objetivos propostos por sua entidade?

Questão 31 - Com que freqüência a Administração da Educação no Município, é um elemento facilitador para a realização dos objetivos propostos por sua entidade?

Apresentamos nas figuras um eixo horizontal e um eixo vertical. No eixo horizontal estão os valores da média das respostas que cada SAB respondeu. Eles estão ordenados de 1 em 1, variando de 0 a 8. No eixo vertical está a quantidade das SABs. Veja questão 24 do histograma.

A primeira barra corresponde as médias entre 0 e 1 (eixo horizontal). Olhando para o eixo vertical vemos que apenas em uma SAB a média das respostas ficou entre 0 e 1.

Na segunda barra vemos que 3 SABs (eixo vertical) tiveram as médias das respostas entre 1 e 2 (eixo horizontal).

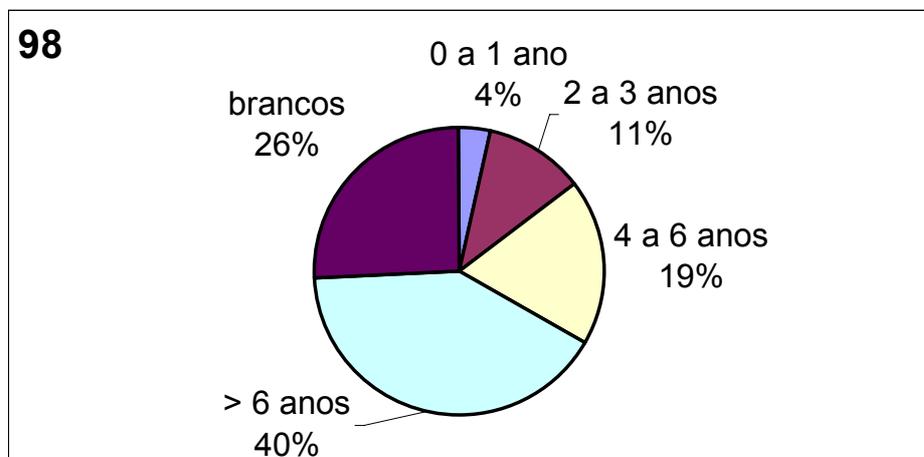
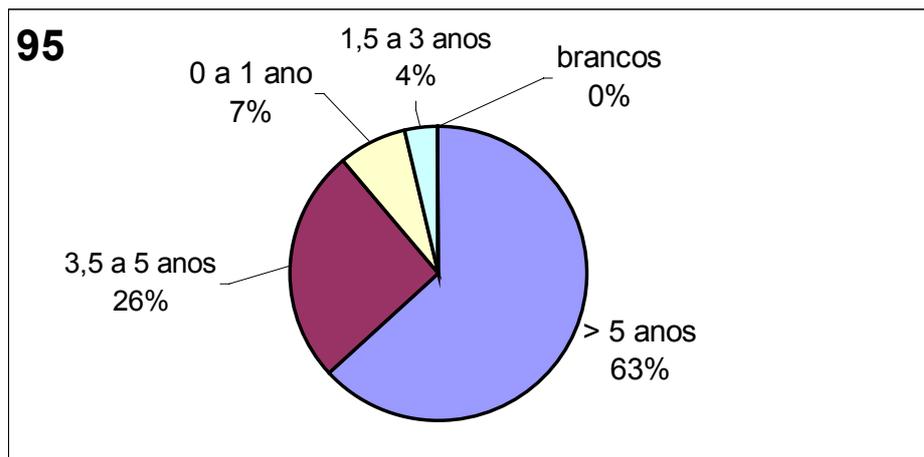
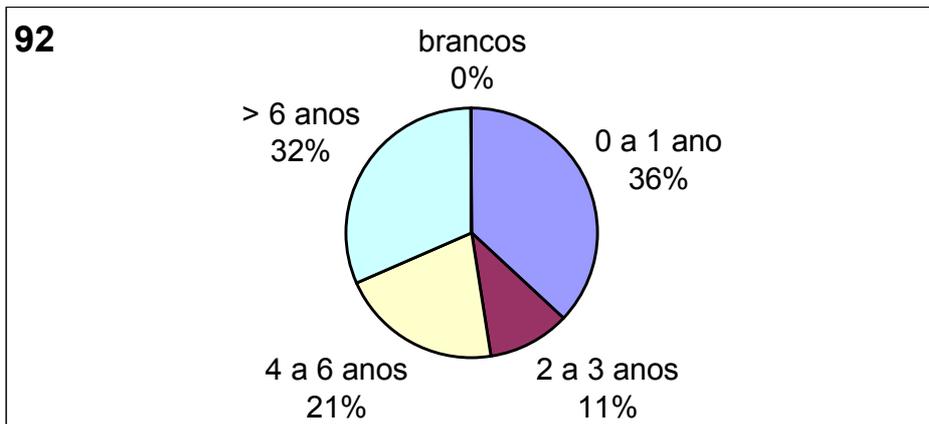
Na terceira barra vemos que apenas em uma SAB a média das respostas está entre 2 e 3 e assim por diante.

Para o intervalo entre 7 e 8 não aparece barra, isto quer dizer que nenhuma SAB apresentou resposta com média entre estes valores.

## ANEXO N.º 13

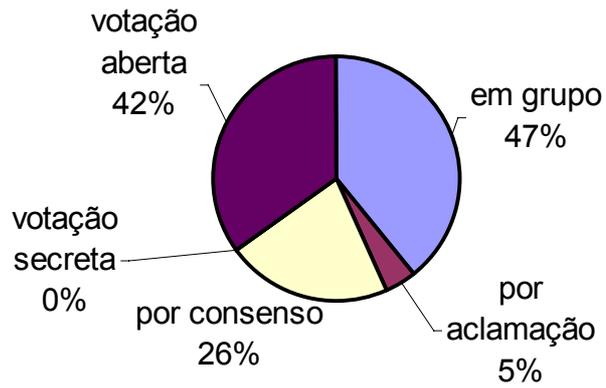
### Questão 5:

Há quanto tempo você faz parte da diretoria da sua SAB?

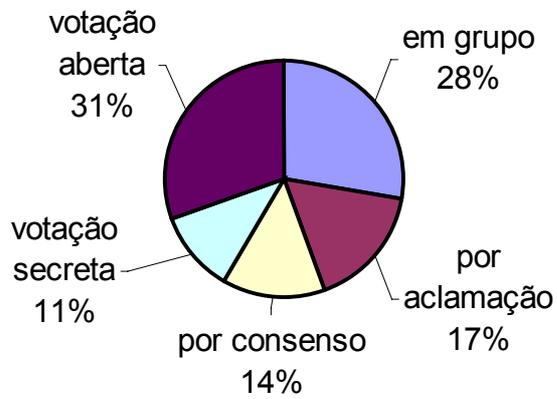


**Questão 10:**  
**Como são tomadas as decisões nas reuniões de sua SAB?**

**92**

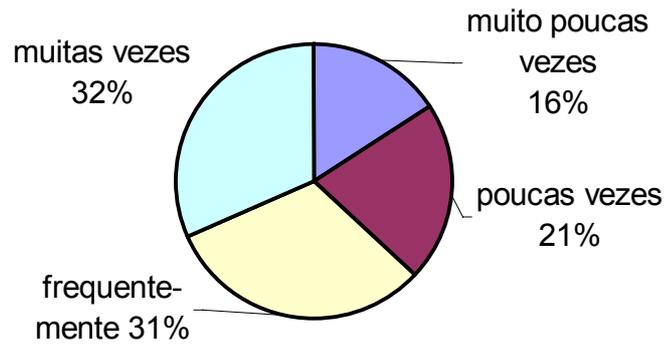


**98**



**Questão 12:**  
**A sua SAB realiza reunião aberta a todos?**

**92**

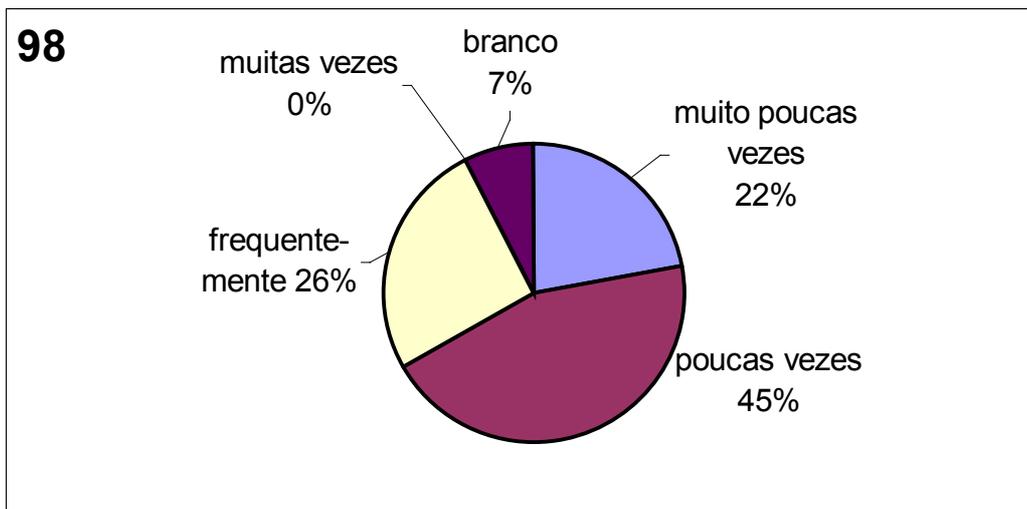
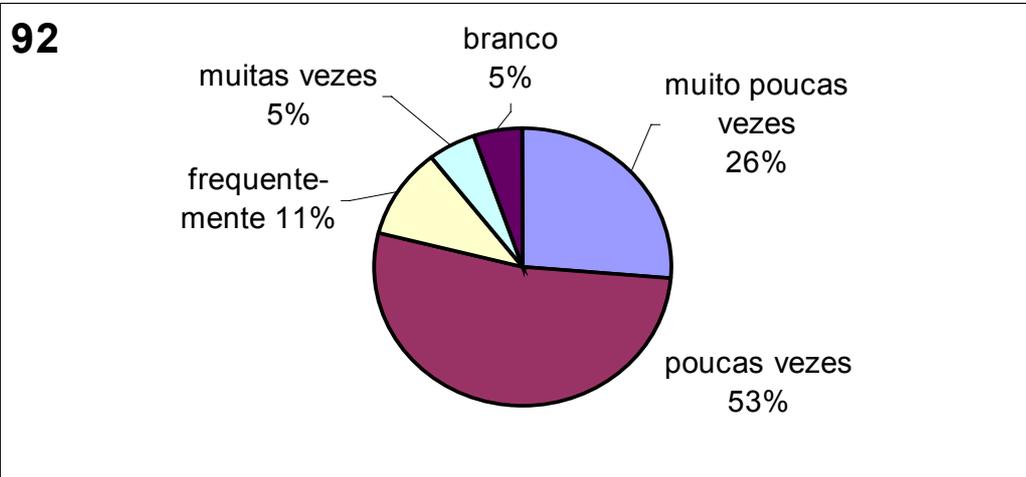


**98**

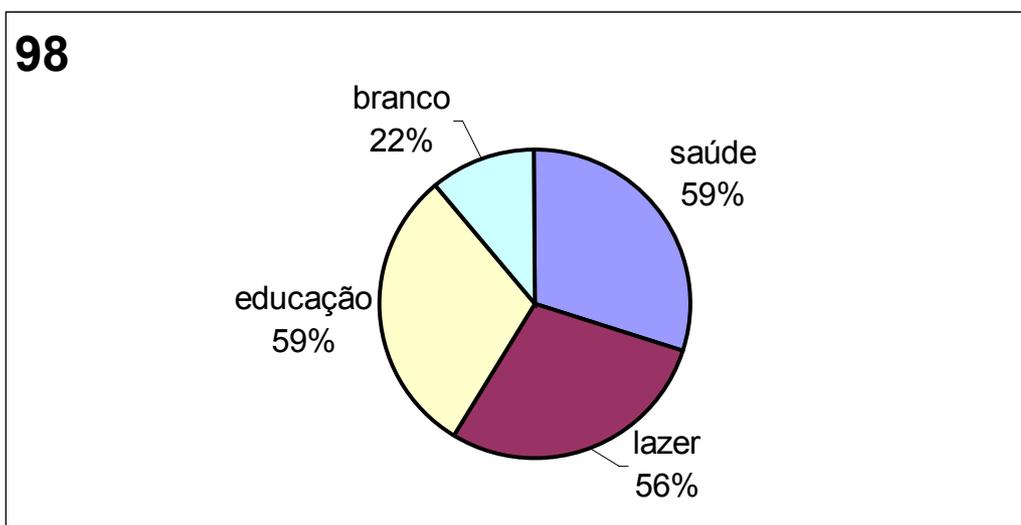
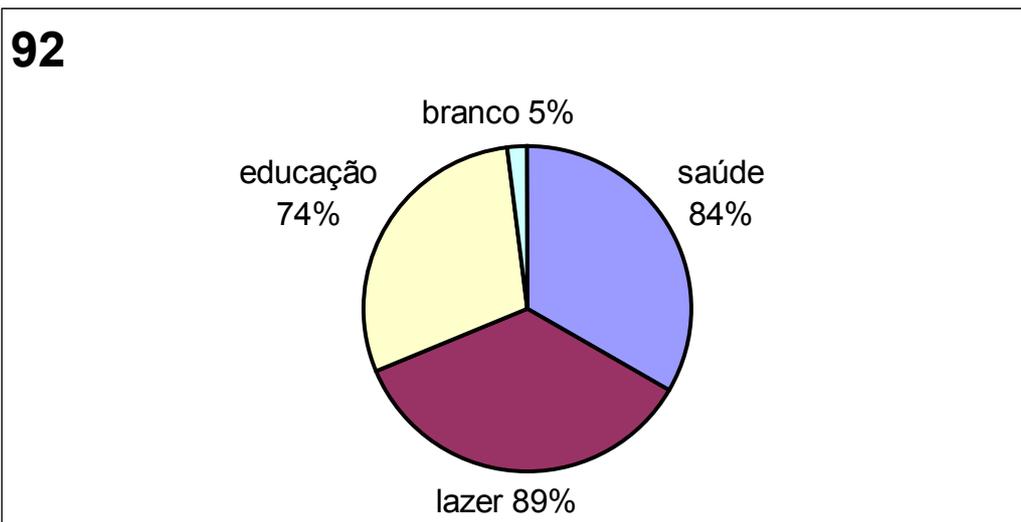


**Questão 13:**

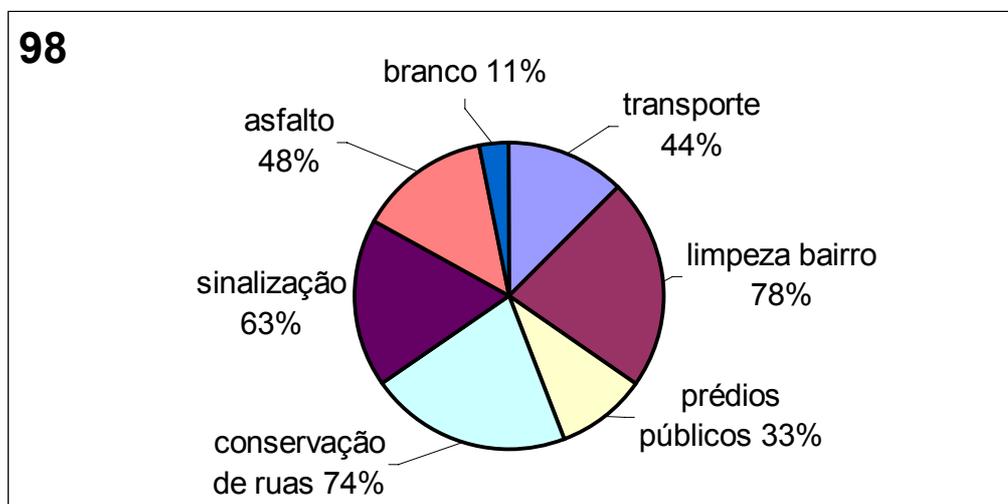
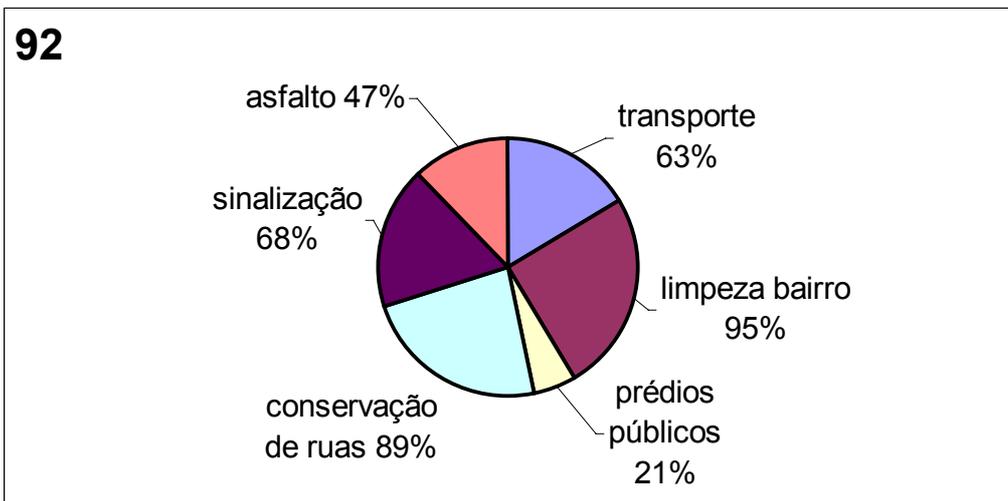
**Sua SAB faz pesquisa representativa de moradores através de boletins:**



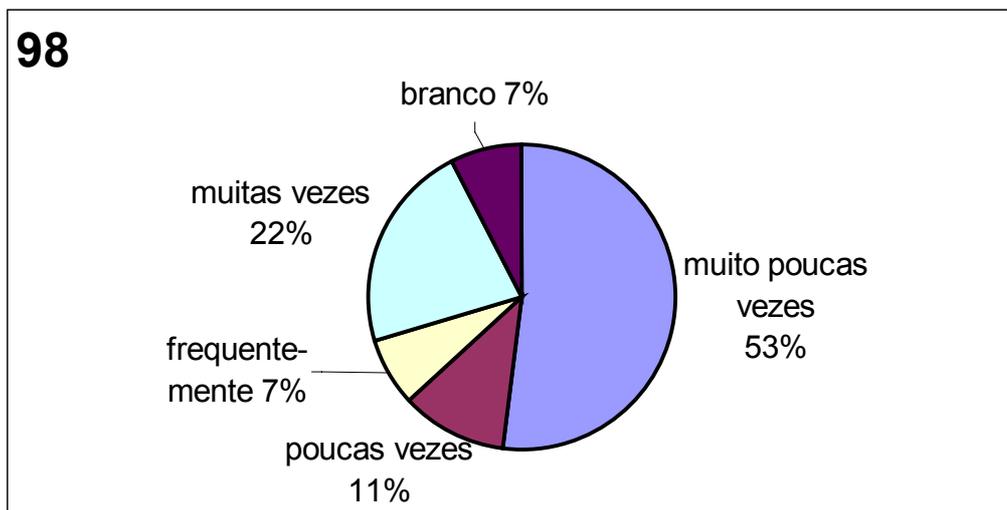
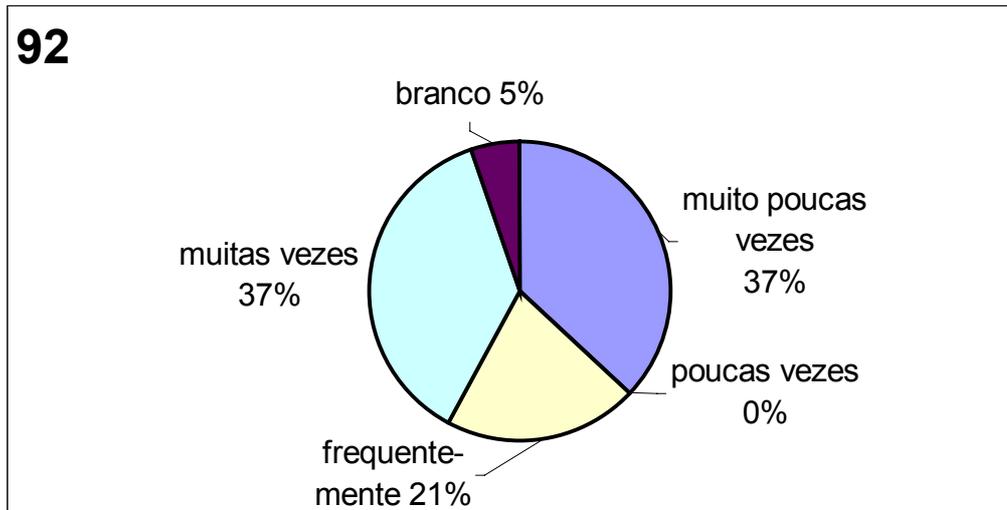
**Questão 15 - Apresentação 1:**  
**Sua SAB tem feito reivindicações de melhoria na área social de:**



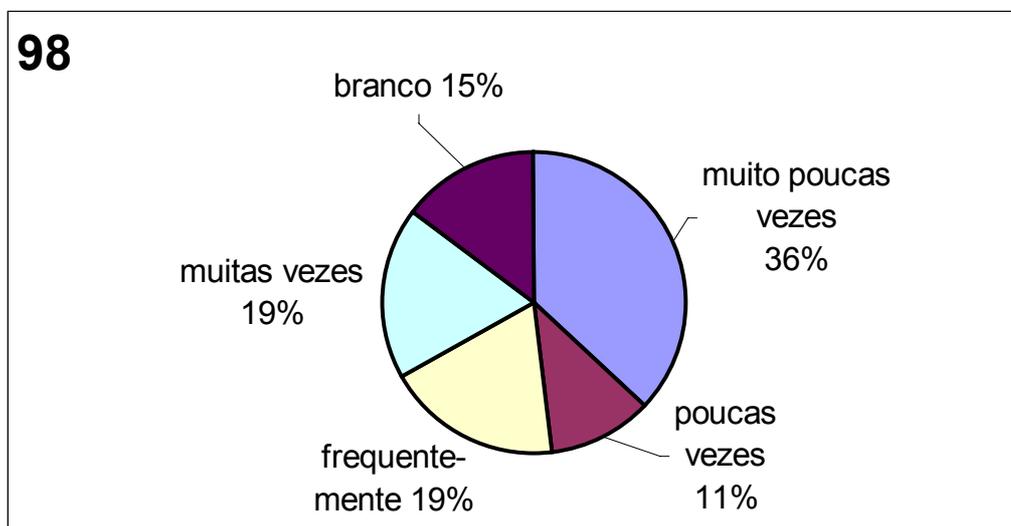
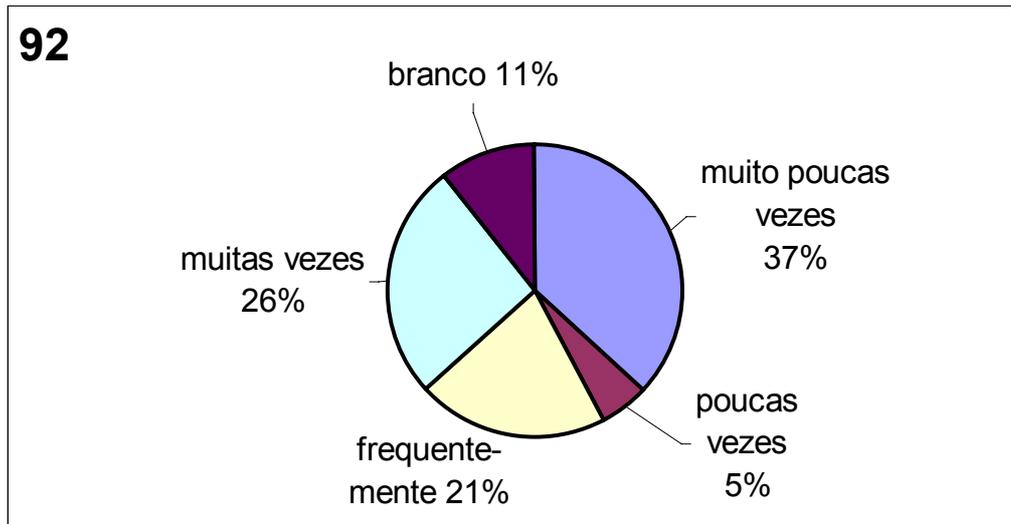
**Questão 15 – Apresentação 2:**  
**Sua SAB tem feito reivindicações de melhorias na área de infra-estrutura:**



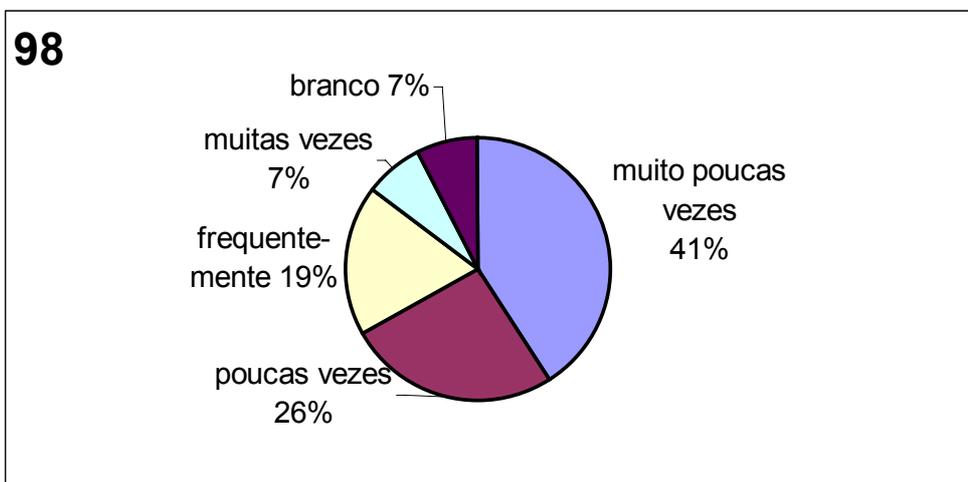
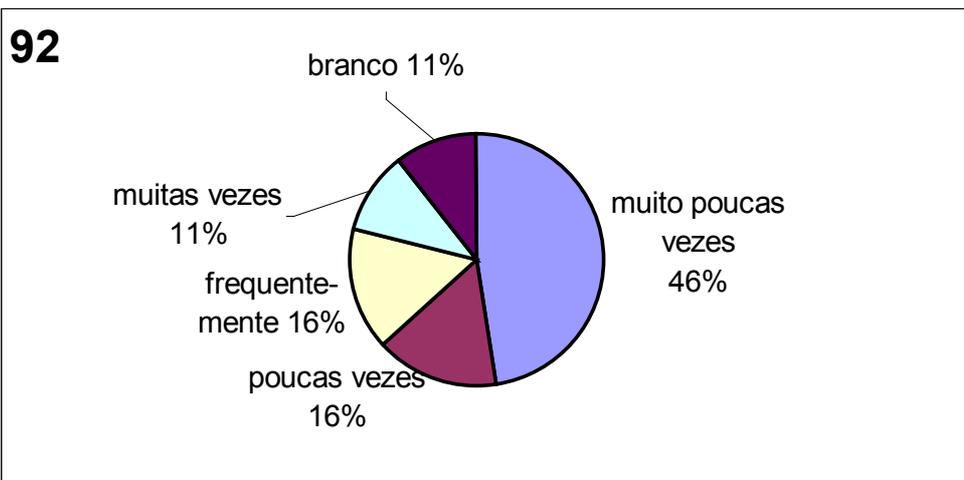
**Questão 17:**  
**Até que ponto os integrantes do Conselho Deliberativo / Diretoria de sua SAB foram eleitos sem injunções políticas de representantes do Poder Público Municipal?**



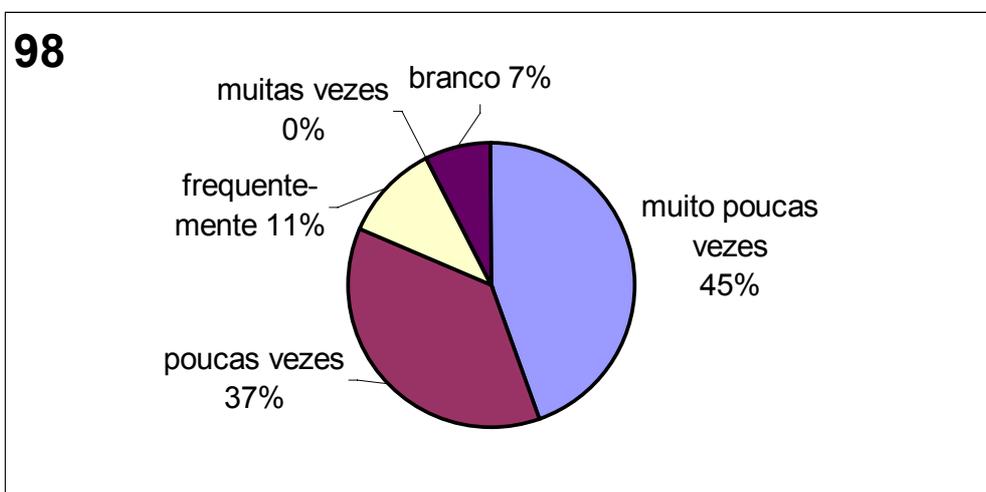
**Questão 18:**  
**Até que ponto os integrantes do Conselho Deliberativo / Diretoria da sua SAB foram eleitos sem injunções de Partidos Políticos?**



**Questão 20 – Apresentação 1:**  
**Até que ponto a entidade que você representa participa dos projetos da Secretaria Municipal de Educação?**



**Questão 20 – Apresentação 2:**  
**Até que ponto a entidade que você representa participa da definição das diretrizes da Secretaria Municipal de Educação?**



**Questão 21:**  
**Até que ponto sua entidade participa da execução dessas diretrizes?**

